

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGUÍSTICA APLICADA

Olga Maria Lima Pereira

**DOCÊNCIA NEGRA EM PELOTAS: UM CONSTANTE REINTERPRETAR DE
SILÊNCIOS**

Pelotas, 17 de setembro de 2014

OLGA MARIA LIMA PEREIRA

**DOCÊNCIA NEGRA EM PELOTAS: UM CONSTANTE REINTERPRETAR DE
SILÊNCIOS**

Tese apresentada à banca examinadora do Centro de Educação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras – Linguística Aplicada – UCPEL.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral

PELOTAS, 2014

OLGA MARIA LIMA PEREIRA

**DOCÊNCIA NEGRA EM PELOTAS: UM CONSTANTE REINTERPRETAR DE
SILÊNCIOS**

Tese apresentada à banca examinadora do Centro de Educação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras – Linguística Aplicada – UCPEL.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Denise Nascimento da Silveira (UFPel)

Prof. Dra. GeorginaLima (UFPel)

Prof. Dr. Hilário Inácio Bohn (UCPel)

Prof. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (FURG)

Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral (UCPel) – Orientador

Pelotas, 17 de setembro de 2014.

P436d Pereira, Olga Maria Lima

. Docência negra em Pelotas: um constante reinterpretar de silêncios. / **Olga Maria Lima Pereira.** – Pelotas: UCPEL, 2014.

241f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2014. Orientador: Adail Ubirajara Sobral.

1. escravidão. 2. pós-abolição. 3. docência negra. 4. discurso. 5. silenciamento. I. Sobral, Adail Ubirajara, or. II. Título.

CDD 401.41

In memoriam

À minha eterna mãe e companheirinha de uma vida toda, Olga Gonçalves Lima;

Ao meu padrinho, pai, amigo e herói Edy Marchand Grecco;

À minha madrinha, amiga e incentivadora Maria Júlia Gonçalves Grecco;

Ao meu primo, irmão e amigo José Cláudio Lima Vieira

AGRADECIMENTOS

A Deus, que meu deu a vida, a força e a serenidade para compreender que somos apenas eternos passageiros deste imenso e frágil planeta;

À família que, através da humildade e do amor ao próximo, me fez perceber que o mais importante é sermos alfabetizados através das ações que empreendemos para ajudar o outro.

Ao meu querido e estimado irmão, João Carlos Lima Pereira, único e eterno elo que me faz lembrar que um dia fomos de fato uma grande família. Saibas, “mano”, que hoje esta conquista está sendo abençoada lá no céu pela nossa querida e eterna mãezinha;

À adorável amiga e irmã de fé Ione de Ávila, que cuidou de mim nos momentos em que a dor da ausência foi mais forte do que a vontade de viver. A ti, querida amiga, a minha eterna gratidão, pois sem a tua presença, teu apoio e zelo esta caminhada não teria sido trilhada com tanta brevidade;

À minha querida amiga Laizi da Silva das Neves, que Deus trouxe de volta a mim. Sei das tuas preces diárias e do carinho que tens por mim. Hoje, em dobro, te devolvo isso e agradeço do fundo do meu coração;

Ao meu querido Orientador e amigo, Adail Sobral, que sempre acreditou no objetivo maior da minha pesquisa: a busca por um mundo mais justo e com mais igualdade Saibas, querido professor, que não há nada mais grandioso que a orientação humanizada, e isso o senhor me fez conhecer bem de perto;

Aos meus amigos e colegas docentes que, gentilmente, concordaram em participar da pesquisa. Deixo aqui registrado que as suas vozes e o modo como externaram suas experiências profissionais contribuíram para que a pesquisa cumprisse o seu objetivo social: instigar reflexões sérias sobre o racismo que distancia e fere tanto os seres humanos;

Aos meus amigos Jane Mateus, Caterine Mendes e Marco Zanetti, pela presença, atenção, pelo carinho, e pelos recortes de reportagens que sempre fizeram chegar a mim abordando a temática do negro e de seus enfrentamentos;

Ao IFSUL, pelo aporte financeiro e humano durante o desenvolvimento de toda a pesquisa;

À UCPEL, por ter acolhido com seriedade este projeto e por ter me proporcionado conhecer pessoas maravilhosas, dentre elas, os professores Hilário Bohn e Carmen Matzenauer;

Aos colegas do Doutorado, que, direta ou indiretamente, colaboram através de suas reflexões e de seus posicionamentos;

Aos funcionários que trabalham na portaria da UCPEL que, com um sorriso largo, nunca deixaram de desejar um bom dia e uma boa tarde carregados de energia;

À secretária do PPGL, Rosangela Pereira, que, incansável, sempre se disponibilizou a resolver as tramitações burocráticas e necessárias que fazem parte do processo acadêmico.

RESUMO

Esta tese visa desvelar, com base nas vozes presentes no discurso dos docentes negros em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS, as estratégias a que recorre o discurso do silenciamento que persiste em defender a ideia de haver uma igualdade de condições entre as pessoas independentemente da cor da pele. As análises dessas percepções têm como base relatos de experiências vivenciadas por professores negros no âmbito institucional e social de Pelotas. Para tanto, enviamos eletronicamente um questionário a dezesseis professores negros de diversas redes de ensino (municipal, estadual, federal e particular) composto por seis perguntas abertas, a partir das quais tecemos algumas reflexões sobre as vozes desses atores quanto ao discurso do silenciamento que tenta, porém, sem êxito, invisibilizar o seu papel como sujeito negro, cidadão e professor no exercício do magistério. A pesquisa, através do discurso desses professores, visa trazer contribuições para uma análise mais crítica em relação a algumas posturas que, de forma humilhante e depreciativa, continuam povoando o imaginário de algumas instituições e da própria sociedade pelotense em relação aos negros e negras que aqui exercem seu papel de docentes. O propósito maior do trabalho é trazer contribuições para um novo olhar sobre o preconceito racial na cidade de Pelotas, bem como demonstrar como esses docentes estão reagindo para quebrar esse silêncio que persiste em submetê-los a situações embaraçosas. Teoricamente, a pesquisa se sustenta sobretudo nos conceitos de exotopia e alteridade de Mikhail Bakhtin, pertinentes para refletir sobre o distanciamento não indiferente, mas necessário, do pesquisador diante do objeto pesquisado e da percepção e do respeito pelo outro tão necessários para a construção de um “nós” e para o entendimento a respeito de como o discurso do sujeito reflete sua posição social. A fim de compreendermos os processos identitários construídos de modo a criar o silenciamento do negro em nossa sociedade, utilizamos propostas de Stuart Hall e Zygmunt Bauman, que nos falam sobre a fragmentação e o conflito das identidades, e Munanga, que rediscute o porquê de os negros serem considerados incapazes de construir identidades verdadeiramente mobilizadoras.

Palavras-chave: escravidão; pós-abolição; docência negra, discurso; silenciamento.

ABSTRACT

This thesis aims to reveal, on the basis of voices present in the discourse of black teachers in teaching institutions of the city of Pelotas-RS, the strategies used by the discourse of silencing, which persists in defending the idea of an equality of conditions between people independently of the color of their skin. The analyses of these perceptions take as its basis reports of experiences lived by black teachers in the institutional and social context of Pelotas. For doing this, we sent electronically a questionnaire to sixteen black teachers of several teaching networks (municipal, state, federal and private) composed by six open questions, from which we weave some reflections on the voices of these actors as for the discourse of silencing that tries, without results, make invisible their role as black people, citizens and teachers in the service of teaching. The inquiry, by means of the discourse of these teachers, aims to contribute to a more critical analysis regarding some postures that humiliatingly and depreciatively keep on populating the imaginary of some institutions and Pelotas society itself regarding black men and women who act as. The main purpose of the work is to contribute to a new glance on racial prejudice in Pelotas, as well as demonstrating how these teachers are reacting to break this silence that persists in subjecting them to embarrassing situations. Theoretically, the inquiry is based especially in the concepts of exotopy and alterity, by Mikhail Bakhtin, relevant to think about the non-indifferent but necessary distancing of the researcher regarding the object and the perception and respect for others so necessary for the construction of a “we“, as well as for understanding how the discourse of subjects reflects their social position. In order to understand the identitary processes built for creating silencing of black people in our society, we use proposals of Stuart Hall and Zygmunt Bauman, who talk on the fragmentation and the conflict of identities, and Munanga, who re-discusses why black people is considered unable to build really mobilizing identities.

Keywords: Slavery; abolition; post-abolition; black teachers, discourse; silencing.

LISTA DE FIGURAS/GRÁFICOS

Figura 1: Bandeira da cidade de Pelotas.....	55
Figura 2: Brasão da cidade de Pelotas	55
Figura 3: Percentual por área de atuação.....	169
Figura 4: Percentual de docentes por rede de ensino (estadual, federal, municipal e particular) da cidade de Pelotas-RS.....	170
Figura 5: Percentual de situações preconceituosas vividas ou testemunhadas pelos docentes negros da cidade de Pelotas-RS.....	181
Figura 6: Preconceito racial percebido pelos docentes negros e negras na cidade de Pelotas-RS.	191
Figura 7: Preconceito percebido no exercício da docência.	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPA	=	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEFET	=	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	=	Conselho Nacional de Educação
EMATER	=	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL	=	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
MEC	=	Ministério da Educação e Cultura
ONG	=	Organização não governamental
SENAC	=	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UCPEL	=	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	=	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	=	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	23
1.1 O problema de pesquisa	23
1.2 Hipóteses	24
1.3 Os objetivos do estudo	25
1.4 Metodologia.....	25
1.5 O universo de pesquisa.....	32
2 BASES TEÓRICAS.....	35
2.1 Bakhtinianamente falando sobre o objeto de estudo	39
3 O PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BRASIL: REFLEXÕES E SEQUELAS DA DISCRIMINAÇÃO MOTIVADA PELA COR.....	43
3.1 A cidade de Pelotas e as charqueadas: as salgadas lágrimas da escravidão.....	53
3.2 Quilombos: a representação da consciência negra	66
4 CICATRIZES DA ESCRAVIDÃO: UM DISCURSO MODERNO COM ROSTO DE PASSADO.....	75
4.1 O discurso do colonizador: reflexões sobre o negro tornado escravo	77
4.2 O discurso do colonizado e a história do branco sem alma.....	78
4.3 A negação da cor e o desprezo por uma cultura: um vasculhar sobre a riqueza africana no Brasil.....	80
5 PESSOA DE COR: O EUFEMISMO DE UM RACISMO À BRASILEIRA	86
5.1 As formas veladas de rejeição ao negro e aos seus descendentes	87
5.2 Quando a cor passa a sinônimo de inferioridade.....	90
5.3 As diversas faces da abolição refletidas no espelho de um homem só	96
5.4 A fragilidade das legislações de amparo ao negro no Brasil: reflexões e práticas.....	103
6 SER NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE E RIGIDEZ DO SILÊNCIO	116
6.1 Ser negro à moda pampiana: reflexões sobre o estranhamento sentido pelos negros no Rio Grande do Sul e na cidade de Pelotas.....	127
6.2 depreciação da cor e os sentidos do silêncio	144
6.3 Relações raciais: contextualizações sobre a escola como espaço de conflitos, dores e possibilidades	150
7 SER NEGRO E PROFESSOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE PELOTAS/RS.....	160

7.1 Os enfrentamentos preconceituosos vividos pelos docentes negros	173
7.2 O preconceito racial na cidade de Pelotas na voz dos docentes negros	184
7.3 O preconceito institucionalizado traduzindo a depreciação da cor:	194
7.4 Comentários e desabaços	201
8 ATORES E AUTORES: UMA RELAÇÃO SOBREMODO DIALÓGICA.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224

Os ideais que cultivamos, nossos maiores sonhos e esperanças mais ardentes podem não se realizar durante a nossa nova vida. Mas isto não é o principal. Saber que em seu tempo você cumpriu seu dever e viveu de acordo com as expectativas de seus companheiros é em si uma experiência compensadora e uma realização magnífica (MANDELA, 2010, p. 233).

INTRODUÇÃO

Fazer história oral de vida de professores consiste numa tentativa de produzir documentos e interpretações, nos quais os personagens sujeitos que produziram e ensinaram – explicitam e atribuem diferentes sentidos às suas experiências, mostrando como suas produções, e suas ações profissionais estão intimamente ligadas ao modo pessoal de ser e viver (FONSECA, 1997, p. 43).

A linguagem, através de suas infindáveis acepções, sempre foi a fonte de interação das relações humanas. É por intermédio do domínio da linguagem que essas junções diversas se concretizam formando tons harmônicos sedentos de reflexões. É esse adentrar no mundo das letras que tem nos proporcionado o conhecimento de culturas diferentes, de povos diferentes e de pessoas desiguais. Compreender a linguagem é, portanto, também entendê-la como mecanismo social carregado de intencionalidades, ou seja, como a responsável pela construção de discursos ideológicos sempre passíveis de infindáveis contextualizações. Ao reiterar a importância da linguagem, não podemos nos furtar a situá-la como fruto de realidades sociais carregadas de discursos e autores diversos. Somos conscientes de que, em se tratando da história do negro no Brasil, a reflexão sobre os “ditos” e “não ditos” contidos nesses discursos precisam de constantes e críticos olhares, como bem sinalizado por Bakhtin:

Contentar-se em compreender e explicar uma obra a partir das condições de sua época, a partir das condições que lhe proporcionou o período contíguo, é condenar-se a jamais penetrar as suas profundezas de sentido. (BAKHTIN, 1992, p. 364)

As palavras de Bakhtin sustentam a preocupação e a responsabilidade de nossa pesquisa e do nosso papel como pesquisadores e, conseqüentemente, vão ao encontro da ânsia pela não cumplicidade com a versão de uma única história. Compreendemos que o discurso do colonizador, desprovido de sentimentos nobres em relação aos menos privilegiados, foi criando ilhas de segregação social para os negros e seus descendentes na vã tentativa de silenciar sua história e identidade. Por isso, ao refletirmos sobre o poder da linguagem como responsável pela construção de discursos e ideologias, não devemos desconsiderar que ao mesmo tempo em que serve para a interação entre pessoas, a linguagem permite a grupos impor uma supremacia a outros grupos concebidos como inferiores.

Esse movimento dinâmico que a linguagem proporciona entre as infinitas construções por ela desenhadas nos permite a escolha entre ser conivente ou questionador diante de uma dada versão da história que nos chega. Reconhecemo-nos questionadores e optamos por percorrer a trajetória complexa formada pelos discursos dos “não ditos”. Ao fazê-lo, somos conscientes de que o distanciamento do objeto da nossa pesquisa se tornará necessário e

pertinente, pois aprofundar as reflexões sobre o percurso dialógico presente entre o interlocutor e o ouvinte ou entre o opressor e o oprimido irá requerer uma dose considerável de paciência e imparcialidade, fruto este justamente de um exercício exotópico.

Nesse universo de opções e apropriações literárias, é gratificante termos o privilégio e a responsabilidade de sermos um pesquisador que, diante da história, pode e deve fazer alguns questionamentos e levar em consideração aspectos/reflexões tais como: a) as condições sociais e históricas que levaram à construção de determinados discursos; b) a aceitação de certos pressupostos teóricos sobre a presença do negro no Brasil sem lançar um olhar crítico sobre as sutis estratégias da soberania de uns em detrimento do apagamento da memória de tantos outros; e c) a incontestabilidade do fato de que nada pode ser considerado estático e tampouco definido como verdade absoluta, pois a realidade que circunda atrama social, assim como a fluidez da linguagem, segue seu percurso dinâmico e clama por novos discursos.

Segundo a escritora nigeriana Chimamanda Adiche¹, é necessário que não tenhamos sobre nós e, principalmente, a partir de outros, a versão de uma única história. É justamente com base no pensamento dessa autora que reforçamos a urgência desta pesquisa e do discernimento necessário para que possamos vislumbrar que, acima de todas as verdades que pensamos ter em relação aos outros, nossas vidas e culturas são uma soma constante de outras tantas histórias sobrepostas. Dito de outro modo, perceber que o outro é também partícipe de minha história e que não podemos nos eximir da responsabilidade como pesquisadores perante determinadas inverdades apreendidas nas escolas, em que, distorcidamente, nos ensinaram que ao negro foi concedido o livre arbítrio, o direito entre querer ser escravo e não senhor; que precisamos fazer valer e assumir a responsabilidade como cidadãos que, percebendo o poder da linguagem, têm o compromisso de discuti-la em outras esferas discursivas, ampliando debates e reflexões. Nas palavras de Marxwell: “O pensamento humano não é de modo algum tão privado quanto parece, e tudo que é preciso para ler a mente de outra pessoa é a disposição de ler a sua própria.” (MARXWELL, 2005, p. 6).

Nesse sentido, quando escolhemos como objeto de pesquisa fazer uma análise do discurso do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS, o fizemos por perceber que esse tema esteve e continua presente em nossa trajetória de vida e também acadêmica.

No Ensino Médio, a pesquisadora participou de diversos concursos lítero-históricos sobre a escravidão de negros no Brasil, inclusive, trazendo muitos troféus para a antiga Escola

¹Chimamanda Adichie: *O perigo da história única*. Disponível: <http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 10/10/2012.

Nossa Senhora de Lourdes. No Mestrado em Política Social, realizado na Universidade Católica de Pelotas, pesquisou sobre “A trajetória dos alunos afrodescendentes nos Cursos de Tecnologias do IFSul: uma reflexão sobre a necessidade do Sistema de Cotas Raciais.” Em 2011, ela trabalhou na Diretoria de Ações Inclusivas da mesma Instituição, pela qual foi convidada a presidir a Comissão encarregada do estudo sobre a Implantação de Cotas Raciais para todos os *campus* que compõem o IFSul.

Em 2012, teve o privilégio de apresentar em alguns eventos, diversos artigos sobre o papel do negro na atualidade. À época, esses artigos carregavam boa parte de sua indignação perante a discriminação racial tão sutil em nosso país. Ao escutar outras tantas vozes de negros e negras presentes nesses eventos, percebeu que sua pesquisa poderia trazer contribuições sociais significativas à medida que propunha um modo especial de analisar os discursos defendidos pelos colonizadores que, ao tratar os negros somente como escravos, criaram sobre eles a história de um povo sem memória.

No mesmo ano, na cidade de Pelotas, fez parte do Comitê Científico do I Congresso de Pesquisadores Negros da Região Sul, oportunidade na qual as vozes desses autores, de forma mais aproximada, fortaleceram nosso objetivo delimitado. Em 2013, trabalhando na Coordenadoria de Ações Inclusivas, vinculada à Pró-reitoria de Extensão do IFSul, foi mentora do projeto que deu origem ao I Concurso de Literatura na Temática Afro-brasileira do IFSul, momento esse relevante para o fortalecimento e reconhecimento de todo seu trabalho em prol de uma reflexão mais cuidadosa sobre o tema do racismo e da discriminação racial.

Dessa forma, nossa pesquisa foi pensada a partir da narrativa dos docentes negros, ou seja, o discurso sobre o silenciamento da docência negra em Pelotas foi quebrado por meio das vozes dos sujeitos que contribuíram para a realização do trabalho.

As análises, a partir das respostas referentes aos questionários enviados a dezesseis docentes negros da cidade de Pelotas, dão sustentação à ideia de que o negro continua sendo discriminado tanto no que se refere a sua representatividade nas instituições de ensino como na sociedade pelotense. Os depoimentos examinados confirmam que os professores negros e negras da cidade já sofreram, passaram e ainda se deparam com constrangimentos advindos da cor de sua pele. A pesquisa, através da voz desses atores, também revela o quanto eles estão lutando contra esse tipo de racismo velado, que, de forma muito significativa, vem dificultando a ascensão profissional deles.

Assim, de maneira muito enfática, percebemos um discurso altivo e austero por parte desses professores que, percebendo a sutileza e a forma depreciativa como vêm sendo

destratados, “respondem à altura” aos que os depreciam com o firme propósito de preservar sua identidade e seus direitos. Eis o objetivo maior de nossa pesquisa: analisar o discurso do agora, contextualizando as sequelas de um passado ainda tão presente e com os mesmos vícios, que persistem em usar o critério da cor como desculpa para as mais variadas formas de destratar e menosprezar o negro e sua intelectualidade.

Ao estudar a trajetória do negro, desde a escravidão até os dias de hoje, observa-se que muitas foram as questões e interpretações sobre a incursão do negro na sociedade brasileira. No entanto, como bem preconizado por Piza (2009, p.153):

[...] no apagar do antagonismo que a escravidão simbolizava, diante do espírito cristão e liberal de nossas instituições, os surgimentos de outros conflitos fizeram-se presentes em busca de uma liberdade distante. Seria com certeza, uma nova caminhada de enfrentamentos e de lutas silenciosas, cuja predominância do mais forte, aliada a uma democracia conotativa, serviria para um novo conceito de escravidão moderna.

O pensamento de Piza (2009) fortaleceu o significado do período pós-abolição que, embora tenha chegado como ato de alforria, serviu mais para o deleite literário de muitos sonhadores do que propriamente à eliminação de conflitos e tensões raciais. Nessa mesma direção, Medvedev (1992, p. 19) dirá que “no ideológico de uma época ou grupo social, não há uma, mas várias verdades mutuamente contraditórias.” Essas verdades, segundo Faraco (1992, p.51), equivalem aos diferentes modos pelos quais o mundo entra no horizonte apreciativo dos grupos humanos, isto é, dizem respeito, aqui, às contradições que precisam ser revistas, analisadas e interpretadas para que não percamos o foco no social, em detrimento do ideológico. Do contrário, estaremos cometendo o que Bakhtin (1992, p.334) resume através deste excerto: “Quando o homem é estudado fora do texto e independente do texto, já não se trata de ciência humana (mas de anatomia, de fisiologia humana etc.)”.

Por isso, entende-se a relevância merecida do tema em questão e da necessidade de uma discussão mais sistemática por parte de todos, inclusive no âmbito acadêmico para o qual a pesquisa servirá de ferramenta fortalecedora de combate à discriminação racial e de sustentáculo teórico para novas discussões acerca da temática étnico-racial e suas contextualizações.

Usando as palavras de Teun A. Van Dijk (2008, p. 371) “Os homens sabem que o preconceito é tão injusto nas suas origens como incorreto em seus resultados, mas não podem eliminá-lo de seu interior e, portanto vivem-no com vergonha”.

O sinalizado pelo autor vem ao encontro dessa vergonha nacional que, ao afirmar o mito da democracia racial como bandeira das relações harmônicas entre brancos e negros, só

fez acelerar os quadros das desigualdades tão evidentes em nosso país. Essas evidências, no entanto, ficam à espreita como que envoltas por uma sutileza tão maléfica que o simples fato de admiti-las é tão danoso para nossa racionalidade que, ao invés de quebrarmos certos paradigmas, apenas o repetimos mecanicamente. O mecanicamente incorreto faz com que tenhamos pelo outro uma versão depreciativa que ao desconsiderar sua singularidade acaba lhe dando rótulos ao invés de voz.

A pergunta que se fortalece está justamente inserida na seguinte expressão: se todos nós partilhemos das mesmas semelhanças como seres humanos, o que realmente nos faz diferentes? Pode até parecer que tal pergunta fosse desnecessária, uma vez que a diferença não deveria autorizar qualquer tipo de pré-conceito em relação ao outro, no entanto, toda vez que tal questionamento ganha outras dimensões percebemos que em seu nome muitas injustiças continuam sendo praticadas. Segundo Denys Cuche (1999, p. 10),

São as nossas escolhas, a forma como cada grupo cultural inventa soluções originais para os problemas que lhes são colocados pela vida em sociedade e ao longo do processo histórico. Essas escolhas não simplesmente mecânicas e empíricas. Elas não estão relacionadas somente à adaptação ao meio, mas às disputas de poder entre grupos e povos. Nessas disputas as diferenças são inventadas e, através delas, nos aproximamos de uns e tornamos outros inimigos, adversários, inferiores ou violentos.

Conforme Nilma Lino Gomes (2003), “essa crítica ao pressuposto de que a essência do ser humano se revela nos aspectos que são universais às culturas deve ser considerada pela educação”. Para Geertz, (1978, p.53) “pode ser que nas particularidades culturais dos povos em suas esquisitices sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano”. Compreender a relevância dessas particularidades culturais é perceber nossa limitação como seres carentes do olhar do outro que, através de sua anuência ou criticidade, nos faz cumprir os nossos papel e função sociais.

Entre outras peculiaridades, seria possível questionar também o porquê que de no Brasil, com uma diversidade religiosa tão acentuada, a trajetória entre o “eu e o outro” ainda não ter sido capaz de promover uma aproximação mais humanizada entre os homens?

Reforçamos esse questionamento porque entendemos que, independente do lugar ou do terreiro onde a fé ganha ares de um desejo coletivo, a preocupação pelo outro deveria ocupar o primeiro plano. Araújo (1988, p. 7), com maestria, consegue pormenorizar a “pedagogia de interesses” que distorceu os verdadeiros princípios de humanização do homem diante do amor ao próximo e, com isso, criou conotações de um viver injusto:

Os nossos irmãos negros da África, espoliados de sua liberdade, arrancados e até torturados, em vez de encontrarem nos ministros da igreja irmãos solidários com sua

causa, depararam com homens de religião, interessados em convencê-los da bondade de tamanha injustiça e dispostos a seduzi-los com o ópio dos sacramentos e da oração, para conter o grito da imprecação e o gesto da revolta, abafado por baixo de tanta dor e sofrimento.

Por isso, é importante ampliar esse debate e reinterpretar o velho discurso que, ao destacar o ato abolicionista como dádiva concedida, acaba camuflando o verdadeiro desamparo legalizado inserido na dita liberdade. São olhares que precisamos alargar para que a compreensão exata da abolição não se restrinja apenas a um solitário artigo da Lei Áurea. Não podemos nos furtar, nem tampouco desconsiderar que, por detrás de cada vocábulo, um mundo diverso e adverso se mantém sedento de reinterpretações. São justamente essas reinterpretações tão silenciadas que nos farão perceber que entre o dito que julgou dizer tudo um universo de entrelinhas se encontra sufocado. Por isso, recorreremos às palavras de Hall (2003, p.164) que, em conjunturas diferentes, nos faz perceber que “devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamentos ideológicos ali inscritos” e, dessa forma, apontar para um novo olhar neste vasto contexto histórico. Contexto esse que, apesar de contar com tantos progressos científicos e tecnológicos, não conseguiu desvincular o aspecto econômico da cor da pele.

Constatamos que o período pós-abolicionista de longe assinalava a conquista da tão sonhada liberdade, muito pelo contrário, apenas o surgimento de novos mecanismos de discriminação e desamparo social ferrenhos em detrimento do intocável poder econômico. Octavio Ianni (2004, p. 25), no seu livro *Raças e Classes Sociais no Brasil*, descreve como se daria essa transformação do negro em trabalhador livre:

A formação do capitalismo no Brasil apresenta várias crises de profundidade. A crise provocada pela necessidade de transformar o trabalhador escravo em trabalhador livre é uma das mais importantes. Mesmo após da abolição, várias décadas depois, a sociedade brasileira ainda manifestará as consequências das tensões e lutas decorrentes da referida contradição. Alguns estigmas sociais que cercavam a existência do negro livre, após a abolição, originaram-se na comoção nacional provocada pela necessidade de romper aquele antagonismo.

Entende-se que o período pós-abolicionista iria desencadear outras formas de constrangimento ao negro que, marcado por um passado que não o enxergava como cidadão, sucumbiria em busca de sua reidentificação. Nesse sentido, torna-se pertinente as palavras de Bakhtin (1993, p. 292-293), que se posiciona avesso a qualquer tendência monologizante, isto é, à tendência capaz de negar a existência de:

[...] um outro eu com iguais direitos e iguais responsabilidades. Uma atitude monológica ou um modelo monológico do mundo é autocentrado e insensível às respostas do outro, não as espera e não reconhece nelas nenhuma força decisiva, pretende ser a última palavra.

Foi justamente contra essa noção distorcida e monológica do papel do negro em nossa sociedade que muitas lutas seriam travadas a partir do ato abolicionista que, desconsiderando a valorização da mão feita escrava, fez deles portadores e protagonistas de uma “utópica alforria.”

A trajetória do negro no período pós-abolição resumir-se-ia na busca incessante por uma justiça tão ausente e, ao mesmo tempo, tão sonhada entre as centenas de quilombos espalhados por todo o território brasileiro. Então, coube ao negro *descobrir, interpretar e conviver com* as mais infundáveis acepções que a palavra justiça foi adquirindo ao longo dos séculos, mas, acima de tudo, conviver com a ausência da justiça como enunciação concreta. Nesse viés, é mais desafiador entender uma realidade social que vem demonstrando que o negro continua sendo discriminado em todas as esferas sociais, algo alimentado por um imaginário coletivo que busca desculpas para a permanência de práticas racistas herdadas de um passado que hoje não mais deveria se autossustentar.

Nas palavras de Munanga (1999, p.80), “O mito da democracia racial norteia o imaginário dos brasileiros até hoje, pois exalta a ideia de convivência harmoniosa entre todos os indivíduos de todas as classes sociais”. Em complemento ao pensamento de Munanga (1999,p.80), a escritora Patrícia Santana (2011, p.21) nos diz:

Esse emaranhado de dúvidas é fruto desse Brasil que é “sim e não” ao mesmo tempo. Um Brasil que se diz cordial, que se silencia sobre o preconceito e mantém um verdadeiro apartheid social e racial. Essa engenharia ideológica tem contribuído para a manutenção de uma sociedade hierarquizada e tornado difícil não só o enfrentamento do racismo, mas o próprio fato de falar sobre ele.

Diante dessas posições, fruto de palavras proferidas por escritores e professores negros e do complexo discurso que envolve a temática racial em nosso país, entendemos o quanto nossa pesquisa precisa ser cuidadosamente desenvolvida. Ainda, sabemos que falar sobre a docência negra em Pelotas exige, mesmo que de forma breve, realizar algumas considerações sobre o papel do negro na Revolução Farroupilha e, principalmente, no período charqueadense na cidade. Faz-se necessária tal contextualização, pois houve nesses momentos históricos uma forma semelhante de desconsideração pelo negro e sua cor, pois tal com no período escravocrata, o papel que lhe impuseram continuava amparado na sujeição.

Ratificamos que esses retornos históricos a serem pontuados durante a pesquisa irão servir como referenciais capazes de nos levar a reflexões sobre as vozes de nossos atores: os negros e negras que, durante séculos, foram silenciados e representados como seres desprovidos de memória. Na mesma linha de pensamento, entendemos que pesquisar sobre o silenciamento e as formas significativas de estranhamento vividos por esses professores

negros nas Instituições de Ensino de Pelotas requer, acima de tudo, um olhar responsivo revestido de alteridade.

Sabemos que o racismo se manifesta em diferentes lugares e com roupagens tão diversas que, muitas vezes, identificá-lo exige uma dose considerável de respeito e consideração pelo outro. Dessa forma, ainda que nos custe pontuar, a escola permanece como lugar primeiro onde esses sentimentos de estranheza e de menosprezo são sentidos. Como bem sinalizado por Amaral (2001, p.24), “A escola apresenta-se para muitos grupos sociais e étnico-raciais como um local de humilhação e tensão constantes, diminuindo nas crianças negras o desejo de nela permanecerem”.

Diante desses contextos sociais em que a cor da pele continua servindo para justificar as sequelas de uma escravidão inacabada, compreendemos o quanto nossa pesquisa é desafiadora, íngreme e fadada à incompletude. Nossas limitações como pesquisadores estão fundamentadas por esse desenrolar inusitado de fatos, visto que, independente do nosso empenho e aprofundamento teóricos, jamais poderemos afirmar que o objeto pesquisado não irá *depende* e *requerer outras* formas de investigação, o que implica novos e constantes olhares. Afinal, de acordo com Foucault (2005, p. 31), “todo enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente”.

Falar, pesquisar e refletir sobre o negro em nosso país remete a um ir e vir na história e, nessa trajetória entre o passado e o presente, permanecem diálogos, discursos que, quando revisitados, sempre trarão novas reflexões e inquietudes. As informações que foram colhidas até a presente data sustentam, ainda que de modo incipiente, que o negro continua sendo discriminado nas Instituições de Ensino da cidade de Pelotas nos quesitos referentes a condições de trabalho, à ascensão profissional e capacidade intelectual.

Os depoimentos examinados evidenciam o quanto os professores negros de nossa cidade têm sofrido ou já passaram por constrangimentos advindos da cor de sua pele. A pesquisa também demonstra que persiste uma luta diária por parte desses professores contra todo e qualquer tipo de manifestação que traga em sua base o preconceito e o menosprezo pela cor. Trata-se, portanto, de uma luta pela quebra do silêncio que persiste em anular o papel do negro na história. Como afirma Carlos Moore (2011, p. 289),

Eu quero apagar minha existência... Cometer suicídio... me matar...tomar veneno...fazer alguma coisa. E, então, eu penso sobre tudo que aprendi nos livros, que quando você acha que morreu, não tá morto. É uma transição. Então, na verdade, eu não apago minha existência. Eu ainda vejo. Eu ainda sinto. Eu ainda sou. Então o homem não pode apagar sua existência, afinal de contas. É por isso que eu digo que os homens tão aqui contra a vontade deles. Este mundo não é só mundo de acaso. A gente não nasce simplesmente. Tudo tem que ser feito corretamente,

naturalmente, como deve ser. É isso que acho da vida. Os seres humanos têm um propósito neste mundo. E se você não faz o que deve fazer, vai morrer jovem e voltar de novo.

Capítulos da tese

Esta tese se divide em oito capítulos. O Capítulo 1 discorre sobre os caminhos teórico-metodológicos da pesquisa, bem como, o problema da pesquisa e suas hipóteses. Por sua vez, aprofunda sobre os objetivos de estudo, a metodologia escolhida e o universo da pesquisa. No Capítulo 2, debruçamos nosso olhar sobre a fundamentação teórica utilizada na pesquisa tendo como foco principal o desenvolvimento das ideias de Mikhail Bakhtin sobre alteridade, sujeito responsivo, exotopia e polifonia, selecionados para dar embasamento a todos os capítulos da pesquisa. O Capítulo 3 traz como objetivos abordar sobre o significado do período escravocrata no Brasil e o dos quilombos como símbolos de resistência e consciência negra. No Capítulo 4, são elencadas as contextualizações sobre o período pós-colonial no Brasil demonstrando que as cicatrizes da escravidão permanecem presentes no discurso da negação do outro advindo do pigmento de uma pele. No Capítulo 5, são tecidas algumas considerações sobre o eufemismo à brasileira que, utilizando-se das mais criativas formas de depreciação pela cor, permanecem como símbolos de um preconceito resistente e perverso. No Capítulo 6, aprofundamos sobre o papel do negro na sociedade brasileira e na cidade de Pelotas, refletindo sobre a rigidez do silêncio que persiste em segregar pessoas utilizando o critério cor. No mesmo viés e, de posse de referenciais sobre a temática do negro no Brasil, foram feitas algumas abordagens sobre a escola como espaço de conflitos, dores e possibilidades. No Capítulo 7, a pesquisa procurou identificar a regionalização do preconceito pela cor nas instituições de ensino e na cidade de Pelotas, elencando os enfrentamentos vividos pelos docentes negros nesses espaços. No oitavo e último capítulo da pesquisa o objetivo pretendido foi aproximar as vozes dos autores utilizados durante o trabalho com as vozes dos docentes negros demonstrando que, entre esses sujeitos, uma relação profundamente dialógica se torna presente e familiar. Posteriormente, seguem as considerações finais da pesquisa e os referenciais bibliográficos utilizados durante o desenvolvimento de todos os capítulos da pesquisa.

1 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O Capítulo 1 discorre sobre os balizadores teórico-metodológicos do estudo, bem como, sobre o problema de pesquisa e suas hipóteses, os objetivos do trabalho, a metodologia utilizada e o universo da pesquisa. As subdivisões desse capítulo visam a proporcionar uma melhor compreensão acerca da trajetória da pesquisa e dos “atalhos” selecionados como pilares de sustentação do trabalho como um todo.

1.1 O problema de pesquisa

Fazer uma análise do discurso do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas foi um desafio enorme, porém digno de ser abraçado. O primeiro problema que encontramos foi a busca pela desconstrução do velho mito que persiste em afirmar que no Brasil o preconceito de cor seja coisa do passado. O segundo problema foi ver reforçado o discurso de que entre brancos e negros as oportunidades de acesso e permanência nas escolas e universidades sejam iguais independente da cor. Se assim fosse, como justificar os números significativamente menores de docentes negros em nossas Instituições de Ensino? Nesse viés, se torna mais desafiador entender a complexa realidade social que vem discriminando o negro, como se o passado de inferioridade imposto a ele fosse maior que a sua intelectualidade. Isso nos faz lembrar enfaticamente as palavras de MOORE (2007), que nos fala do quanto é desafiador a desconstrução de determinados estereótipos criados e recriados com o firme propósito de segregar uns e beneficiar outros.

Todo parto é doloroso. Toda desconstrução, especialmente ser for condizente com a alteração do *status quo*, gera confusão e, inevitavelmente, uma reação conservadora. As grandes mudanças sociais representam momentos de parto para uma nação que, constantemente, deve fazer uma escolha entre os gritos do recém-nascido e os alaridos daqueles que tudo fizeram para impedir a nascença, ou a renascença social. (MOORE, 2007, p.24)

Pensar sobre os mais diversos enfrentamentos vividos pelos negros em busca da desconstrução de imagens tão equivocadas que persistem em diminuí-los intelectual e, socialmente falando, não deixa ser, conforme as palavras de Moore (2007) “uma dura escolha entre os gritos do recém-nascido e os alaridos daqueles que tudo fizeram para impedir a nascença, ou a renascença social.”

Entendemos que reinterpretar os constantes silêncios sobre a docência negra nas Instituições de Ensino da cidade de Pelotas requer, acima de todas as coisas, identificar “os alaridos daqueles que tudo fizeram para impedir a nascença ou renascença” do negro como sujeito da história do nosso país e, a partir dessa reflexão, compreender as amarras sociais de

um discurso que, alimentado por uma frágil convivência racial descuidada e sutil, continua apontando com indiferença para seus sujeitos.

Se a escola, instituição primeira de um viver em sociedade, pode, muitas vezes, representar um lugar de humilhação e conflito para grupos historicamente já discriminados, é tempo de revisitar o papel de todos os envolvidos no processo de defesa da educação como direito de todos. Como pensar na democratização do ensino se as diferenças culturais e os representantes das diversas etnias não são respeitados em seus direitos mais básicos? Eis aí uma inquietação indignada que precisa ser levada a sério para que o respeito pela diversidade seja autorizado como direito de todos, e não como privilégio de alguns cujo pigmento da pele nunca foi motivo de exclusão e humilhações. Para Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

[...] educar para a diversidade é fazer das diferenças um trunfo, explorá-las na sua riqueza, possibilitar a troca, proceder como grupo, entender que o acontecer humano é feito de avanços e limites. E que a busca do novo, do diverso que impulsiona a nossa vida deve nos orientar para a adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas em que as diferenças sejam entendidas como parte de nossa vivência e não como algo exótico e nem como desvio ou desvantagem. (1996, p.168-178)

Assim, o pensamento da autora resume com muita propriedade o papel da escola e da educação. Os diferentes precisam ser tratados com dignidade, ética e respeito, não mais como “seres exóticos” ou que têm servido para as criativas formas de exclusão modernizadas que persistem em segregar culturas e sujeitos.

1.2 Hipóteses

A pesquisa estruturou-se em torno de três grandes hipóteses norteadoras, que levaram em conta não apenas a análise do discurso do silenciamento da docência negra em Pelotas como também o contexto histórico e ideológico responsável pela discriminação racial tão significativa em nossa cidade. Compreendemos que essa discriminação racial tão presente em nosso século advém da construção de uma ideologia da supremacia branca que, objetivando o monopólio do império econômico, traficou e utilizou os negros africanos como objetos desprovidos de qualquer tipo de direito e dignidade humana. Dessa forma, a escolha das três hipóteses definidas para a pesquisa intentou instigar e tecer reflexões:

- 1) a cor da pele, aliada às desigualdades sociais dos negros no período pós-abolição permanece de modo sutil e velado construindo novas e criativas formas de segregação racial;

- 2) o discurso do silenciamento da docência negra nas Instituições e na cidade de Pelotas é muito significativo, tornando-se imprescindível um olhar mais atento em relação a isso por parte dos pesquisadores;
- 3) a historiografia tem nos apresentado apenas com a voz do colonizador que, em detrimento de seus interesses pessoais, desenhou no cenário brasileiro a imagem depreciativa do negro;
- 4) o período pré e pós colonial foi marcado pela depreciação da identidade do negro em nosso país. Logo, os negros transformaram os desencantos da escravidão em sinônimos de resistência, luta e preservação de sua identidade.

1.3 Os objetivos do estudo

A presente Tese analisa o discurso do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS, refletindo sobre as vozes desses atores diante de uma sociedade historicamente marcada pelo preconceito da cor que persiste em invisibilizá-los.

Nessa perspectiva, selecionamos como objetivo geral compreender a dinâmica das relações sociais entre brancos e negros em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS bem como a luta diária travada por esses professores em busca do respeito no exercício de sua docência e cidadania.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- 1) revelar como a cor da pele continua desenhando nas escolas e na sociedade pelotense um cenário preconceituoso entre brancos e negros;
- 2) constatar, através das reflexões compartilhadas pelos docentes negros e negras nos questionários, que a herança escravagista permanece alimentando uma imagem depreciativa do negro e de sua intelectualidade;
- 3) analisar como se constrói o discurso do colonizador, que, mesmo após o período pós-abolicionista, tenta fortalecer o mito da soberania branca alimentando e propagando situações constrangedoras motivadas pela cor da pele.

1.4 Metodologia

Em relação ao instrumental metodológico usado nesta pesquisa, podemos afirmar que se baseia numa abordagem qualitativa, de caráter explicativo, com o objetivo de descrever, compreender e explicar os fenômenos que ocorrem no universo de estudo. Portanto, essa abordagem busca dialogar com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados,

centrando-se na “compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Entendemos que o uso de recursos metodológicos para o desenvolvimento de uma pesquisa depende, acima de tudo, da escolha cuidadosa de referenciais que possam dar sustentação a resultados pretendidos e a reflexões suscitadas pelo objeto escolhido. Essa escolha também compreende os anseios do pesquisador que, diante da imparcialidade exigida e necessária do objeto pesquisado, precisa deixar registrada sua marca pessoal e contribuição social.

A coleta de dados basear-se-á na análise dos relatos de dezesseis docentes negros (treze do sexo feminino e três do masculino) através de um questionário. Quatro das perguntas são fechadas e relacionadas a dados cadastrais do docente, como nome, endereço eletrônico, telefone para contato e rede institucional em que exerce sua docência (estadual, municipal, federal e/ou particular). Esses dados são relevantes para que o contato entre pesquisador e pesquisado se torne mais eficiente, não somente para o envio eletrônico do questionário, mas para esclarecer qualquer dúvida que possa ocorrer até a conclusão da pesquisa.

Para que tivéssemos condições de reinterpretar o discurso do silenciamento da docência negra nos espaços escolares e, indiretamente, na sociedade pelotense, acrescentamos ao questionário seis perguntas abertas que irão proporcionar o material de análise tão necessário para a contemplação dos objetivos propostos pela pesquisa: ouvir e analisar a partir das falas dos atores como eles percebem, sentem e reagem ao racismo institucional e social pelotense. Como bem sinalizado por Fonseca (2002, p.33) “Nossa intenção, obviamente, é não intervir no objeto a ser estudado, mas sim compreender o processo a partir do ponto de vista dos participantes, segundo uma perspectiva eminentemente interpretativa.”

A primeira pergunta aberta “Qual disciplina que ministra e quais os motivos que o levou a tal escolha?” refere-se aos motivos de ingresso nos cursos das ciências exatas ou humanas, de modo que se possa traçar posteriormente reflexões sobre tais motivos. Esse questionamento tem por objetivo perceber se a escolha pela área das humanas, por exemplo, se encontra relacionada a um tipo de apropriação condizente com a história de seus ancestrais e, conseqüentemente, com a sua trajetória como negro ou negra em nossa sociedade.

A segunda pergunta aberta “No exercício da sua docência você já se deparou com algum tipo de situação constrangedora, seja como vítima ou testemunha, motivada pelo preconceito da cor? Descreva-a.” objetiva a identificação de reações e relatos de experiências, de posições valorativas nas vozes desses docentes negros diante de situações constrangedoras motivadas pelo pigmento de sua pele; a pergunta visa, sobremaneira, compreender como esses

docentes verbalizam os estranhamentos sentidos pela cor e a dor do pré-conceito que atinge e dilacera o viver em sociedade. De acordo com Bauman (2010, p. 118), essa distinção só fez crescer a distância entre os homens, porque “durante séculos, o mais erudito dos homens viveu sem essa distinção, tão cara aos nossos corações e paixões políticas, entre as diferenças “naturais” genéticas e “nutridas”, e as produzidas pelo homem entre as pessoas”.

A compreensão dessas diferenças nutridas e produzidas pelo homem nos leva à interpretação desses silêncios que ora se escondem através de sutilezas e ora se escancaram, fazendo sofrer quem deles não pode se furtar nem tampouco engendrar a própria fuga.

Perceber essas relações entre sujeitos que se entrecruzam formando a própria linguagem do social compartilhado representa a teia complexa que envolve as interações entre os homens.

Portanto, quando dialogamos com Bakhtin para fortalecer nossas análises sobre o silenciamento da docência negra, o fizemos por compreender que, para o filósofo, todo enunciado é permeado por múltiplas vozes e todas as relações estão em constante diálogo. Não existe o estranho ou alheio que não se identifique entre as infindáveis trocas dialógicas, pois até mesmo o próprio silenciar é carregado de palavras que não tiveram a chance de se desvelar através da linguagem, mas continuam prontas para romper seus casulos. Essas múltiplas vozes compõem o dialogismo defendido por Bakhtin e sinalizado por Sobral:

Dialogismo designa em primeiro lugar a condição essencial do próprio ser e agir dos sujeitos. O sujeito só vem a existir na relação com outros sujeitos, assim como só age em relação a atos de outros sujeitos, nunca em abstração desses sujeitos e desses atos.(2009,p.35)

Quando Sobral (2009) diz que o sujeito só existe e age em relação com outros sujeitos, não podemos deixar de sinalizar a importância do nosso papel como pesquisadores. Ele compreende o conflito que se instala no decifrar dos silêncios e mantém sua responsabilidade diante das interpretações, reforçando que entre o eu e o outro o sentido da alteridade sempre se fará presente. Em Amorim, podemos perceber o olhar exotópico tão necessário e defendido por Bakhtin:

Portanto, existe um lugar de tensão entre o Eu e o Outro, pois o meu olhar sobre o Outro não coincide com o olhar que ele tem de si mesmo. Esse lugar exterior permite, segundo Bakhtin, que se veja do sujeito algo que ele próprio nunca pode ver; e, por isso, na origem do conceito de exotopia está a ideia de dom, de doação: é dando ao sujeito um outro sentido, uma outra configuração, que o pesquisador, assim como o artista, dá de seu lugar, isto é, dá aquilo que somente de sua posição, e portanto com seus valores, é possível enxergar.(2003,p.14)

A terceira pergunta “Em caso afirmativo, explique qual foi sua atitude ou reação?” visa compreender como o docente age e reage diante de situações preconceituosas motivadas pela cor. Essa análise nos permitirá não só dimensionar a intensidade da rejeição e menosprezo sentido pelos negros através dos preconceitos recebidos, mas também avaliar até que ponto os reflexos desse destratar humano tem persistido em segregá-los.

Na sequência, ou seja, através de respostas elencadas que tratam sobre as reações dos docentes negros diante de situações tão constrangedoras motivadas pela cor, teremos a oportunidade de contextualizar até que ponto um ser humano tenta se sobressair em função da anulação do outro ou de muitos outros.

Diante das anulações do outro e sobre o outro, podemos perceber o quanto as relações humanas se encontram fragilizadas e, cabe a cada um de nós procurarmos meios de torná-las menos insuportáveis ou, se possível, eliminá-las. No livro “Identidade”, de Zygmunt Bauman (2005, p.19-20), o autor diz:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos.

Os conflitos identitários se tornam mais relevantes quando relacionados às relações raciais. Preexiste uma negação do negro e de toda uma cultura africana presente em nosso país. Admitir que essa herança faz parte de nossa história, que, constantemente, está presente na voz de um negro ou negra toda vez que precisa reagir contra certos estereótipos, não deixa de ser um caminho ainda muito frágil permeado por infinitas negações. Como bem enfatizado por Petronilha Silva (2001, p.151),

[d]izendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia.

Somos parte desse universo africano e da pluralidade que o identifica e se faz presente em cada canto do Brasil. Somos e respiramos África, mas ainda é necessário que os negros, enfrentando os mais cruéis constrangimentos e negações, reidentifiquem essa memória diariamente. Para Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessam também aos alunos de outras

ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada de preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (2001, p.9)

Quando questionamos qual a é reação de um docente negro frente a uma situação motivada pela cor, temos de considerar todas as entrelinhas de seu discurso ou, principalmente, do seu modo de silenciar, uma vez que, para Bakhtin,

[n]ão existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos do diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido era sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (2003, p.410)

A quarta pergunta constante no questionário “Como você descreveria o preconceito racial na cidade de Pelotas?” busca compreender como os docentes negros percebem o preconceito racial motivado pela cor da pele. Através de suas respostas e de seus posicionamentos, poderemos ratificar se a cidade de Pelotas, historicamente marcada pelo período charqueadense, mantém ou já superou a visão depreciativa do negro fortalecida entre os senhores ao longo do período saladeril que compreendia todo o processo entre a matança do boi e a salga da carne para manter sua conservação e para posterior comercialização. Da mesma forma, teremos condições de analisar as ramificações das heranças escravagistas, bem como contextualizar o sentimento de estranheza vivenciado pelos negros, tais como o tratamento diferenciado percebido em muitas repartições públicas; os olhares desconfiados que lhe seguem toda vez que busca informações sobre produtos cujos preços e qualidade são maiores e melhores; enfim, poderíamos enumerar incontáveis situações onde o negro continua se sentindo totalmente vigiado. Recorreremos àquilo que Munanga (2008, p.15) afirma ser a base do processo de exclusão: o corpo e, posteriormente, a cor desse corpo.

A cor da pele, os traços morfológicos que se construiu o racismo, e a partir do racismo, das diferenças dos corpos atingiram as qualidades, é o racismo na visão essencialista. A cor preta atinge a mente do negro, atinge o espírito do negro, atinge a inteligência do negro, e tudo está relacionado a este corpo. Então o corpo é a sede de todas as identidades. Se você perceber bem, nossos problemas desde pequeno, nas escolas, começam por onde? Começa pelo corpo. É através do corpo que nós somos enxergados, e através do corpo somos atingidos em todas nossas ações. Se eu cometo um crime, a primeira coisa que um policial pergunta é qual a cor do criminoso. Este é o Brasil, não se coloca a questão de cidadão, do indivíduo, mas qual foi a cor do cidadão.

Como sinalizado por Munanga (2008, p.15): “Este é o Brasil, não se coloca a questão de cidadão, do individuo, mas qual foi a cor do cidadão”. Ao constatar que a cor da pele foi e continua sendo a origem e a causa dos primeiros processos de exclusão e de indiferença, Munanga (2008) nos faz refletir sobre o nosso papel como cidadãos. Na mesma linha de pensamento, Bakhtin nos diz que não só devemos refletir sobre esses estranhamentos motivados pela cor, mas que temos a obrigação de fazer a nossa parte como seres únicos, irrepetíveis.

Não tenho alibi na existência: ser na vida significa agir – eu não posso não agir, eu não posso não ser participante na vida real. E essa obrigação decorre de eu ser único e ocupar um lugar único: ocupo no existir singular um lugar único, irrepetível, insubstituível e impenetrável da parte e um outro. Sou insubstituível e esse fato e obriga a realizar minha singularidade peculiar: tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. (2010, p.154).

Julgamos que, apoiados nos referenciais citados, teremos condições de analisar o preconceito racial identificado pelos docentes negros na cidade de Pelotas, percebendo-o como raízes de uma desconsideração pela cor cultuada no período escravocrata, quando a relação entre brancos e negros nunca se deu de forma harmoniosa.

O nosso papel como pesquisadores não implica só olhar para as cicatrizes que a história deixou em cada negro e negra em nosso país, mas contribuir, como sujeitos responsáveis e singulares, para que essa visão depreciativa e injusta seja revisitada com dignidade e apreço.

Passamos à penúltima pergunta do questionário: “No nível institucional percebes algum tratamento preconceituoso com relação a docentes negros?” Como é de conhecimento de todos que atuam em prol da igualdade entre negros e brancos, a melanina deve ser concebida tão somente como diversidade positiva e não mais como critério de exclusão e dor, que dilacera grupos e comunidades através de um constante futuro com cara de passado.

O racismo, a discriminação racial e a negação do diferente permanecem marcantes como gotas amargas de um pranto coletivo. Por onde quer que o negro caminhe, sua trajetória continua repleta de desafios e punições sombrias. O sangrar de sua pele representa a própria identificação do ser negro que, entre passos e tropeços, reconhece que, independente de sua instrução, sempre encontrará pelas curvas da vida alguém disposto a desprezá-lo. Portanto, torna-se essencial perceber o racismo institucionalizado, aquele que se instala nos espaços educacionais como representante perpétuo de uma hierarquia que tenta legitimar a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos. Perceber o modo como o racismo se instala nesses espaços é um apropriar-se dos não ditos em relação a esses sujeitos e, acima de

tudo, uma maneira de fortalecer suas vozes tão silenciadas e sufocadas pelo menosprezo sentido. O fortalecimento aqui representa a voz dos próprios sujeitos que, através da singularidade de seu discurso, vai demonstrar que a história do negro, quando narrada pelo próprio negro, em muito se diferencia da história recebida. Conforme Freire (1992, p. 17), “Falar do dito não é apenas redizer o dito, mas reviver o vivido que gerou o dizer que agora, no tempo de redizer, de novo se diz”. Essas palavras vêm ao encontro daquilo que pretendemos ao analisar o racismo institucional que, na tentativa de abafar o problema, gera outras formas de representá-lo. Para Munanga,

[...] uma doutrina, uma concepção de mundo, uma visão da história e que, às vezes, se apresenta como uma teoria científica ou como uma filosofia, mas que na verdade nada tem a ver com a Ciência. Tem sim uma função importante: legitimar uma ação. (1995, p.19)

A fim de “legitimar uma ação” deparamo-nos com uma questão norteadora presente na trajetória de docentes negros: se o racismo institucionalizado aparece sempre como pano de fundo nas relações sociais, como o docente negro/a poderá resgatar sua identidade abafada no discurso das negações? No livro “Identidade”, Bauman diz:

pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. Mas também se pode fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido – ainda pelos benefícios que tal decisão pode trazer para os que a tomam e a levam a cabo, e pelos prováveis benefícios que estes podem então oferecer a outras pessoas. (2005, p.20)

Não podemos desconsiderar a complexa realidade vivida pelos docentes negros, tampouco deixar de dimensionar o peso das fronteiras reais ou imaginárias que, aos poucos, foram se agigantando durante suas trajetórias profissionais. No entanto, temos o dever de proporcionar o direito de voz às infinitas vozes que se encontram em cada expressão ou em cada modo particular de o docente negro/a traduzir um pouco do muito que não pôde ser particularizado. O que não pôde ser particularizado deriva do espaço estreito do questionário, técnica utilizada para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Precisamos compreender o que se encontra além da fala e do aparente silêncio de seus enunciados, porque, conforme ressaltado por Bakhtin (2009, p. 41, grifos do autor). “Existe um *grande tempo* no qual o essencial dos enunciados sobrevive e, em geral, não há nada absolutamente morto, porque ‘cada sentido terá sua festa de renascimento’”. O renascimento aqui pode ser traduzido por toda a luta, solitária ou coletiva, que, de forma singular, fez dos negros fiéis sobreviventes do descaso do homem sobre o próximo.

A última questão constante no questionário não é propriamente uma pergunta, e sim um espaço para que o docente possa externar na forma de comentário algo que por ventura não tenha elencado anteriormente. Assim, o docente poderá expor sua opinião a respeito do racismo de forma mais abrangente e acerca da própria pesquisa.

As análises dos questionários dos docentes negros, bem como todo o referencial utilizado no desenvolvimento de cada capítulo da pesquisa, irão contribuir para uma visão mais aproximada do vivido pelos sujeitos. Além disso, auxiliarão no desenvolvimento da pesquisa as fontes secundárias de informação, tais como sítios de Internet, documentos históricos, publicitários, jornais impressos e virtuais, artigos científicos, dentre outros que, com suas particularidades serão capazes de compor o mosaico histórico onde a história do negro foi e continua sendo contextualizada.

1.5 O universo de pesquisa

A pesquisa será realizada com dezesseis docentes negros e negras da cidade de Pelotas (treze do sexo feminino e três do sexo masculino) pertencentes a diversas redes de ensino (estadual, federal, municipal e particular).

Pelotas é um município com mais de 341 mil habitantes, localizado às margens do Canal São Gonçalo que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, consideradas as maiores do Brasil.

Historicamente, a cidade de Pelotas foi marcada pela produção e comercialização do charque distribuído para vários estados do Brasil. O processo da salga da carne bovina era realizado por escravos cativos em grandes extensões de terras chamadas Charqueadas. A história da cidade revela que as primeiras charqueadas datam de 1780, perdurando até 1931.

Um dado que nos chama a atenção é que a mão escrava foi amplamente explorada mesmo já decorrida a abolição da escravatura em 1888. Dados apontam que Pelotas chegou a ter mais de trinta charqueadas, algumas delas contando com mais de noventa escravos que eram utilizados não só no processo saladeril, mas na construção civil. Conforme Gutierrez (2001, p.36):

O censo da população da Vila de São Francisco de Paula (Pelotas): No ano de 1833, a população total era de 10.874 pessoas, sendo 62,1% de negros (51,7% escravos e 10,4% libertos), 36% de brancos e 1,6% de índios. O percentual de homens e mulheres escravos na vila seria respectivamente 71% e 29%.

Cabe ressaltar que não iremos nos aprofundar no período charqueadense, tampouco ressaltar o poderio econômico que a cidade adquiriu com a mão escrava, uma vez que a

pesquisa dedica um capítulo inteiro para mostrar, em detalhes, o quanto foi desvalorizado o negro nesses espaços rurais.

Atualmente, a cidade é conhecida como a Capital Nacional do Doce, herança portuguesa conquistada através do contato que Pelotas manteve com a Europa durante o esplendoroso período charqueadense. Segundo pesquisa de Magalhães,

muitas receitas portuguesas trazidas pelos colonizadores e pelos navios transportadores do charque ainda são utilizadas pelas doceiras pelotenses. As transformações e criações de novas guloseimas agregaram ainda mais qualidade e valor aos produtos. (2001, p.59)

Magalhães (2001) conta-nos que “a partir da década de 1920, passou-se a divulgar comercialmente em todo o Brasil a tradição doceira que até então estava restrita ao interior dos casarões”. O mais intrigante percebido tanto no período saladeril como na feitura e divulgação dos doces de Pelotas é que nenhum deles ressalta o negro como protagonista da história, ou seja, entre a salga e o doce, o negro permanece silenciado e esquecido. Se o período charqueadense se estendeu até 1931 e a divulgação dos doces começou em 1920, quem realmente trouxe e trabalhou na feitura desses doces durante mais de uma década? Fato que novamente intriga e propomos como reflexão.

A cidade também conta com a praia do Laranjal, composta pelos balneários dos Prazeres, Valverde e Santo Antônio. O curioso que trazemos para o cenário da pesquisa se relaciona ao Balneário dos Prazeres, conhecido de forma pejorativa por “Barro Duro” ou “Planeta dos Macacos”. Interessante perceber os sentidos que emergem dessa conotação, pois, além da Lenda do Nioro, citado e aprofundado na pesquisa, o local ainda é objeto da visitação de pessoas pobres e negras da cidade. Interessante perceber essa separação social entre os balneários. De um lado, presenciamos carros de luxo, pessoas da classe média alta frequentando os restaurantes localizados na orla da lagoa; de outro no Barro Duro, deparamos com pessoas preparando seu próprio alimento em churrasqueiras dispersas em meio às árvores que circundam o balneário. Assim, a cidade retrata uma segregação moderna que engloba não só o fator cor, mas o econômico.

O município conta também com diversas Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior. No entanto, citaremos apenas aquelas que serviram de espaço para o desenvolvimento da pesquisa com os docentes negros, tais como: Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), *Campus Pelotas* e *Campus Pelotas Visconde da Graça*; Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Colégio Municipal Pelotense; Escola Estadual Sylvia Mello e Escola Dr. Augusto Simões Lopes.

O interesse de investigação recai neste cenário empírico em que a trajetória dos docentes negros acontece e no qual suas vozes retratam o sentimento de estranheza ou conformidade com o estabelecido, fortalecido através das ideologias aí implicadas e em constante interação.

2 BASES TEÓRICAS

Sabemos que toda pesquisa no campo das Ciências Humanas requer um cuidado especial em relação aos autores utilizados como base teórica. Temos de ter o discernimento para contrabalançar a aproximação e o distanciamento desses sujeitos para que os resultados não sejam mascarados pelo nosso olhar que, imbuído pelo amor ao tema escolhido, possa desencadear desabafos e indignações pessoais que não condizem com a ética profissional de um trabalho científico. Por isso, como princípios teóricos para sustentação desta pesquisa, são pertinentes as reflexões sobre exotopia, polifonia, alteridade e sujeito responsivo, diretrizes bakhtinianas. Entendemos que a apropriação desses “pensamentos” contribuirá para o desenvolvimento e a transparência da pesquisa, uma vez que, quando fala sobre exotopia, Bakhtin reforça o distanciamento necessário e responsável que precisamos desenvolver/exercitar diante do objeto pesquisado.

Em relação à polifonia, o autor salienta que nenhum enunciado deve ser visto como solitário e independente, uma vez que carrega consigo um universo de vozes que ora reverberam, ora silenciam. Alteridade trata da capacidade de não só nos colocarmos no lugar do outro, mas de termos a certeza de que a imagem do que somos somente poderá ser completada através do olhar do outro. A subjetividade responsiva reflete a singularidade de nossa existência, reforçando a responsabilidade de nossos atos, pois, para Bakhtin, independente da situação que se apresenta, o não agir jamais pode ser considerado e, aceito como “não posicionamento.” Dessa forma, entendemos que aproximar-se e distanciar-se dos atores da pesquisa é, acima de tudo, encontrar o conflito tão necessário para desenvolvê-la.

Segundo Amorim (2001, p.191), “Quando estranhamos e questionamos o sujeito/pesquisado o fazemos a partir de nossa visão e somente assim novos sentidos podem ser produzidos.” São justamente esses novos sentidos que enriquecem a pesquisa e lhe conferem o dinamismo tão enfatizado por Bakhtin, para quem, não existe um objeto pronto a ser analisado, porque durante a pesquisa esse objeto também se transforma em outros textos. Nessa visão bakhthiana, o *corpus* é uma construção, fruto da interação constante entre o próprio objeto de pesquisa e o seu pesquisador. Uma espécie de caminhada, que não se basta nem tampouco se cansa de revisitar o passado percebendo-o como eixo que dialoga diariamente com o presente e o futuro. A complexidade desse ir e vir na história nos fará perceber que durante a pesquisa, em alguns momentos, será crucial não só distanciamento do objeto, mas o desvio, capaz de nos fazer enxergar tudo aquilo que pela proximidade muitas vezes nos cega.

Entendemos também que desestabilizar discursos cristalizados exige mais que um emaranhado de bibliografias organizadas em capítulos diversos, exige uma responsabilidade do pesquisador como sujeito que, durante a pesquisa, também se transforma em objeto interrogado. E é sobre isso que Bakhtin nos faz refletir a todo instante.

Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente urge fundir-se em um todo único e tornar-se uma só pessoa. (2009, p.154)

Esse fundir-se em um todo único, segundo Bakhtin, é compreender que, antes de julgar o outro, devemos refletir sobre o contexto histórico, social, político e econômico no qual ele se encontra. Para o autor, conhecer o outro é apreendê-lo e com ele estreitar vínculos. Acima de tudo, trata-se de um exercício constante de reciprocidades, em que não apenas a minha voz é compreendida, mas também a do outro. Para Bakhtin, nada é estático, “sempre será assim”, pois tudo significa e exige um permanente adentrar em discursos sedimentados que clamam ser resignificados, libertando-se das múltiplas vozes que o tempo e as ideologias tentaram resguardar. Esse fundir-se é compreender que se preciso do outro para me constituir como pessoa, ele, por sua vez, também necessita do meu olhar para saber quem de fato é. Em meio a essa interação, tanto eu como o outro nos tornamos responsáveis por aquilo que defendemos.

Este ato responsivo é pertinente nesta pesquisa, porque tanto o objeto pesquisado como o pesquisador são pessoas e atores de uma mesma história com enredos diferenciados. Para Bakhtin (2000, p. 294), “A palavra, portanto, transita do locutor ao outro, que, por sua vez, produz sempre uma resposta: o locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva do outro”.

Somos conscientes da responsabilidade que assumimos ao refletir sobre as falas e o silêncio do outro. Sabemos, particularmente, que o cuidado faz parte desse diálogo que, em muitos momentos, refletirão também a nossa voz. Não podemos negar o imenso desafio que uma pesquisa exige. O que nos impulsiona e conforta é a certeza de que refletir sobre o silenciamento da docência negra na cidade de Pelotas representa muito mais do que a escolha de um simples objeto de pesquisa. A pesquisa, para nós, é um desafio que nasceu da inconformidade e da indignação com toda a problemática do negro em nosso país e, como já citado anteriormente, é um tema que sempre fez parte da trajetória de nossas vidas. Hoje, em intenso diálogo com as questões raciais, estamos cientes de que, de alguma forma,

estaremos contribuindo para uma nova forma de olhar e interpretar tais discursos. Nas palavras de Bakhtin:

[u]ma teoria precisa entrar em comunhão não com construções teóricas e vida imaginada, mas com o evento realmente existente do ser moral – com a razão prática, e isso é responsabilmente completado por quem quer que conheça, na medida em que ele aceita a responsabilidade por cada ato integral da cognição, isto é, na medida em que o ato de cognição esteja incluído como minha ação, com todo o seu conteúdo, na unidade da minha responsabilidade, na qual e pela qual eu realmente vivo – executo ações. (BAKHTIN, 1993, p.12)

Tal concepção fortalece nosso objetivo ante as análises presentes ao longo da pesquisa que, ao priorizar o discurso dos docentes negros e suas vivências, sempre irá considerá-los parte essencial *do evento realmente existente do ser moral*. Mesmo a compreensão de toda uma fundamentação teórica não nos faz melhores diante da análise proposta. Para que tenhamos esse olhar responsável e preocupado com o contexto social que identifica cada bibliografia utilizada, precisamos, antes de tudo, vê-las correlacionadas com tantas outras realidades até então não silenciadas. Segundo Brait (2009, p. 37), o pensamento de Chklovski sobre a Teoria da Prosa, de 1925, pormenoriza nossa intencionalidade diante de tão valiosos referenciais aqui utilizados para sustentação da pesquisa.

Na teoria literária me ocupo da investigação das leis intrínseca à linguagem. Se fizermos uma comparação industrial, não me interessa a situação do mercado mundial de algodão, tampouco a política das grandes corporações, mas apenas os tipos de fios e os modos de tecê-los (grifos nossos).

A pesquisa contará com o apoio de outros referenciais que, de modo muito particular, estarão presentes ao longo da pesquisa, quais sejam: Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Carlos Moore, Kabengele Munanga e Franz Fanon. Zygmunt Bauman e Stuart Hall ajudarão a compreender como as identidades dos sujeitos de pesquisa se manifestam ou se fragmentam em relação ao meio social e à própria herança escravagista. Para Bauman:

[f]eridos pela experiência do abandono, homens e mulheres desta nossa época suspeitam ser peões no jogo de alguém, desprotegidos dos movimentos feitos pelos grandes jogadores e facilmente renegados e destinados à pilha de lixo quando estes acharem que eles não dão mais lucro. (2005, p.53)

Kabenguele Munanga, por sua vez, fala dessas identidades sob o prisma antropológico, estendendo seu campo de visão para a percepção de um racismo que, ao agregar a cor como fator de exclusão, nega e silencia sua existência como justificativa primeira:

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no

racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. (2010, p. 39)

Em relação a isso, podemos citar o pensamento de Nilma Lino Gomes desenvolvido através do artigo intitulado “Cultura Negra e Educação” que percebe o problema racial não mais como decorrente da cor da pele, e, sim, como processo de politização usado para manter hierarquizado o que não pode mais ficar segregado:

parto da concordância de que negros e brancos são iguais do ponto de vista genético, porém discuto que, ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída, pela cultura, como uma forma de classificação do humano. No entanto, no contexto das relações de poder e dominação, essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos. As propriedades biológicas foram capturadas pela cultura e por ela transformadas. (2003, p.3)

Carlos Moore fala do racismo como processo educativo negativo, ou seja, aquele que, alimentado por mentes esclarecidas, se manifesta comedido, no entanto, não menos perverso:

longe de recuar diante da educação e da ciência, e em vez de ser contido pelo acúmulo crescente de conhecimento, o racismo adentra-se na ciência e converte-se em modo de educação. Ele ressurge como um racismo mais ‘científico’, mais ‘refinado’ e, crescentemente, mais ‘cordial’ (grifos do autor). (2012, p.232)

Da nossa perspectiva, esse “racismo mais cordial” é complexo de se combater, uma vez que quem o pratica sempre terá uma “fórmula inteligente” de ratificá-lo através da própria negação do racismo.

As estruturas sociais, educacionais e a própria linguagem formam um todo que, na contramão de seus objetivos transformadores, acabam servindo como mecanismos de perpetuação de sentimentos inconfessos do outro e sobre o outro. Percebemos, então, que apropriar-se de um idioma transcende a apropriação da língua ou a imersão ingênua na cultura que o identifica; requer um doar-se constante para se que se compreenda a complexidade de um silêncio que se verbaliza toda vez que é interrogado.

O campo de reflexão de Stuart Hall (2005) também repousa na questão das identidades culturais, ao refletir sobre a forma como os sujeitos dessas transformações culturais conseguem conceber sua identificação singular:

uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (2005, p.21).

Desse modo, percebemos que existe entre os autores similaridades de um discurso que interroga e busca racionalizar a luta desses sujeitos perante um mundo em acelerado processo

de transformação. Se a fragmentação das identidades tende a ser produto e resultado dessa contemporaneidade, a ideia compartilhada por esses autores é a compreensão mais exata das sensações de não pertencimento vivenciadas pelos negros em busca de seus espaços numa sociedade em constante processo evolutivo. Trazemos uma expressão de Franz Fanon que pode dimensionar não só os objetivos dos autores supracitados, mas também a própria compreensão da história do negro no Brasil:

há dois séculos eu estava perdido para a humanidade, eternamente escravo. Depois alguns homens vieram a declarar que tudo aquilo já tinha durado demais. Minha tenacidade fez o resto; fui salvo do dilúvio civilizador. Avancei...Tarde demais. Tudo estava explorado, previsto, provado, estabelecido. Minhas mãos nervosas ficaram vazias. A fonte secou. Tarde demais! Mesmo assim quero compreender. (2008, p.111)

Franz Fanon consegue externar esse estranho estado de liberdade que, ratificado pelo término legal da escravidão, não foi capaz de minimizar a intensa e persistente depreciação do outro, motivada pelo critério cor. No entanto, apesar de todo desencantamento sentido, nos faz perceber que, independente da história recebida, temos a obrigação de compreendê-la em seu verdadeiro contexto.

2.1 Bakhtinianamente falando sobre o objeto de estudo

Temos medo do nosso vivido pela verdade corrosiva que contém sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre a sociedade em que vivemos [...].Ela vê claro onde está obscuro; desmancha enigmas como se estivessem codificados por uma tabuada; lê gestos do corpo como se fossem palavras; conhece o ontem com a perspicácia de um contemporâneo, prevê o amanhã numa ação que se desenrola diante dos seus olhos. É uma voz de alta tensão dramática, e não pode ser confundida com a voz da experiência que é precavida e medrosa. (SANTIAGO, 1994, p. 235).

Ao iniciarmos este capítulo, expomos a razão do título e o objetivo deste trabalho, algumas considerações se fazem necessárias. Essas considerações, no entanto, estão fadadas a incompletudes, pois tiveram como base o discurso pré e pós-abolição de negros em nosso país. Sabemos o valor da linguagem e do quão se torna difícil desafiar o passado carregado de vícios, ideologias e de visões distorcidas do outro e de sua história. A responsabilidade que nos move é justamente aquela que nos inquieta e nos desconforta diariamente. Somos responsáveis por tudo que *fizemos a* ou *provocamos em* outras mentes, narrativas essas que também nos modificam através do diálogo permeado de anseios e incertezas.

Todas as viagens percorridas pelas páginas do passado somente terão seus sentidos aflorados se estivermos dispostos a ouvir as múltiplas vozes silenciadas e emparedadas num universo onde a palavra, sufocada pelo medo, reverbera outros discursos complexos. Como sinalizado por Bakhtin, (2009,p.24) “Ouvir e falar são movimentos de uma mesma atividade.

Desta forma nossas respostas são formuladas a partir da nossa relação com a alteridade, ou seja, são contra palavras às palavras do outro”. Dessa forma, ao analisar as respostas dos docentes negros constantes nos questionários, não podemos desconsiderar que suas palavras, ou até o próprio silêncio, estão intimamente relacionadas com sua ancestralidade. O que devemos ter em mente, portanto, é que o universo pesquisado nunca deixará de ser uma interpretação desencadeada por outras tantas palavras alheias, cabendo ao pesquisador respeitar seu contexto social, bem como, o tempo histórico que o definiu. Assumir essa posição de sujeito responsivo é também perceber que nossa contribuição pode sinalizar e instigar novas reflexões sobre questões sedimentadas, mas, de forma inversa, pode condená-las a outros séculos de silenciamento, medo e conformismo. Assim, são frágeis as trajetórias culturais que determinam os saberes da humanidade e mais tênue se torna o apropriar-se desses “não ditos” que, de tão sufocados, refletem outros “ditos com jeito” e trejeitos inconclusivos.

Quanto ao papel do negro em nosso país, temos consciência de que apreender o que as páginas têm a dizer sobre isso para que reflitamos responsivamente representa muito mais que um desafio, um compromisso social, uma forma de dissipar/amenizar a distância recriada pela cor e, conseqüentemente, perceber que não existe, reitera-se, apenas uma única versão da história. Somos sujeitos de infinitas histórias que se recriam toda vez que interagimos com os outros. É preciso saber que nossa visão, é estreita e carente do olhar do outro, que somos todos atores coadjuvantes marcando sua história através da representação, do descontentamento ou do aplauso do outro. Sem esse outro que nos vê somos fadados ao esquecimento social e, o ser humano, assim como os outros animais, não nasceu para viver isolado. Precisamos do outro e de um viver coletivo que nos faça perceber que de algum modo somos importantes, singulares.

Uma história de um só ator não é história, porque, para que haja uma, é preciso outras vozes, que necessitam da e se perpetuam pela discursividade. Portanto, somos um corpo que carrega consigo outras manifestações que, no imaginário, tendem a se reproduzir. Não podemos afirmar, por exemplo, que a nossa opinião é o demonstrativo exato do objeto da pesquisa, porque, por os dados, mesmo analisados e revisitados, continuarão sendo apenas a ponta de um *iceberg* que, em sua magnitude, irá manter submersa a base invisível que o constitui. Logo, da grandeza desse iceberg, apenas conheceremos uma pequena parcela.

Da mesma forma, pesquisar o outro é ter a certeza de que estamos constantemente diante de um nós, é, enfatizarmos, é reconhecer que somos atores de uma mesma história que precisa ser compreendida através de um olhar coletivo.

Se a alguns coube protagonizar a história, é preciso investigar as razões pelas quais a visibilidade teve de se sustentar através do apagamento de outras memórias. Discorrer sobre temas tão delicados e distanciados da história recebida, como os que temos abordado aqui, requer mais do que atos de coragem e ousadia, pressupõe um mergulho profundo através dos “não ditos” dispersos em discursos múltiplos carregados de um mesmo pensar sobre o outro. Exige também a precisão do voo dos pássaros que, ao conhecer novos lugares, sabe que o essencial é sempre cuidar do seu ninho e ensinar seus filhos o valor da liberdade.

Talvez seja essa a função que abraça o escritor pesquisador: a certeza de que, mesmo tendo de mergulhar em águas barrentas, lamaçais diversos e em densas florestas, o que irá dar sentido a sua trajetória de busca resume-se no momento mágico no qual o pássaro, destituído de vaidade e prepotência, consegue perceber que carregar o barro pesado em seu bico representa: “que precisamos abraçar o outro para nos sentirmos abraçados”. Para isso, é necessário, antes de tudo, transformar “os eus” em “um nós” como bem sinalizado por Bakhtin, e: “ser possuído pelo outro”. Entendamos, entretanto, que esse “possuído pelo outro” não pressupõe ato alienado ou submisso ao outro, mas a convicção de que a interação e a preocupação pela dor do outro também podem determinar nossa condição humana.

Quando exercemos o direito de transpor para o papel a imagem refletida pela percepção que temos de uma realidade que não é só nossa, não podemos nos omitir, nem mesmo em pensamento, perante as perspectivas de uma maioria que jamais admitiu a igualdade entre os homens. Falamos de páginas sangrentas de nossa história que, de tão ensopada de dores, fizeram morada em casulos bibliográficos onde o negro ficou relegado a povo sem memória. No entanto, na versão de uma outra história, diferente do conformismo vazio do “dito” recebido, nos provoca e nos convida a lapidar o emaranhado discurso de negação de toda a contribuição cultural dos negros em solo brasileiro. Esse lapidar, cuidadoso e responsável, prioriza a história sem se afastar dela. O diferencial que aqui nos propomos a perseguir é baseado no fato de que nenhuma história é acabada e inquestionável.

O vasculhar lento e persistente pelas páginas que construíram história da escravidão sintetiza a noção básica que adquirimos para compreender que entre o dito e o silenciado preexiste um discurso que clama ser desvendado. As múltiplas vozes (Bakhtin) presentes em discursos estão clamando por infinitas interrogações. Dar voz ao que ficou disperso requer uma dose de paciência, persistência e alteridade; requer reconhecer que nenhuma história

sobre o outro pode ser conceituada e distorcida ideologicamente falando; requer, por isso, respeitar a voz e a história do outro e perceber que o distanciamento provocado não pode e não deve jamais ser encarado como a história do outro, daquele ou daqueles cujos rótulos foram esquecidos. Desse modo, pesquisar é possuir uma razão revestida de sensibilidade e, através dessa dualidade, perceber que nem toda história é exata e nem toda soma é matematicamente ou humanamente correta.

Sabemos que nem sempre a boa pesquisa é aquela que nos fornece estatísticas precisas, mas aquelas que, independente do resultado esperado, nos provoca e nos instiga a um querer ávido e incontrolável em relação a tudo aquilo que não pôde ser quantificado. Essa sensação de incerteza nos transporta e nos faz perceber que entre a pesquisa e o pesquisador renasce um todo até então não visto, produzindo interrogações que, tal como a arquitetura defendida por Bakhtin, segue seu percurso através de uma compreensão somente realizada através da teia dialogicamente concebida.

O objeto de nossa pesquisa representa o nosso papel também de objeto. Somos interrogados pelo objeto que escolhemos para pesquisar e, nessa fusão necessária, temos a sensação de que o jogo de palavras, misturado a um complexo ideológico, segue seu percurso em busca de outras vozes, de outros diálogos. A palavra do outro, portanto, é parte imprescindível do nosso discurso e vice-versa, pois, conforme Bakhtin (2009, p.33): “Todo discurso concreto presente nas diferentes esferas humanas nunca é totalmente inédito, pois traz ecos de outros discursos”.

Perceber *os ecos de outros discursos* significa muito mais do que análises soltas dispersas em subjetividades, abstrações. Compreender implica a própria valorização desses ecos que, relegados ao silêncio de suas memórias, urgem ser concebidos através de um novo e relevante renascimento. Não se trata do renascimento biológico, como alertado por Bakhtin, mas de um renascer carregado de outros discursos que tende a descortinar o que então havia ficado em zonas de puro silenciamento.

3 O PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BRASIL: REFLEXÕES E SEQUELAS DA DISCRIMINAÇÃO MOTIVADA PELA COR

Com o discurso de “superioridade”, os europeus apoiavam-se numa falsa supremacia branca, desconhecendo o sentimento de revolta e ódio disseminado por eles entre os africanos. Desta forma, a desumanização absorve não só os oprimidos, mas os opressores também, visto que estes, ao perderem sua humanização, agem como se fossem um fuzil ou uma chibata ambulante (OLIVEIRA, 2007, p. 46-47).

Ao discorrer sobre o período escravocrata no Brasil, não podemos retê-lo como objeto de estudo estagnado com datas estabelecidas que, confortavelmente, nos fizeram crer que com a assinatura da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, enfim, os negros adquiriram a tão sonhada liberdade. Como bem reforçado por Jaime Pinsky:

[a]escravidão não é simplesmente um fato do passado. A Herança escravista continua mediando nossas relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo. (2009, p.7)

É do ângulo de permanência de uma “meia liberdade” que tecemos reflexões sobre o que representou, na prática, a escravidão e, conseqüentemente, sua abolição. Essas reflexões, entretanto, irão sinalizando nossa capacidade imparcial de olhar a história não como algo pretérito, pronto, e, sim, como um processo fragmentado à procura de múltiplas vozes que sejam capazes de considerá-la em suas particularidades. Alguns leitores podem questionar o porquê de utilizarmos o verbo “sinalizar” no gerúndio, porém, talvez os mais comprometidos com a temática do negro compreenderão essa intencionalidade como a tradução de que a libertação é um processo construído vagarosamente.

Quando se estuda a história do Brasil, investigando determinados referenciais teóricos que tratam sobre a escravidão imposta aos negros e seus descendentes, é possível perceber um país constituído por sequelas persistentes. Podemos vislumbrar inúmeras e significativas conquistas alcançadas pelos negros e para os negros, no entanto, nenhuma delas será capaz de minimizar a ferida aberta mantida na memória de seus ancestrais. Falamos de uma espiritualidade tão presente e de um solo brasileiro identificado pelo sangue derramado de milhares de africanos abruptamente sequestrados de seu país e coagidos a trabalhar em uma terra por eles desconhecida. Entretanto, não foi o desconhecimento dessa terra o motivo para justificar a imensa barbárie da escravidão, mas, a recepção do homem branco e as diversas formas utilizadas por ele para impor uma soberania que transformou em segregação o que poderia ser concebido como cumplicidade positiva. Uma vez jogados em solo brasileiro, os negros e, seus descendentes, ficaram à deriva dos maus tratos e a mercê das mais diversas

formas de invisibilidade humana. Destratados, não raras vezes, os negros escravos questionaram o porquê de suas vidas serem inferiores a de um cavalo, por exemplo. Antonil consegue descrever esse viver miserável imposto pelo sistema escravista no Brasil:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pés, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau: contudo provera a Deus, que tão abundante fosse comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer cousa pouca provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e freio dourado. (1950, p.55).

Diante das palavras de Antonil em relação ao tratamento dado aos negros escravos, o que se pode perceber é o lamento sufocado daqueles que, arrancados de sua pátria, não conseguiram encontrar justificativas para uma sobrevivência tão miserável. Esse estrangeirismo, ou melhor, essa rejeição aos negros no Brasil foi o traço de um colonialismo que proveio de uma necessidade ilimitada de manter o escravo como objeto de uma exploração constante. Como afirma Cunha:

o escravo é assim, por excelência, um estrangeiro, não enquanto membro de uma outra comunidade da qual proveio, mas enquanto permanentemente alheio à comunidade que o escravizou. É alguém que deve ser mantido na sua condição de estranheza. É um outro. E é um outro que não pode ter lealdades próprias, mas apenas lealdades mediadas pelo senhor. (2012, p.21)

Esse distanciamento, aliado a uma espécie de invisibilidade e coisificação, serviria para justificar, num futuro não muito distante, outras formas de discriminação racial. A Abolição da Escravatura no Brasil, assinada pela Princesa Isabel, nada mais simbolizou que uma falsa liberdade: uma nova forma de rejeição da cor. Parafraseando Carneiro (2012, p.27), “O que esse tratamento da alforria revela é uma experiência de transformar o escravo em cliente, em agregado.”

O período pós-escravocrata no Brasil passou a representar uma falsa relação amistosa entre brancos e negros e em nada neutralizou a supremacia de uma ideologia que persistia em destratar esses negros e gerar novas formas de violências físicas, morais e psicológicas. Julien Freund, com muita propriedade, conseguiu descrever os mecanismos dessa invisibilidade imposta aos negros em nossa sociedade:

a violência consiste em uma relação de potência e não simplesmente de força que se desenrola entre vários sujeitos (no mínimo dois), sejam para forçar direta ou indiretamente o outro a agir contra a sua própria vontade e executar uma vontade que lhe é estranha, submetido a ameaças de intimidação, através de meios agressivos ou repressivos capazes de atacar a integridade física ou moral, os seus bens materiais

ou suas ideias, seus valores, anulando suas resistências, sejam elas supostas ou deliberadas. (1983, p.98)

“Esse forçar direta ou indiretamente o outro a agir contra a sua própria vontade e executar uma vontade que lhe é estranha”, faz refletir sobre a verdadeira peça teatral protagonizada pela Lei Áurea que, longe de oferecer a liberdade tão sonhada, foi a geradora de novos mecanismos de *anulação do* e de *desrespeito pelo* negro. O fato mais instigante verificado nesse período pré e, supostamente, pós-abolicionista foi a arquitetura de uma nova escravidão não menos branda que a dos açoites. A realidade, em sua essência, não deixou de demonstrar que havia um certo gosto pela permanência das desigualdades raciais.

No entanto, vale relembrar que a subserviência imaginada pelo branco não passou da imposição de um discurso que se recusava a compreender os ideais de liberdade defendidos pelos negros. Exemplo de não contentamento dos negros diante das migalhas ofertadas pelos seus opressores é a “Revolta dos Malês”, ocorrida no estado da Bahia em 1835, composta por negros livres que exerciam as mais diversas profissões, tais como alfaiates, carpinteiros, artesãos e pequenos comerciantes. Os objetivos da “Revolta dos Malês” (ou nagô mulçumanos, como ficaram conhecidos) estavam bem definidos: 1) lutar contra a imposição da religião católica; 2) lutar contra a perseguição e escravidão do negro; 3) libertar os escravos; 4) confiscar os bens dos brancos e implantar uma república islâmica.

Infelizmente, a revolta foi noticiada, porque três escravos delatores fizeram chegar aos ouvidos dos senhores brancos toda a arquitetura previamente organizada pelos nagôs a respeito de como e onde seria o levante. Isso resultou em ataque surpresa a partir do qual a vida de muitos negros foram ceifadas e/ou condenadas a outros tipos de castigos e punições, ou seja, entre a condenação pela pena de morte e o envio de volta para a África, a “Revolta dos Malês” deixou um saldo de aproximadamente sessenta mortos espalhados pelas ruas de Salvador.

A eficiência do aparato policial baiano, aliado à delação proferida, serviu para conter a “Revolta dos Malês”, e por fim a uma das mais perfeitas revoltas organizadas. No entanto, o que ficou como lição de toda a resistência, força e dos ideais perseguidos pelos Malês é que jamais a força coletiva de um grupo deve ser desconsiderada e, que a tentativa de privar um negro da liberdade e justiça, sempre irá representar o exército de uma só voz. Outras revoltas aconteceram em solo brasileiro e em nenhuma delas foi observado acovardamento de negros e negras. Podemos dizer que essa “forma digna de morrer” remete àquilo que Paulo Freire chama de intervenção do ser no mundo: “o ser humano é, naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de

sujeito e não pegadas de puro objeto.” (FREIRE, 2000, p.119). No período escravocrata, muitas revoltas ganharam as ruas e nelas o negro conseguia perceber o lugar que lhe cabia indicado pelos brancos. Hoje, essa “desracialização” sonega verdades, espaços e reconhecimento social. O negro e seus descendentes estão diante de uma nova senzala que persiste em não reconhecê-los, tal qual espaço subtraído e negado no período pré-abolicionista. Nas palavras de Levine (2005, p. 153), “o racismo envolve tanto a criação de uma diferença concreta entre pessoas ‘livres’ e as escravizadas como a exploração imaginativa dessa diferença para intensificar o senso de liberdade do grupo privilegiado pela não escravidão”.

Seja qual for a justificativa para ignorar o negro como protagonista da história do nosso país, o que realmente prevalece são as atitudes preconceituosas presentes nas relações sociais distanciadas pela cor. Franz Fanon, ao perceber a fragilidade dessas relações, ressalta que “quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é minha cor. Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal” (FANON, 1983, p. 109).

Essa consciência de um aprisionamento histórico ratifica não só o círculo vicioso de um racismo às avessas, mas naturaliza novas formas de destratar o negro. Por isso, é essencial que tenhamos em mente a ideologia da supremacia branca que, ao desconsiderar o sangue e o lamento dos escravos nas imensas lavouras de café, açúcar e algodão, permanece alimentando o quadro das desigualdades sociais no Brasil. É o que afirma Haroche:

as humilhações devem a partir de então, ser consideradas consequências das sociedades de mercado sem limites, que, ao gerar ou fomentar o desenvolvimento de humilhações intensas, não estão em condições de respeitar a condição humana e de oferecer a todos seus membros condições de vida decente. (2008, p.168)

Franz Fanon, que como dissemos é um escritor de referência em assuntos que priorizam a crítica sobre os temas do período pós-colonial, traz elementos pertinentes a uma reflexão por parte da sociedade sobre o verdadeiro papel imposto a todos os negros no Brasil e como eles se autoquestionam diante de uma história que os continua ignorando sob vários aspectos.

Vim ao mundo, preocupado em dar um sentido às coisas, querendo ser na criação do mundo e eis que me descubro, objeto no meio de outros objetos. [...] eu paro, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixa-me como se fixa um preparado através de um colorante. (1983, p.91)

Por mais fortes que possam parecer as expressões utilizadas por Fanon para descrever o sentimento de abandono e de não pertencimento sofrido pelos negros no Brasil, elas

representam a angústia daqueles que foram duplamente explorados e excluídos. O mais instigante/intrigante no cenário que simbolizou a escravidão no Brasil, foi a necessidade doentia de distanciar e fazer do outro um ser não grato. Entretanto, o mais perverso em toda a história do nosso país, recai no continuísmo de querer tratar o diferente como igual, ratificando a ideologia da indiferença. O negro sabe que é diferente na cor, no tipo de cabelo e no jeito extrovertido de ser. Porém, ele não consegue conceber como as sequelas de uma escravidão inacabada podem atravessar o século XXI contaminando ainda mais as relações humanas numa espécie de *apartheid* abasileirado e pós-moderno.

O processo social, político e econômico que desencadeou o período escravocrata brasileiro permanece, embora com cenários diferenciados, vitimando os negros e seus descendentes. Aprofundar o “dito” os “nãos ditos” e o que está por se dizer ou desvendar, nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, nos leva a refletir sobre o fato de que “Toda história é remorso”. O autor revela isso com a sensibilidade própria daqueles que necessitam do olhar do outro para compreender que o mais importante é “olharmos juntos”.

Essa sensação de culpa ou de incompletude perante fatos mal resolvidos de nossa história, ou melhor, de omissões que se agigantaram desconsiderando os valores essenciais dos seres humanos exigem de todos nós a reparação de uma dívida histórica. Se não compreendermos isso como necessário e urgente, não poderemos fugir das agruras contidas no remorso da omissão. Nas palavras de Carlos Moore,

[e]sse passado, marcado pelos tráficos de escravos, é conhecido; vários séculos dessa atividade, que se reverteram numa hemorragia extraordinária de dezenas de milhões de pessoas que saíram compulsoriamente do continente africano como escravizados, para nunca mais voltar. Para nós, trata-se de um assunto que é um verdadeiro pesadelo. (2010, p.52-53)

Para o autor, é imprescindível que conheçamos a verdadeira história da África e o que representou para a humanidade o imenso genocídio racial no qual centenas de milhares de negros foram arrancados do Continente Africano e obrigados a manter uma sobrevida miserável longe de seus familiares. Porém, Moore (2010, p. 136) salienta: “Em todo caso, a historiografia africana está em pleno processo de descolonização intelectual, graças às obras de uma nova estirpe de historiadores africanos [...]”.

O desejo de Moore não deve ser restritivamente privilegio somente de historiadores africanos, pois somos partes responsáveis de uma mesma história que, em nome de interesses maiores, silenciou uma cultura escravizando seu povo. Urge que saiamos do ostracismo “academicista” que, muitas vezes, nos cega e impede que nos vejamos como parte de um mesmo passado. Nesse sentido, que todas as contribuições advindas de outras pesquisas sejam

conflituosas e que as fontes a subsidiar os trabalhos possam dialogar permanentemente com o passado a fim de tornar o presente, ou quem sabe o futuro, um lugar mais prazeroso e livre dos vícios de uma história injusta do outro. Esse diálogo entre o passado e o presente, esse refletir em meio a infindáveis referenciais requer que sejamos flexíveis e conscientes de que, segundo Ragazzini,

[...] as fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados (*accertabilità*) sobre o passado. (2001, p.14)

Quando Ragazzini (2001) diz que *o passado já não é passado quando é interrogado*, percebemos a visão apurada desse autor que, insatisfeito com as verdades tidas como *in conteste* das fontes bibliográficas, nos conduz a outras reflexões. Ele nos faz refletir sobre o quanto é importante termos o discernimento para entender que, após a ponte, existe uma longa trajetória a ser percorrida e que toda a fonte *per se* jamais será suficiente para identificar os “não ditos” que ao longo dos séculos foram jogados para uma zona de total silenciamento.

É importante considerar que toda obra encontra-se num estado de incompletude que tende a ser minimizado através do exercício de um olhar mais atento, mais comprometido, ou seja, algo novo ou dito de outra forma e intensidade se fará presente a cada releitura efetuada, assim como aquilo que julgávamos dito ou sacramentado desperta para outras formas dizer. É justamente esse exercício que delimitamos como norte deste trabalho o qual não despreza as infindáveis bibliografias pesquisadas e instiga a ir além da estreita história que, ressaltando a supremacia branca, relegou as humilhações sofridas pelos negros e também as suas lutas no Brasil.

É justamente diante das tantas dicotomias que marcam nosso problema de pesquisa que pretendemos pousar vagarosamente nosso olhar ainda incipiente nesse campo de complexo conhecimento. Sabemos que as visões distorcidas do outro precisam ser repensadas e o Brasil, país construído pelo sangue e suor de milhares de negros africanos, não pode continuar sendo omissos e coniventes com um passado que permanece desrespeitando parcela significativa de seu povo. Como enfatiza Carlos Moore,

[c]oncretamente, trata-se de quebrar o muro do preconceito e ignorância que foi erigido pela escravidão em torno das questões atinentes à África e que, ainda hoje, em pleno século XXI, continua de pé, emperrando a convivência democrática dos brasileiros entre si. (2010, p.48)

Quando Carlos Moore (2010) reforça o desejo de *quebrar o muro do preconceito e ignorância erigido pela escravidão*, o faz por compreender que o estereótipo de negro escravo permanece inferiorizando o negro e todos que dele descendem. É como se o negro, apesar de tantos séculos passados, continuasse condenado a viver acorrentado, a ser açoitado socialmente toda vez que tenta resgatar sua autoestima.

Seres escravos, inferiores, tidos como povo sem alma, eis algumas das especificações atribuídas aos negros no Brasil. Ao longo dos séculos, o que mais percebemos é a imensa dificuldade em aniquilar rotulações tão nocivas tal qual vírus resistente a vitimar seus descendentes. Assim, a escravidão de negros no Brasil ganha uma nova roupagem e sedimenta uma história condenada à ausência de epílogo. Por isso, compreendemos a urgência de novas buscas e de novos olhares sobre o que de fato representa a presença do negro em nosso país. Para que isso seja possível, é preciso, conforme Hoornaert, considerar que:

cada povo tem que lutar pela sua memória. Seria ingênuo pensar que conhecemos o nosso passado. O que a maioria sabe acerca do passado é exatamente o que os detentores do poder permitem que ele saiba. Fica bem claro que os que estão no poder não têm nenhum interesse em que o povo conheça a sua verdadeira história, pois esta é por demais instrutiva acerca das injustiças praticadas contra um povo ‘durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado’, conforme escreveu o eminente historiador cearense Capistrano de Abreu nos seus “Capítulos de História Colonial.(1994, p.45)

Esse lutar pela memória de um povo é um descontentar-se necessário, e urgente. É um exercício que, ancorado em infinitas bibliografias, precisa buscar seu momento de profunda reflexão. Esse lutar, portanto, é entender que os ditos sedimentados sobre a história de nosso povo carecem de novos e atentos olhares capazes de extrair os “nãos ditos” que fundamentam a história em seu estado puro, “descontaminado”. A descontaminação, aqui, busca compreender que o negro, apesar de toda a opressão sentida, nunca aceitou a imposição da escravidão como regra e a resposta a isso, muitas vezes não compreendida, foi a rebeldia, o ataque e a revolta.

Muito poderíamos falar sobre a resistência e a luta dos quilombolas que, na tentativa de preservação da identidade negra, morreram defendendo o ideal coletivo de liberdade. Da mesma forma, poderíamos aprofundar reflexões acerca do Panafricanismo, surgido em meados do Século XIX como movimento político em resposta às questões raciais, movimento esse pregava a união dos povos africanos como bandeira capaz de derrubar o preconceito racial. Muito teríamos a discorrer sobre a ideologia do Panafricanismo e os seus idealizadores.

No entanto, o que queremos registrar é que sua corrente ideológica deixou germinando entre nós a importância da integração e solidariedade com os diferentes, da preservação e dos

resgates de práticas e cultos aos ancestrais, da preservação e valorização da linguagem nativa em resposta à imposição do idioma pelos colonizadores, da diversidade da cultura negra em todos os seus aspectos.

Não temos a intenção de pensar o Panafricanismo como um movimento que tentou criar uma outra África capaz de acolher os negros segregados pelas diásporas. O priorizado pela nossa pesquisa é destacar esse movimento como mais uma ferramenta criada pelo negro para a preservação de sua identidade, história e cultura.

O mesmo poderíamos dizer do “Movimento Negro Contemporâneo” que eclodiu em 1970 e que trazia o resgate da identidade racial como bandeira de mobilizações e reivindicações políticas. Podemos dizer que a busca pela valorização da negritude e pelo orgulho de ser negro foi fortalecida através do referido movimento, “irmão caçula” da “Frente Negra Brasileira” (1931-1937) que estabelecia a luta pela educação como instrumento capaz de superar o preconceito racial, promovendo a ascensão do negro e, conseqüentemente, possibilitando a ele o direito de exercer com dignidade a sua cidadania.

Os objetivos estabelecidos tanto pelo “Movimento Negro Contemporâneo” como pela “Frente Negra Brasileira” nos fazem lembrar o que o saudoso líder africano Nelson Mandela sempre fazia questão de ratificar: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para modificar o mundo.”

Esta é uma proposta da pesquisa: extrair os “não ditos” de nossa historiografia escravagista e, ao fazê-lo, por mais humilde que possa parecer nossa contribuição para a sociedade, ela será despida dos propósitos elitizantes que criaram sobre os negros uma única e depreciativa história: a de escravizados e inferiores. Nas palavras de Carlos Moore, o que jamais podemos desconsiderar é que

a hemorragia humana que a África conheceu com os diferentes tráficos negreiros, de uma parte, e com a colonização europeia, de outra, nunca teve paralelos na história da humanidade. Simplesmente, se tratou de um genocídio racial. (2010, p. 69)

Esse genocídio racial, no qual milhares de negros tiveram suas vidas ceifadas em nome de uma ganância econômica desraigada, não pode ficar condenado a capítulos de uma história que proíba reedições. Se alguns entendem como pertinente o fatalismo, o papel do pesquisador também precisa ser repensado. Não podemos permitir que o negro tornado escravo seja motivo de novas formas de discriminação racial, pois, se acharmos confortáveis tais procedimentos, não só seremos coniventes com a inferioridade que impuseram ao negro, mas com a falsa ideia de que ele se conformou com a ausência de liberdade. Nas palavras de

Carlos Moore (2010,p.108), “[os] povos que não cumpriram esses requisitos seriam, no olhar de muitos pesquisadores primitivos, abortos da humanidade, aptos para o lixo histórico”.

Não queremos ser esse tipo de pesquisador primitivo e conformado nem plantar rosas onde os espinhos desenharam os verdadeiros cenários escravagistas. Não pretendemos ocultar a riqueza construída em solo brasileiro pelas mãos escravas. Não devemos ser complacentes com as torturas físicas, psicológicas e sociais que impuseram aos negros e seus descendentes em troca de uma ambição desmedida, amoral e desumana. Não compactuar com a versão de uma única história sobre os negros no Brasil é reconhecer, segundo Diop, que:

a redescoberta do verdadeiro passado dos povos africanos não deverá ser um fator de divisa, mas contribuir para uni-los, todos e cada um, estreitando seus laços de norte a sul do continente, permitindo-lhes realizar, juntos, uma nova missão histórica para o bem da humanidade [...]. (DIOP, 1983, p.70)

É justamente sobre essa história que pretendemos lançar nosso olhar sem esquecer as sábias palavras de Freire quando nos alerta sobre o que realmente significa fazer história:

fazer história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado. Quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá com lucidez, as dificuldades que tem que enfrentar no processo permanente de libertação. (1982, p. 47)

A contribuição de nossa pesquisa ocorre justamente no momento em que, apropriando-nos de determinados referenciais teóricos, lançamos sobre eles nossa insatisfação perante as dicotomias construídas como forma de distanciamento entre brancos e negros. O fato de alguns sujeitos da pesquisa poderem participar desse diálogo e dessa reflexão sobre os infinitos porquês que ratificaram o continuísmo de certas práticas perversas contra nossos irmãos africanos, por si só, contemplam o objetivo maior da pesquisa. Como bem sinalizado por Cunha Jr.

A imagem do africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela persistência das representações africanas com a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos. Quanto aos povos asiáticos e europeus as plateias imaginam castelos, guerreiros e contextos históricos, sociais e culturais. [...] Há um bloqueio sistemático em pensar a África diferente das caricaturas presentes no imaginário social brasileiro.(1997, p.58)

Refletir sobre o que ficou submerso é transformar a história em outras histórias. É responder e se posicionar diante de fatos e compreender que a mesma história que, por décadas se aloja no casulo de uma ideologia branca, precisa ser arrancada do seu pertinente aconchego e discutida com transparência, fomentando novas contextualizações. Repetindo:

“falar do dito não é apenas redizer o dito, mas reviver o vivido que gerou o dizer que agora, no tempo do redizer, de novo se diz”. Freire (1992, p.17).

Por isso, é preciso um constante descontentar-se a ponto de mergulharmos nas profundezas da história e dela extrair o que de fato ficou oculto ou não teve a chance de nascer em seu conceito mais amplo.

É imprescindível que se entenda que os atores das pesquisas também são construídos e constituídos por ideologias e, portanto, não se deve lançar pré-conceitos ou juízos de valor de forma precipitada. Urge que se possa interpretar o enredo da história e as sequelas que permearam o teatro das relações humanas, cenário em que o homem alimentou o desejo de possuir e transformar o outro em escravo. Somente quando esse processo se concretiza é que a pesquisa encontra sua verdadeira forma. Quando o pesquisador se propõe a sair do individual descobre que o que realmente permanece é aquilo que a história não soube ou não quis explicar. Saramago, em seu livro “O Conto da Ilha Desconhecida”, dizia: “é preciso sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós” (2010, p. 41).

Diante do exposto e das explicações que têm servido para justificar a escravidão no Brasil, não podemos desconsiderar dois fatores que fundamentaram as primeiras reflexões desta pesquisa: a) o Brasil precisava do trabalho braçal para seu desenvolvimento como país recém-descoberto. No entanto, a forma como se deu a escravidão e as sequelas desse turvo período ainda permanece como raiz de uma frondosa figueira: os anos passam, o progresso chega, mas a ideologia da supremacia branca continua se alastrando e fazendo novas vítimas e, os negros, tal como no passado, continuam sendo sofrendo segregações das mais diversas; b) o homem negro é diferente apenas pelo pigmento de sua pele. Já foi comprovado, ainda que reine uma ironia diante desse aspecto, que geneticamente somos todos iguais. Foram necessários anos de pesquisas para fundamentar uma realidade negada e silenciada: a ciência apenas “comprovava” o que a ideologia continuava e continua “justificando”, ou seja, a dor pela cor.

De forma concisa, o período escravocrata do Brasil nada mais fez do que tornar distante o próximo e elevar a patamares mais altos a despreocupação com a dor do outro. A ausência de alteridade nas relações entre senhores e seus escravos acabou sendo a grande responsável por um viver miserável e desprovido de respeito humano. A ambição e o desprezo pelo negro em nosso país acabaram privando a humanidade do exercício mais sublime de amor e preocupação com o outro. Da mesma forma, também gerou grandes obstáculos que foram se proliferando e dificultando a aproximação entre brancos e negros e,

consequentemente, roubando a possibilidade de se construir uma sociedade com pessoas melhores e cientes de que se pode bem viver com as diferenças.

3.1 A cidade de Pelotas e as charqueadas: as salgadas lágrimas da escravidão

“As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade do país” (Abdias do Nascimento).

Ao começar esse novo capítulo, receamos que muitos venham a questionar o porquê de a pesquisa, tendo como foco analisar o discurso do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas, abordar a temática do período charqueadense vivenciado nesse município gaúcho. Entretanto, se assim o fizemos foi por entender que não devemos pontuar a discriminação racial de forma generalizada, pois teríamos uma visão distorcida sobre os diversos motivos responsáveis pelo cenário da escravidão de negros no Brasil. Além disso, vincular o regime escravocrata somente a correntes, navios tumbeiros e pelourinhos seria ato leviano e precipitado. Precisamos compreender esse regime como algo maior que, de forma sistemática e desumana, percorreu estados, invadiu regiões e cidades, promovendo as mais diversas formas de invisibilização dos negros ou visibilização perversa contra eles e seus descendentes.

Falar sobre a escravidão de negros no Brasil é justamente exercitar esse olhar crítico sobre a história e perceber que a exploração de mão de obra também se fez presente em outros tipos de senzalas. Exemplos são as charqueadas pelotenses, grandes extensões de terra onde o processo da salga da carne bovina para o comércio de exportação representava a mesma escravidão apenas com endereços e rótulos diferenciados. Igualmente, a jornada de trabalho dos negros nesses espaços não tinha limites e, se algum reconhecimento pelos desgastes físico e mental deles um dia ocorreu, infelizmente não tivemos o prazer de encontrá-lo em algum referencial.

Essa reflexão da história por cidade ou região nos fez compreender que, além das conceituações dadas aos negros no Brasil no período escravocrata, outras e infinitas formas de desrespeito se fizeram presentes num afã incontrolável de manter a mão-escrava e com ela todos os lucros econômicos advindos do trabalho aprisionado. Saber disso nos proporcionou a base para discussões posteriores na nossa pesquisa; instigou, ainda, a compreensão de que existe, dentro de uma suposta unidade histórica, um todo complexo que clama ser contextualizado a fim de que sejamos capazes de montar o verdadeiro quebra-cabeça que serviu para dignificar uns e menosprezar outros.

Discorrer sobre os negros e o charque é resgatar certas peças desse quebra-cabeça, peças que, embora pareçam dispersas, estão bem próximas de nós, prontas para cumprir o seu papel nesse jogo de interesses em que as lágrimas dos escravos, misturadas ao processo da salga, foram desconsideradas e secadas sob o mesmo ardente sol.

Seria descuidado e irresponsável falar sobre a discriminação racial vivenciada por professores negros na cidade de Pelotas sem que antes pudéssemos investigar a história e desvelar os preconceitos enfrentados pelos primeiros negros que aqui sucumbiram diante de um novo e pérfido escravismo. A partir dessa sintética, mas significativa visão sobre o período charqueadense, teremos argumentos mais contundentes para instigar reflexões sobre as primeiras manifestações e sensações de não pertencimento pelos negros vividas. Também sabemos que elencar alguns dados e particularidades relacionados à cidade de Pelotas será necessário não só para localizá-la geograficamente, como para situar as principais charqueadas, palco sangrento onde o trabalho escravo ocorreu de forma desumana e injusta.

Pelotas é um município da região sul considerado uma das capitais regionais do Brasil, distante a 250 km da Capital do Estado, Porto Alegre. A primeira referência do seu surgimento data de 1758, através de uma doação de terras, localizada às margens da Lagoa dos Patos, feita pelo Conde de Bobadela ao Coronel Thomáz Luiz Osório por seus feitos na guerra contra os guaranis. Hoje, o nome do Coronel Thomás Luiz Osório identifica o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), localizado no Fragata, bairro-cidade da cidade de Pelotas. Vinte e dois anos mais tarde (1780), o português Jose Pinto Martins, fugindo da seca que assolava o Ceará, fundava a primeira Charqueada às margens do Arroio Pelotas. A prosperidade do comércio charqueadense foi tão significativa que logo a região começou a crescer dando origem àquilo que poderíamos chamar de marco inicial da fundação propriamente dita da cidade de Pelotas.

Se de um lado a seca no nordeste impedia a criação de gado e a produção de charque, o Rio Grande do sul, através da exuberância dos verdes campos do pampa, foi o local para onde foram transportados os bovinos do nordeste. A partir desse momento, o trabalho, outrora artesanal do charque, começou a ser produzido em larga escala e, com a mesma intensidade da matança do gado, a exploração galopante da mão escrava crescia desordenadamente.

Em 1832, a então Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 1812, foi elevada à categoria de Vila. Em 1835, por sugestão do Deputado Francisco Xavier Pereira, a cidade passa a ter o nome de “Pelotas”, fazendo alusão às embarcações de varas de corticeira forradas de couro, primitivamente usadas pelos índios e que se chamavam “pelota”. O comércio das charqueadas foi tão expressivo que a cidade de Pelotas chegou a ser

considerada, por excelência, a capital econômica da província e não raras foram às vezes em que foi comparada à sociedade parisiense, tal o luxo esbanjado pelos senhores charqueadenses, bem como pela belíssima arquitetura de seus casarões. Conforme o historiador Mário Osório Magalhães²,

A consolidação das charqueadas, grandes propriedades rurais de caráter industrial, só se dá no século 19, às margens dos arroios Pelotas, Santa Bárbara, Moreira e canal São Gonçalo. O gado, matéria-prima, era proveniente de toda a campanha rio-grandense, introduzido em Pelotas através do Passo do Fragata e vendido na Tablada, grande local dos remates na região das Três Vendas.

O historiador Mário Osório Magalhães nos presenteia com um material vasto e riquíssimo sobre o período charqueadense em Pelotas. Transcrevemos algumas curiosidades neste capítulo por entender a pertinência delas para dar forma aos objetivos que nos propomos discutir em relação ao silenciamento da docência negra.

O modo comparativo de olhar a história e suas ramificações ideológicas nos faz perceber que tudo se perpetua, repete a partir de outros discursos que, mesmo equivocados, serviram de modelo. Quando o historiador revela que Pelotas chegou a ter por volta de 32 charqueadas e que o número aproximado de negros escravos girava em torno de 80 em cada propriedade, não se torna difícil compreender o império econômico advindo da exploração sem limites da mão-escrava. Quando em suas pesquisas o autor diz “[...] que os navios que levavam o charque não voltavam vazios. Traziam mantimentos, livros, revistas de moda, móveis, louças da Europa – e açúcar do Nordeste, consolidando a tradição do doce em Pelotas”, podemos perceber que nessa trama comercial o negro foi peça de farta e fácil permuta.

Novamente, somos levados a refletir sobre a exacerbada necessidade de valorização pelo que é estrangeiro e sobre a facilidade de tornar estrangeiro o que não o é, está tão próximo. Isso implica afirmar que quanto mais a cidade ganhava ares europeus, mais os negros se sentiam estrangeiros na cidade. Essa inversão de valores facilitada pelo *status* econômico da elite pelotense não foi capaz de admitir que o progresso de Pelotas tenha sido conquistado a duras penas pelos negros na solidão das grandes charqueadas. Não temos conhecimento de que alguma placa tenha sido descerrada em homenagem a um negro charqueador ou que com seu nome alguma rua da cidade tenha sido batizada. Os títulos foram dados aos senhores charqueadenses que, explorando a jornada de trabalho desses negros nas charqueadas, ainda aproveitavam os períodos sazonais para obrigá-los a construir o que hoje chamamos de “beleza arquitetônica de nossos casarões”.

² Disponível em: <<http://www.brasilcult.pro.br>> Acesso em: 28 de abr. de 2014.

Durante a pesquisa, outro detalhe que chamou nossa atenção foi o significado dos símbolos contidos na bandeira e no brasão de Pelotas, por isso aqui foram inseridos como parte do discurso sobre o silenciamento da docência negra em Pelotas. Afinal, por trás de cada signo, por mais desprezioso que possa parecer, sempre haverá um discurso silencioso que urge ser interpretado infinitas vezes. Toda vez que nos dispusermos a uma nova leitura, descobriremos o quanto os signos e os próprios discursos falam sobre a intensidade ou intencionalidade do silenciamento. Talvez, recebamos diversas críticas por externar nossa opinião a respeito de símbolos que são frutos de uma construção histórica. No entanto, contextualizar esses discursos sedimentados pode ser apenas uma forma de dizer que nenhum conhecimento deve ser considerado verdade absoluta a ponto de impedir outros olhares, outros pontos de vista.



Figura 1



Figura 2

Ao analisar os sentidos dos símbolos contidos na bandeira e no brasão de Pelotas, não podemos deixar de registrar algumas inquietações que nos fizeram retomar diversas vezes às bibliografias sobre as charqueadas pelotenses. Não compreendemos a razão pela qual a figura do boi e a do índio foram mais importantes que a das mãos dos escravos responsáveis por todo o progresso econômico de Pelotas. A “pelota” foi amplamente utilizada pelos negros para fazer a travessia dos rios, como meio de transporte capaz de suportar a imensa quantidade de couro que era levada de Pelotas ao porto da cidade de Rio Grande, distante cerca de 60 km de nosso município.

Não desconsideramos o papel do índio como inventor da “pelota”, apenas ressaltamos que, na cidade de Pelotas, foram os negros que a utilizaram. Portanto, nos custa compreender por quais motivos a imagem dos índios sobressaiu enquanto a dos negros foi silenciada e relegada ao abandono.

Quanto ao símbolo do boi, que representa as próprias charqueadas e o progresso da cidade advindo do período saladeril, é curioso que essa figura tenha sido preterida à imagem

do negro, grande protagonista da época de ouro vivida em Pelotas. Se antes, como bem sinalizado por Clovis Moura, os negros perceberam que mais valia um cavalo que suas vidas, em Pelotas essas sensações foram intensificadas pelo boi, que, ganhando um lugar na bandeira, passou a valer mais que a vida de cada negro dentro das charqueadas pelotenses. Em 2010, o “Coletivo Catarse” esteve em Pelotas entrevistando a Tia Maruca, mãe de santo e presidente da escola de samba Imperatriz da Zona Norte, fundada pelo Mestre Baptista. Sobre a “Produção do Charque e o Sopapo”, a entrevistada relata:

[...] é impossível imaginar o desenvolvimento da indústria do charque, que sacrificava 600 animais por dia, em 30 empreendimentos, sem que os envolvidos não detivessem um certo conhecimento "tecnológico" da matança proveniente da memória de rituais africanos trazidos pelos negros escravizados.

Diante dessas contextualizações não podemos deixar de questionar: seria o índio a força de trabalho presente em Pelotas? Seria o transportar da pelota feito pelos índios e não pelos negros? Enfim, instala-se um desconforto nas interrogações que se mantêm presentes toda vez que nos propusemos a falar sobre o negro. Uma cidade é o reflexo do seu povo e, infelizmente, assim como na história do nosso país, o negro foi o ator cujo protagonismo jamais pôde desempenhar. Outras vozes roubaram sua cena, outras imagens apagaram sua história e, ao apagá-la, outros atores ganharam fama, nomes e memórias.

Talvez, nosso modo de olhar para a história, buscando certas particularidades que, para muitos, soam estranhas ou irrelevantes, seja uma maneira de refletir sobre determinadas memórias coletivas que vão construindo e propagando imagens distorcidas do outro e de sua realidade. No entanto, quando nos deparamos com um material que fala aquilo que tem vontade, seja através da voz ou da própria melodia, nos sentimos confortáveis para navegar em seus contextos e mergulhar através das palavras livremente dispostas. Como exemplo dessa liberdade de expressão, trazemos para este capítulo sobre o período charqueadense uma análise da letra da música “Escravo Saladeiro”, de Neto Fagundes, cantor gaúcho nascido em Alegrete, maior município do Rio Grande do Sul. Ao analisar essa canção, compreendemos a sensibilidade do cantor que conseguiu, em poucos versos, cantar e contar a verdadeira história das charqueadas:

Escravo de saladeiro me dói saber como foi
 Trabalhando o dia inteiro sangrando o mesmo que o boi
 A faca que mata a vaca o coice o laço que vem
 O tronco a soga e a estaca tudo é teu negro também
 (A dor do charque é barata o sal te racha o garrão

É fácil ver tua pata na marca em sangue no chão
 O boi que morre te mata pouco a pouco meu irmão)
 Pobre negro sem futuro touro olhando humilhado
 O teu braço de aço escuro sustentou o meu estado
 Já é hora negro forte que os homens se dêem as mãos
 E se ouça de sul a norte que somos todos irmãos.³

Começaremos nossa análise quando o cantor diz: *me dói saber como foi trabalhando o dia inteiro sangrando o mesmo que o boi*". A riqueza desse verso é sua carga de significados, pois externa justamente a dor e a humilhação dos negros que, na visão estreita e gananciosa dos grandes charqueadores, se misturavam num mesmo cenário onde o boi e o próprio negro representavam apenas peças de um mesmo jogo.

O segundo verso, *a faca que mata a vaca o coice o laço que vem O tronco a soga e a estaca tudo é teu negro também*, demonstra a rotina vivida pelos negros dentro das charqueadas. Se a riqueza da cidade foi fruto desse trabalho, é difícil compreender por que nem por alguns instantes sua sofrida jornada laboral tenha sido considerada. O fim do expediente nunca foi respeitado, pois, após as lides do campo, os negros eram levados para trabalhar na construção dos imensos e luxuosos casarões da cidade que cresciam com o comércio charqueadense. Esse verso retrata que a exploração da mão-escrava negra não foi realidade pontual de uma determinada época ou região do nosso país: A mesma se fez presente no Brasil inteiro e, longe de sinalizar evoluções no trato com os negros e negras, acabou rabiscando diversas e criativas formas de manutenção da ideia do negro como objeto farto e abundante em nosso país.

No terceiro verso: *A dor do charque é barata o sal te racha o garrão É fácil ver tua pata na marca em sangue no chão!* O cantor demonstra o verdadeiro sentimento de dor sofrida pelos negros nos momentos da matança do boi, pois durante esses rituais as marcas de sangue não representavam somente a sangria e o abatimento do gado, mas o próprio sangue do negro que, ao se espalhar pelo chão, marcava os dois objetos usados e explorados desumanamente.

No verso *O boi que morre te mata pouco a pouco meu irmão*, não diferente dos demais, retrata o morrer diariamente de cada negro, pois quanto mais o lucro era buscado com a expansão e o adquirir de cabeças de gado, com ele sua coisificação era também multiplicada.

³ Disponível em: <http://tambordesopapo.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html>. Acesso em: 27/04/2014.

A melodia prossegue: “Pobre negro sem futuro touro olhando humilhado, O teu braço de aço escuro sustentou o meu estado.” Esse verso resume com muita propriedade a imagem depreciativa dos negros nos períodos de grande efervescência das charqueadas. Se o braço de aço escuro sustentou o nosso estado, a consequência disso foi o abandono social, o apagamento da memória do negro e a fragilidade de um amparo que só aumentou com o passar dos séculos.

Infelizmente, o desejo do cantor Neto Fagundes, presente no último verso de sua música: “E se ouça de sul a norte que somos todos irmãos”, durante o período charqueadense, não passou de utopia própria daqueles corações que, abominando a escravidão, acreditavam num futuro repleto de alteridade e respeito pelo outro. Utopia, pois, longe dos tumbeiros e em terra firme, o negro e seus descendentes foram condenados a outras formas de constrangimentos que marcaram, com o ferro invisível do menosprezo, suas vidas e, acima de tudo, seu futuro. O ferro que marca o gado, deslocado para outros pampas, deixou sequelas que o tempo jamais será capaz de curar. A dor do gado abatido, misturada à dor do negro sentido, transformaram o período charqueadense numa história de sangue que, escorrendo pelos diversos rios que circundavam as inúmeras charqueadas, mancharam para sempre os verdes campos da campanha.

É essencial aprofundar o significado da discriminação racial, procurando-a dispersa em outros discursos; é preciso lançar um olhar atento para a cidade e não apenas concentrar-se em referenciais bibliográficos; é necessário espreitar o despercebido, periciar um objeto e desconfiar que, muitas vezes, o essencial também se mostra invisível aos olhos. Ainda, é essencial perceber que a cidade, envolta com seus signos, sempre irá revelar conhecimentos até então “não ditos” ou petrificados. Refletir sobre o significado desses signos nos faz descobrir que existe uma história do negro que ficou adormecida e, cabe a nós, através de um trabalho de ourives literário, devolver seu grito e valorizar sua memória. As formas diversas de invisibilidade sentida pelos negros no período charqueadense em Pelotas criaram, ainda que de forma velada, uma única e deplorável certeza: a de que o progresso saladeril, sinônimo da exuberância da cidade, foi construído com as lágrimas salgadas de uma nova forma de escravidão.

Negar que Pelotas, historicamente, tenha contribuído para o fortalecimento da escravidão de negros é admitir levemente o que a mídia consagrou como identidade pelotense: “Pelotas, a capital do doce!”. Compreendemos a importância do slogan, porque nos remete à ideia de ternura, de algo prazeroso preparado com o mais doce de todos os

ingredientes: o “açúcar”. Infelizmente, a história de nossa cidade, assim como a história da própria humanidade, traz consigo um “sabor amargo” e de difícil compreensão.

Podemos considerar que, em determinados episódios da historiografia sobre a evolução dos homens, a escravidão tenha sido, em sua essência, um “mal necessário”, uma afirmação que persiste em propagar a pujança de poucos em detrimento da miséria de muitos.

Entretanto, ser conivente com essas generalizações apenas nos levaria a uma perspectiva estreita, limitada da história. Logo, a reflexão crítica, proposta em cada capítulo deste trabalho, também seria prejudicada, pois, nesse caso, careceria do olhar do outro.

O que propomos, portanto, neste capítulo é discorrer sobre o lado amargo do período saladeril na cidade de Pelotas e, ao fazê-lo, somos cômicos de que por mais que possa parecer pequena nossa abordagem sobre o tema, foi o que se tornou possível devido à limitação da própria pesquisa. Essas reflexões que, para muitos, podem parecer desnecessárias ajudarão a compreender que nada é por acaso e que o nome de uma cidade sempre é construído para demonstrar sua identidade, seja ela política, social, cultural e/ou econômica.

A cidade de Pelotas, hoje reconhecida *como capital nacional do doce*, como dito anteriormente, persiste em silenciar ou negar a influência da mão escrava até mesmo na preparação dos doces. Vários referenciais que tratam da feitura dos doces pelotenses procuram destacar a versão de que aos negros caberia somente a missão de mexer os tachos. Isso sugere que os negros são inferiores a partir do momento em que a tarefa desenvolvida por eles é “banalizada”. Em outras palavras, isso demonstra, acima de tudo, um total desconhecimento por toda a contribuição africana deixada em cada canto do Brasil.

A discriminação pode ser percebida através da sutileza como os negros e seus descendentes foram utilizados durante o preparar dos doces em Pelotas. Marília Kosby, em sua Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais “Aqui nós cultuamos todas as doçuras: a contribuição negra para a tradição doceira de Pelotas”, nos brinda, através da voz de alguns sujeitos entrevistados ao longo de sua pesquisa, com valiosos relatos sobre a forma como era percebido o papel do negro na feitura dos doces pelotenses.

Conceição, nome fictício para preservar a identidade de uma doceira, sujeito da pesquisa da escritora supracitada, fala-nos sobre a sua percepção sobre o papel do negro na feitura dos doces:

Mas eu acho que o negro não entrou aí com nada. Entrou com o trabalho de mexer os tachos. Com isso ele entrou, porque as sinhazinhas andava sempre bonitonas. Então, quem fazia tudo era a negrada; iam para a beira

dos tachos e dê-lhe a mexer tacho⁴

“O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação”⁵ é outro referencial que demonstra claramente o menosprezo pelo trabalho desenvolvido pelas negras filhas de escravas. O relato selecionado na pesquisa é de uma atual doceira cujos antepassados eram proprietários de um “castelo” onde a presença de mulheres negras era comum tanto nas lides domésticas como na mão escrava explorada na feitura de um dos doces mais famosos chamados “pastéis de Santa Clara” que exige alguns cuidados que merecem ser descritos.

“Antigamente, e isso eu sei que acontecia na casa da minha bisavó e depois a minha avó, os doces eram feitos para serem consumidos no dia. Minha avó contava que quando era bem jovem, lembra que a mãe dela gostava de fazer o Pastel de Santa Clara, mas essa é uma massa muito delicada, não pode ter umidade senão a massa não liga. Então ela botava as empregadas, que já desde muito tempo trabalhavam lá no castelo, botava duas ou três trabalhando, mas não para fazer a massa, pois isso a mãe dela é que fazia, e sim para ajudar a secar a massa, pois, debaixo da mesa onde era estendida a toalha de linho e por cima dela a massa do pastel, iam tachos com brasas de carvão para secar o ar, e essas empregadas, que deviam ser negras, pois eram filhas de escravas, ficavam abanando a massa para secar.”

Assim, saímos do lado doce e sutil que representa nossa cidade e passamos ao que de fato nos propusemos neste capítulo: compreender o que ainda nos impede de superar aquilo que Mía Couto chama de “cegueira coletiva e de aprendizagem da insensibilidade”⁶ e, através do exercício de alteridade, refletir sobre a maior pobreza de um homem ou de uma nação que é justamente a miséria de sentimentos em relação a seus semelhantes.

Esse adentrar na “ostra social” que representou o período saladeril de nossa cidade nos leva a compreender que, por trás de todo o sistema escravista sob o título de período charqueadense, a cidade de Pelotas construiu os mais belos e suntuosos prédios. Não podemos deixar de tecer comparações com as palavras de Rubem Alves quando em seu livro “Ostra feliz não produz pérolas” (2008) nos fala de todo processo doloroso sofrido pela ostra para produzir a pérola. Da mesma forma, “negro feliz nunca fez história”. Se não houve felicidade, por outro lado, não devemos esquecer que o negro “fez história” justamente através das dores

^{4 e 5}Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/696/502>

⁶Disponível em <http://psol50sp.org.br/osasco/tag/da-cegueira-coletiva-a-aprendizagem-da-insensibilidade>

e do “suor salgado de suas lágrimas a partir dos quais dos a arquitetura histórica de nossa cidade se tornou atrativa aos turistas e pesquisadores.

Perceber essas relações é interiorizar e valorizar as experiências do outro e compreendê-las dentro de um imenso leque de alteridade e respeito pela sua história que também é a nossa. Essa é a forma mais digna de manter viva a identidade, a luta pela contribuição cultural. Por isso, dedicamos cada frase deste capítulo a essas relações negadas e silenciadas sobre o grande abismo a que foram remetidos os negros na cidade de Pelotas.

Não temos, entretanto, a intenção de aprofundar isso como bem gostaríamos, pois, felizmente, escritores pelotenses assim já o fizeram, citando, por exemplo, os trabalhos de Ester Gutierrez no livro “Negros, Charqueadas & Olarias”, que revela detalhadamente o significado do período charqueadense em Pelotas e instiga outros olhares:

O espaço da produção do charque apresentava um quadro macabro, fétido e pestilento. Nesse lugar imperavam vísceras, sangue, excrementos, ossos e animais pestíferos e ferozes. Reinava o mau cheiro. Ilhas de imundícies proliferavam nos terrenos encharcados da fabricação da carne salgada e de seus subprodutos. A população cativa vivia nessas condições ambientais, sob um regime carcerário e num ritmo de produção fabril. De novembro a maio, quando o gado estava mais robusto e os dias eram os mais quentes do ano, trabalhavam da meia-noite ao meio-dia. Nos outros meses, possivelmente, produziram nas olarias existentes nas charqueadas ou impulsionariam a construção de prédios na cidade. (2011, p.306-307)

Citamos também o livro “A Pia e a Cruz”, de Mateus de Oliveira Couto, que, através de estudos aprofundados relacionados aos registros de batismos e óbitos de negros no período compreendido entre 1840 a 1859 nas cidades de Herval e Pelotas, identifica como causa preponderante da morte de dezenas de negros as péssimas condições em que sobreviviam nas charqueadas pelotenses. “Pelotas conheceu a verdadeira mortandade entre a escravaria, devido à cólera morbus. [...] Nos registros, essa moléstia era designada como reinante, ocasionando a morte de duzentos cativos nos anos de 1855 – 1856”. (2011, p.207–239). A fim de pormenorizar os dados elencados por Mateus Couto sobre a cólera morbus em Pelotas, Ester Gutierrez assim relata:

No dia 8 de novembro de 1855, a cólera entrou em Pelotas. Nos primeiros dois meses, matou uma média de 40 pessoas por dia. Nesse momento de terror abriam-se as sepulturas com urgência, e a toda pressa, no cemitério do Fragata. No dia 23 de novembro de 1855, enterraram o primeiro colérico naquele cemitério. Nesse dia, a terra Cobriu a cova rasa do escravo Benedicto, de 24 anos, solteiro, oleiro, nascido em Pelotas. (2004, p.426)

Ambos os autores resgatam a importância da presença negra em Pelotas e não deixam de registrar o lado sombrio pelos quais centenas de vidas foram ceifadas. Essas mortes,

porém, não tiveram como causa somente a cólera prognosticada, mas os maus tratos sofridos, que contribuíram para uma tragédia maior, ou seja, o descaso e abandono social a que todos os negros foram relegados. Essas formas de morrer diariamente acompanhadas de uma total desesperança deram forma às estatísticas vergonhosas que ficarão para sempre na memória coletiva dos pelotenses indignados com a ausência de justiça e de humanidade praticada pelos seus antepassados.

O processo saladeril, ou seja, de salgar a carne para conservá-la e comercializá-la, representa muito mais que um período de trabalho escravo em nossa cidade, simboliza uma mancha na história de Pelotas que sangrará toda vez que a reflexão sobre as charqueadas for maior que o deslumbramento da arquitetônica de nossa cidade. Mário Maestri, em “O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho” desabafa:

Motivados pelos capatazes e por goles de água ardente, os trabalhadores escravizados desfaleciam de cansaço, de sono e fome em seus postos de trabalho, sendo levados para as senzalas ou dependendo do caso, para os barracões pulgentes de doentes. Esses Locais eram chamados de ‘hospitais’. Lá eles dormiam até que o ‘Bacalhau’ dos feitores viesse buscá-los, assim acabando com sua vagabundagem. (1993, p.41)

Persiste uma necessidade de afirmar que Pelotas não compactuou com os desígnios da escravidão e que os negros que aqui foram jogados foram bem recepcionados e respeitados como manda o bom trato hospitaleiro dos gaúchos. A hospitalidade aqui referida diz respeito ao aconchego proporcionado pela simbologia do “chimarrão”, bebida característica do povo gaúcho, e do “churrasco” que, desfrutados coletivamente, nos conduz a uma aproximação necessária de várias gentes. No entanto, o cenário charqueadense serviu para comprovar que, longe da hospitalidade gaúcha, o que mais definiu a cidade de Pelotas foi a exploração desmedida e desumana dos senhores donos das charqueadas em relação ao trabalho escravo explorado em sua totalidade. Como bem enfatizado por Vecchia,

A generalizada agressão física é a face exterior da extrema violência com que era tratada a pessoa do escravo. O mito de que a escravidão no Rio Grande do Sul foi mais branda e suave foi um mecanismo ideológico para encobrir uma situação marcada por atitudes que reclamam justiça. (1990, p.331)

Ao comparar as agressões físicas como a face exterior da extrema violência, o autor nos conduz a contextualizar os diversos mecanismos silenciosos das ideologias. Essas reflexões são necessárias para que possamos compreender que não é somente através do castigo físico que se aprisiona ou se escraviza alguém. E, em se tratando do período charqueadense de Pelotas, o que mais se tornou evidente é que não foi a ausência de troncos e açoites que tornou as sobrevidas desses escravos diferente dos momentos em que se

amontoavam nos navios tumbeiros e nas senzalas. Dito de outro modo, em momentos e regiões diversas, a escravidão nunca deixou de representar uma ausência total de justiça e equidade social.

No livro de Mário Maestri “*O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*” (1984), o autor aprofunda as visões que corroboraram à concepção de que o povo gaúcho não se deu ao luxo de escravizar os negros. Maestri consegue trabalhar e refletir criticamente sobre esse olhar que, não se quer desconsiderar seu valor histórico, sustentava uma falsa ideia de amizade e de acolhimento entre negros e gaúchos. Com isso, Maestri traz para a atualidade certos pensamentos construídos e, através de suas reflexões, lança um convite para que possamos aprofundar os “nãos ditos” desses discursos construídos como forma de minimizar as relações sociais tão caras entre negros e brancos.

Nesse viés, é importante apropriarmo-nos das referências de Mario Maestri, pois ele discute certos pré-conceitos da historiografia tradicional, especificamente da sul-rio-grandense, como forma de compromisso com temas tão significativos, aqui representados pela escravidão no período pré e pós-abolição. Da mesma forma, ressaltamos a relevância do artigo da escritora Valéria Zanetti intitulado “Uma revisão sobre a historiografia da escravidão urbana no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Cruz Alta”, que busca refletir sobre novas interpretações sobre os mitos tradicionais escravistas.

Com a evolução da historiografia brasileira, muito do que foi escrito nesses anos começa a ser revisto. Diferente não é o caso da historiografia no Rio Grande do Sul, onde as relações escravistas só conheciam a interpretação de um segmento da elite, que por anos foi o que se teve como verdade sobre as relações escravistas. Sendo assim, com os estudos produzidos principalmente no campo acadêmico, vemos uma grande contribuição para compreensão do mundo escravista sul-rio-grandense, formando uma nova vertente de pensamento e interpretação dos fatos históricos que giram em torno das relações escravistas. (2002, p.80)

O pensamento de Valéria Zanetti (2002) sobre a importância de análise das relações escravistas no Rio Grande do Sul encontra amparo na emergência de mudanças em relação à visão que não dissocia do negro a imagem do escravo, do submisso. É nesse aspecto que nossa pesquisa busca seu fortalecimento, seu ponto norteador. Urge que saibamos que, por trás de uma história, existem outras infinitas histórias sobrepostas. Quando interiorizamos a importância desse olhar, desprovidos de qualquer vaidade acadêmica, percebemos que estamos de fato contribuindo para o descortinar de uma história propriamente dita.

A proposta, portanto, é que saibamos sair desse conformismo histórico sobre a figura do outro e perceber que em cada tijolo desses casarões, bem como no curso aparentemente

tranquilo das águas que circundam as charqueadas pelotenses, o sangue, o suor e a lágrima derramada pelos negros e negras em nossa cidade estarão para sempre representados. Perceber esses laços invisíveis é uma maneira particular de repúdio e remorso coletivo. Falar da dor e das lágrimas pode não parecer algo científico, porém, não podemos deixar de reforçar que pesquisar na área das humanas é muito mais complexo do que enumerar infindáveis e frias estatísticas.

Sabemos que não se pode quantificar os sentimentos de abandono e de menosprezo sentido pelos negros e negras que aqui cumpriram uma etapa amarga de suas vidas, mas devemos nos colocar por um instante em seus lugares e perceber que suas dores, talvez, tenham sido provas de resistência que poucos se preocuparam em interpretar. Esse sentimento de amor e preocupação com o outro não é científico e isso talvez explique o motivo pelo qual dentro das academias o que mais aprendemos são as técnicas de afastamento dos sujeitos a serem pesquisados.

Pedimos que o leitor entenda nossa teimosia, assim como nosso jeito “anti-academicista” de discorrer sobre o silenciamento da docência negra em Pelotas. Não pretendemos criar atritos com os parâmetros de uma pesquisa que, querendo ou não, temos de transformar em um trabalho “cientificamente correto”. Por outro lado, temos de admitir que falar da dor do outro nunca poderá ser considerado científico. Se assim fosse possível, as pesquisas na área das humanas e este capítulo sobre o período charqueadense, por exemplo, apenas se resumiriam a catalogações dispersas e frias tão próprias de manuais que, ao ensinarem o meio mais prático do percurso, se esquecem de falar sobre aqueles que os construíram. Reforçamos essa aproximação tão necessária com o objeto de pesquisa, porque nos desconforta ouvir, inertes, relatos como o de Varoto (1997) e simplesmente repetir que: “A grande expansão das charqueadas fez com que Pelotas fosse considerada a verdadeira capital econômica da província, vindo a se envolver em todas as grandes causas cívicas.” (Varoto, 1997, p.37).

Interessante é perceber que os acontecimentos passados, de maneira tendenciosa ou não, acabaram, silenciados, promovendo a ideia de que, na cidade de Pelotas, durante o período charqueadense, não houve uma marca sangrenta apenas a prosperidade econômica.

Os atores da história foram esquecidos, a contribuição cultural africana foi negada e, sob rótulos diversos, os ilustres charqueadores fizeram fortunas e tiveram seus nomes estampados pelas diversas ruas da cidade.

3.2 Quilombos: a representação da consciência negra

O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar – uma síntese dialética (CARNEIRO, 2011, p.45).

Sabemos que muitos questionamentos tendem a ser persistentes diante de inserções de capítulos que falem um pouco sobre a escravidão de negros no Brasil, o período charqueadense na cidade de Pelotas e, agora, o significado de Quilombos usados na construção deste trabalho. Por outro lado e, imbuídos de uma responsabilidade científica, entendemos que seria leviano de nossa parte querer analisar o discurso dialógico do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas sem que antes tenhamos arrolado essa imensa distância social que o branco construiu na tentativa de isolar o negro de um decente e respeitoso convívio em nosso país. Acima de tudo, temos a convicção de que, embora possam parecer abordagens desconexas, os capítulos dialogam entre e si e desvelam, ainda que de forma breve, a sensação de não pertencimento histórico que o negro sofreu e com o qual ainda padece em busca do resgate de sua identidade.

Se olharmos por outro prisma, entenderemos que a escravidão de negros no Brasil representou uma das formas mais transparentes da importância de sua mão-escrava e, também, de sua resistência. As imagens de povo submisso e de “raça puramente servil” foram expressões utilizadas pelos brancos que, diante do medo de uma grande revolta entre os negros escravizados, buscavam a autoafirmação de sua vã superioridade pelo uso da força física.

Entretanto, até que ponto a força física tornava obediente o escravizado e, por outro lado, o que significava para os grandes senhores a resistência do negro em busca de sua liberdade? Essa análise crítica do significado do branco senhor e do negro escravo pode ser aprofundada através das palavras de Rousseau.

Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei de propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. (1983, p.269-270)

No entanto, essa forma de escravizar o negro e dele extrair até mesmo sua identidade representou um manual sangrento que foi seguido, minuciosamente, em todos os cantos e em todas as regiões deste país. Através dessa “receita ideológica”, absorvida com veemência

pelos ambiciosos senhores, a coagida permissão escravocrata representava a dose certa para explorar o negro em todos os sentidos imagináveis ou até onde alcançasse a maldade e a criatividade senhoril. Nesse prontuário egocêntrico, o homem branco prescreveu a história mais indigna da vaidade humana: a necessidade ferrenha de ter alguém a quem pudesse usar, explorar e machucar no sentido mais cruel dessas palavras. Essa imagem distorcida e construída pelo branco tende a construir sobre o negro uma história que não é a sua nem tampouco a de seus descendentes.

Distorcer fatos para obter vantagens com a exploração e o aprisionamento de uma minoria jamais representará a realidade propriamente dita. Os negros, apesar de todas as atrocidades sofridas nas mãos dos brancos sem alma, não foram, em nenhum momento, o que se tentou consagrar como povo submisso. O negro lutou, reagiu, protestou e buscou sempre o seu lugar e, quando percebeu sua condição de mão promissora, fez questão de fazer valer seus direitos numa pátria que, agora, se tornava também sua.

Muitos referenciais têm demonstrado que o Brasil sempre se mostrou um país resistente a qualquer tipo de manifestação social cujo objetivo tenha sido a liberdade de negros e negras. Essa afirmativa vem ao encontro do fato de as diversas leis antiescravistas serem legalizações frágeis que nunca foram cumpridas em suas infundáveis entrelinhas. Um exemplo que trazemos é a Lei Euzébio de Queiros, aprovada em 04/09/1850. Ela proibia o tráfico interatlântico de escravos, o que, no Brasil, apesar da pressão da Inglaterra, continuava sendo realizado clandestinamente. Destacamos, entretanto, que a pressão da Inglaterra, ao proibir o tráfico de navios negreiros em alto mar, não sinalizava uma forma de repúdio ao trabalho servil, mas de preservar interesses econômicos com aporte da industrialização. O país precisava da capacitação de homens para atender às novas demandas do comércio e estimular o mercado consumidor. Logo, a ganância do branco em nenhum momento modificou a história a partir do princípio básico de extermínio das desigualdades sociais.

Poderíamos elencar infinitas leis em prol do fim do escravismo e, em todas elas, constataríamos o continuísmo de práticas que burlavam, a todo instante, o direito do negro à liberdade. Ao contrário do que prega a maior parte dos referenciais sobre a escravidão de negros no Brasil, essa privação de liberdade não foi aceita com naturalidade ou abnegação e a prova mais contundente disso foi a construção de Quilombos, que, segundo Edson Carneiro,

O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros

crioulos, nascidos e criados no Brasil. Os quilombos, deste modo, foram para usar a expressão agora corrente em etnologia – um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos. (2011, p.36)

Através desse excerto, percebemos que os quilombos não representavam um ajuntamento de negros fugitivos, como imaginado pelos senhores de engenho, mas um coletivo de homens e mulheres que faziam desses espaços um lugar de reivindicações. Entre o lutar e o preservar da cultura africana, esses objetivos fortaleceram ideias que o branco jamais teve interesse ou condições de compreender. No entanto, sabemos que muitas conceituações levianas construídas para definir “quilombos” apenas têm demonstrado o quanto o branco ainda se sente fragilizado e amedrontado diante da possibilidade de expansão e da força política dos quilombos ou comunidades quilombolas.

O espírito coletivo dos negros foi o grande diferencial na luta contra as desigualdades, portanto, não devemos ignorar que foi nos quilombos que esses laços em prol da liberdade e da igualdade de direitos se estreitaram ainda mais.

Muitas vidas de negros e negras foram ceifadas durante os infundáveis ataques aos quilombos, mas, infelizmente, sobre esses dados ainda carecemos. O que sempre vem à mente quando falamos em quilombo é o Zumbi, símbolo da liderança negra no Brasil, por lutar e morrer em nome da liberdade de seu povo. Nas palavras de Flávio dos Santos Gomes (2011, p. 99), “Zumbi e seus comandados descobriram uma liberdade em Palmares e com isso inventaram uma escravidão para aqueles que queriam destruí-los.” Localizados em lugares íngremes e de difícil acesso, não raras foram às vezes em que, mediante traições internas, os quilombos foram dizimados. Segundo Edson Carneiro,

[...] todos esses ajuntamentos de escravos tiveram, como causa imediata, uma situação de angústia econômica local, de que resultava certo afrouxamento na disciplina da escravidão, e todos se verificaram nos períodos de maior intensidade do tráfico de negros, variando a sua localização de acordo com as flutuações do interesse nacional pela exploração desta ou daquela região econômica. (2011, p.36)

É importante lembrar que os quilombos ou comunidades quilombolas, independente de sua época histórica, sempre irão representar um pedaço da África em solo brasileiro. Neles, persiste a busca pela preservação da cultura africana e a luta diária pelo resgate da identidade do negro. Mesmo no mundo contemporâneo, os objetivos das comunidades de remanescentes de quilombolas visam preservar a memória de seus ancestrais.

Vale ressaltar que o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes dessas comunidades, apresenta um novo caráter fundiário, dando ênfase à

cultura, à memória, à história e à territorialidade. Eis um grande avanço que merece ser destacado por representar mais uma das muitas lutas do negro no Brasil.

Apesar dos avanços jurídicos conquistados pelos negros em prol do reconhecimento dos quilombos, a luta continua árdua no que se refere à emissão dos títulos definitivos de suas terras. Como alerta Flávio dos Santos Gomes, ainda que a luta pela valorização das raízes africanas permaneça viva através de outros atores, é importante que atentemos a ideias tendenciosas que perduram através dos séculos:

Mas há também os Zumbis dos séculos XX e XXI, simbologia étnica não menos importante que continua mobilizando intelectuais, ativistas e movimentos sociais na denúncia contra o racismo e na luta por cidadania, políticas públicas, visibilidade cultural e reconhecimento social. Não se trata de um Zumbi verdadeiro contra um Zumbi de mentira. Ambos são históricos. E com eles apareceram os não Zumbi, na forma de silêncios na bibliografia sobre o nativismo, panteões dos heróis sem base popular, imagens da Abolição como dádiva imperial e suposta não exclusão social. (2011, p.99-100)

Daí a importância e o cuidado da educação como fonte de preservação dessas matrizes culturais ricamente encontradas nessas comunidades quilombolas. Hoje, os quilombos representam a resistência do negro não contra a crueldade do senhor, mas contra algo mais significativo: sua dignidade, identidade e suas raízes. Nos quilombos, a oralidade é cultivada através da arte de escutar os mais velhos e, embora se diferenciando da educação formal, a educação quilombola representa tudo aquilo que nas escolas foi silenciado: o legado e respeito pela cultura africana. Nos quilombos, prevalece a luta diária pela valorização da memória e de uma história coletiva que atravessou mares enfrentando tempestades. No entanto, as investidas brutais, agora socializadas, tendem a destruir ou depreciar essas comunidades quilombolas que representam significativamente uma história que deixa de ser singular e passa a ser de todos.

Se no passado a destruição dos quilombos representou o comércio mais auspicioso de concessão de terras, não podemos desconsiderar o jogo de interesses aí implicados. Conforme alguns relatos que tratam da invasão e posse dos quilombos, era comum presentear os invasores com as porções de terras tomadas dos negros. São apropriações como essas que, desviadas muitas vezes para o plano das ingenuidades, nos provocam uma cegueira em relação aos verdadeiros valores de nossos antepassados. Ao desconsiderar os reais motivos que levaram homens e mulheres a entregar seu sangue em nome da preservação de seu território, estaremos condenados a simplesmente repetir, quais ecos de uma história que não mais pode ser negligenciada.

Não podemos falar sobre cultura brasileira, porque ela não existe sem a narrativa de outras tantas históricas dispersas em capítulos essenciais, tais como aqueles que desvelam o papel do negro em todas as instancias norteadoras de um país em construção. Por isso, são pertinentes as palavras de Halbwachs quando fala sobre o cuidado que devemos ter ao nos referirmos a uma história como memória individual, isolada de todo um contexto:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (1990, p.54)

Os quilombos representam essa busca pela memória de seus ancestrais e pela valoração de toda uma cultura que, atravessando os séculos, se encontra cada vez mais forte na rotina de suas comunidades. Nos quilombos, os negros e seus descendentes têm o espaço necessário para preservar, no dia a dia, toda a bagagem cultural herdada dos mais velhos.

Diferente de algumas culturas que relegam e descarta a sapiência dos mais velhos, a cultura africana *valoriza e necessita do* conhecimento deles como fonte da verdadeira sabedoria humana. Os remanescentes de quilombolas espalhados pelo Brasil conhecem o verdadeiro valor de sua cultura e a herança de seus ancestrais e, são esses valores, que tem lhes proporcionado a força para lutar contra uma sociedade ainda tão marcada pelo preconceito. Eles são conscientes do seu papel social e, tal como seus ancestrais, buscam narrar a sua própria história, mas desta vez, em “primeira pessoa”.

A fim de que possamos compreender a história vivenciada pelos negros em nosso país e os ideais de justiça e liberdade de seus ancestrais, urge que sua oralidade seja interpretada e buscada incansavelmente. Esse conhecer está dentro dessas comunidades, onde o negro declara seu amor a terra e a seus ancestrais fortalecendo ainda mais os exemplos de alteridade herdados da Mãe África. Por isso, antes de repetirmos certos jargões que persistem em dizer que comunidades quilombolas são apenas amontoados de negros, é imprescindível que saíamos do conformismo de uma única história e nos propomos a conhecer “uma história do negro narrada pelo próprio negro.”

Não cabem estereótipos sobre os negros que se encontram nessas comunidades quilombolas, tais como, desocupados ou invasores de terras alheias, pois, mesmo nesses estreitos espaços de terra que, por direito lhes pertencem, resistem em nome de uma memória histórica a qual carrega um pouco de cada brasileiro. Somos parte dessa miscigenação que clama por regar livremente suas raízes e cabe a nós, ao entender essa trajetória de luta, não

esconder parte desse imenso quebra-cabeça que um dia chamaram de quilombos e/ou mocambos.

Discorrer sobre os quilombos não é rotular espaços, é compreender que, mesmo depois da abolição da escravidão, o negro se encontra aprisionado a uma distorcida história que persiste em multiplicar a negação de toda uma cultura deixada por seus ancestrais. Por isso, é pertinente a busca por pesquisas voltadas a desvelar “verdades sedimentadas” que, aliadas a inconsistentes alicerces, construíram um muro de invisibilidade entre negros e brancos. Gomes (2005), no livro “Trajetórias de Pesquisadores Negros: educação patrimonial e cultura afro-brasileira”, reforça a urgência de um novo tipo de pesquisa direcionada a estudos sobre o negro e o seu legado:

[...] nesse cenário de desigualdades racial e social surge o intelectual negro, que, unido à sua comunidade, busca discussões e procura soluções que melhorem a vida da população negra, e com isso, a vida de quase metade da população brasileira. As experiências de vida desses intelectuais são relevantes na construção do pensamento educacional brasileiro, pois se somam a outros trabalhos que procuram, entre outras coisas, melhorar as condições da educação no país a partir da diversidade cultural. (2005, p.170)

Respeitar a diversidade cultural é, acima de tudo, procurar soluções para que o viver na diferença seja ato de aproximação e respeito pelos diferentes. Diversidade cultural é conviver com o diferente em uma sociedade sem torná-lo invisível através da indiferença. No entanto, falar em miscigenação harmoniosa em nosso país nunca serviu para definir uma hospitalidade verdadeiramente transparente que respeite de fato as diferenças entre as pessoas. O Brasil, representado por alguns gestores ambiciosos, fez “dos diferentes” fonte de humilhações e explorações diversas. Nesse sentido, como bem preconizado por Claudine Haroche,

[a]s humilhações devem, a partir de então, ser consideradas consequências das sociedades de mercado sem limites, que, ao gerar ou fomentar o desenvolvimento de humilhações intensas, não estão em condições de respeitar a condição humana e de oferecer a todos seus membros condições de vida decente. (2008, p.168)

A busca por uma vida decente representa o anseio do negro independente de estar num quilombo, na periferia ou nas grandes cidades. Em qualquer lugar, a sensação de não pertencimento persegue e mutila a identidade do negro. Mesmo que conviva no mesmo espaço social que o branco, ele se depara, rotineiramente, com zonas fortemente demarcadas pelo preconceito racial. É contra essa sensação constante que os quilombos de resistência do passado foram erguidos e mantidos, pois, diante da tirania dos grandes senhores, “força era sinônimo de união, de coletividade”. Assim, preservar um quilombo significa espalhar um

pouquinho da África em solo brasileiro e, acima de tudo, percebê-lo como espaço de *convivência com a vivência da* cultura africana. Um quilombo, dentre outras acepções, sempre será a resistência em forma de resposta e o acolhimento em forma de alteridade.

Hoje, deparamos com os remanescentes de quilombolas que, recebendo de herança a luta pela preservação de suas raízes, continuam defendendo suas terras e o direito de nelas usufruírem o que na convivência social ainda lhes parece desconhecido, estranho: o conhecimento da vida e o legado de sua história repassado através da oralidade dos mais velhos.

Sabemos que muitas legislações estão voltadas à preservação dos espaços que passaram a ser chamados “comunidades quilombolas”. No entanto, ainda que paire sobre essa intenção um caráter social, a luta dos negros parece fadada a um amanhecer ainda incerto.

Essa luta constante em busca de seus direitos parece amarrada a um passado pesado no qual o negro não consegue se livrar da imagem conflituosa construída pelos brancos. No livro de Carlos Moore “A África que incomoda”, o autor diz:

A primeira imagem da África, que surge diante de nós, representa os africanos como eternos escravos. Esse passado, marcado pelos tráficos de escravos, é conhecido; vários séculos dessa atividade, que se reverteram numa hemorragia extraordinária de dezenas de milhões de pessoas que saíram compulsoriamente do continente africano como escravizados, para nunca mais voltar. Para todos nós, trata-se de um assunto que é um verdadeiro pesadelo. (2010, p.52-53)

Pesquisar sobre os quilombos, ainda que de forma breve, instigou reflexões importantes sobre o negro e suas diversas formas de resistência contra todo tipo de pré-conceito vivido em solo brasileiro. O estudo demonstrou que, para o negro, os quilombos representaram marcas de regaste da sua identidade, da resistência coletiva, do empoderamento e, acima de tudo, da valorização da cultura africana em seu contexto mais particular. Hoje, os chamados quilombos contemporâneos ou remanescentes de quilombolas continuam representando a memória africana e a história de um povo que, mesmo marcado e amordaçado, nunca desistiu da luta representada pelos valores africanos: a dignidade e o direito a ter direito de viver e de contar sua própria história.

Vale ressaltar que contar sua própria história é uma das infindáveis barreiras encontradas pelo negro que, não desconsiderando a importância da educação formal, entende que conhecer a história do Brasil exige uma apropriação da realidade vivenciada por todos os africanos; entende que a dignidade almejada para si e seus descendentes está além de projetos meramente sociais ou “politicamente incorretos”. O negro, pois, continua perseguindo a valorização de suas origens; busca poder trabalhar a terra, respeitando seus ciclos; almeja

agradecer a seus orixás pelo alimento sagrado. Ser negro e quilombola não é possuir alguns hectares de terra e, sim, a possibilidade de propagar os valores mais nobres de humanidade herdados da filosofia africana: respeito, fé e solidariedade.

Viver em quilombos, conforme referenciais que tratam do tema, é dançar nas horas felizes e, na dor, entender que a união ameniza qualquer tipo de sofrimento. Em outras palavras, podemos dizer que ser quilombola é bem mais que qualquer conceito gramatical, pois, acima da superficialidade de um mero vocábulo, preexiste uma realidade que somente seus atores, os negros, são capazes de narrar com propriedade,

Essa narrativa precisa nascer de quem a conhece e nela se reconhece. Se os quilombos e os diversos Zumbis representam essa imprescindível e valiosa forma de conhecimento histórico, é chegado o momento de desarmarmos os preconceitos e aprendermos que antes de uma história confortável da escravidão, há uma trajetória de dor, silenciamento e fragmentação identitária.

Queremos crer que o objetivo estabelecido pela Educação Escolar Quilombola possa reverter esse quadro negativo ao trazer para a escola discussões tão pertinentes sobre o grande legado cultural presente nesses espaços. Isso representará um avanço considerável da própria educação. O “acreditar” aqui não supõe um saudosismo positivo, mas uma expectativa que precisa ser vencida para que a educação seja um espaço onde a igualdade não mais seja segregada. Para Soares,

Não basta a Escola abrir seus portões para a entrada das diferenças (étnicas, religiosas, gênero, entre outras) ao mesmo tempo em que se fecha para marcar o diferente, para sinalizar o que está dentro e o que está fora da normalidade, e quem está fora é esquadrihado em sua diferença, é estimulado a abandonar suas matrizes culturais, para aproximar-se da ideia de um “igual”. (2008, p.66)

Fica aqui o nosso olhar sobre a importância da Educação Escolar Quilombola não apenas como parte de uma matriz curricular que pode ou não ser cumprida, dependendo do grau de relevância trabalhada e do comprometimento com seus pares, mas como instrumento reflexivo capaz de nos fazer compreender o contexto atual dos quilombos e remanescentes de quilombolas e, a partir daí, nos auxiliar a pensar políticas afirmativas capazes de modificar deficiências percebidas.

Não se trata, todavia, de reproduzir discursos eloquentes na tentativa de sensibilizar alguns professores a trabalharem tal temática, nem de exigir que façam pelo menos uma visita informal em qualquer comunidade quilombola. A aproximação da prática com a teoria didaticamente desenvolvida iria, com certeza, proporcionar a esses docentes uma visão mais ampla da história. Não se trata de uma imposição metodológica, mas de uma apropriação

sobre o outro que irá nos ajudar a identificar a grande diferença entre revolta e resistência e, acima de tudo, compreender que, independente do quilombo e da época diante da qual foi construído, o que torna os negros ligados ao mesmo cordão é a luta política que sempre existiu em prol da garantia de seus direitos.

4 CICATRIZES DA ESCRAVIDÃO: UM DISCURSO MODERNO COM ROSTO DE PASSADO

Isto que existe como singular e historicamente real tem volume e peso maior do que qualquer unidade de ordem teórica e científica, mas esta diferença de peso, evidente para a consciência viva que a experimenta, não pode ser entendida por meio de categorias teóricas. (BAKHTIN, 2010, p.51)

Não iremos detalhar o que os livros didáticos, escritos por mãos brancas, nos “desensinaram” sobre a presença do negro no Brasil, porque, acima de qualquer outro tipo de convencimento, essas ideias impostas nada mais fizeram do que duplamente excluí-los.

Entendemos, entretanto, que mesmo de formas enviesadas e incompletas, esses referenciais são interessantes, porque nos obrigam a tecer reflexões diante de uma história, enfatiza-se, escrita por mãos brancas infladas pela negação da cor negra.

É de conhecimento de todos os pesquisadores do significado, das causas e consequências do período escravocrata do Brasil que o negro é colocado numa ilha de invisibilidade social crescente através dos séculos. A Abolição da Escravatura, ocorrida no ano de 1888 que concedia a liberdade a todos os negros a partir dessa data, foi, prioritariamente, um ato político que, ao ignorar os ditames da lei, espalhou em entrelinhas e incisos a negação do direito a uma liberdade plena.

Foi essa falsa liberdade legalizada e vigiada que bradou aos quatro ventos que o nosso país disse adeus à escravidão. O que não foi questionado, talvez, tenha sido que tipo de liberdade era essa e a quem ela realmente beneficiaria. Nas palavras de Jacques d’Adesky,

Se insistirmos na evidência de que as oportunidades de um indivíduo são também ligadas a seu pertencimento social e comunitário, que a miséria, a pobreza e a discriminação têm uma dimensão coletiva, poderemos, sem dúvida admitir que o menosprezo de uma cultura, de um modo de vida, a falta de reconhecimento adequado da imagem da pessoa e de seu grupo, configuram privações de oportunidades iguais e causam danos psicológicos, sob a forma da tortura de uma baixa autoestima. (2006, p, 25).

Essa baixa autoestima tão bem definida por Jacques d’Adesky foi o que sobrou da visão distorcida da palavra liberdade e da sutileza do princípio que diz que perante a lei somos todos iguais. Essa liberdade, que tanto serviu de inspiração para ecoar os gritos e cânticos de lamento de milhares de negros escravos, hoje, de maneira mais acirrada, sinalizam os objetivos de todos que lutam por um mundo onde o outro não seja menosprezado pelo pigmento de uma pele.

Hoje, em pleno século XXI, não temos mais as correntes de ferros, mas temos as amarras sociais que aprisionam o negro dentro de uma ilha que os impossibilita de um convívio saudável como os demais. Não temos mais as marcas de ferros, mas temos o

genocídio *negro* que a cada dia que passa tem servido para fortalecer aquilo que o compositor *Marcelo Yuka desenvolve* a partir do título de sua melodia: “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro.”

Hoje, o que permanece como herança não grata da escravidão é o preconceito, o racismo e a discriminação racial que, de forma mais violenta, fere e edifica novos tipos de senzalas. Não temos mais os açoites que dilaceravam o corpo do negro por furtar um alimento, porém permanecem os alçózes do mundo moderno e de uma política que se alimenta da supremacia de uns em detrimento da tristeza de milhares. O que se torna mais visível são as humilhações diárias, através das quais o negro percebe sua inferioridade, como os intermináveis “fechar de portas”, bloqueio de oportunidades. Parafrazeando Adeski,

Tal situação de desrespeito gera falta de oportunidades, criando, ao mesmo tempo, entraves ao gozo de um bem-estar individual e social. Nesse sentido, declarar-se negro ou afrodescendente em referência a uma demanda pública de reparação ou de justiça social não significa negar o pertencimento a uma humanidade comum, tampouco implica reclamar uma identidade fixa que não deixa lugar ao diálogo e à interação com o outro. (2006, p.61)

As palavras de Adeski (2006) retratam com profundidade a sensação de não pertencimento que o negro, apesar de todos os avanços presentes no século XXI, não conseguiu romper nem minimizar. Persistem formas ambíguas de um distanciamento que ora se fortalece com o silenciamento e o abandono social a que foram relegados a partir do período pós-abolição. Nesse “quebra-cabeça racial”, o negro e seus descendentes procuram entender a filosofia de um jogo que, de um lado desconsidera seu caráter e inteligência e, de outro, de forma mais contundente, lhes atribuem a culpa pelo pigmento de sua pele. Nesse labirinto social, arquitetado pelo homem branco e por sua visão distorcida do que seja equidade, o negro sucumbe diante de uma história que persiste em invisibilizá-lo. Na expressão, tão ricamente construída por Césaire, podemos perceber essa sensação de identidade fragmentada e fragilizada dos negros diante de uma elite que precisava da cor para buscar sua auto-sustentação.

Chama-me de X. É melhor assim. Como quem nomeasse a homem sem nome. Mais exatamente, o homem de quem roubaram o nome. Falas de História. Isto é História e famosa. Cada vez que me chamares, isto me fará lembrar o fato fundamental de que tu me roubaste tudo: até minha identidade. (CÉSAIRE, 2001, p.122)

O cenário criado pela escravidão ainda se mantém presente na atualidade. Os atores dessa inesquecível peça social continuam contracenando e reescrevendo antigos roteiros. Assim como no passado, são empurrados para trás do imenso palco e condenados a permanecer silenciados no anonimato, no fechar das cortinas. Os negros de hoje são

representantes inconformados de uma sociedade que se agigantou através de suas lágrimas e de suas dores. Os negros e as comunidades quilombolas do agora são presenças vivas que nos fazem lembrar, incessantemente, da nossa imensa dívida humanamente históricas.

4.1 O discurso do colonizador: reflexões sobre o negro tornado escravo

[...] a virtude do homem – dizia a religião para o escravo – estava em trabalhar duro para o seu sustento; em conformar-se e se manter manso (Cristo não o fora?); em submeter-se à ordem, em respeitar o senhor e em arrepende-se das faltas –mesmo pequenas – que eventualmente cometesse (PINSK, 1981, p. 40).

A história do período escravocrata no Brasil, longe de sinalizar uma harmonia entre os diferentes, perpetuou uma das mais vergonhosas relações de poder da supremacia branca que, desconsiderando a dor daqueles a quem tornou escravo, maculava para sempre o destino de seus descendentes. Os negros e todos que vieram depois deles acabaram sucumbindo perante uma ideologia que, ao menosprezar o pigmento de uma pele, na mesma intensidade, estabelecia um dos primeiros discursos de silenciamento e estranheza. Esse “não lugar” e a sensação de um fatalismo pela cor conduziram os negros a um amanhecer sem futuro e sem expectativas de mudanças. Quando nos apropriamos dos versos de Limeira e Semog (1984), citados por Bernd (1987, p. 130), podemos refletir sobre a dimensão desse “viver por viver” desprovido de esperanças.

Rasguemos por fim estas histórias de grilhões,
Sem esquecê-las
Porque afinal pesam sobre nossos ombros
E teimam em ferir o futuro.

Essas conceituações elaboradas erroneamente sobre o papel do negro no Brasil ratificam a negação de toda uma cultura africana que, nas mãos de um monopólio branco e inescrupuloso, foi explorada e conceituada através de interrogações vazias. A linguagem, fonte de ligações culturais e sociais entre os povos, serviu para estereotipar o negro como alguém dependente, passivo e sem vontades. Essas conceituações, elaboradas com o firme propósito de marginalizar os negros, criaram, através dos séculos, historiografias que, na maioria das vezes, revelaram o total desconhecimento do outro como pessoa e cidadão. No livro “Negro, qual é o seu Nome?”, de Consuelo Dores Silva, a escritora alerta:

Todas as manifestações contra o trabalho servil, aqui descritas, desmentem a historiografia que ao longo dos anos silenciou a este respeito, levando-nos à crença de que o escravo foi incapaz de elaborar formas individuais e coletivas de resistência

à escravidão. Seja fugindo para os quilombos, ou não sendo ‘bom escravo’, o negro desejava fugir ao status de ‘coisa’ imposto pela estratificação social; como sabemos, ninguém nasce com predisposição para ser escravo, mas as circunstâncias históricas é que são determinantes desta condição. (1995, p.53)

Façamos das palavras de Consuelo Dores da Silva o principal argumento deste capítulo: “Ninguém nasce com predisposição para ser escravo” e, se essa situação serviu para macular as páginas da nossa história, foi justamente porque o homem branco desconsiderou a mínima possibilidade de se tornar mais humano diante da diversidade racial advinda da presença negra em nosso país. Há um provérbio africano, citado no livro “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves (2011, p.111), que diz: “Aquele que tenta sacudir o tronco de uma árvore sacode somente a si mesmo”. Isso, talvez, tenha sido o que sobrou das interrogações dispersas da nossa história na qual aqueles que se julgando superior aos demais nada mais fizeram além de depreciar a força negra que construiu de fato o nosso país.

4.2 O discurso do colonizado e a história do branco sem alma

Ser escuro é ser menos e ser claro é ser mais; portanto, há um princípio de valor cultural e, nesse sentido, os escuros são negros e os claros são os brancos. Os escuros vieram da África e os brancos da Europa. [...] Mas, ao construir-se esse contínuo gradual de cores, constrói-se ao mesmo tempo, a oposição de brilho e ausência de brilho, ou seja, no limite os claros são brancos e os escuros são pretos, valorizam-se ou hierarquizam-se os tons, e os claros são melhores. (MAGGI, apud MUNANGA, 2008, p.112).

No livro “Negros Estrangeiros”, de Manuela Carneiro, podemos refletir, com muita propriedade, sobre a falsa identidade do negro conceituada pelo colonizador. Podemos afirmar também que, longe de qualquer crítica leviana sobre o discurso da escravidão escrita por mãos brancas, o que se torna emergente é aprofundar os “não ditos” que inviabilizam até hoje o discurso do colonizado. Esse resgate se faz necessário não só como reparação histórica, mas também como obrigação de todos os profissionais comprometidos em interpretar o poder da linguagem e das ideologias por ela representadas.

Entendemos, acima de tudo, que exercitar esse novo olhar sobre a história da escravidão no Brasil seja não só tentar desvendar o poder das palavras, mas, acima de tudo, percebê-las em outros contextos. Exercitar um novo olhar é compreender que, no imenso quebra-cabeça representado pelo discurso da escravidão no Brasil, existe uma zona de silenciamento intensificada através dos séculos. Isso fez do negro escravo verdadeiro estrangeiro em um país que por ele foi construído.

Tecer reflexões sobre esse *apartheid* brasileiro, no qual o negro foi desprezado em toda sua essência como cidadão, é desvendar a história que o discurso escravagista fez

questão de manter nas bibliotecas de um dono só. Essa seria a verdadeira história que, despida dos interesses dos brancos e mesquinhos, nos levaria a compreender os significados dos açoitamentos e questionar a libertação que, ao longo dos séculos, só fez distorcer fatos e plantar mitos de uma utópica liberdade; mitos em que o branco é o senhor do bem, lutando contra o mal representado pelos negros; “estórias” nas quais o bandido, o intruso, o desonesto é identificado pelo pigmento da pele.

Nesse viés, diante da linguagem que nos identifica como seres pensantes e insatisfeitos constantes, devemos aprofundar nossas reflexões a ponto de saber, com toda prudência, que tipo de história realmente queremos conhecer: uma história negra escrita por mãos brancas?

Ou a história do colonizado que, no cenário escravocrata, foi proibido de escrever sua própria trajetória? Com base nessas duas possibilidades e por compreender a importância do livre arbítrio, dedicamos a tal questão, ainda que de forma breve, mais um capítulo desta pesquisa.

Externaremos as duas visões da escravidão: a do colonizador, portanto já posta e sedimentada pela supremacia branca, e a do colonizado, aquela que realmente nos interessa.

No entanto, nos afastando do vazio das relações entre escravos e senhores, é bom que tenhamos em mente as sábias palavras de Serra:

Afinal, não é a raça que leva ao racismo, é a produção e a gestão dos recursos de poder que levam à segregação, à produção social do Outro, categorizado e, em muitos casos, racializado. (SERRA, 2000, p.255)

Essa gestão dos recursos de poder presente na escravidão no Brasil serviu para embrutecer o gigante branco e acirrar ainda mais as desigualdades entre os homens.

Lamentavelmente, a necessidade de possuir um outro para chamá-lo escravo acabou gerando outras formas de menosprezo pelo negro e por seus descendentes. Desse modo, o que mais se torna pertinente destacar neste momento é que o homem, ao negar a si e ao outro o viver na alteridade, acabou rabiscando relações vazias entre os diferentes. Somente quando nos colocamos no lugar do outro é que podemos entender a dimensão do seu sofrimento, bem como a intensidade de sua alegria. Nas palavras de Bakhtin,

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, de sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar - a cabeça, o rosto, e sua expressão-, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. (2009,p.154)

Infelizmente, o que mais lamentamos, tanto no período do Brasil - Colônia como nas relações contemporâneas entre brancos e negros, é sentir o quanto o ser humano ainda se encontra despreparado para conviver com os diferentes. Nesse despreparo, o risco de promover desigualdades se torna maior e a responsabilidade pelo outro fica cada vez mais capenga, o que exige novas reflexões.

4.3 A negação da cor e o desprezo por uma cultura: um vasculhar sobre a riqueza africana no Brasil

A linha de pensamento da cultura contemporânea tem como função primordial questionar as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação. Essa nova forma de reler os conceitos tradicionais, rechaçando-os, traz à tona as fragilidades do indivíduo contemporâneo (OLIVEIRA, 2011, p. 21).

Diante do pensamento da escritora Jurema Oliveira e conhecendo sua luta contra o discurso único do colonizador, podemos extrair, através de suas concisas palavras, o quanto as reedições sobre o papel do negro no Brasil permanecem envoltos por negações e estranhezas.

Argumentos nesse sentido também são apresentados por Louro quando analisa as identidades sexuais e de gênero:

O silenciamento em torno das ‘novas’ identidades [...] constitui-se em uma forma de representá-las na medida em que as marginaliza e as deslegitima. O silêncio e o segredo significam uma tomada de posição ao lado de quem já detêm a autoridade e a legitimidade. Quando se está numa guerra, a omissão sempre favorece o dominante. (1998, p. 46-47)

Diante das considerações dos dois autores em epígrafe, várias questões despertam nossa curiosidade, motivando-nos a outras indagações: o que permanece dessa cultura de silenciamento na qual o negro foi revestido por uma fragilidade imposta? Até quando a dominação branca, utilizando-se do poder e da força, irá determinar que tipo de identidade deve vigorar ou ser ignorada? Essas inquietações, ou melhor, essas reflexões são pertinentes, porque nos conduzem a conhecer uma nova história dos colonizados: a dos negros como sujeitos que contribuíram para a riqueza, a diversidade cultural do Brasil. As contribuições da “mãe África”, nas mãos de negros e negras, embelezaram a culinária, a arte, a religião e a dança brasileiras. Durante a escravidão, os negros souberam transformar momentos de dor em conhecimentos, receitas coloridas e gingados diversos. Foram momentos de abandono, dor e angústia que revelaram a exata dimensão da palavra fé. Foi o exemplo do respeito pelos mais velhos e a valorização da figura do outro que nos fez compreender o significado dos “griôs”.

Esses contadores de histórias, através da cultura da vida, repassam seus ensinamentos aos mais jovens e também nos faz conhecer um pouquinho da filosofia africana chamada “ubuntu” a qual carrega em sua essência a preocupação com o elo humanitário. Como os defensores dessa filosofia costumam sintetizar: “eu sou porque nós somos, ou seja, minha alegria só pode ser completa se for compartilhada com outro”.

Conhecer a cultura africana é descobrir que, na simplicidade de uma vida, nenhuma mãe desconsidera o prazer inenarrável de alegrar seus filhos. Por isso, a feitura de bonecas (“abaomy”) com retalhos de panos pelas negras escravas se transformou em símbolos de entretenimento e regalo. Ao nos apropriarmos desses saberes, vamos descobrindo peculiaridades de uma cultura repleta de simbologias e de alteridade. Trazemos como exemplo um enunciado que se torna grandioso pelo sentido de alteridade presente em suas palavras: “quando uma africana lhe diz que vai amarrar a cintura, isso quer dizer que ela fará qualquer coisa por você, que lhe dará tudo que tem” (GBOWEE, 2012, p.94).

Respeitar uma cultura é descobrir singularidades onde até então só existia silêncio; então, o que parecia estranho e distante, se torna familiar e muito próximo. A aproximação, aqui, representa a possibilidade de troca na qual o eu egocêntrico se liberta da visão do outro como estrangeiro, passando a percebê-lo como parte de sua cultura e de seus anseios sociais. Quando essa interação acontece, somos levados a questionar certas situações de desconforto percebidas toda vez que a pauta estabelecida seja discorrer sobre o negro e sua contribuição cultural. Poderíamos dizer que essa visão deturpada e depreciativa que o homem possui em relação ao outro é fruto de uma história simbolizada pela própria escravidão de negros em solo brasileiro que só fez fortalecer o verbo segregar.

Se hoje, de modo mais tranquilo, podemos refletir e falar sobre os heróis da escravidão, como Zumbi, negro tido como revoltado porque não aceitava a privação de liberdade de seus irmãos e, que morreu em nome dessa luta coletiva, de modo mais intenso, podemos questionar a razão pela qual a história e o ideal de vida desse grande líder africano permanecem tão silenciados nos livros didáticos e currículos escolares.

Da mesma forma, outras questões vão se entrelaçando na tentativa de compreender os entraves recriados como forma de resistência e de desconhecimento de toda a contribuição cultural africana deixada no Brasil. Por que, em pleno 2014, a cobrança da Lei nº 10.639/03 permanece causando desconforto para muitos docentes? O que leva tantos professores a pensar que a inclusão da referida lei não contempla os conteúdos a serem desenvolvidos em suas disciplinas? Permanece, salvo algumas exceções, um desconhecimento sobre a

contribuição cultural africana em nosso país que deveria ser trabalhada em todos os componentes curriculares, bem como em todos os níveis de ensino.

Infelizmente, a imagem que a escola ainda reproduz sobre a África é a de um país de vida selvagem e alarmante miséria, desconsiderando que seja um imenso continente constituído por mais de 54 países com tecnologias de ponta e detentor de vastas riquezas minerais desde sempre exploradas pelas grandes nações. Parece desconhecer, ainda, que a África é o berço da humanidade e que cabe aos educadores valorizar isso e trazer para as discussões, no ambiente escolar, toda a riqueza por ela proporcionada.

Sabemos, no entanto, que a primeira história aprendida sobre os negros em nosso país é de resistência, pois, como sinalizado por Franz (2002, p. 41) “O mundo colonial é um mundo cortado em dois e perceber que essa linha de segregação não foi somente imaginária requer uma dose generosa de quebras de tabu sobre a exclusão do outro pela cor”.

Quando Fanon (2002) afirma essa dicotomia do mundo colonial, outras inquietações circundam o desenvolvimento deste trabalho e nos impulsionam a outras tantas indagações: que critérios foram utilizados para dividir esse mundo colonial? Que oportunidades foram dadas e silenciadas ao longo de sua permanência? Que heróis fizeram parte desse cenário bipartido da escravidão? Por que o Brasil, diante de uma soberania branca, precisou escravizar o negro utilizando os critérios mais sórdidos de exclusão? Há um mundo colonial cortado em dois ou um mundo colonial que nunca admitiu a diversidade como identidade brasileira?

Quando nos permitimos relacionar tais indagações reconhecemos que “Negar a existência do outro já é a confirmação de sua presença”. (GOMES, 1994, p.51)

Portanto, esse outro, negado e silenciado, permanece na busca incessante de sua história, no mesmo mundo que persiste em dividi-lo, separá-lo. Nessa trajetória, os negros e seus descendentes buscam o resgate identitário e o protagonismo roubado pelo discurso do colonizador; lutam pela construção de novos espaços onde possam exercer com dignidade sua cidadania. Um dos exemplos mais urgentes continua sendo a luta abraçada pelos “movimentos negros e sociais” que defendem o direito à saúde integral da população negra.

Se perante a lei somos todos iguais, conseqüentemente, o direito à saúde deveria ser apenas um complemento da própria legislação. No entanto, a realidade tem demonstrado que até no direito mais vital de um homem a travessia entre brancos e negros continua sendo assistida por jalecos diferenciados.

Como bem sinalizado por Orlandi (2007, p.65), é necessário que saibamos interpretar os vários significados presentes nesses espaços de negação e de silenciamento, pois, segundo

a autora: “Um silêncio que não fala, mas significa, pois quanto maior o silêncio, maior a incompletude, maior as possibilidades de produção de sentidos”.

Quando refletimos sobre o discurso do colonizador, tendo como pressupostos vários referenciais que tratam do papel do negro no Brasil, o que nos preocupa, acima de tudo, são justamente “essas possibilidades de produção de sentidos”. Na história do nosso país, no que se refere à escravidão de negros no período escravocrata, percebemos um verdadeiro arrancar de páginas que, metaforicamente, resultou em uma estória fragmentada dos colonizados ou oprimidos. Essa lacuna, essa falta de capítulos necessários à compreensão real de nossa história, nos faz refletir sobre o que serviu para justificar o discurso de uma só voz. No entanto, acreditamos que esses espaços silenciados, esses “capítulos soltos” sobre o discurso do negro no Brasil existem para que hoje possamos exigir, com muita propriedade, “a obra completa e reeditada”. Somente de posse da leitura completa de nossa história seremos capazes de desmistificar a inferioridade do negro em solo brasileiro. Conforme Carlos Moore,

O mito-ideologia da “democracia racial” criou uma falsa identidade nacional baseada na cristalização disfarçada da fragmentação sociorracial da nação brasileira. Essa ideologia de fundo racista fragilizou a consciência nacional, permitindo que o racismo estrutural se instaurasse de maneira permanente e criasse as presentes mazelas racializadas de pobreza e marginalização, constatadas nas estatísticas vitais do país. (2010, p.24)

Por mais que possa parecer penoso para alguns defensores do discurso do colonizador, urge que tenhamos o direito de conhecer e refletir sobre o outro que a história silenciou e, de forma desumana, impôs a um não lugar, ou seja, um distanciamento pela cor. Somente quando resgatarmos os capítulos dessa história incompleta acerca do negro escravo e a reeditarmos poderemos entender o pensamento e as sábias palavras de Elias

Essa postura brasileira’ realça a ideia de que é uma das características mais elementares dos seres humanos não possuírem somente uma imagem de si mesmo como pessoas individuais que podem dizer ‘eu’ mas também uma imagem de si mesmos como membros de grupos em relação aos quais podem dizer ‘nós’. (1997, p.316)

As bibliografias que abordam a escravidão do negro no Brasil, se olhadas de forma irresponsável, apenas servirão para fortalecer um “eu” egocêntrico, branco, que não se permitiu relacionar de forma saudável com um “nós” e, portanto, impediu que os homens conhecessem a singularidade e a riqueza advindas das relações sociais com os diferentes. Ao refletir a respeito das palavras de Skliar, podemos dizer que essas rotulações impostas aos negros se fundamentaram a partir de visões distorcidas do outro e do menosprezo por sua cultura. “Um outro que não pode ser destituído de seus valores, sua crença, sua história; um

outro que não pode ser transformado no que penso, e sim, que precisa ser respeitado, por seus valores, sua crença, sua cultura”. (2004, p.38)

Enquanto esse processo de conscientização não acontece, estamos condenados a frequentar “bibliotecas brancas” onde o negro e seus descendentes não se enxergam nas infinitas histórias escritas e perpetuadas por pensamentos errôneos em relação ao outro como partícipe do mesmo enredo. Nesse sentido, o intelectual Milton Santos costumava afirmar que “a discussão sobre a história do negro no Brasil é prisioneira de uma ética enviesada, quando não, é jogada para um amanhã que nunca chega”. Ainda, quanto à urgência de interpretarmos o silenciamento de nossa história, Le Goff nos conduz a uma reflexão sobre a democratização da memória social:

Cabe, com efeito, aos profissionais da memória [...] fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade [...]. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (1984, p.47).

Le Goff é muito perspicaz quando nos alerta sobre o cuidado que devemos ter em relação à memória coletiva que, se não bem direcionada e preocupada com a voz do outro, pode, de forma distorcida, servir para novos tipos de aprisionamentos sociais. Esse exercício proposto por Le Goff, diante da urgência em relação ao discurso do colonizado-escravizado, nos premia com outras indagações sobre o poder que emana dos discursos dos colonizadores em prol de uma memória individual que, longe de servir para justificar o passado, o presente e o futuro, nada mais fez do que perpetuar o distanciamento entre brancos e negros em nosso país.

O mais intrigante é que o Brasil respira África em seus mínimos detalhes e costumes: a famosa feijoada que dizemos ser brasileira, foi fruto da criatividade dos negros escravos que aproveitando as sobras das carnes suínas e bovinas descartadas pelos senhores de engenho as misturavam no feijão . Como bem lembrado por Rubem Alves, no livro “Entre a Ciência e a Sapiência [...], “Quem sabe história come feijoada de maneira politicamente correta.” Outro exemplo é a própria capoeira, dança amplamente difundida na Bahia, que traz em sua essência os princípios de movimentação do corpo utilizados pelos negros escravos como mecanismos de defesa contra seus algozes e, paralelamente, como forma de relaxamento, entretenimento e até de protesto. O samba, o maxixe, a dança do kuduro e o jongo (considerado o pai do samba) são estilos musicais influenciados pela cultura africana. Quando falamos de religião de origem africana, a primeira ideia que as pessoas costumam verbalizar é a de sacrifício de

animais, macumbaria, esquecendo-se que toda fé carrega em si rituais particularizados. Salientamos que o candomblé, religião que veio da África, sacrifica certos animais e acredita no poder das oferendas. O mesmo acontece com a religião católica que, na Semana Santa e no Natal, utilizam o peixe e o peru como símbolos de sua devoção.

Pode parecer que entre a religião umbanda e a católica exista uma grande diferença, no entanto, cada qual tem suas particularidades e maneiras de homenagear seus santos ou orixás.

Citamos como exemplo o nome de alguns santos católicos que os negros foram obrigados a adorar durante o período escravocrata, ressaltando que tal doutrinação nunca foi capaz de fragilizar a fé deles em seus orixás. Quando o negro adorava Santo Antônio e São Jorge, na verdade, sua devoção era destinada a Ogum; quando adorava Jesus, a Oxalá, quando adorava Santa Bárbara, a Iansã, quando adorava Nossa Senhora da Conceição, a Iemanjá e, assim, sucessivamente.

Isso revela que não há nada mais forte que a cultura e a fé de um povo e que saber respeitar essas diferenças é dar oportunidade a novos saberes. Muito teríamos a dizer e citar como exemplos das raízes africanas presentes no Brasil. Não obstante, o tempo seria escasso e as páginas desta pesquisa não comportariam a vastidão de conhecimentos advindos de toda a herança africana. As pequenas pinceladas que aqui registramos sobre a cultura africana silenciada têm como objetivo plantar sementes que venham a germinar em prol de uma sociedade com mais igualdade e justiça social.

5 PESSOA DE COR: O EUFEMISMO DE UM RACISMO À BRASILEIRA

O pensamento humano não é de modo algum tão privado quanto parece, e tudo que é preciso para ler a mente de outra pessoa é a disposição de ler a sua própria (MARXWELL, 2005, p. 6).

Falar sobre a discriminação racial no Brasil, de certa forma, é tentar compreender os mecanismos psicológicos que levaram o homem a menosprezar seu próximo a ponto de transformá-lo em escravo. Sabemos, porém, que tais descrições e aprofundamentos demandariam um tempo extremamente longo e, mesmo assim, incapaz de retratar com precisão a marginalização imposta a todos os negros em solo brasileiro.

Por isso, não temos a pretensão de concluir nesta pesquisa um tema cerceado por configurações históricas que não foram capazes de remover o velado desprezo racista e a visão perspicua da diferença entre os homens. Cabe a nós, portanto, proporcionar apenas alguns momentos de reflexão sobre os diversos padrões utilizados durante o período pré e pós-escravocrata que serviram para justificar e tipificar a crença das desigualdades raciais.

É de conhecimento de todos que se preocupam com a temática da escravidão perceber o quanto é penoso verificar que os homens, apesar de todos os avanços tecnológicos e científicos, não conseguiram remover ou alterar os fundamentos sórdidos que impuseram ao trabalho escravo como símbolo de um mal necessário para o desenvolvimento do Brasil.

O discurso da contemporaneidade tem servido apenas para ressaltar novas formas de indiferenças, estranhamentos e limitações racistas. O velado desprezo aos negros, em nossa sociedade, encontra-se preservado na mais complexa rede de marginalização social, política e moral. O negro de hoje é fruto de concepções históricas que apenas tipificaram um parasita que, ao proclamar a escravidão como ferramenta essencial ao progresso de uma minoria em nosso país, criou novas e infundáveis formas de inferiorização dos diferentes. Como bem sinalizado por Michael Levine e Tamas Pataki, no livro “Racismo em Mente” (2005, p. 29): “Preconceito é uma ideia errada sustentada pela ignorância.”

Como podemos observar, ao longo da história do nosso país, foi essa ignorância aliada ao poder econômico que serviu para justificar todos os tipos de atrocidades cometidas ao povo negro. O mais instigante no cenário de horror que foi a escravidão foi perceber a necessidade patológica que o homem alimentou para manter o seu próximo como símbolo de subordinação alienada. Se foi por medo ou autoafirmação que tais barbáries foram cometidas, somente os relatos históricos poderão responder. Oportunamente, Young- Bruehl (2005, p. 32) afirma: “Preconceito é a ideia para qual a violência é um modo de ação. O preconceito dita o que a violência faz”.

Não podemos desconsiderar, portanto, que esse espaço de significações, representado pelo flagelo dos negros em solo brasileiro continua sendo consequência de uma discriminação não erradicada. A escravidão do passado aliada ao tratamento dado ao negro do século XXI apenas tem servido para fortalecer a imensa facilidade que o homem tem de mesclar novas formas de hostilidade, levando em conta apenas a cor de uma pele. Esse reflexo negativo de um viver em sociedade reforça o cenário contemporâneo que, dependente de um passado injusto, gera novas formas de estranhamento com o próximo. Para Levine,

Atitudes racistas são quase sempre apoiadas por crenças enormemente erradas a respeito dos Outros como um grupo. Acima de tudo, a hostilidade é crueldade baseada em algo que os Outros não têm o poder de mudar. Na medida em os Outros são levados a crer que isso deve ter um fundamento, o que tragicamente, acontece às vezes, isso vai direto ao coração de sua identidade: eles, e todos de que vieram, são irremediavelmente inferiores. (LEVINE; PATAKI, 2005, p.44)

A desconsideração pela raça negra continua sendo o alicerce da hierarquia dominante que, através dos açoitamentos e das correntes, cultivou, em terras férteis a semente das desigualdades no mundo contemporâneo. A substituição dos métodos de tortura praticados no período do Brasil - Colônia, mediante a Carta de Alforria, em nada abrandou as explicações estreitas de um viver sem dignidade humana. O que se tem observado, após longas e exaustivas buscas nos referenciais que tratam da temática do negro no Brasil, são discursos vagos acerca de uma explicação superficial de combate à discriminação racial que encontra eco e se fortalece apenas nas piadas e expressões jocosas relacionadas ao assunto.

Sabemos que as características negativas impostas aos negros em nossa sociedade têm proporcionado discussões e momentos de reflexões bastante significativos na luta contra os pré-conceitos estabelecidos e modernizados. Tais questionamentos, uma vez que enfatizam a busca pela equidade, na mesma proporção, reafirmam a luta contra qualquer tipo de rejeição imposta aos negros e seus descendentes.

A seguir, pontuaremos algumas trajetórias que continuam representando a árdua busca por um mundo humanamente mais justo, na esperança de que os homens, na medida do seu crescimento pessoal, consigam ver, através do olhar do outro, a imensa distância estabelecida pela ausência de alteridade.

5.1 As formas veladas de rejeição ao negro e aos seus descendentes

[...] raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente

pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar um grupo de outro. (HALL, 1999, p.63)

Ao nos apropriarmos das palavras do autor em epígrafe, nos vem à mente uma questão polêmica e extremamente discutida: as sequelas da escravidão no Brasil que, de forma velada, nunca deixaram de existir e de distanciar o negro através do muro consistente da invisibilidade humana. Percebemos, assim, que cada vez mais essa questão continua sendo reforçada por uma discriminação que insiste em preservar seu imperialismo, negando a todos os negros o reconhecimento da igualdade que nos identifica como seres humanos.

Embora o Brasil tenha sido o último país do mundo ocidental a eliminar a escravidão, essa constatação não o desobrigou de cumprir os parâmetros de justiça que deveriam estar presentes após a promulgação da Lei Áurea. Ao contrário do que se esperava, o que de fato aconteceu foi um abandono juridicamente legalizado. Conforme relata Diogo, “[é] preciso denunciar a “falsa abolição”, que retira negros e negras das senzalas e os confina em espaços destinados a cidadãos designados como escória.” (DIOGO, 2014, p.26)

Diante dessa realidade, novas formas de discriminação e humilhação se espalharam em solo brasileiro e os negros escravos, abandonados à própria sorte, começaram a se questionar sobre o significado da liberdade euforicamente proferida. O sonho de se tornar liberto, tão cultuado nos diversos quilombos, ou mesmo na solidão das grandes senzalas, agora, se transformava em perguntas vazias e envoltas em desencantos.

No livro “A condição Sensível”, de Claudine Haroche (2008, p. 181), encontramos uma citação de Hannah Arendt, que resume, com maestria, o questionamento sem eco que seria o refrão dos negros forros diante de um futuro incerto: “O que se possui quando se tem apenas a si mesmo?” Sem dúvida, essa foi a pergunta que se transformou no jargão inúmeras vezes repetido pelo coral silencioso dos negros que não conseguiam conceituar a semelhança entre as palavras “libertos” e “dispensados”, pois o pós-abolição foi justamente um misto que, ao promulgar a liberdade, no mesmo instante se desamparavam todos os negros. A liberdade passou a significar a falta de emprego, de teto e de desamparo legalizado.

A alforria, palavra tão repleta de sentimentos nobres, passou a representar atitudes opostas a um ideal de liberdade e a postura dos ex-escravos, outrora amarrados a correntes, foi transformada em mantos invisíveis de uma sociedade desconhecida e estranha. É interessante observarmos o processo de exclusão que, de forma tão significativa, serviu para acelerar novas formas de discriminação racial em nosso país. Adão Ventura (1990), no livro “Da Cor

da Pele”⁷, com a poesia intitulada “Negro Forro”, conseguiu retratar, através de simples versos, o lamento representativo da raça negra após a promulgação da Lei Áurea, ocorrida no dia 13 de maio de 1888:

NEGRO FORRO

Minha carta de alforria
 não me deu fazendas,
 nem dinheiro no banco,
 nem bigodes retorcidos.
 Minha carta de alforria
 costurou meus passos
 aos corredores da noite
 de minha pele.

Lamentavelmente, os valores dos homens negros nesse complexo tão excludente pouco ou nada significaram e, como ilustra Adão Ventura, “encontram-se costurados aos corredores da noite de minha pele”. Critérios de seleção e exclusão se confundiram num misto de sangue e de sofrimento e, tal como um vírus antissocial, atingiram a todos independente da Carta de Alforria que, na verdade, nunca alforriou os negros no sentido literal da palavra.

Os negros foram relegados ao abandono diante de uma sociedade despreparada para conviver com os diferentes. Eles continuavam sendo vítimas de uma fatalidade histórica que se mostrava incapaz de reverter as desigualdades cultuadas na escravidão. De acordo com Pinsky, (1994, p. 13) “Na escravidão temos uma transformação de um ser em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las”.

É necessário que enfatizemos os reflexos provenientes do período pós-escravatura para que tenhamos em mente o sentido imposto aos negros diante de uma igualdade falsa, por que se mostrava incapaz de proporcionar a todos os negros forros o direito sublime da liberdade. Nas palavras de Maggie (1995, p. 225), “[...] estas características físicas das pessoas passou a ser objeto de classificação, gerou novas formas de representação da diferença e serviu a novos mecanismos de reprodução da desigualdade e hierarquização”.

Assim, apesar de alguns avanços em relação à situação do negro na história brasileira, muitas consequências continuam a mesclar a trajetória desse povo. Partilhamos de um mundo que experimenta mudanças cada vez mais profundas e aceleradas e, nesse contexto, tem sido

⁷Adão Ventura: Mineiro do Serro, nascido em 1946. Advogado, realizou várias viagens pelos Estados Unidos e África. Autor de vários livros de poemas, entre eles A Cor da Pele.

recorrente indagar o que mudou em relação ao papel do negro como integrante de uma sociedade que jamais o reconheceu como elemento essencial da sua composição cultural, social, econômica e política.

Um traço que vem caracterizando algumas das mais significativas reflexões acerca dos aspectos que configuram a realidade brasileira contemporânea relaciona-se, indubitavelmente, à percepção de que se estaria atravessando um período da história bastante difícil e conturbado, marcado pelo contínuo recrudescimento de uma crise generalizada, cujos reflexos se fazem sentir em todas as instâncias da vida social (BOCAYUVA; VEIGA, 1999).

No que tange à discriminação racial, podemos afirmar que essas consequências são constantemente traduzidas por situações cada vez mais constrangedoras, compondo cenários de uma realidade pessimista e incapaz de se sobrepor às injustiças passadas.

A operação do sistema industrial, longe de dissolver as estruturas de estratificação racial formadas num passado pré-industrial, tende a reproduzir o padrão global de supra-ordenação – subordinação racial prevalecente na sociedade como um todo (HASENBALG, 2005, p. 69).

Fica latente que tais implicações apenas serviram para edificar o imenso abismo que os negros deveriam trilhar em busca de seu espaço social e de cidadania diante de uma sociedade que se encontrava na defensiva para recebê-los.

“Não deixa de ser instigante pensar que num país com práticas sociais e estatais tão autoritárias a democracia tenha que ser definida pelo adjetivo racial” (PIZA; DUARTE, 2009, p. 153).

As constatações de Duarte Piza, com muita propriedade, reforçam as inquietudes que norteiam as diversas temáticas que tratam sobre a discriminação racial no Brasil e, acima de tudo, focaliza a emergência de uma revisão reflexiva sobre as barreiras legalizadas da exclusão.

Compreendemos, também, que os direitos concedidos a todos os negros antes e após a abolição, merecem ser reinterpretados em todas as entrelinhas que estão sutilmente dispersas tanto na Constituição Brasileira como no Estatuto da Igualdade Racial. São reflexões importantes que poderão esclarecer a desproteção legalizada e, na mesma medida, impor uma igualdade pelo reconhecimento ainda não contemplado em sua totalidade.

5.2 Quando a cor passa a sinônimo de inferioridade

“Não sou racista. Só não gosto de pretos.” (RABB⁸, 2002)

⁸ Adam Rabb, *Stone Cold Dead Serious*, ato 1: produzida pela American Repertory Theater, Cambridge, Mass, fevereiro de 2002. Asrta Led better parece querer dizer que não gosta daqueles de quem fala, chegando até mesmo a detestá-los.

Através das palavras e das diversas técnicas históricas do discurso, podemos perceber a maneira como foi sendo cristalizada a escravidão negra no Brasil. Expressões depreciativas, ditados populares, provérbios e comparações empregados ao léu, apenas servem para ocultar uma negação racista, que revela a imensa dificuldade que o homem branco possui em aceitar a convivência do negro, sem depreciá-lo com tamanha intensidade, a ponto de torná-lo estranho em seu próprio país:

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. (BURNS, 1949, p.14).

Como podemos verificar a linguagem, fonte de expressão de todos os povos, é utilizada como repetidora de tradições históricas que, ao menosprezar o negro de hoje, apenas reforça o arcaísmo da discriminação racial cultuada no período escravocrata do Brasil - Colônia. A diversidade de locuções e piadas criadas, recriadas e lapidadas através dos séculos para humilhar o negro e seus descendentes, têm servido não só para escancarar um racismo inconfesso, como também, para promover o silêncio da desracialização. Nas palavras de Maria Lúcia Mexias Simon (1995, p.18), no seu artigo intitulado “O Discurso Repetido a Propósito - Escravidão Africana”, podemos compreender o significado e a representatividade dos provérbios como fontes de conhecimento de todas as culturas:

Qualquer que seja o fato determinante de seu aparecimento constituem, atualmente, os provérbios patrimônio do povo que os utiliza. São, portanto, o mais fiel espelho da linguagem popular e dos conhecimentos assimilados, em relação à natureza e à sociedade; representam um manual de pragmática sabedoria da vida, enquanto liberam um olhar no mais profundo dos pensamentos e dos sentimentos.

Entretanto, se formos estender e interpretar os mais diversos provérbios depreciativos em relação à raça negra chegar-se-á à conclusão de que os homens, munidos de uma criatividade mórbida, criaram diversas expressões jocosas para distanciar cada vez mais o negro do convívio com os brancos. E a linguagem, fonte do dizer de cada cultura, apenas reforça o velho mito da supremacia vazia dos homens brancos em busca de uma autoafirmação, fundamentada no desprezo pelas “pessoas de cor.”

Entendemos, porém, que a citação de algumas dessas expressões poderá servir para analisarmos a construção de um menosprezo cristalizado em relação à presença do negro na sociedade brasileira. Para isso, contamos com a riqueza de referenciais de diversos autores

que se preocuparam em coletar provérbios, piadas e ditos populares, que foram se consagrando como linguagem de um povo ainda tão despreparado para conviver com a diferença.

As expressões abaixo relatam a visão de inferioridade que muitos brancos nutrem pelos negros, bem como, a forma comparativa de uma desigualdade histórica:

- negro só trabalha para o branco carregar;
- negro nasceu para ser espoleta de branco;
- negro só sobe na vida, quando o barraco explode;
- negro só entra no céu por descuido;
- negro de branco é mosquito no leite;
- negro não entra na Igreja - espia da porta;
- negro não morre - se acaba;
- negros, criá-los e depois vendê-los: mulatos, criá-los e depois matá-los;
- negro tem três sentidos - dois errados e um partido;
- Qual a diferença entre o preto e o câncer? R. É que o câncer evolui;
- Qual a diferença entre poluição e solução? R. Poluição é jogar um preto no mar; solução é jogar todos;
- ele é negro, mas é bonzinho;
- preto na cor e branco nas ações.

Tais expressões são pequenos e significativos exemplos de pensamentos enraizados de uma cultura que serviu para sedimentar o preconceito e o desrespeito para com todos os negros que foram coagidos a construir um país predisposto a desrespeitá-los.

Encontramos, nas figuras de linguagem, expressões não-ditas de uma injúria racial persistente e secular que, ao fragmentar a sociedade em camadas distintas, estabelece uma miscigenação incapaz de superar a discriminação entre brancos e negros. Essa fissura social presente nas relações raciais no Brasil é a responsável pela trajetória silenciosa daqueles que utilizam a formação discursiva e as figuras de linguagem como forma de descaracterização de um racismo reconfortante. Contudo, percebemos que, mesmo as expressões mais ingênuas e sutis sobre os negros, revelam uma profunda agressividade revestida de discursos espirituosos e vulgares que tem servido para o fortalecimento das desigualdades raciais.

Nas palavras de Ducrot (1987, p. 20), podemos aprofundar o significado das expressões não ditas encontradas nas mais diversas formas de menosprezo ao negro:

[...] é saber como se pode dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio. [...] A significação implícita, por sua vez, pode, de certo modo, ser posta sob a responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a constitui por uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual, em seguida, ele tiraria, por sua conta e risco, as consequências possíveis.

Essa pesquisa não comportaria as diversas expressões utilizadas para provocar o distanciamento e o clima conflituoso entre negros e brancos, porém, acreditamos que a leitura de alguns referenciais como Algirdas Greimas, Raimundo Magalhães, Oswald Ducrot, Florestan Fernandes, Erwing Goffman e etc. poderá nos ajudar a compreender as invariáveis formas criadas e recriadas para humilhar o negro tendo como base frágl sentimentos e reações equivocadas do outro. Para Damásio (2004, p. 48):

As reações que levam a preconceitos raciais e culturais, portanto, baseiam-se em emoções sociais (simpatia, compaixão, culpa, orgulho, vergonha admiração e espanto, indignação e desprezo), cujo funcionamento reside em detectar diferenças (estigmas) em outros indivíduos e promover agressão ou retraimento.

Essas mesclas de sentimentos presentes ou ausentes nas expressões culturais de cada nação servem para dimensionar até que ponto a linguagem é manipulável como ferramenta promotora da discriminação racial. Ronaldo Sales Jr. (2006 p.233)⁹ consegue pormenorizar os efeitos desses não ditos, mas já ditos, presentes nas expressões irônicas e pejorativas direcionadas aos negros:

A estigmatização racial é o exercício de uma vigilância difusa e ciosa da hierarquia e da dominação raciais, provocando intensidades de dor nem sempre corpóreas, mas que repercutem no corpo, mutilando-o, esfolando-o, fragmentando-o, codificando-o, semiotizando-o, não apenas simbolicamente ou imaginariamente. Afeta o corpo com marcas mais sociais do que corporais, mas que repercutem nele como estigmas. O estigma é uma demarcação corporal de uma relação social de desigualdade, resultante de uma reificação dos processos de dominação/hierarquização.

Ronaldo Sales Júnior conseguiu, em poucas palavras, aprofundar os efeitos ocasionados pelo uso dessas expressões, tantas vezes repetidas e ignoradas por aqueles que as pronunciam. São verdades incontestáveis que se sobrepõe à zombaria e a piadas jocosas, dilacerando de forma mais contundente, o muro da discriminação social imposta a todos os negros e seus descendentes. Percebemos, então, que dominar um idioma vai além de assumir a identidade de uma cultura, como bem sinalizado por Franz Fanon (2008, p. 15), no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, pois sua similaridade nega ao negro a promessa de um viver com dignidade. O efeito contrário de um domínio que deveria significar o entendimento entre os povos acaba sendo o resultado de uma impotência social, que foi construída pelo branco

⁹ Ronaldo Sales Jr. é doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador visitante da Coordenação Geral de Estudos Sociais Fundação Joaquim Nabuco.

para estimular a diferença. Lamentavelmente, podemos perceber o quanto se encontra distante o verdadeiro significado do verbo falar: “[f]alar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33).

Frantz Fanon foi muito perspicaz quando diz que “falar é, sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Ao enfatizar seu conceito sobre a arte do falar, não nos desobriga de uma nova mudança reflexiva diante do paradigma cultural da escravidão. Ao mesmo tempo nos torna cômicos da imensa responsabilidade que devemos ter ao reinterpretar a história cultural não mais como algo pronto e sacramentado, mas como versos cujas reticências e supressões devam ganhar vozes, até então abafadas, por aqueles que sempre se julgaram superiores aos demais.

Ao nos projetarmos para uma análise criteriosa de tudo aquilo que simbolizou a escravidão no Brasil, podemos verificar que as sequelas, provenientes da cor da pele serviram para justificar atos infames de senhores contra seus escravos e, são essas constatações de resistência, aliada ao conformismo de um viver sem dignidade humana, que precisam ser modificadas na esfera social, educacional e política do nosso país.

Ao interpretar o trecho abaixo de Valente (1987, p. 11), podemos fazer um paralelo entre o que acontecia no período escravocrata e sua réplica vergonhosa em pleno século XXI:

A exploração e a violência sexual também marcaram as relações entre senhores e mulheres escravas, resultando uma prole de mestiços. Os senhores atribuíam esses deslizes ao mau caráter das escravas, embora as submetessem a seus desejos sexuais depravados e pervertidos.

A certeza da impunidade, peça relevante na relação escrava-senhor, sempre foi retratada pelo sentimento de melancolia, revolta e abandono a que foram relegadas.

Entretanto, os relatos históricos também comprovam a luta silenciosa desse povo: “Os negros nunca demonstraram ser passivos. Ante tanta humilhação, muitos utilizavam o suicídio como forma de protesto e resistência. Mostravam, assim, que a vida lhes pertencia e tiravam de seus donos esse ‘privilégio’” (VALENTE, 1987, p. 115).

Assim, comprova-se mais uma atrocidade cometida por homens que, impunes, contabilizaram vítimas, desconsiderando suas histórias. Percebe-se, com isso, que a Abolição da Escravatura mais serviu para o deleite literário de muitos sonhadores do que propriamente à eliminação de conflitos e tensões raciais. A Abolição acirrou ainda mais o processo de despejo de indigentes negros, que se amontoavam em busca de um espaço de sobrevivência.

Infelizmente, todos os progressos contemporâneos parecem ter servido para autoafirmar homens retrógrados, que não conseguiam conviver com a grandiosidade do diferente.

A busca por uma população de fato livre permanece numa indissolúvel resistência. A escravidão ou aprisionamento contemporâneo torna-se apenas um argumento a mais para o continuísmo de práticas predatórias de legitimação de um sistema que, por entender, a partir da própria Igreja, que os negros não possuíam almas, tais como os animais, deveriam ser escravizados:

Considerados como coisas, os escravos não eram tratados como cidadãos, nem como seres humanos e não tinham representação jurídica para responder pelos delitos que, ocasionalmente, cometiam. (SALLES, 1971).

Dado o exposto, a coação funcionava como princípio fundamental da justificativa econômica da abolição. As sequelas desse passado formal persistem, explícitas ou não, sempre bem direcionadas, etimológica e politicamente perversas. Segundo Oliveira,

[...] esse racismo autoriza e naturaliza o tratamento diferencial e desigual de um grupo sobre outro. Reafirma-se, no dia a dia, pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura; influencia a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e também das relações entre as pessoas. (2008, p. 13)

Como bem sinalizado por Sidney Chalhoub, no livro “Visões de Liberdade” (2011, p. 40), “As histórias são muitas e seria preciso uma dose inacreditável de insensibilidade e anestesia mental para não perceber aí muito sofrimento”.

Com base nas palavras do autor, torna-se possível, mais uma vez, traçar um paralelo entre o passado e o presente escravo. Ele parece buscar alternativas para fugir de uma “visão monolítica da escravidão” quando enuncia:

[...] penso que toda concepção unitária que apresenta a escravidão violenta e opressiva, ignorando a capacidade destes sujeitos de reinventarem sua história, por meio de concepções próprias de si e do seu cativo, deva ser rejeitada. (CHALHOUB, 2003, p.82)

A semelhança de tratamento não impera como uma simples e cruel coincidência, mas retrata o continuísmo de práticas desumanas em detrimento do enriquecimento de um sistema capitalista que, mediante o ideal de uma cadeia produtiva, expandiu-se promovendo um novo planeta de desigualdades entre os seres humanos.

Segundo Barreto (1993), era admirável “que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia, contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades”. O autor vai além, afirmando: “Não sei que estranha

tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável” (BARRETO, 1909, p. 61). Percebe-se, portanto, que, embora tenha se passado mais de dois séculos da abolição da escravidão, certos crimes continuam sendo praticados com a certeza da impunidade. Sobre essa temática, o geógrafo Moraes (2002) enfatiza a necessidade de reverter esses valores. Para ele, “o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social” (MORAES, 2002, p. 94).

A persistência na luta contra todos os tipos de discriminação racial é compreendida como o único mecanismo de superação do preconceito sentido, ou seja, a cada dia um novo desafio é apresentado para o negro e cabe a ele, somente a ele, reverter a construção dessa trajetória tão amarga que lhe impuseram. No entanto, como salientado por Clóvis Moura, “esta é uma história que ainda está sendo vivida, para depois ser contada.”(1994,p.79).

A escravidão, base de sustentação do sistema colonial, prevalece de forma sutil no Brasil contemporâneo. Atualmente, considera-se escravidão, de acordo com a Constituição Brasileira, toda forma de trabalho não remunerado que explore o ser humano com muitas horas de serviço, principalmente crianças, sejam elas brancas, negras ou indígenas.

A realidade, porém, tem demonstrado que a maioria das crianças encontradas desprotegidas em bairros e subúrbios de todas as cidades, estados e nações são de origem negra ou afrodescendentes, segundo dados provenientes de órgãos que mapeiam essa realidade (IBGE, UNICEF etc.). Entretanto, a presença ainda tímida de políticas afirmativas capazes de alterar esse cenário social, acaba desencadeando reflexos negativos relacionados a necessidades básicas, como educação, alimentação e lazer para essas crianças.

Sabemos que o trabalho escravo ainda é uma prática frequente, não como no início da colonização do Brasil, porém distante de ser considerado um fato acabado. Isso se evidencia nas infinitas formas discursivas utilizadas para menosprezar o papel do negro como sujeito social. O poder das palavras e seus efeitos pejorativos são responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Se no passado o açoite simbolizava a prepotência dos homens brancos diante dos seus escravos, hoje, apesar de todos os avanços culturais e científicos, a palavra continua sendo a forma mais significativa de humilhação e menosprezo entre os homens.

5.3 As diversas faces da abolição refletidas no espelho de um homem só

Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensável para a existência do trabalho escravo (WILLIAMS, 2012, p.49-50).

Quando fizeram do negro um escravo e, de sua vida um objeto, roubaram sua alma e também sua identidade. Esse “roubar”, no entanto, revestido de tantas sutilezas e agruras, ficou disperso em meio a benesses fraudulentas sem nenhuma preocupação de fato humanitária.

Na trajetória escravista, em que o lucro com o aumento de fazendas passou a representar o único e primordial objetivo, a figura do negro foi convertida em cifrões, que ele foi obrigado a multiplicar. Percebemos que em boa parte da historiografia sobre o período escravagista, que o negro nunca conseguiu perceber que havia, de fato, no homem branco, o desejo sincero de conceder a liberdade a seu povo. Essa forma de apropriação indevida e de exploração desmedida passou a simbolizar a riqueza de muitos em detrimento à vida miserável de milhares de negros e negras em nosso país. O cenário de horror, que foi a exploração da mão tornada escrava, desenhava em solo brasileiro a mais desumana forma de progresso econômico.

Tanto nos grandes plantios de café e de cana de açúcar como na extração mineradora, o negro foi usado diversas vezes até que se esgotasse sua resistência e vida. No período de grande efervescência no Brasil, o amargo suor do negro suplantava o doce açúcar espalhado pelos infundáveis canaviais. O Brasil conheceu de perto o sacrifício de centenas de milhares de negros que, com escassa lavagem e abundantes açoites, eram obrigados ao plantio do café, grão valioso, símbolo de um país em construção.

Porém, pesa lembrar que a nenhum negro ou negra, com suas crias dependuradas em meio às infundáveis lavouras, foi permitido tomar o café de exportação adoçado com o açúcar que também lhes foi negado. “Ao trabalho e para o trabalho”, expressão dura que os negros conheciam desde que foram sequestrados na África.

Ao percorrer a história da escravidão de negros em nosso país, é difícil compreender a quem foi dado o direito de escravizar tanto a uma só cor. Sabemos que o trabalho escravo sempre esteve presente na história da humanidade, seja por tempo definido ou por uma vida inteira. Como o trabalho escravo era largamente utilizado, ao escravizado restavam duas possibilidades: tornar-se um homem supostamente livre ou morrer como servo esquecido.

Entendamos, no entanto, que essas alternativas representavam trejeitos alimentados pelos brancos com o firme propósito de naturalização do trabalho servil. Um martírio social com prazo de validade perpétua condenado a novas formas de humilhação pela cor. Conforme Eric Williams, no livro “Capitalismo e Escravidão”,

Do ponto de vista do fazendeiro, a maior desvantagem da escravidão é o esgotamento rápido do solo. O abastecimento de mão de obra de baixa condição

social, dócil e barata, só pode ser mantido com a degradação sistemática e o esforço deliberado de sufocar a inteligência. (2012, p. 34).

Embora Eric Williams esteja se referindo à escravidão Sul-Americana, percebemos que, independente do país que *disputava e abusava da* mão escrava, a figura menos relevante era a do escravo. A preocupação se pautava no esgotamento do solo, pois a fadiga do escravo poderia ser rotineiramente substituída pela de outros escravos. A terra se tornava propriedade de luxo e comércio altamente concorrido, enquanto os negros nada mais representavam que aquisição de peças de fáceis permutas. Aliás, no trabalho, substituir negros doentes ou seus cadáveres era prática diária executada sem nenhum tipo de remorso ou arrependimento.

A produção não podia parar e, para que isso não acontecesse, o homem branco desconsiderou qualquer tipo de sentimento que envolvesse um pouquinho de alteridade entre aqueles cuja cor da pele se tornava o próprio defeito. Essa constatação, nas palavras do próprio Eric Williams (2012, p.37), se fortalecia, porque “o estoque africano era inesgotável”.

Até onde quer que o olhar menos atento pudesse alcançar, lá estavam os negros como cobaias humanas servindo aos grandes senhores, que faziam questão de multiplicar essa mão de obra escrava (embora desprezassem a cor da pele dela).

Aprofundar as causas e consequências da escravidão do negro não só no Brasil, mas em vários países, como Inglaterra, Portugal, Espanha, nos levaria a compreender por que aos brancos e índios a escravidão teve prazo de validade e aos negros essa validade foi vergonhosamente violada e estendida. Na época, ser negro virou sinônimo de resistência e nossa hipótese é a de que justamente esse vigor serviu como desculpa para escravizá-lo.

Como citado no livro de Eric Williams (2012, p.51), há um velho ditado do Mississippi que diz “só negros e mulas conseguem encarar o sol de julho”. As comparações entre o negro e a mula, independente do país onde a escravidão se fez presente, se tornou uma forma de estereotipar os negros e também subjugar-los. Porém nosso objetivo não é discorrer sobre esse período em que gente massacrou gente por acreditar-se mais gente que outras. Nossa preocupação, sobremaneira, é refletir sobre o período pós-escravista no Brasil e, a partir desse olhar, compreender a sedimentação de certos valores que, de forma enviesada, resultaram numa fragilidade capenga sobre a igualdade tão almejada pelos negros e negras do Brasil. Por isso, é preciso que se pense em liberdade sem desconsiderar as infundáveis formas utilizadas para a preservação da mão escrava negra abundantemente tão disputada. Nas palavras de Eric Williams (2012, p.286-287), “Temos de nos precaver não só contra esses velhos preconceitos, mas também contra os novos que são criados constantemente. Nenhuma época está isenta deles”.

O clima de incertezas que culmina com o fim da escravidão acabou servindo para novas formas de se pensar o papel do negro na sociedade brasileira. A partir da consideração de Joseph C. Miller (2012), podemos entender outras formas de conflitos e outras tantas indagações:

Os desafios não antecipados e mal observados das mudanças rápidas, os dedos fortes da “mão invisível” do capitalismo comercial, o análogo liberal (ou sucessor) do Deus cristão que misteriosamente se escondia em algum lugar em Seu Paraíso, criavam inseguranças que imploravam por alguma solução. (2012, p.39)

É por essa forma de pensar que propomos alguns questionamentos, tais como: o que de fato representou para os negros a tal Abolição da Escravatura? Eles estariam realmente livres? Que tipo de liberdade seria essa que, abandonando os pelourinhos, devolveria ao negro a real possibilidade de uma vida digna e respeitosa? A quem interessaria a liberdade dos negros? O que mudou ou permaneceu entre ser escravo e ser livre?

Essas são algumas das muitas inquietações que permeiam o desenrolar deste capítulo que, não querendo ser piegas nem pessimista, nos instiga a refletir sobre o que estaria sendo apresentado como recompensa social aos negros após o dia 13 de maio de 1888. Essas indagações são importantes, pois nos fazem refletir criticamente sobre o que passou a ser realidade para o negro quando se viu obrigado a deixar as grandes lavouras e senzalas para tentar uma nova vida na cidade a mercê da própria sorte. Essa nova realidade nos fez pensar como o negro, longe desses espaços, continuaria sendo discriminado após a abolição da escravatura. “Na voz de Silvia Hunold Lara, em “No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa e setecentista” (2012, p. 89), “[...] o jogo das cores ganhou novos contornos, ao mesmo tempo em que se alteraram os sentidos da liberdade.”

Como é significativa a expressão usada pela autora quando reforça que as cores, ganhando novos contornos, possuem o poder de alterar os sentidos da liberdade. As alterações de sentido da liberdade foram sendo percebidas através dos abandonos legalizados e naturalizados ao longo do período pós-abolição. É o que sinaliza Silvio Correa

O negro foi frequentemente associado, na historiografia brasileira, à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas. (2000, p.87).

A Abolição da Escravatura estava posta e somente os negros poderiam ser capazes de dimensionar o seu papel como homens livres na sociedade. De acordo com Fabiane Popinigis,

Seus significados são permeados de elementos de ambiguidade que os aproxima, mas também os distingue. Em suma, os diversos sentidos que a liberdade ganhava nas experiências desses grupos sociais podem fornecer elementos importantes para a compreensão deste momento de redefinições das relações de trabalho no Brasil, contribuindo para uma compreensão mais completa e matizada deste processo. (2012, p. 361-362)

É importante que se fortaleça a expressão “momentos de redefinições” mencionada pela escritora, pois nos leva a refletir sobre os obstáculos da trajetória enfrentada pelos negros no pós-abolição, tais como: o que estaria sinalizado como destino aos negros que, abandonando a senzalas, se viam desprotegidos em todos os sentidos? O que seria essa liberdade tão sonhada diante de um constante fechar de portas e oportunidades? Na realidade, os negros recém-libertos, passaram a ser duplamente invisibilizados, ou seja, um destino incerto novamente marcaria suas vidas carregados de outros tantos enfrentamentos.

A dificuldade do negro em tornar sua liberdade efetiva estava subordinada a uma herança escravagista que apenas servia a novas e criativas formas de descaracterização social.

Nesse cenário de “suposta liberdade”, os brancos fizeram de tudo para tornar sua dominação significativa e o resultado do processo pós-abolição passou a ser representado por formas veladas de arcaicos preconceitos. Hasembaig assim definiria esses novos preconceitos pela cor:

Sem dúvida a grande maioria dos negros e mulatos no Brasil é exposta aos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas, além disso, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial. (1979, p. 20)

Infelizmente, a condição de negro liberto não serviu para mudar a mentalidade de uma sociedade acostumada à supremacia conquistada através de coação. Relegar a segundo plano a figura do negro como escravo passou a representar uma realidade, de fato, sujeita a outros olhares. Esses outros olhares, longe de buscar uma equidade para todos, passou a ser motivo de desconfortos e de entraves sociais para os negros em busca de sua cidadania. Infelizmente, reforça Segato,¹⁰

¹⁰ SEGATO, Rita Laura. *Você é a favor da cota para negro?* Sim. As ações afirmativas são uma reivindicação de longa data. Correio Brasiliense, 18/04/2004. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/artigos_jornais/ritasegato.htm> Acesso em: agosto de 2012.

O importante aqui é perceber como é difícil acolher o novo, aceitar os tempos de transformação e reagir ao temor de usar o poder de decisão com que contamos como cidadão para mudar a sociedade em que vivemos e tornar o mundo um lugar melhor.

O pensamento de Segato (2004) nos leva a refletir sobre a contínua desumanidade presente no período pós-abolição e nos mecanismos de depreciação da cor e da cultura africana. A Carta de Alforria, símbolo legítimo de um país escravocrata, passou a ser apenas um documento legalizado que não serviu para modificar o comportamento da soberania branca em relação aos negros e seus descendentes.

As formas equivocadas através das quais a abolição se efetivava serviram para demonstrar uma estratégia política revoltante: antes que os negros experimentassem a sensação do primeiro voo outras formas de privá-los de sua liberdade se fizeram presentes.

Essa é uma das muitas faces da abolição na sociedade brasileira que, preocupada com a mão escrava perdida, estipulou o distanciamento como regra e a cor da pele como desculpa para isso?

Desde que foi assinada a Lei Áurea, que concedia a liberdade como privilégio do branco para com o negro, uma nova e amarga trajetória se desenhava na sociedade brasileira. O negro novamente iria se deparar com a crueldade típica daqueles a quem a escravidão sempre representou um bom negócio.

Em toda a análise que se faça do período pré e pós-abolicionista permanece uma ausência de humanidade que protagoniza a história narrada a partir de uma única voz, a do colonizador, que se sobrepunha à do colonizado. Essa forma de contemplar a história e as cicatrizes por ela perpetuadas nos leva a tecer reflexões sobre o que realmente esteve ausente tanto no período pré como no pós-abolição e, acima de tudo, questionar as desculpas utilizadas pelos brancos para demarcar espaços de distanciamento que só contribuíram para o agigantamento do desprezo pelo outro.

Por isso, a pertinência de usar neste trabalho a filosofia de Bakhtin que, priorizando o olhar do outro e sobre o outro, nos faz perceber que nossa responsabilidade como sujeito singular sempre será o agir capaz de promover uma ação mais humanizada entre os homens.

As palavras de Bakhtin são aplicáveis a qualquer história que envolva como figura principal um “nós”, pois, para o filósofo russo, não existe a forma isolada de um ‘eu’ que consiga sobreviver sem o olhar do outro, afinal, nenhum discurso pode ser compreendido em sua plenitude se a voz do outro ou de outros forem silenciadas. Assim, para sair do monólogo de uma única e estreita história, é necessário reconhecer o direito de voz a quem, através dos séculos, estranhamente, foi silenciado.

Falamos a respeito dos negros e de todos os descendentes africanos e afro-brasileiros ainda hoje sufocados por histórias distorcidas de seu povo. Esta, talvez, possa ser enumerada como a segunda face da abolição: um benefício legalizado da liberdade que, ironicamente, não garantiu a equidade.

É penoso admitir que possam existir sequelas maiores do que as causadas pela ausência da equidade, pois ela representa o reflexo de tudo que não desejamos ter como herança da escravidão de negros em nosso país. No entanto, se lançarmos um olhar mais atento à miscigenação de raças no Brasil, iremos encontrar novas formas de estranhamento e de estrangeirismo vividas pelos afro-brasileiros. As grandes favelas e subúrbios, vergonhosamente, vêm demonstrando que em nosso país, onde a democracia é tão defendida, existem espaços diferentes delimitados pela cor da pele.

Não se trata de uma versão pessimista da história, nem de desconsiderar os grandes avanços conquistados pelos “Movimentos Negros”, mas de uma inquietude que nos faz enxergar certas desigualdades como réplicas mal ensaiadas de um destratar humano que, em nome de uma democracia racial, nunca deixou de ser um discurso moderno dependente e resistente das mazelas do período escravocrata brasileiro. O destratar aqui, longe da memória dos açoites e da senzala, representa as formas modernizadas de escravidão ao negro e seus descendentes que, tal como num passado não muito recente, continuam a privá-los dos direitos mais básicos do ser humano: moradia, saúde e educação.

Persiste entre os negros a vontade incessante de romper com esses amordaçamentos sociais que ignoram o poder da resistência e o histórico de lutas dos negros, tentando negar uma voz que não mais se permite viver no silêncio.

Esse abafamento, politicamente arquitetado, continua utilizando o negro e seus descendentes como protagonistas de uma escravidão moderna que segrega espaços e também oportunidades. O cenário da realidade brasileira tem servido para demonstrar onde e como está a maioria dos negros em nosso país. É como se o negro, apesar de todos os avanços legais contra a servidão no Brasil, estivesse condenado a deixar o palco e espiar a plateia por trás das cortinas e pelas portas laterais do imenso teatro da hipocrisia branca.

Não cabe, no entanto, nenhuma crítica aos moradores desses lugares, pois a dignidade de um homem está acima do teto que lhe foi possível construir. Tecemos críticas aos gestores e políticos de nosso país que, em seus confortáveis e fechados gabinetes, continuam elaborando leis desconsiderando a realidade da maioria desamparada. Em meio a tanta legislação dispersa, sucumbem aqueles a quem a sorte não foi herdada e para os quais o futuro, não muito diferente do passado, está fadado à incerteza e ao esquecimento.

Selecionamos como terceira face da abolição discorrer sobre a deficiente infraestrutura de moradia e saneamento básico enfrentado pela maioria dos negros em nosso país. “Somos cientes também de que não podemos tecer comparações com os brancos pobres que ocupam esses mesmos espaços, porque “a cor” da pele deles não os torna totalmente invisíveis”, ou seja, apesar de toda precariedade vivida pelos pobres no Brasil, o negro continua enfrentando problemas sociais maiores e mais graves do que os não negros. Por mais que nos custe admitir, não podemos desconsiderar que entre guetos, favelas e subúrbios, o negro se destaca em número e também em privações tão básicas de um viver com dignidade.

As análises feitas até o presente momento serviram para confirmar que, apesar de tantos progressos tecnológicos, científicos e, de tantos projetos sociais, o negro é identificado facilmente nas estatísticas de pessoas cujo poder aquisitivo é dos mais baixos. Esse reflexo é constatado, conforme Carlos Moore (2010, p.24), “nas estatísticas vitais do país”.

A quarta face da abolição, diferente das anteriores, demonstrará que, além do visível social que deprecia o papel do negro no Brasil, existe algo mais pontual e mais chocante que as diversas estatísticas elaboradas: o silenciamento da cor. Discorrer sobre esse silenciamento poderá nos ajudar a compreender que as demais formas de discriminação racial nada mais são do que consequências de uma não aceitação dos diferentes.

Vislumbrar como a imagem depreciativa de um homem em relação a seu próximo vai se sedimentando através dos séculos e não deixa ser uma forma interessante de compreender o valor e o peso de determinados pré-conceitos através da própria cultura. Nosso objetivo é investigar como ocorre esse discurso sobre o outro baseado em seu silenciamento que, invadindo a própria história, nos torna seres repletos de interrogações.

Por fim, de posse dos diversos referenciais bibliográficos que serviram para fundamentar este capítulo, o objetivo dele foi instigar algumas reflexões sobre as diversas e perigosas faces da abolição que, carregadas de preconceitos, continuam vitimando e silenciando o negro em nossa sociedade.

5.4 A fragilidade das legislações de amparo ao negro no Brasil: reflexões e práticas

Como seres-no-mundo estamos, estamos encharcados de cultura, portanto, é mister lidar com a natureza ontológica do ser e a natureza epistemológica do conhecer, assunto cara a uma hermenêutica relacional. Uma consequência natural desta inserção hermenêutica de cunho relacional é a certeza de que o conhecimento é aquilo que criamos interativamente, dialogicamente, conversacionalmente, no âmago da nossa cultura e de todas as indexalidades sociais nas quais estamos implicados. (MACEDO, 2000, p.75)

Iniciaremos este capítulo conceituando três substantivos que irão servir para sustentar nossas reflexões sobre os labirintos percorridos pelos negros em busca de seus direitos: legislação, alforria e liberdade. No entanto, os mais “atentos” poderiam lançar duras críticas, alegando que estaríamos sendo redundantes, pois, alforria, automaticamente, implicaria liberdade. No entanto, em se tratando da história do negro no Brasil, algumas reflexões se fazem necessárias, pois entre a alforria e a liberdade há uma grande lacuna, cujas legislações pré e pós-abolição, estão distantes de uma prática, de fato, pretendida, ou seja, carecem de constantes aperfeiçoamentos capazes de efetivar o já proposto.

Uma das primeiras reflexões que devemos aprofundar é sobre os vários sentidos que a palavra alforria foi ganhando durante o período escravagista e percebê-la como ato de piedade e de benevolência. Ou seja, alforriar, no nosso entendimento, não pressupunha um julgamento prévio, mas o fortalecimento político da elite, dos grandes senhores de engenho que, ao se auto permitirem alforriar o negro escravo, de forma mais perversa, poderiam mantê-lo eternamente seu servo. Se pensarmos na palavra liberdade, automaticamente, iremos nos deparar com diversos sinônimos, tais como: estado de pessoa livre e isenta de restrição externa ou de coação física ou moral; aquele que pode exercer sua vontade livremente; e, uma das mais significativas conceituações: a de não ser escravo nem viver em cativeiro.

Poderíamos usar muitos sinônimos para tentar compreender o que seria de fato essa tão aclamada liberdade, mas sabíamos que nenhum deles iria amenizar nossas angústias. Por isso, começamos este capítulo discorrendo sobre o significado dos termos alforria e liberdade que, embora considerados sinônimos, não parecem apresentar similaridades precisas. Explicando-nos melhor: o ser humano nasce livre e a concessão de sua liberdade pressupõe, conseqüentemente, que ele tenha cometido algum tipo de crime ou delito para que isso ocorra.

Por outro lado, todo ser humano, até que seja comprovada sua culpabilidade, tem direito a ser representado legalmente e ser julgado conforme rege a Constituição Brasileira, ou seja, condenar ou libertar se torna uma ação posterior que advém de toda a complexidade do processo através do qual o sujeito estava enquadrado.

Aprofundamos mais o assunto: durante o cárcere, o prisioneiro fica aguardando seu julgamento, momento em que todos os seus atos serão apreciados conforme preconiza a legislação jurídica, restando-lhe apenas a expectativa do veredicto: culpado ou inocente. Todo esse processo, em se tratando de Brasil, poderá ser resolvido em questão de dias, horas ou anos. Porém, o suposto acusado sempre terá quem o represente, seja através da contratação particular de profissionais ou da própria Defensoria Pública. Estamos falando de sujeitos classificados muitas vezes como nocivos a sociedade. Mesmo assim, conforme estabelecido

pelos direitos humanos, esses sujeitos devem ser respeitados. Não somos contrários a tais procedimentos, pois mesmo a integridade física, moral, psicológica de um prisioneiro “culpado” precisa ser mantida, afinal, aprisionamento já supõe o próprio pagamento da dívida perante a sociedade.

São louváveis certos amparos legais, pois evitam o julgamento coletivo que, através da ira das massas, pode resultar em linchamentos injustos. Porém, não é essa absolvição ou acusação que envolve o objetivo do nosso trabalho. Sabemos que essas formas de julgamento, em sua grande maioria, sinalizam processos em que a justiça de fato se realiza em defesa da sociedade. Entretanto, quando nos debruçamos sobre a “alforria dos negros no Brasil”, não podemos deixar em zonas de silenciamento as infindáveis justificativas para escravizar pessoas que não se enquadravam nos termos crime/delito. Em outras palavras, ao serem arrancados da África, os negros e todos seus descendentes já trouxeram consigo a escravidão como prévio delito e a alforria como possível dádiva condicionada à servidão e obediência ao seu dono e senhor.

Reportando-nos à liberdade citada anteriormente e, analisando as formas como ocorreram as alforrias no período do Brasil- Colônia, visualizamos discrepâncias de sentidos que, através de imposições senhoriais, fizeram suas próprias leis e julgamentos. Os senhores de engenho, utilizando-se do poder e da anuência do Estado e da própria Igreja, impuseram um regime escravocrata a todos os negros, desconsiderando e ferindo sua integridade física, moral, psicológica e cultural. Ainda, estabeleciam critérios e formas de reembolsos financeiros e trabalhistas como única e deplorável condição para concessão da suposta alforria. Não podemos esquecer que os motivos que levaram os negros ao aprisionamento sem amparo legal foram estabelecidos pela própria escravidão. No nosso incipiente entendimento jurídico, tanto a compra como a concessão da Carta de Alforria, nunca significou para os negros a certeza de uma efetiva e ampla liberdade e, sim, a representação mais significativa da rigidez como eram tratados.

Como não refletir sobre esses fatos e analisar até que ponto o branco se achava no direito de conceder a alforria a quem injustamente era estabelecido o regime da escravidão como liberdade a ser negociado ou concedida? Dessa forma os negros, vindo de países onde eram livres, foram submetidos à servidão e condicionados à concessão de uma liberdade que lhes foi escancaradamente subtraída. Como consequência, ficavam à mercê da alforria dada por senhores ou sinhazinhas que, usurpando sua dignidade humana, ainda se orgulhavam do ato de libertá-los. Essas reflexões são cada vez mais pertinentes, porque nos mostram o

imenso labirinto construído pelas diversas leis que não conseguiram erradicar os abusos cometidos durante e depois da escravidão.

É importante refletir sobre as primeiras leis que foram criadas como forma de responder aos apelos dos abolicionistas que, cansados de uma luta solitária, apostaram suas vidas em nome de um ideal de justiça. A luta dos negros para efetivação de seus direitos continua como marca de um povo que, sofrido e discriminado historicamente, nunca deixou de acreditar na mudança de certas posturas. No entanto, não podemos desconsiderar que a luta dos negros por seus direitos continua sendo ação desafiadora diante de pensamentos contrários que se agigantam tentando tornar suas lutas pouco relevantes. A pouca relevância se dá através do mito da própria democracia racial que, fingindo contemplar a igualdade entre todos, continuam segregando os negros e não efetivando seus direitos.

Sabemos que discorrer sobre os crimes cometidos contra os negros e negras em nosso país jamais poderia ser arrolado a partir de um simples capítulo de pesquisa. No entanto, prestamos uma pequena contribuição ao tecer reflexões sobre a história que, através dos séculos, nos levou a crer que todas as leis para a proteção dos negros foram amplamente cumpridas em sua integralidade. Por isso, nosso olhar insiste em falar sobre essas legislações por entender que, em sua essência, muitas delas apenas fortaleceram um tipo de racismo ao contrário, na medida em que a concessão do direito sempre estava subordinado a outros deveres constantes nas próprias leis. Como exemplo disso, podemos citar a Lei do Sexagenário (1885), que concedia a liberdade ao negro com mais de 60 anos de idade, porém, o desamparava em várias instâncias, tais como: saúde, moradia e trabalho. Como consequência desse desamparo legalizado, muitos negros acabavam ficando na casa dos senhores até o dia de sua morte. Isso ocorreu com várias leis antiescravidão que, ganhando destaque em jornais da época, nunca conseguiram garantir ao negro o direito pleno de sua liberdade.

Começamos a refletir sobre algumas formas de amparo que, segundo a ideologia da época, traziam em seu bojo a liberdade tão pleiteada pelos negros no Brasil. Analisar com profundidade e imparcialidade essas legislações nos proporcionará uma forma de pensar mais crítica, um olhar para aquele “outro” que continua sendo presa constante de “armadilhas legalizadas” carregadas de desamparo e incerteza. Descreveremos como funcionavam os grandes mercados de carne humana: coisificação sentida pelo negro ao pisar em solo brasileiro.

No Rio de Janeiro, assim como em vários estados do nosso país, era comum, na época da escravidão, haver grandes mercados públicos nos quais negros e negras eram expostos

como objetos à espera de seus compradores. Mesmo com a Lei Eusébio de Queiroz, o Brasil, de forma clandestina e por muito tempo, contrabandeou milhares de negros da África.

Citaremos como ponto de partida para nossas reflexões o Mercado Valongo, no Rio de Janeiro. Nesse mercado, o negro, mercadoria abundante na época, era alvo de especulações e barganhas. Como mencionado anteriormente, muitos negros não suportavam os maus tratos da viagem, morriam e eram atirados ao mar. Porém, os que aqui conseguiam chegar denotavam debilidades física e psicológica indescritíveis. Era natural que as exposições nos mercados também vitimassem os negros, levando-os à morte por desnutrição.

Tal foi a quantidade de mortes registrada no Mercado Valongo que um Juiz do distrito do Rio de Janeiro, em 1815, já havia decretado uma lei que proibia jogar os cadáveres dos negros no terreno baldio, próximo a esse estabelecimento. Trata-se de uma ação justa do magistrado. Afinal, empilhar corpos de negros nunca poderia ser considerado ato legal, nem tampouco, cristão. Porém, não foi isso que motivou o referido juiz a decretar que os corpos fossem enterrados com dignidade. A comunidade não suportou o mau cheiro que circundava a região e pressionou o juiz para que o ritual não se transformasse num caso sério de saúde pública. Eis uma análise dessa lei: nunca houve a preocupação de propiciar aos negros o direito de enterrar e prestar suas últimas homenagens a seus entes queridos. Eles eram enterrados em buracos rasos onde apenas uma fina camada de terra os cobria. Podemos chamar isso de lei ou de método deplorável de desconsideração humana? (Revista Aventuras na História, 2009, p. 32). Para que posamos refletir sobre outras leis antiescravidão, por mais benevolente que possam parecer, é necessário ter sobre a linguagem um olhar atento capaz de perceber armadilhas criadas por duplos sentidos.

Em 1842, o Código Criminal do Império estabelecia a extinção das marcas de ferro e da mutilação de escravos (Revista Aventuras na História, 2009, p. 33).

Infelizmente, na prática, não foi isso que aconteceu, pois, no silêncio das grandes senzalas, os senhores continuavam a exercer suas próprias leis. Os açoites, as marcas de ferro, e o próprio enforcamento serviam para ratificar que os senhores eram os verdadeiros donos da “pena de ouro”.

Na calada da noite ou sob o sol mais vibrante, negros e negras agonizavam diante de seus algozes. No livro de Caiuá Cardoso Al-Alam “A negra força da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas” (1830-1857), o autor, analisando o Código Criminal, demonstra o continuísmo de práticas perversas contra os negros, independente de lugar ou região: “Junto, seguiam os irmãos da Santa Casa de Misericórdia. No livro de Atas da Santa Casa de Misericórdia, no dia 21 de novembro de 1847, encontramos o registro dos

enforcamentos de Salvador, João Pernambuco e Bento” (Al-Alam, 2008, p. 164). Assim prossegue o autor:

[...] constatamos a importância da participação da Santa Casa neste ritual. A de legitimar, com a justificativa do poder de Deus, aquele ato de violência, assim reafirmando não apenas no campo religioso, mas também no campo político, a supremacia da elite senhorial. (2008, p. 164),

Através desse excerto, percebemos como o negro estava distante de seus direitos e como a religião, utilizando-se da palavra Deus, acabou firmando parcerias com as camadas elitizadas em prol do sufocamento social do negro. Sabemos também que os açoites permaneceram por muitos anos rasgando os corpos de negros e os fazendo lembrar que ser livre seria um desejo distante marcado pelas cicatrizes deixadas em seus corpos.

Em 04 de setembro de 1850, foi criada a Lei Eusébio de Queirós, que: “Proibia o tráfico negreiro e autorizava a expulsão dos traficantes do país. Essa medida reprimiu definitivamente, a importação de escravos para o Brasil” (Cotrim, 1996, p. 213). Com todo o respeito ao autor Gilberto Cotrim, sabemos que por um bom tempo, de forma clandestina, o Brasil continuou a contrabandear os africanos e que a proibição ocorreu por pressão da Inglaterra que, pensando em negociações mais rentáveis, começou a bombardear os navios brasileiros. “A lei não tem efeito e, pouco antes de ser votada, houve aumento substancial de importação de escravos.” (Carvalho, 2005).

O não cumprimento dos dispositivos legais pelo governo brasileiro expressava a desvalorização para com o negro e o fortalecimento dos ideais econômicos tão dependentes do trabalho escravo. Delineado por tantos obstáculos, selava-se o difícil percurso do negro em busca de seus direitos subtraídos pela escravidão.

A Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Rio Branco”, foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Essa lei tornava liberto todo filho de escrava que nascesse a partir daquela data. Porém, algumas ressalvas a esse respeito são necessárias. Do contrário, estaríamos sendo injustos ao criticar tão nobre legislação.

As mães dos filhos libertos continuavam sendo escravas, ou seja, ao considerar seus filhos livres, a Lei do Ventre Livre impunha duas possibilidades para seu cumprimento: as crianças deviam ser entregues ao governo ou permanecer até completar 21 anos de idade na casa do senhor. Logo, à condição de escravo somava-se mais um agravante: o pagamento referente a toda despesa com comida, vestuário e moradia. Essas condições são suficientes para compreendermos o que de fato representou a Lei do Ventre Livre.

Em 28 de setembro de 1885, é promulgada a Lei do Sexagenário, que tornava liberto os escravos com mais de 65 anos de idade. No entanto, seu projeto inicial tinha o nome de Saraiva - Cotegipe, que compreendia que a liberdade deveria ser concedida a partir dos 60 anos de idade, tendo em vista que a vida útil de um escravo, submetido ao regime severo da escravidão, não superava mais do que dez anos no cativeiro.

No entanto, a ganância dos grandes fazendeiros, principalmente dos cafeicultores, através do seu poder e influência política, conseguiram manter a idade de 65 anos para concessão daquilo que julgavam ser um prêmio concedido. A maioria dos escravos já doentes, sem moradia e sem perspectivas de amparo, morriam nas casas de seus algozes. Raros foram os casos, como citado por Fraga Filho (1996, p. 72), em que o caminho se deu de forma inversa: “[...] em alguns momentos na [...] perspectiva dos homens e mulheres que envelheciam na escravidão, mais valia viver mendigo do que morrer escravo”. O que Fraga (1996, p.72) nos faz perceber é que para alguns escravos o sofrimento e os maus tratos marcavam tanto suas vidas que mais valia a instabilidade das ruas do que morrer na mesma condição de subalternidade que sempre lhes impuseram.

A própria Lei Áurea, pondo fim à escravidão no Brasil, nos leva a questionar sobre a que “fim” a lei realmente se referia, pois, segundo renomados historiadores, o que realmente aconteceu foi apenas uma troca de endereços: das senzalas para os guetos e diversos bairros da periferia. Este seria o destino certo dos negros libertos: a liberdade diante de um novo mundo que os continuava condenando a uma nova escravidão.

Como bem contextualizado pelo escritor Ubiratan Castro de Araújo (1988, p. 7-8), o fim da escravidão sinalizava uma possibilidade de recomeço histórico. Ele cita como exemplo, pós-abolição, o caso raro do advogado Leovogildo Figueiras, que chegou a criar uma entidade para intermediar contratos entre ex-escravos e novos patrões, a “Sociedade Treze de Maio”. No entanto, “Nem mesmo essa tentativa de precoce terceirização funcionou”. Continuaram os favores, as obrigações e as clientelas, ou seja, a Lei Áurea libertou os escravos, porém não lhes assegurou a liberdade de trabalho, a terra e o reconhecimento social.

Poderíamos acrescentar várias legislações ou iniciativas abolicionistas e ativistas do movimento negro como reflexão necessária do que foi realmente a trajetória amarga de negros e negras em nosso país. No entanto, como não temos a pretensão nem o direito de debater superficialmente sobre tais legislações, muitas delas não serão aqui analisadas.

Antes de falarmos sobre políticas afirmativas, sistema de cotas e reparações de dívidas históricas, trazemos reflexões acerca da importância do “Teatro Experimental Negro”, fundado em 1944 pelo nosso saudoso Abdias do Nascimento, falecido em 2012. Segundo

Abdias, o objetivo do Teatro era, dentre outros, resgatar a cultura negra e os valores esquecidos em meio a um passado tão sofrido. O projeto envolvia despertar a cidadania por meio da conscientização e alfabetização. Abdias transformava esse projeto em uma das formas mais significativas de resgate da identidade do negro em nosso país.

A Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, intitulada “Lei Caó”, estabelece punição para os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Ela sofreu alteração em seu Art. 1º cuja Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97 fica assim disposta: Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A Lei Caó traz contribuições importantes para o negro e sua dignidade como sujeito, cidadão. Porém, diante do nosso olhar, ela continua muito branda. Esse abrandamento deriva de várias ramificações, tais como: desconhecimento do próprio negro em relação ao teor da Lei; visão distorcida ou tendenciosa de alguns advogados que, recebendo a denúncia do seu cliente, acabam transformando o crime de racismo em crime de injúria; vergonha da ou descrença na própria vítima que julga que sua denúncia sempre vai ser questionada ou posta em dúvida.

Inúmeras são as situações em nosso cotidiano que denunciam um racismo velado. Há uma tendência de interpretar o crime como mal entendido que se soluciona com pedido de desculpas.

O negro vem sofrendo discriminações cujas denúncias acabam sendo arquivadas ou transformadas em indenizações por danos morais. Eis um questionamento: essa indenização ameniza as discriminações raciais em nosso país ou é só uma forma confortável de dizer “sou racista, mas posso pagar e fortalecer minha superioridade em relação ao outro”?

Em relação à Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que trata entre suas liberações, sobre a inserção da história da África e dos africanos nos currículos oficiais das redes de ensino, bem como de toda a contribuição e legado cultural trazidos ao Brasil, através de milhares de negros e negras, novamente somos impulsionados a questionar o porquê da necessidade de uma lei para estabelecer conhecimentos que há muito já deveriam estar contemplados como conteúdos essenciais da própria história do povo brasileiro.

Martin Luther King diz que: “Tudo o que se vê é só a sombra projetada pelas coisas que não vemos”. Com isso, podemos mensurar a dificuldade e resistência por parte de alguns educadores que se negam a aceitar que a Lei nº 10.639/03 pode e deve ser desenvolvida em qualquer disciplina. Ainda persiste a falsa ideia de que a temática só pode ser trabalhada nas disciplinas de História e Língua Portuguesa. Essa resistência é a prova mais contundente de

que os professores desconhecem a riqueza que envolve toda a história e cultura africana. Por desconhece-la, sua primeira reação é a negação e a impossibilidade de prática e aprofundamento teórico do assunto. A ausência de discernimento em relação à importância da Lei sinaliza em nossa sociedade o desconhecimento da verdadeira história. É preciso, portanto, ter em mente que:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura Afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (MEC/SEC. ESP. POL. IGUAL. RAC. 2005, p. 17)

“Educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica” não deixa de ser o ideal pretendido quando falamos em educação. No entanto, entre a teoria, o devaneio e a prática há um modo de pensar fortemente eurocêntrico. Esse ideal de branqueamento, de forma velada, continua fragmentando a história do outro e sua identidade. Persiste uma depreciação em relação à cultura e religião africana, que nos leva a refletir se a obrigatoriedade da lei vai conseguir lapidar mentes tão retrógradas.

Por isso, quando nos depararmos com a riqueza de um provérbio africano que nos diz: “Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador”, não podemos deixar de registrar nosso pessimismo em relação à sedimentação da primeira história apreendida equivocadamente. Ideal seria que os educadores, gestores e a comunidade pudessem se apropriar da história dos negros e da sua riquíssima cultura para, a partir disso, transformar em *práxis* os ensinamentos provenientes daqueles que são de fato e de direito os fiéis representantes do berço da humanidade.

Esse apropriar-se significa lançar um outro olhar sobre a África e os africanos, compreendendo, acima de tudo, que não estamos mais falando sobre negros escravos e navios tumbeiros, mas de um país formado por outros 53 países que estão desenvolvendo projetos maravilhosos na educação, tecnologia, mineração, cultura, política. Inclusive, em Serra Leoa, um país da África Ocidental, há um projeto desenvolvido pelo educador indiano Roy Bunker intitulado “A Universidade dos Pés Descalços”, onde através desse projeto, africanas analfabetas transformam-se em engenheiras solares. Nas palavras do seu fundador: “É a única universidade onde não se confere diplomas, você é certificado pela comunidade que serve.” No nosso entendimento, esse é um dos mais significativos exemplos de valorização da cultura de um povo e poderia servir de incentivo diante de tantos entraves relativos ao desenvolvimento comprometido da Lei nº 10.639/03 nos espaços educacionais.

Toda nossa cultura é carregada de África e onde quer que estejamos, por mais que persistam certas formas de negação à herança africana, ela sempre nos mostrará que somos parte de uma mesma história.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/10, do Senador Federal Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, foi um grande avanço em prol da valorização do negro no Brasil. A aprovação desse Projeto de Lei ocorreu somente no dia 09/11/2009. Nas palavras de Edson Santos, na época (2010) Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade, Racial,

[o] estatuto é o reconhecimento do Estado brasileiro em relação às desigualdades raciais e é a criação de um instrumento que garante inclusão. É uma vitória daqueles que defendem a tese de que nem todos são iguais e que há obrigação do Estado brasileiro com aqueles que estão excluídos de oportunidades do nosso país.

Ao analisar as palavras de Edson Santos, percebemos o quanto foi significativo para os negros a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. No entanto, se fizermos algumas comparações superficiais com a Lei Áurea (1888), podemos perceber a dissimetria entre o direito legalizado e a sua prática na sociedade brasileira. É lamentável que o negro ainda precise andar com o Estatuto da Igualdade Racial no bolso para fazer valer o que já estava exposto na Constituição Nacional Brasileira de 1988, que, em seu Art.5º, exprime princípios fundamentais da pessoa humana: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Em outras palavras, se todos são iguais perante a lei, fortalecer esses direitos no Estatuto da Igualdade Racial representa a fragilidade da própria Constituição. Isso nos instiga a refletir sobre algumas situações em nossa sociedade as quais retratam um tipo de desamparo legalizado, escancarado e fragmentado. Quando deparamos com o Artigo 18 do Estatuto da Igualdade Racial (2010, p.19), “que assegura aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestações religiosas, sob a proteção do Estado”, e assistimos através dos meios de comunicação que líderes quilombolas são perseguidos e assassinados, não podemos nos calar nem perguntar onde está o Estado que, de forma omissa, desprotege seus cidadãos? Se todos são iguais perante a lei e conforme o estabelecido no Art.2º do Estatuto da Igualdade Racial,

[é] dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independente da etnia ou da cor da pele, o direito de participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. (2010, p.9)

Por que persiste uma discussão tão constrangedora em relação à adoção de cotas raciais? Se é dever do Estado garantir a igualdade de oportunidades a todos, por que a significativa ausência de docentes negros em nossas Instituições de Ensino? Se é dever do Estado garantir a dignidade e o valor cultural do seu povo, por que o negro continua sendo depreciado, alvo de piadas pejorativas?

Sabemos que os negros em nosso país conhecem muito bem o Estatuto da Igualdade Racial. Porém, a impressão que se tem é de que em muitos casos o próprio negro fica em dúvida se denuncia a agressão ou o preconceito sofrido por temer que sua versão seja questionada. Poderíamos discorrer mais sobre cada artigo da Constituição Brasileira, bem como do Estatuto Racial, e, cada vez que aprofundássemos nossos questionamentos, outros tantos iriam surgir e nos inquietar. Apesar das limitações desta pesquisa nesse sentido, somos cômicos de que estamos fazendo nossa parte de modo singular e responsável.

Os desconfortos são aqui elencados não para tecer críticas às legislações, mas a fim de que possam torná-las mais efetivas porque a impunidade e a sensação de desamparo acabam fortalecendo o mito de uma democracia racial incapaz de reverter determinados preconceitos.

Mesmo que não tenhamos conhecimentos na área do Direito, sabemos que se todos são iguais perante a lei, ela continua muito branda em relação aos direitos dos negros em nosso país.

Atualmente, a discussão mais acirrada tem sido sobre a Lei nº 12.771/2012 aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio, mediante a adoção de Cotas Raciais.

Sabemos que essas discussões já foram amplamente defendidas. Entretanto, a impressão que se tem é de que falar em Cotas Raciais é assunto novo, desprovido de história. Só para elucidar nosso propósito, citamos Silva (2003, p. 72-73) por entender a importância do assunto e do esclarecimento que o autor já prestava em relação às Ações Afirmativas e o Sistema de Cotas, exatamente há dez anos:

[as] Ações Afirmativas e as cotas são apenas dois dos principais meios que podem ser utilizados como instrumentos capazes de propiciar mobilidade social aos afrodescendentes, a fim de integrá-los economicamente e socialmente aos demais membros da sociedade inclusiva, sem olvidar outras formas fecundas de obter justiça social. Porém, é importante enfatizar que essas propostas deverão vir acompanhadas de outras medidas de cunho social, universalistas, tais como: melhoria na qualidade de ensino público, políticas de redistribuição de renda, aumentos e reajustes reais de salários e vencimentos, reforma tributária, reforma agrária e etc.

Santos (2003) aprofunda o significado das Ações Afirmativas e do Sistema de Cotas, uma vez que os considera como um processo abrangente e permanente. O autor, em outras

palavras, desmistifica as Ações Afirmativas e o Sistema de Cotas como um processo isolado e de beneficiamento aleatório. Independente de opiniões contrárias ou favoráveis, torna-se imprescindível o total discernimento antes de qualquer pré-julgamento diante das políticas reparatórias. Santos sinaliza:

A “invisibilidade” do processo de discriminação racial reaviva o mito da democracia racial, impedindo uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais do que isso, ele inibe a implementação de políticas públicas específicas para negro ou, se quiser, a desumanização é da essência do racismo. E é essa negação aos negros enquanto seres humanos que nos “anestesia” quanto às desigualdades raciais. Estes fatos têm um enorme peso no momento de decidir sobre qual política adotar para solucionar a discriminação racial a que estão submetidos os negros. (2003, p.87)

Em relação à reserva de vagas para os negros, sejam essas relacionadas ao acesso à universidade ou ao mercado de trabalho, precisa-se levar em consideração toda uma história que, desde o período escravocrata, nunca permitiu uma igualdade de fato e de direito aos negros e seus descendentes. Segundo Werthein (2004)¹¹, isso compreende:

[...] o princípio que legitima as cotas é o reconhecimento de que não se pode exigir o mesmo de indivíduos que tiveram oportunidades desiguais. Caso contrário se estará favorecendo aquele que têm por princípio o berço e de raça um capital cultural mais afim com as exigências do sistema de seleção para entrada na universidade.

Após as explanações anteriores, e retomando a Lei nº 12.771/2012, podemos tecer algumas reflexões: a) mesmo com a obrigatoriedade da adoção de Cotas Raciais, a velha história continua provocando constrangimento e discriminação. O aluno negro passa a sofrer dois tipos de preconceito: por ser negro e também por ser cotista; b) a Lei estabelece a garantia de percentuais para alunos negros, porém, não questiona se as Instituições estão preparadas para trabalhar com os diferentes. Dessa forma, o aluno negro continua não se reconhecendo na Instituição; c) de forma inversa, o governo garante o ingresso na Universidade, desconsiderando a educação básica, conseqüentemente, pontuando o péssimo estado em que se encontra a maioria das escolas públicas. As vagas a serem preenchidas por alunos negros acabam sendo ocupadas através do acesso universal; d) o governo garante o ingresso do aluno cotista sem ter programas de acompanhamento de seu desempenho, permanência, o que representa “lavar as mãos” e jogar para terceiros o cumprimento de uma legislação solitária e ainda inerte; e) a recepção do aluno cotista pressupõe conhecer sua história e respeitar sua cultura. Infelizmente, isso não ocorre porque a maioria dos educadores

¹¹Werthein, Jornal do Comércio, 17-09-2004.

não aprenderam a versão de uma outra história: na longa trajetória acadêmica nossos educadores apenas conheceram a versão do negro escrita por mãos brancas.

Infindáveis seriam as consequências que a Lei acabaria desencadeando. Não desconsideramos o mérito dela, a repercussão positiva que a Lei trouxe para os movimentos negros, ativistas e para as autoridades que se preocupam com um mundo mais igualitário.

Entretanto, não podemos desconsiderar o terreno ainda frágil onde essas ações estão acontecendo. Não se trata de desconsiderar os infindáveis avanços proporcionados pela referida legislação e o quanto foi árdua a luta silenciosa travada pelos negros e negras antes da promulgação da mesma. Apenas ressalvamos que os avanços conquistados ainda não dão conta de amenizar as diferenças (re) criadas.

As conquistas ainda pequenas, se comparadas a toda trajetória de opressão e torturas sofridas pelo negro no Brasil, sinalizam que estão crescendo os movimentos em busca da equidade. Sabemos que, em meio a tantos artigos e incisos, existe um universo de direitos a serem reconquistados. Resta-nos acreditar que essa luta se fará presente a cada momento em que o negro, desprovido do suporte que a própria Constituição Brasileira, por séculos, lhe tem furtado, buscar a valorização desses sujeitos.

A trajetória do negro em busca de seus direitos precisa ser levada a sério, eis nossa pequena e consciente parcela de contribuição. Talvez, muitos considerem nossas reflexões pessimistas, duras demais. Não obstante, nosso olhar responsável carregado de alteridade teve uma única e verdadeira intenção: instigar reflexões sobre a fragilidade das leis de amparo ao negro no Brasil que têm se mostrado ineficiente quanto à efetivação de direitos já duramente contemplados.

6 SER NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE E RIGIDEZ DO SILÊNCIO

Se não ficarmos atentos às dificuldades em lidar com as diferenças, poderemos ser levados a instrumentalizar os preconceitos para marginalizar, discriminar, racializar as pessoas e os grupos que menosprezamos (ADESKY, 2006, p. 46).

A marginalização imposta aos negros no Brasil é fruto de um passado que se alimentou através da intolerância, do racismo e da escravidão que, embora tenha sido abolida em 1888, continua ratificando a complexa dimensão das desigualdades. Essa complexidade se dilui em diversas formas e esferas sociais de humilhação e de menosprezo pela sua cor e intelectualidade. Julgados, ainda pela cor, os negros continuam representando os quadros de exclusão tão próprios de uma sociedade despreparada para um viver em igualdade e desprovida de vontade política capaz de mudar suas trajetórias. O resultado desse descaso sentido pelos negros e negras em nosso país reflete, no espelho da educação brasileira, uma docência soberanamente branca.

Essa lamentável evidência advém das impossibilidades de negros e negras abraçarem com dignidade aquilo que se convencionou chamar de educação como direito de todos. As infundáveis estatísticas de insucesso escolar têm demonstrado a presença de negros como protagonistas desse fracasso educacional. No entanto, não temos acesso a pesquisas que, inconformadas com a naturalização das desigualdades, desconsideram as causas e as consequências da segregação pela cor.

O descompasso de oportunidades tão presente em nosso país tem reforçado a desigualdade como regra e a igualdade como exceção. As frágeis argumentações que povoam o imaginário coletivo sobre a pobreza e a baixa escolaridade representada pelo negro são respingos diários de uma sociedade descompromissada com as urgentes reparações históricas.

As chagas do preconceito, espalhadas durante o período escravocrata no Brasil, irrigaram raízes que foram se alastrando com o firme propósito de depreciar o negro e a cultura africana. No entanto, não podemos permitir que olhares desatentos continuem distorcendo visões sobre os negros e, para que isso não aconteça, temos de “desaprender” o recebido historicamente para aprender através de outros olhares. O afastamento tão necessário aqui proposto nos provoca justamente “a desaprender” para aprender infinitamente, até chegar o momento em que teremos condições de sustentar nossas opiniões e nossos argumentos diante do que nos foi passado como única e incontestável história.

Discorrer sobre as fragilidades que circundam as discussões sobre o verdadeiro papel do negro em nosso país requer um permanente deslocar-se da “ilha”. Toda vez que nos afastarmos do objeto pesquisado, veremos detalhes que a proximidade do olhar não nos

deixaria perceber, tornando-nos cegos. Por isso, ao pesquisarmos sobre a trajetória de docentes negros, não podemos desconsiderar as entrelinhas de uma história que, na tentativa de silenciar seus atores, acabou construindo “ilhas” ao invés de “pontes”.

Compreendemos que buscar na diferença o que nos aproxima seja não só a possibilidade de conhecermos a verdadeira história, mas a de respeitá-la e de entender o motivo pelo qual há tanto distanciamento entre as pessoas. Quando nos colocamos no lugar do outro, sentindo que sua dor também é nossa, teremos, enfim, adquirido a sensibilidade necessária capaz de decifrar os vários silêncios que têm servido para catalogar as ausências desses professores em nossas escolas. Quebrar silêncios é uma das formas que usamos para fortalecer a voz de cada ator que, durante o percurso da pesquisa, nos mostrou uma história do negro contada pelo próprio negro. Essas vozes foram priorizadas porque confiamos que são justamente esses silêncios têm muito a nos dizer.

Para Mia Couto (2003, p. 97), “Há dessas estórias que, quanto mais se contam, menos se conhece. Muitas vozes, afinal, só produzem silêncio”.

Decifrar os silêncios passa a ser uma maneira de preencher os discursos repetidos com outras interrogações. Logo, o discurso outrora pronto, renasce incompleto e inconformado com sua fragmentação. Essa inconformidade nos impulsiona a infundáveis lapidares e tudo aquilo que até então nos acomodava passa a nos incomodar incessantemente. Nesse instante, percebemos o valor das palavras de Milton Santos (2007) quando diz que “A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”. A fragilidade referida pelo autor vem desse fortalecimento de uma pretensa superioridade branca que, criando muros de segregação modernizada, mantém a mesma cumplicidade com a história escravagista. No nosso entendimento, essa cumplicidade com o passado de construções errôneas sobre o outro precisam ser desconstruídas a fim de que possamos nos libertar de uma culpa que só fez crescer o leque das desigualdades raciais em solo brasileiro. Essas cisões, tão necessárias *na* história e *sobre* a história, serão capazes de quebrar a rigidez de determinadas terminologias estreitas que persistem em definições de inferioridades ligadas à cor da pele. Ao pesquisarmos o silêncio da docência negra, temos duas possibilidades: contextualizar a história recebida ou viver, como bem sinalizado por Mia Couto, “numa aprendizagem da insensibilidade”¹².

Optamos pela primeira alternativa por entender que precisamos olhar além do nosso umbigo e, ao fazê-lo, perceber que somos iguais na diferença e que os pré-conceitos são

¹² COUTO, Mia. Da cegueira colectiva à aprendizagem da insensibilidade. Disponível em <<http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Textos%20jornalisticos/dacegueiracolectiva.pdf>>. Acesso em 2014.

barreiras criadas e recriadas que apenas têm servido para demonstrar o quanto ainda estamos distantes da interação com o próximo. Essa distância, por sua vez, é característica de uma visão estreita do outro que precisa ser reduzida ou erradicada, a fim de que possamos conviver e respeitar a dignidade e a história do outro. Quando, enfim, percebermos que “a dor do outro” nunca poderá nos ser indiferente, estaremos de fato caminhando em prol de uma sociedade mais justa. Essa sociedade mais justa, por sua vez, irá nos proporcionar a capacidade de decifrar as mensagens cifradas *do* outro e *sobre* o outro, contribuindo para a apropriação e construção de outros saberes. Esses saberes, no entanto, não possuem a pretensão de desconstruir a base histórica que tem servido para justificar as relações humanas em nossa sociedade, apenas contribuir para uma visão de cumplicidade tão ausente e, ao mesmo tempo, tão necessária entre os homens.

A primeira opção, no entanto, requer mais do que ousadia, representa o limite da imaginação de cada um que, dentro de suas possibilidades, pode receber a aceitação de poucos ou a crítica de muitos. Não nos cabe neste momento nenhuma preocupação com a segunda assertiva, uma vez que somente através de críticas bem fundamentadas é que podemos dizer que a nossa contribuição, de maneira desinquietante, serviu para promover algumas reflexões sobre o assunto em questão. Não encontramos gratificação maior do que despertar no outro um momento singular de alteridade. Pensar e pesquisar os docentes negros tem esse quê de objetivo: fazer de cada leitor um questionador permanente perante estatísticas que tentam classificar a dor e a discriminação racial como meros dados quantitativos condenados à contemplação passiva.

Queremos, sim, questionar o que tem servido para justificar as ausências desses professores em nossa cidade, região e nosso país e, ao fazê-lo, compreender que jamais se tornaria opção do negro/a ficar fora da escola e do mercado de trabalho. Queremos destacar que elencar dados de insucesso e abandono escolar não contempla a realidade desses alunos os quais, diante da emergência de sustentar e contribuir com a renda familiar, acabam abandonados por um sistema que se fortalece através das desigualdades; queremos comprovar que a ausência de alunos negros em nossas instituições são reflexos de uma despreocupação com a educação básica tão precária, única forma de acolhimento para as camadas mais pobres da sociedade; queremos denunciar que a reprovação e os múltiplos cancelamentos de matrículas de alunos negros em nossas instituições vem dessa realidade que desconsidera que a pobreza em nosso país tenha cor; que tanto na trajetória educacional, como em qualquer outro campo de trabalho, o negro sente o preconceito velado que se manifesta através de múltiplos olhares; que ser pobre, negro e professor é um enfrentamento diário dentro de

academias acomodadas com a versão primeira da história; que ter de estudar e trabalhar, simultaneamente, é próprio daqueles que, não tendo condições de pagar um curso pré-vestibular, acabam sendo rotulados como bandeiras de fracasso e de baixa intelectualidade;

Que não raras vezes ser negro e professor é sentir na pele as sutilezas preconceituosas vindas do corpo discente e dos próprios colegas; que ser negro e professor é perceber que a experiência mais angustiante de sua invisibilidade é construída através da própria educação; que ser negro, neste país, é passar por uma prova diária de autossuperação e poder dizer: sou o que sou independente da minha cor e das rotulações que tentaram me fazer menor, sou negro, sim, com minha cor, minhas raízes e história;

Ser negro, professor e Doutor representa a luta silenciosa daqueles que continuam sentindo o quanto a mente humana continua em seu estágio mais primitivo; que ser negro, professor e diretor/a de uma escola é ter de enfrentar o constrangimento e o desapontamento daqueles que só conseguem identificar professores brancos ocupando determinados cargos de gestão; que ser negro em nosso Brasil é perceber os efeitos velozes das redes sociais e da própria ciência e, em sua contramão, constatar o abismo e o retrocesso da mente humana em relação aos preconceitos pela cor; ser negro e professor, além dos enfrentamentos acima arrolados, requer quebras de paradigmas que se fortaleceram através de um passado no qual a cor foi sinônimo de músculos fortes e ausência de cérebro.

Esses são exemplos cruéis de indelicadeza humana dos quais tomamos conhecimento por intermédio dos atores desta pesquisa. Foram presenças e participações em fóruns sobre diversidade racial; eventos múltiplos em que a figura e a história do negro foram contadas pelo próprio negro; foram depoimentos de professores e pesquisadores negros que narraram uma outra versão da história, escrita não mais por mãos brancas; foram seminários, congressos, palestras, encontros, enfim, momentos nos quais a aspereza da história teve de deixar seu trono e ouvir a delicadeza por trás de uma outra história que, não se deixando embrutecer pelos infinitos ditos, acaba nos revelando a dor até então desconsiderada nos livros.

Somos conscientes de que toda pesquisa exige referenciais que possam dar sustentabilidade ao que está sendo dito, porém, nos atreveremos a fazer um só questionamento: onde poderemos encontrar bibliografias capazes de descrever e sustentar a intensidade de uma dor sentida? A imagem de incapacidade intelectual perpetuada pelo branco em relação ao negro criou suas primeiras raízes no período escravocrata do Brasil. No entanto, isso não é quantificável porque não é considerado científico. Esta é uma das justificativas mais cruéis do preconceito racial: como não aprendemos a nos sensibilizar com

a dor do outro, o distanciamento e a depreciação pela cor foram se naturalizando através dos séculos.

O que sobrou de um passado acorrentado pelo desrespeito ao outro foi esse emaranhado de amarras sociais que, não diferente das correntes da escravidão, tentam preencher com sutilezas um discurso moderno com cara de passado. Sentir-se estrangeiro, intruso e desprezado em um país que ajudou a construir é a prova iminente do continuísmo de uma escravidão maior e ainda mais severa.

O negro de hoje, longe do cenário de horror a que foi submetido, continua lapidando uma luta que se faz necessária para a preservação de sua identidade e história. Esse itinerário diário de negações e privações marca um século que se diz pós-moderno, mas que continua com os mesmos vícios de um passado carregado de estereótipos em relação à cor. Michel Foucault, no livro *Em defesa da Sociedade*, afirma (2010, p. 57) que “a história, portanto, torna memorável e, ao tornar memorável, insere os gestos num discurso que coage e imobiliza os menores feitos em monumentos que vão petrificá-los e deixá-los de certo modo eternamente presentes”.

Entendemos que o discurso da escravidão de negros no Brasil permaneça como herança daqueles que buscaram se fortalecer através das fragilidades plantadas no encontro entre o eu e o outro. Sob a ótica imparcial do nosso olhar sobre os múltiplos e cruéis motivos que levaram homens a escravizar outros, podemos dizer que o teor do discurso abolicionista apenas tentou minimizar o que não foi capaz de extinguir. É como um homicídio histórico que se fortalece diante da negação da vida do outro e de sua trajetória. Esse sentimento de inferioridade que o branco fez questão de alimentar em relação aos negros e seus descendentes é um modo secular de rejeição de sua história e cultura. A batalha permanente do negro pelo resgate de sua identidade é uma forma de renascimento que, longe de sinalizar graus de superioridade em relação ao outro, nada mais é que a exigência do respeito pela sua cor, história e cultura. Conforme Bakhtin (2004, p. 11),

[p] ara entrar na história é pouco nascer fisicamente: assim nasce o animal, mas ele não entra na história. É necessário algo como um segundo nascimento, um nascimento social. O homem não nasce como um organismo biológico abstrato, mas como fazendeiro ou camponês, burguês ou proletário: isto é o principal. [...] Só essa localização social e histórica do homem o torna real e lhe determina o conteúdo da criação da vida e da cultura.

Ao analisar mais detidamente o que nos revela Bakhtin, podemos dizer que a luta do negro pelo seu reconhecimento social se encontra à deriva em nossa sociedade. Essa constatação amarga é a soma de todas as lutas que vêm sendo travadas pelos negros em busca

de seu reconhecimento como cidadão. É como se o negro, a cada dia, tivesse de renascer para provar que a história de seus ancestrais é a afirmação mais viva de uma sociedade que não preserva suas memórias.

Nessa batalha silenciosa, travada nas relações raciais no Brasil, o negro e seus descendentes estão quase que forçosamente submetidos a um novo nascimento que, diferente do biológico, exige um renascer constante capaz de enfrentar as rejeições diárias advindas da negação de sua cor.

As palavras de Fanon, aliadas ao pensamento de Bakhtin sobre a diferença entre nascimento biológico e social, nos proporcionam a reflexão necessária para que sejamos capazes de compreender de que forma são travadas as relações diárias entre brancos e negros em nosso país.

Essa forma silenciosa de fraturar a identidade do negro em nosso país cresce, tornando o palco da supremacia branca um verdadeiro teatro no qual desfilam em posições diferenciadas o herói, o bandido, o algoz e o escravo. Podemos dizer que, tal como no período escravocrata, o Brasil continua alimentando o discurso das desigualdades raciais, pois a subordinação de uns em relação ao outro continua sendo demarcado pelo critério cor. Por mais que desviemos o olhar, sempre iremos deparar com situações nas quais o negro é prejudicado pela cor. Essas formas de discriminação, no entanto, carregadas de sutilezas são incapazes de admitir que entre os invariáveis critérios de seleção, tais como, escolaridade e capacidade intelectual, acesso à educação e ao mercado de trabalho a cor continua servindo como derradeira e invisível desculpa de exclusão.

Resta-nos investigar por que os homens, diante da brevidade de sua existência e de sua elevada intelectualidade, continuam criando um viver aprisionado. Quais os motivos os levam a destratar, humilhar e desvalorizar toda uma contribuição cultural, indiscutivelmente, essencial na construção do nosso país?

Compreender as trajetórias e desafios da docência negra sem antes especular na história o papel do negro no Brasil é como tentar descobrir o enredo de um livro através da leitura precipitada de seu epílogo. Muito mais que a inconformidade perante as marcas estereotipadas do outro em nossa sociedade, é preciso aprofundar o olhar sobre isso e refletir sobre as discriminações raciais que de tão latentes ganham ares de uma harmoniosa convivência.

Quando conseguirmos identificar a imensa lacuna existente entre o real e o imaginário que simboliza o preconceito em nosso país, podemos dizer que estamos engatinhando rumo a uma interpretação mais aproximada da realidade social entre brancos e negros. Essa

aproximação, porém, longe de servir para uma visão mais humanizada do outro, aponta para um processo deficiente da igualdade, pois levamos em conta apenas a cor da pele, o que nos faz lançar interpretações distorcidas do outro e de suas potencialidades. Segundo Patrícia Santana (2011, p. 44). “Algo comum é a vivência com a discriminação racial, característica peculiar aos que são vistos como diferentes e desiguais. Mas o enfrentamento dessas discriminações poderia compor um quadro de vários matizes”.

Como ressaltado pela escritora, o grande diferencial da vivência da discriminação racial são os enfrentamentos que dela se propagam, criando espaços ratificadores de distanciamentos. Essas formas reiteradas de manter o outro distante são próprias de uma sociedade escravocrata que não foi capaz de aprender que manter o outro pela dor e pela cor jamais será sinônimo de soberania e, sim, de uma visão particular e egocêntrica. A partir dessas reflexões, podemos compreender que os espaços de marginalização social em nosso país são reflexos de uma sociedade frágil que reforça cada vez mais a desigualdade entre os homens. Nesse universo “politicamente incorreto”, onde a cor delimita espaços diferenciados para os negros no Brasil, basta um simples e descuidado olhar para perceber que, lá onde sua ausência é percebida, é justamente onde a reflexão pelo preconceito precisa ser aprofundada.

Compreender como ocorrem essas diferenças orientadas pelo preconceito é, acima de tudo, enxergar-se como negro dentro de uma história de exclusão e de resgate permanente de identidade. Segundo a escritora Consuelo Dores Silva (1995, p. 20),

o negro, para ser dono de si, necessita “tornar-se negro”, ter consciência da própria negritude. O primeiro passo, para que o homem negro reconstrua a sua identidade, é conscientizar-se de que pertence a uma raça que foi desumanizada, brutalizada pela escravidão e, somente ao tomar consciência da opressão, partirá para a busca incessante de si.

Parece-nos que a “busca incessante de si” vem sendo a bandeira erguida pelo negro em busca do seu espaço na sociedade brasileira. Essa luta, muitas vezes silenciosa ou alardeada, tem conquistado alguns direitos para os negros e seus descendentes. Entretanto, de forma tímida ainda, não são capazes de alterar as estatísticas de uma segregação abasileirada. Essas afirmações, longe de parecerem visões pessimistas relacionadas aos grandes avanços em prol da igualdade racial, vêm representando um quadro significativo da ausência de negros em todas as esferas da sociedade brasileira. Vale salientar que o objetivo do nosso trabalho está restrito à análise do discurso sobre o silenciamento de negros nos espaços escolares. No entanto, as reflexões elencadas na pesquisa foram utilizadas para demonstrar a complexidade de suas trajetórias. Poderíamos descrever inúmeros motivos que têm servido para intensificar

o quadro de desigualdades no Brasil onde o negro, segregado e humilhado, busca o exercício pleno de sua cidadania.

Deduzimos que as reflexões compartilhadas nos capítulos anteriores tenham sido suficientes para provocar contextualizações importantes sobre o negro e o despreparo de nossas Escolas e Universidades quanto ao acolhimento e acompanhamento acadêmico desses sujeitos. Essas colocações são importantes porque nos levam a compreender o percurso histórico de seus ancestrais e a incompletude de seus sonhos em nome de uma sociedade mais justa. Compreendemos o quanto se torna difícil superar a depreciação incisiva que a soberania branca fez questão de perpetuar.

Por isso, ao falarmos do ingresso de crianças negras nas escolas ou de suas trajetórias como professores negros, jamais poderemos desconsiderar sua história de vida. Ela é carregada de adjetivos, que tendem a se multiplicar desde as primeiras experiências escolares.

Cabe, aos comprometidos com a educação, exterminar determinados preconceitos para que o discurso da democracia racial deixe de ser apenas um mito de pouca relevância.

Compreender as diferenças raciais como sementes promissoras de um viver culturalmente enriquecido sinaliza passos importantes rumo a uma educação de fato inclusiva e multicultural:

a discriminação racial não diz respeito somente a crianças negras. Trabalhar no ambiente escolar, de forma satisfatória contra as ideologias que vão reforçar esse tipo de discriminação, significa instaurar novas formas de relação entre crianças negras, brancas e afrodescendentes, corromper com os velhos discursos eurocêntricos, promover situações de diálogos e de questionamento e favorecer uma vivência que permita a todos da comunidade escolar garantir e promover o conhecimento de si mesmo, o encontro com o diferente (Santos, 2001, p.106).

Quando nos deparamos com as últimas expressões do pensamento de Santos: “promover o conhecimento de si mesmo, o encontro com o diferente”, não podemos deixar de registrar a importância desse olhar que busca, através do encontro com o diferente, promover o conhecimento de si. Trata-se de um olhar de alteridade que precisa a cada dia ser mais buscado e trabalhado dentro dos espaços escolares onde a educação exerce a função de instigar a aproximação e o respeito à diversidade. Nas palavras de Patrícia Santana (2011, p.22), “a intervenção da escola para reversão de uma imagem negativa imputada ao negro é prioritária, e torna-se necessária a disseminação da relevância do tema associado a uma política de formação de professores para trabalhar com a temática”.

Quando Santana reforça a necessidade de uma política de formação para que os professores possam trabalhar a temática racial, ela o faz por compreender que, tanto na educação básica como no ensino médio e, na própria Graduação, a história do negro

permanece representando zonas de silenciamento. O silenciamento, por sua vez, independente de gênero, classe ou raça acaba sendo responsável pela transmissão de conhecimentos distorcidos sobre o outro e sua história. Percebemos, assim, a fragilidade do aluno ou docente negro que, passando anos de suas vidas na escola, não consegue se identificar como parte dos conteúdos e das matrizes curriculares.

Em outras palavras, tanto a criança como o jovem negro, acabam se sentindo estrangeiros nesses espaços que deveriam priorizar a diversidade racial e a educação inclusiva. A escola, portanto, acaba sendo o local onde os primeiros preconceitos são percebidos, e não podemos conceber que alguém que não se veja na história, e na própria escola, como sujeito social, possa nutrir algum tipo de esperança na reversão de determinados pré-conceitos seculares. Para que essa esperança deixasse de ser mera utopia, seria necessário que os homens, desarmados de preconceitos em relação ao outro, pudessem entender profundamente o conceito de alteridade e da necessidade do olhar do outro. “Ninguém é herói de sua própria vida. Somente posso me constituir como herói do discurso do outro, na criação do outro”. Essa profunda expressão utilizada por Bakhtin nos conduz a compreender implícito em um discurso qualquer sempre haverá algo sobre o outro que jamais poderá ser desconsiderado. “Os homens necessitam se representar como heróis”, mas como diria Bakhtin (2009, p.159), “o importante é que eles tenham a consciência individual que, diante de toda superestrutura ideológica que os cercam, eles deixam de ser os arquitetos e tornam-se apenas mais um inquilino nesse imenso edifício social”.

Não podemos desconsiderar uma só palavra de Bakhtin, pois elas representam as reflexões mais significativas de valorização do outro. Elas mostram-nos o quanto precisamos do outro para nos identificar como pessoas. Essa identificação, longe de segregar lugares e pessoas, aponta para a grandeza do mesmo espaço que, ao ser compartilhado e enriquecido com experiências diversas, forma um todo harmonioso carregado de humanidade.

Para Bakhtin, não existe a figura restrita de um ser herói, pois ele sempre irá necessitar do olhar do outro para ser identificado como tal. Essa visão de alteridade de Bakhtin pode ser uma das bases das reflexões sobre o preconceito racial que persiste em desconsiderar a necessidade do outro, do diferente. Essas reflexões são pertinentes quando aceitamos o desafio de escrever sobre as barreiras com as quais negros e negras se deparam na rotina em busca de alguma visibilidade. Conhecer os velhos discursos que serviram para enaltecer a supremacia branca é compreender o que ficou à deriva num imenso oceano chamado hipocrisia, é perceber que nenhum homem pode falar de igualdade quando tem sobre os outros o poder de aprisioná-los. De acordo com Rousseau (1983, p. 25),

[o] mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte – direito aparentemente tomado com ironia e na realidade estabelecido como princípio [...]força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência.

O excerto de Rousseau é muito interessante porque nos leva a questionar outras formas de poder que, mesmo não utilizando a força física, podem, com a mesma intensidade, criar outras tantas formas de subordinação e obediência. Identificar essas novas, sutis maneiras de manter o outro sob tutela, é compreender que a soberania branca permanece aprisionando socialmente os negros. Esse aprisionamento, diferente do da escravidão, se fortalece silenciosamente através da imposição, da indiferença e da rejeição. Perceber esse continuísmo discriminatório do branco em relação ao negro é deslocar nosso olhar ainda tão turvo em relação ao outro e compreender que, entre o período escravocrata e a atualidade, permanece um mesmo discurso a ser reinterpretado em suas infindáveis entrelinhas. Conforme Michel Foucault, no livro “A Ordem do Discurso” (2006, p. 25),

[a] repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado [...]novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Quando Michel Foucault diz “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, não podemos deixar de tecer reflexões de aproximação com o discurso ideológico que sustentou o regime escravocrata no Brasil, pois o fato da perpetuação do preconceito racial pode aqui ser entendido como o “acontecimento de sua volta” que persiste em tratar com indiferença o outro tendo como base e critério frágil o pigmento de uma pele. Em outras palavras podemos dizer que o discurso que se mostra como novo apenas se revela como sombra persistente do discurso primeiro. Não podemos, pois, ignorar que tais reflexos se tornam cada vez mais persistentes na atualidade.

A luta do negro pelo direito ao exercício de sua cidadania longe de sinalizar uma conquista de todos continua representando um projeto frágil sujeito a infinitas intempéries. As depreciações sofridas pelos negros são manifestações invisíveis e diárias que, dentro de um contexto de ferrenha discriminação racial, escancaram as sequelas de um país incapaz de superar o *apartheid* da escravidão. A prova disso é a luta constante de negros em busca de um lugar digno na sociedade, no mercado de trabalho e, sobretudo, na educação. Ser negro em nosso país é ter de utilizar o Sistema de Cotas Raciais para ingressar numa universidade e

ouvir o refrão que “a educação é direito de todos”. Ser negro em solo brasileiro é provar que “um filho seu não foge à luta”, mas, ao contrário dos demais, que, “deitar em berço esplendido”, ter uma moradia decente, é privilégio de poucos. Ser negro, pobre e brasileiro é uma soma dessas dificuldades temperadas com uma dose excessiva de não pertencimento social, moral e humano.

Ser negro, embora nos pese aqui ressaltar, é permanecer vigiado pelas câmaras indiscretas que, de maneira inescrupulosa, os acompanha avidamente quando entram em lojas, bancos, instituições públicas, etc. Ser negro, além do que aqui brevemente elencamos, é continuar perseguido pela cor da pele, tida como justificativa para a repulsa e indiferença.

Talvez, estas sejam as grandes armas que os negros possuem para lutar contra todos os tipos de preconceitos: o sorriso largo, a sua dança e fé. Através do sorriso, uma forma de amenizar sua dor; através da dança, um jeito elegante de driblar a tristeza; através da fé, uma maneira de resgatar a esperança de que um dia os homens irão compreender que as fronteiras criadas com objetivo de desconfigurar a imagem do outro, representam apenas o lado mais perverso da genialidade humana.

A maneira como Bakhtin define o ser humano é extremamente carregada de sentido, ou seja, para o autor a função mais nobre e responsável que podemos desenvolver através do diálogo com outro só pode ser conquistada através da “alteridade”. Portanto, ao discorrer sobre os frágeis terrenos que tentam definir as complexas relações raciais, não podemos deixar de citar o autor, uma vez que, para ele, somente quando assumimos a devida preocupação com o olhar e a dor do outro seremos capazes de entender a dimensão do nosso próprio existir. No pensamento de Bakhtin, não existe o determinismo nem o efeito por si só, porque fizemos parte de uma rede de constante interdependência do outro: somos *um* e vivemos *num* emaranhado de perguntas e respostas; tudo que possa parecer completo representa sua própria incompletude.

Esse dinamismo entre “ser” e “poder ser” não é resultado ou simples consequência de um ato, porque, para Bakhtin, o sentido é infinito, ele se faz renascer através do diálogo do outro e com o outro. Por isso, quando falamos em liberdade conquistada pelos negros, temos de pensá-la não como alforria proveniente da Lei Áurea, nos vários sentidos dela na contemporaneidade. Conforme André (2008, p. 102), no livro *O Ser Negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros*, “será importante lembrar que a cada fase, nível do desenvolvimento ocorreu uma identidade e uma relação entre as identidades de cada fase, as quais são tentativas de um vir-a-ser, que vai se reconstruindo, durante a vida toda”.

Quando André (2008) nos diz que as identidades “são tentativas de um vir-a-ser”, ela está reafirmando a permanência dos múltiplos sentidos da identidade e da própria liberdade idealizada pelos negros. Se a cada fase o negro necessita explicitar a fragmentação de sua identidade é porque o processo de libertação permanece, na prática, repleto de incongruências, sem sentido. O que extraímos dos diversos referenciais que tratam da trajetória do negro em solo brasileiro são buscas incansáveis por respostas que se perderam no tempo. A angústia, a incerteza e as sensações mais constrangedoras de não pertencimento social vividas pelo negro, de forma individual ou coletiva, acabam demarcando um discurso revestido por distintos porquês. São comprovações lastimáveis de uma desconsideração preconceituosa que corroem as relações sociais baseadas no desprestígio pelo outro, sua cor e sua cultura e traumatizam os sujeitos, tornando mais densas suas travessias.

6.1 Ser negro à moda pampiana: reflexões sobre o estranhamento sentido pelos negros no Rio Grande do Sul e na cidade de Pelotas

O Brasil desenvolveu e adota o racismo mais eficaz do mundo: aquele cujo funcionamento não pode ser aferido, aquele que não tem um padrão, não é palpável nem evidente. Ele existe e é praticado e sofrido todos os dias, mas não tem peso nem medida. Assim, nós temos no Brasil uma sociedade produzida como utopia, feita para parecer que, aqui, entre negros e brancos, tudo vai bem, reina a paz racial e toda e qualquer equação étnica está bem resolvido (OLIVEIRA, 2006, p.11).

Ao iniciarmos este capítulo, razão e parte do objetivo deste trabalho, algumas considerações se fazem necessárias. Essas considerações, no entanto, estão fadadas a incompletudes que tiveram como base o discurso pré e pós-abolição no estado do Rio Grande do Sul e, especialmente, na cidade de Pelotas, historicamente marcada por longo e amargo período charqueadense.

Contextualizar as raízes da escravidão irá fortalecer nosso campo de visão tão acomodado com a versão colonialista que, enaltecendo conquistas e feitos históricos, desconsiderou quem promoveu seus louros. Compreender essas frágeis verdades aprendidas em relação ao outro é perceber que uma melodia é composta por infinitas notas em diálogo entre si. A extensa partitura que serviu para referendar a abolição como hino de liberdade aos negros no Brasil tropeçou perante a fragilidade de seu compasso. Na tentativa de executar uma sinfonia sobre o processo de colonização, esqueceram-se as vozes dispersas daqueles que, através de cantigas e cultos africanos, expressavam a dor sentida.

A abolição da escravatura foi um misto de sentimentos: por parte dos negros alforriados uma explosão de felicidade pela tão sonhada liberdade, por outro, a cólera

daqueles que não mais teriam a quem chamar de escravo. Abandonar a mão escrava, tão abundante em nosso país, se tornaria tarefa de poucos diante de um desejo coletivo de manter a escravidão. O desenvolvimento do Brasil, através do trabalho árduo de negros e negras que aqui foram jogados e explorados desumanamente, não poderia ser exterminado através de uma ação descomprometida a que se convencionou chamar de abolição. A exploração do negro, de sua força de trabalho e o menosprezo pela sua identidade percorreriam outros caminhos disfarçados de legalidades trabalhistas corrosivas à dignidade humana.

Quando repousamos nosso olhar responsável na história de vida do negro, verificamos que a abolição da escravatura chegou carregada de armadilhas sociais e de indiferenças. A abolição, ancorada no mito da democracia racial, nunca deixou de esconder o racismo (agora um racismo velado) sentido diariamente nas relações entre brancos e negros.

Quando a escritora Ana Flauzina (2008, p. 15) reforça que “o ponto final de um discurso qualquer vem carregado de interrogações abafadas pelo tempo”, podemos extrair o que de fato nos instiga a investigar sobre a história do negro tão ausente nos livros didáticos e na própria escola:

Há que se dizer de algum lugar. Mais: há que se revelar o refúgio e, finalmente, divulgar o mapa com o endereço. Exposição constrangedora, intencionalidades servida à mesa, biografias escancaradas...Preferimos tudo isso a essa retórica intransigente que insiste em esconder seus propósitos com palavras supostamente retas, em frases diretas e parágrafos sem vacilações. Não. Nada desse discursinho de ciência asséptica, embriagado por uma neutralidade repleta de sentidos e uma objetividade impregnada por tudo de humano que tão insanamente insiste em refutar.

Perceber que nenhuma história se encerra com pontos finais dispersos não deixa de ser um ato corajoso que, ao mesmo tempo em que contesta os já ditos, provoca e cria outros dizeres até então sufocados. Por isso, quando usamos a expressão “olhar caridoso da abolição”, reforçamos a “democracia racial mito” que, descomprometida com o destino dos ex-escravos, plantou em solo brasileiro outras formas de estranhamento pelo outro e por sua cultura. Ao analisar as modernas formas de escravização pela cor, percebemos o continuísmo de um passado carregado de vícios seculares. Trata-se de um passado que reina em meio a outras formas de escravidão; que desabrocha como forma de resistência e estranheza, trazendo ao escrutínio público invisíveis formas de rompimento de correntes e barreiras sociais; um passado escravista que, mesmo tão distante, se enraíza num afã incontrolável de manter viva toda soberba.

Poderíamos enumerar infindáveis exemplos dessas sequelas. Porém, nosso objetivo é direcionar nosso olhar para o Rio Grande do Sul que, não diferente dos demais estados,

contribuiu para o fortalecimento daquilo que poderíamos chamar “o mais lamentável exemplo de segregação à moda pampiana.” (grifo nosso).

Enfatizamos que não é intenção sermos pessimistas, insistindo num mesmismo vergonhoso que foi a exploração da força de trabalho do negro. No entanto, não podemos utilizar certas sutilezas que, grosso modo, possam transmitir uma imagem descuidada em relação à interpretação de certos fatos e feitos históricos.

No Rio Grande do Sul, o desprezo pela cor adquiriu linguagens diversas de um mesmo discurso, pois a Revolução Farroupilha (1835-1845), orgulho do povo gaúcho, motivada pelo monopólio do charque e pela luta contra os tributos aos fazendeiros que viviam da pecuária, utilizaram os negros como esquadrão de frente em troca da concessão de uma falsa liberdade. Os “lanceiros negros”, como ficaram conhecidos os negros que foram recrutados para assumir tanto a infantaria como a cavalaria durante a Revolução dos Farrapos, são a prova mais contundente da ausência de alteridade gaúcha. Essa afirmativa advém do fato de que os fazendeiros usaram e abusaram da força do exército de negros escravos e libertos pela república, prometendo-lhes uma liberdade utópica e traiçoeira.

Muitos lanceiros morreram durante essa revolução e aos que a sorte permitiu sobreviver agonizaram à espera de uma liberdade que foi ganhando ares de aprisionamento.

Não pretendemos aprofundar o significado da Revolução Farroupilha, uma vez que o propósito deste capítulo é apenas demonstrar como a construção de um discurso depreciativo sobre o outro se prolifera feroz e despercebidamente ao longo da história. Todavia, pretendemos demonstrar que o estado gaúcho de longe sinalizou uma ratificação verdadeira da abolição dos escravos, pois, tanto no período charqueadense como na própria Revolução Farroupilha, podemos perceber, claramente, a visão depreciativa do branco em relação ao negro.

Percebemos da mesma forma o quanto a hospitaleira recepção gaúcha foi direcionada a uns e negada a outros. Isso indica que desde que os negros foram arrancados da África na condição de escravos são retratados como um amontoado de ossos revestidos por resistentes músculos. No período charqueadense, aprofundado no terceiro capítulo da pesquisa, a depreciação sofrida pelo negro não foi diferente da dor sentida dentro das senzalas e nos extensos cafezais. Sob o ardente sol que queimavam seus corpos, negros e negras perceberam que a dor pela mentira sobre o seu povo poderia durar uma vida inteira.

Nas extensas propriedades rurais chamadas de “Charqueadas”, o trabalho escravo reinava abertamente. Conforme Durval Albuquerque Júnior, em “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia” (2007, p.8),

por ser um animal territorial, o homem buscou em cada momento histórico, levando em conta as especificidades de cada sociedade ou cultura em que viveu, traçar fronteiras em relação a outros animais ou em relação a outros grupos humanos, inclusive em relação aos mortos e aos deuses ou espíritos que também possuíam suas moradas ou seus territórios. A relação do homem com a terra é marcada, portanto, pelo apossamento mesmo que passageiro, pelo domínio, mesmo que fugaz, e pelo sentido, mesmo que provisório. Quando se apossa ou domina qualquer parte da terra, o homem atribui imediatamente a ela um sentido, um significado que é cultural, que é tramado através de símbolos e de alguma forma de linguagem.

Identificar as diversas fronteiras que o branco criou para segregar o negro é uma forma de refletir sobre as nocivas ramificações do discurso abolicionista tão presente no trato com os diferentes. Mais forte que a humanização dos homens é o estreitar das fronteiras que demarcam as diferenças entre eles. O homem persiste em anular no outro sua capacidade de aproximação com a igualdade. Esse distanciamento tendencioso, camuflado cria sobre o outro uma nova história que, longe de servir para valorização dos diferentes, acirra a construção de fronteiras como símbolos cruéis de indiferença.

A história é carregada de fronteiras, umas visíveis, outras, no entanto, metamorfoseadas por ideologias e benevolências que, escondendo seus propósitos separatistas, se proliferam vitimando grupos, apagando memórias e matando, aos poucos, o significado cultural de um povo. Talvez, este seja o grande legado dos negros em nosso país: a luta diária pelo rompimento das fronteiras que lhes impuseram. Essas fronteiras, no nosso entendimento, são mais difíceis de transpor, pois não se trata de separação territorial, mas de segregar pessoas em um mesmo lugar.

No pós-abolição, as fronteiras ganharam outros ares e lugares. É difícil constatar onde e de que forma se dariam as manifestações de estranheza e de menosprezo pela cor. Em cada capítulo da história do nosso país, verificamos a insistência amarga de espaços diferenciados para negros e negras. Esses espaços, de forma traiçoeira e preconceituosa, ressuscitam no imaginário coletivo as cicatrizes vergonhosas da escravidão. Outra prova de que a sociedade pelotense continuava refém das amarras históricas do período escravocrata foi a criação do Jornal Alvorada, fundado por operários negros em 1907, há exatamente dezenove anos após a solene abolição da escravatura. O Jornal Alvorada nascia como instrumento de defesa e de tribuna popular com o objetivo de dar voz aos mais diversos anseios de negros e operários. Estes lutavam contra os preconceitos e pelos direitos não contemplados com a industrialização que, aos poucos, se instaurava na cidade. Segundo o historiador José Antônio dos Santos (2003, p.127),

[o] jornal obedecia a um 'programa' estabelecido por eles, que se propunham lutar contra a discriminação racial e se posicionarem em defesa do operariado pelotense. No início do século 20, Pelotas, era uma cidade em pleno processo de

industrialização e que tinha nos descendentes dos escravos sua principal fonte de mão-de-obra. Isso, no entanto, não era suficiente para garantir a este contingente - estimado, na época, em aproximadamente dez mil pessoas - mobilidade social. [...] Somos humilhados e obrigados a viver isolados e por sermos negros, registrou um dos redatores na edição de 27 de maio de 1934.

Como podemos observar, o *Jornal Alvorada* serviu para dar voz à opressão que desenhava na sociedade pelotense da época o discurso da elite branca tão resistente e preconceituosa. O periódico, até seu término em 1965, circulou na cidade de Pelotas com algumas interrupções, porém, nunca permitiu a denúncia de atitudes racistas numa cidade confortada pela escravidão histórica. Conforme Mario Osório Magalhães, “O *Alvorada* não conseguiu formatar uma identidade da comunidade negra na cidade, mas fomentou a consciência da necessidade dessa unidade”.

Ao refletir sobre os contextos vividos pelos negros na cidade de Pelotas, onde sua identidade foi pouco ou quase nada respeitada, podemos imaginar o quanto foi sofrida a busca pelo pertencimento social. A sociedade pelotense foi o cenário de uma hereditariedade histórica que, ao segregar os negros em espaços diferenciados, acabou desenhando uma nova escravidão simbólica. Nas palavras do escritor Gonçalves Filho (2004, p. 27), podemos perceber esse sentimento sofrido diariamente pelos negros e seus descendentes:

[...] a humilhação marca a personalidade por imagem e palavras de rebaixamento. São mensagens arremessadas em cena pública: a escola, o trabalho, a cidade. São gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado: o adulto e o idoso, já antes o jovem ou a criança, vão como que diminuir, vão guardar a estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como quem se tenha dirigido o inferior.

Conforme podemos perceber, o princípio da igualdade entre os homens se transforma naquilo que Franz Fanon (2013) chama de “discurso de palavras mortas” que tenta, em vão, propagar uma harmonia carregada de teorias incapazes de promover um relacionamento verdadeiramente preocupado com as relações raciais. No discurso de *palavras mortas*, a superação do racismo se transforma em utopias perversas que ocultam a verdadeira barreira criada pelo branco em relação aos negros e seus descendentes. O *Jornal Alvorada* teve esse caráter de tribuna e de discussões permanentes sobre o que permeou o distanciamento e a depreciação do negro na cidade de Pelotas. Percebemos também o uso da linguagem como instrumento em busca de discursos que, reiterando verdades silenciadas, gerou reflexões mais próximas da realidade tão abafada em relação ao papel do negro em uma cidade marcada pelo regime escravista.

A cidade, outrora e arquitetonicamente apática, passa a revelar antigos mistérios até então fadados à contemplação ingênua e descomprometida. Refletir sobre esses obscuros e

intocáveis discursos é uma forma de perceber que a cidade dialoga e clama ser revisitada em cada tijolo disperso, em cada jornal amarelado pelo tempo e abandonado nas prateleiras de uma biblioteca.

Investigar a história é também refletir que em cada charqueada visitada permanecem os símbolos de uma escravidão que, longe de servir como ponto turístico, nos faz pensar até que ponto o homem usou de sua força política para destratar seu semelhante. Parece ser essa a grande recompensa pessoal quando nos permitimos ouvir o outro. Ao nos permitirmos tão significativa tarefa, percebemos que esses atores continuam no mesmo lugar, como a indagar fervorosamente sobre os motivos pelos quais sucumbiram à tamanha barbárie. A cidade passa a dialogar e tudo que até então parecia inerte passa a suscitar infindáveis discursos.

Nesse emaranhado que a linguagem permite, começamos a refletir sobre o significado de cada símbolo presente em nossa cidade e, ao fazê-lo, descobrimos que a presença e o lugar de cada habitante foram marcados por outras complexas histórias sobrepostas. A sensação desta caminhada entre atalhos proporcionados pela pesquisa nos mostra uma outra cidade até então estranha e estrangeira. Tudo nos faz compreender que entre o visível e o invisível de uma cidade existe o discurso abafado de atores que deram suas vidas por um lugar na sociedade que ajudaram a construir.

Outro exemplo do silenciamento dos negros em Pelotas são as comunidades quilombolas que, representando espaços de resistência e valorização de suas identidades, escancaram o abandono social a que foram relegados. No jornal “Diário Popular” (16/08/2009, p.3), de alta circulação entre os pelotenses, foi veiculada uma matéria resultado de uma pesquisa mostrando o número de quilombos na região sul, bem como, a situação precária em que muitos se encontravam. O mapeamento foi feito pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), uma organização não governamental criada em 1978 cujos objetivos especificados em seu site são:¹³

[...] é trazer contribuições de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. Trabalha-se pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

A matéria intitulada “Pele forte, cor invisível” traz abordagens sobre o mapeamento efetuado pelo CAPA, “que revela que na zona sul o número de quilombos é o dobro do que se imaginava e que suas carências, aliadas ao desprezo social, são também gigantescas”. Conforme os dados elencados na reportagem supracitada:

¹³ Disponível em: <http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/Revelando_os_Quilombos_no_Sul.pdf>. Acesso em: 22 de jan. de 2014.

[o] trabalho desenvolvido pelo CAPA demonstra que a descoberta de 16 municípios com descendentes de escravos irá mudar radicalmente a geografia regional, uma vez que Fundação Cultural dos Palmares(FCP), representante e responsável no Brasil pela emissão de Certidões de Comunidades Quilombolas, reconheceu de 2004 a 2009 apenas cinco comunidades na zona sul, sendo quatro localizadas na cidade de Canguçu, distante 54km de Pelotas e, uma em Piratini. No levantamento feito pelo CAPA, em 2008, 43 comunidades quilombolas na região sul já foram mapeadas, sendo que apenas 11 dessas comunidades ainda não foram certificadas pela Fundação Palmares.

O interessante a ser observado sobre o número significativo de comunidades quilombolas na região sul é justamente sua correlação com a história que marcou o solo gaúcho com o período charqueadense. Em Pelotas, assim como em outras cidades e municípios gaúchos, a jornada de trabalho dos negros nessas propriedades rurais serviu para demonstrar que, mesmo após a abolição da escravatura, a exploração desmedida do negro permanecia maculando sua liberdade. Se partirmos do princípio básico de que o lucro prioriza sempre o patrão, podemos imaginar as péssimas condições de trabalho, de alimentação a que os negros eram submetidos. A saúde desses negros foi desconsiderada. Exaustos e sem expectativas de vida, era comum que os negros fugissem para os matos, construindo quilombos, não só como forma de resistência, mas, acima de tudo, como espaços onde pudessem ser livres.

Pensar em sinônimos que possam com fidelidade conceituar os diversos sentidos dos “quilombos” é tarefa humanamente impossível. Os quilombos representam muito mais do que “espaços de negros”, como muitas vezes ouvimos ou lemos em bibliografias sobre o assunto.

O quilombo é muito mais do que a sensação de um não lugar que o poder público esqueceu ou não fez questão de lembrar. O quilombo é a representação da nossa história que foi espalhada pelos infinitos matos e pampas gaúchos; é a prova daquilo e daqueles que a sociedade fez questão de manter em zonas de silenciamento. O quilombo é a negação de uma cultura e, através dela, o desprezo por sua identidade. Por isso, ao falarmos disso, temos de refletir não somente sobre o número de quilombos espalhados em nosso país, estado ou região, mas contextualizar os motivos que levaram famílias inteiras de negros e negras a fugir em busca de paz e segurança.

Se hoje as estatísticas comprovam que muitos quilombos ainda não foram registrados ou reconhecidos oficialmente, não podemos lançar opiniões levianas do tipo “eles não colaboram ou têm medo de buscar seus direitos como remanescentes quilombolas” ou, “eles são agressivos e, toda vez que as autoridades competentes tentam se aproximar, a primeira coisa que acontece são os confrontos. Essas opiniões são próprias daqueles que,

desconhecendo o passado escravagista, se tornam incapazes de perceber o medo dos que foram ludibriados por infinitas vozes e vezes.

O medo dos quilombolas diante dos benefícios advindos com a regulamentação de suas comunidades é o reflexo de uma insegurança que os grandes senhores fizeram questão de plantar no coração de cada negro em nosso país. Desconfiar do prometido não configura ato de ignorância nem atitude leviana própria de quem não sabe o que quer ou desconhece seus direitos. Em virtude da desconfiança no hoje, (não desmerecendo os objetivos sérios de algumas instituições e órgãos públicos, como o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores e a própria EMATER), os negros não conseguem superar as cicatrizes que marcaram suas vidas através dos infindáveis séculos de escravidão, tortura e abandono.

Três séculos de escravidão não podem ser esquecidos e, toda vez que discorremos sobre o papel do negro em nosso país, temos de lembrar que preexiste um medo maior que se chama desconfiança. Essa insegurança é fruto daquele passado que se encontra vivo na consciência e na construção de cada quilombo. É lamentável a sensação que o branco ainda continua causando no negro. No entanto, o Brasil já experimentou tantos tipos de escravização e de invisibilização do negro que, muitas vezes, uma atitude comprometida com a verdade e a justiça acaba sendo encarada como aviltante e intrusa.

Perceber o quanto são fortes essas sensações de desconfiança dos remanescentes de quilombolas nos instigam a refletir sobre o discurso dos colonizados e, dessa forma, compreender o imenso abismo que a voz do colonizador criou quando resolveu segregar o outro pela cor.

Na pesquisa “Revelando quilombos do sul”, CAPA, foram registrados seis quilombos em Pelotas, quais sejam: “Quilombo do Algodão”, “Vó Elvira”, “Alto do Caixão”, “Pelotinha”, “Santa Maria” e “Casata”. Gostaríamos de poder falar sobre cada quilombo, porém, o tempo da pesquisa não permitiria tal aprofundamento, por isso, discorreremos sobre o Quilombo do Algodão, que conta com diversos trabalhos de divulgação e por acreditar que, ao fazer tal abordagem, consequentemente, estaremos trazendo para o escrutínio a valorização dos demais.

Segundo dados levantados pelo CAPA sobre o Quilombo do Algodão, ele está localizado no 4º distrito, na Colônia São Francisco, município de Pelotas, composto por 70 famílias (dado referente a 2009, quando foi feito o levantamento) que ocupam uma área correspondente a 37,5 hectares. Algumas particularidades sobre o Quilombo do Algodão merecem ser destacadas, uma vez que elas poderão contribuir para a apreensão da resistência como preservação da cultura negra.

Na matéria “Revelando Quilombos no Sul” (2010), por Rita Surita, Coordenadora da CAPA–PELOTAS (Centro de Apoio ao Agricultor):

[a]s comunidades quilombolas sobreviveram à discriminação, injustiças, invisibilidade e abandono do poder público e sociedade ao longo da história, mantendo, mesmo assim, a integridade das suas origens. Com o reconhecimento da diversidade que compõe o mosaico cultural do Brasil, percebe-se que este resiste graças às populações tradicionais. Isoladas ou não, desenvolveram uma cultura peculiar que preserva os costumes dos antepassados.

Preservar os costumes de seus antepassados é uma das características mais visíveis dentro das comunidades quilombolas e retrata, com muita dignidade, a valorização de sua cultura, arte e religiosidade. Perceber dentro dos quilombos essa atmosfera de ancestralidade é trazer para os quilombos contemporâneos algo do muito que a África deixou no coração e na consciência de cada remanescente quilombola. Sabemos, entretanto, que dentro dessas comunidades quilombolas uma nova forma de luta permanece carregada de precariedades as quais transformam força e resistência num tipo singular de representação que em muito lembra a vida difícil dos negros nos quilombos construídos durante o período escravocrata.

No Quilombo do Algodão, por exemplo, podemos observar algumas dificuldades que, elencadas no trecho abaixo extraído da reportagem “Revelando Quilombos” (2010), irão nos ajudar a compreender a realidade ainda precária vivida na comunidade:

os moradores do Quilombo do Algodão sobrevivem da agricultura de subsistência, cultivando e criando animais para o consumo próprio e, no caso de excedentes, vendendo-os aos armazéns próximos. Muitos trabalham temporariamente nas lavouras dos vizinhos para aumentar a renda familiar. Cestos e quipes de taquara e cipó feitos artesanalmente são utilizados para a agricultura. A água usada nas famílias provém de cacimbas e poços. Todas as famílias têm energia elétrica, fruto de uma luta da Associação dos Moradores Quilombolas junto ao órgão público estadual responsável pela execução do Programa Luz para Todos do Governo Federal. Ao analisar as condições atuais de sobrevivência, percebe-se que a situação dos quilombolas não mudou: a única possibilidade de trabalho é na lavoura dos vizinhos— ou viver como agregados em terras que não são suas.¹⁴

Podemos perceber que pouca coisa mudou em relação aos quilombos do período colonial, ou seja, a agricultura de subsistência e a venda dos excedentes permanecem como marca do continuísmo de práticas tão comuns desenvolvidas pelos seus ancestrais. As conquistas alcançadas representam lutas diárias de seus líderes. Com o apoio da própria comunidade, essas conquistas ganham força política através das Associações dos Moradores Quilombolas. Isso representa a mobilização de uma comunidade atuante e ciente de seus direitos como cidadãos. A segregação modernizada das comunidades quilombolas não deixa

¹⁴ Pesquisa e resgate da memória histórica: Antônio Soares; Claudio Nunes, Eduardo Medeiros, Ledeci Coutinho, Daniela Lessa, Daniel Soares, Islair Radtke.

de ser uma forma instigante para refletir sobre o imenso abismo social a que elas estão condicionadas. Torna-se necessário o fortalecimento de outras ações sociais que tragam autonomia financeira para o grupo.

Sabemos, entretanto, que desconsiderar certos avanços e direitos adquiridos pelos remanescentes quilombolas é ser conivente com um passado de injustiças. Precisamos confiar que as mentalidades retrógradas, que serviram para edificar um Brasil desigual, estão com seus dias contados. Os negros, assim como seus descendentes, estão cada dia mais dispostos a ultrapassar as estatísticas vergonhosas que sempre os puseram como números representantes da linha da pobreza, da marginalidade e da baixa intelectualidade.

Outro exemplo do papel do negro na cidade de Pelotas foram os clubes negros que, com suas particularidades, serviram para demonstrar a identidade negra aqui representada.

Pela ordem cronológica de fundação, assim os elencamos: “Clube **Depois da Chuva**, fundado em 1916; Clube **Chove não Molha** (1919); Clube **Fica Aí pra ir Dizendo**, Clube **Quem Ri de Nós têm Paixão**, fundados em 1921 e, por último, no ano de 1931, surge então o **Clube Está tudo Certo**”. Não pretendemos aprofundar as características de cada clube, uma vez que o trabalho “**Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS)**”, das pesquisadoras Lorena Almeida Gil e Beatriz Ana Loner, já faz isso com muita propriedade. Iremos abordar algumas características mais marcantes, ou, quem sabe, mais intrigantes dos Clubes “Fica Aí pra Ir Dizendo” e “Clube Chove não Molha”. O “Clube Chove não Molha” foi criado mais como consequência do que como propósito, ou seja, sua fundação foi fruto da ideia de alguns amigos que, pensando em criar um bloco para festejar o carnaval de Pelotas, se reuniram e convidaram algumas pessoas para dar início a seu intento. O não cogitado pelos seus integrantes foi o fato de que o até então o pequeno bloco pudesse, em 1919 mesmo, adquirir status de clube. Conforme Lorena Gil e Beatriz Loner,

[o] clube era constituído por uma parcela também muito pobre dentro da etnia, mas que ocupava uma posição intermediária, talvez devido a ter profissões regulares, particularmente vinculadas ao setor de serviços, como os próprios alfaiates, empregadas domésticas, cozinheiros, costureiras e assim por diante. Só posteriormente passou a ter finalidades associativas mais sofisticadas.

O “Clube Fica Aí pra Ir Dizendo”, tal como o “Chove não Molha”, foi criado por um grupo de amigos que acreditavam na importância de se criar um cordão carnavalesco para realçar os carnavais de Pelotas que já se destacavam na época por suas alegorias e belezas, atraindo visitantes de diversas regiões do estado.

Localizado primeiramente na Praça da República, atual Praça Coronel Pedro Osório, o Clube **Fica Ahi pra ir Dizendo** foi adquirindo novos endereços até conseguir sua instalação

definitiva em 1953. O cordão carnavalesco, composto pelos amigos do referido clube, acabou ganhando destaque e, após seu desfile no carnaval, seus sócios fundadores decidiram que o clube seria um referencial do fortalecimento e da identidade negra na cidade. Não podemos desconsiderar que, aliado ao lado recreativo do clube, seus sócios nunca deixaram de priorizar a educação. Conforme descrito no blog do clube¹⁵: “O sonho de construir uma escola dentro do próprio clube foi também alcançado e, durante muitos anos, no andar inferior do prédio, o Grupo Escolar Dr. Francisco Simões desenvolveu suas atividades de ensino”.

A partir da inauguração de sua sede própria, em 14 de fevereiro de 1954, o Clube foi crescendo e hoje representa um espaço importante de resistência, memória e de valorização da cultura negra e africana. Como podemos observar, o ideal do “Clube Cultural Fica Ahi pra Ir Dizendo” em nenhum momento se resumiu apenas ao caráter recreativo, embora tenha sido a proposta inicial. Havia um desejo maior que se pautava na busca de um lugar comum onde os negros pudessem se fortalecer como grupo e, dessa forma, refletir, discutir e reivindicar direitos. O “Clube Fica Aí pra Ir Dizendo”, que hoje acolhe em suas dependências a Biblioteca Negra de Pelotas, continua representando a memória do negro em nossa cidade e priorizando a educação como instrumento de perpetuação e valorização da cultura negra e africana.

Ao falarmos na cidade de Pelotas, não podemos deixar de também citar a Praia do Laranjal composta por seus vários balneários: Balneário Santo Antônio, dos Prazeres, Valverde e Colônia de Pescadores Z-3. São balneários compostos por vastas vegetações que tornam o lazer dos pelotenses algo de fato prazeroso. Nos finais de semana, é comum perceber que boa parte dos moradores da cidade reserva seus dias de folga para banhar-se nas águas doces da lagoa, tomando chimarrão, símbolo da bebida gaúcha que, de mão em mão, tornam as conversas agradáveis à sombra das imensas figueiras.

No entanto, falar especificamente do balneário “Barro Duro” nos parece essencial para compreender como o racismo, de forma lendária ou não, reflete o pensamento de uma cidade. Por isso, é interessante discorrer sobre a “Lenda do Barro Duro” (SILVEIRA, 1993).

Ela simbolicamente sinaliza não só a necessidade de pertencimento do negro na sociedade, mas a sensação de estranheza sentida por ele, pois ao retornar à cidade pelotense como doutor, não mais conseguia se perceber como negro.

O resultado desse impacto identitário reforça a ânsia pelo branqueamento como forma de superação dos preconceitos pela cor e promove a própria fragmentação do negro.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.ficaai.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 de fev. de 2014.

Ele, Nioro, na tentativa de autossuperação, acaba se confrontando com uma sociedade que não mais o reconhece como negro. Surge, a partir dessa experiência, uma mescla de melancolia e desencanto, própria daqueles que sucumbem à sociedade que os invisibiliza de todas as formas.

A Lenda do Nioro talvez seja a forma mais particular e peculiar de uma narrativa que retrata com simplicidade a complexa teia social que compõe as relações raciais em nosso país e em nossa cidade. Nioro, representado na lenda como protagonista da história de superação do negro no campo educacional, acaba instigando diversas reflexões sobre a importância de preservação da negritude, da memória e de sua própria identidade. Ele nos mostra também a fragilidade das relações humanas que, de tão acomodadas com a versão de uma única história, despreza no outro o resgate de sua cidadania e dignidade. Para elucidar as reflexões proporcionadas pelo texto, transcrevemos, na íntegra, a referida lenda, extraída do livro de Silveira (1993).

Nas Terras do Laranjal, na fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres, quando Sinhá Dona morreu, deixou testamento. Donga, escrava da fazenda ficaria alforriada. Entre outras heranças de muito valor, Sinhá Dona deixava trezentos mil réis para e partirem com três mulheres brancas e pobres a fim de se vestirem decentemente para frequentar as missas. Quem devia repartir o dinheiro era um padre novo, recém-chegado da Bahia. O padre, sabendo que os negros eram mais de Batuque do que da Igreja, planejou conquistar Donga para a devoção católica. Deu-lhe de presente os trezentos mil réis que seriam das brancas, em troca da sua frequência à igreja, aos Santos Ofício Católicos. Recomendou-a que levasse Benedito, seu marido, e Nioro, seu filho. Desta forma, outros negros a seguiriam. Seria bom se levasse também Joaquim e Inácia, pretos de muita liderança e estimados pelos outros. O padre novo desviou o testamento. Afinal, Sinhá Dona, defunta, não podia reclamar nada. Donga, alforriada e com trezentos mil réis, batia cabeça para Oxum, agradecia a Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres. Donga era um todo fragmentado. De um lado, Terreiro, do outro, Igreja. Os mil réis foram escondidos no fundo de uma cacimba que só a Donga conhecia, bem pertinho da vertente mais límpida dos matos dos laranjais. De vez em quando, guardava mais dinheiro que ganhava fazendo doces para as Sinhás, donas das charqueadas. No fundo da cacimba, a negra Donga acalentava um sonho. Enquanto os dias passavam, seu filho Nioro ia crescendo bonito, amado de pai e mãe, correndo pelos laranjais, na Fazenda. O menino desfrutava de toda aquela energia cósmica do verde das plantas, das águas da Lagoa dos Patos, da brisa suave, da areia gostosa de pisar. Assim, o menino ia crescendo. Donga desejava o filho lendo, escrevendo, seu doutor, negro senhor. Não queria ver Nioro um salgador de carne, escorrendo sangue de bicho pelas pernas, servil e maltratado. Dentro da cacimba, escondia-se o tesouro para a realização dos desejos de Donga. Foi então que apareceu o professor Quintilha. Não possuía escola, nem giz, nem caderno, nem cadeira, nem livro, mas, mesmo assim, ensinava. Donga pagava o Quintilha, e o filho estudava, escondido. Das primeiras letras do Quintilha, o menino passou para o Mestre Gonzáles. Aprendeu Gramática, Latim, Matemática, Geometria e Francês. Donga pagava o Gonzáles, e o filho estudava, escondido. Vieram muitos professores e Nioro aprendeu tudo que lhe ensinavam. Não havia mestres para Nioro, nas Terras do Laranjal Donga pescou todos os mil réis da cacimba. Nioro viajou, pegou carreta, navegou navio, foi longe...As negras e os negros da fazenda continuavam suas lidas, comandados humildes de serventia braçal. Donga fazia doces, curti licores. Sentava próximo à escadaria da igreja e vendia seus quitutes num tabuleiro colorido e cheiroso de erva-

doce dos pães, dos licores, das cocadas, rapaduras de leite, quindins e bolos de milho. Sempre a mesma lida, transformava doce em mil réis para os estudos de Nioro. Quando Nioro retornou às Terras do Laranjal, estava mais sabido e mais letrado que todos os seus mestres. Foi recebido com toque de tambor, dança de mina, festa alegre de negro contente. Não esqueciam de pedir proteção para o padre novo que ajudara Donga. Bendiziam-no indo de vez em quando à Igreja, ficando todos de pé, bem visíveis. Naquelas bandas do Laranjal de Pelotas não conheciam negro professor, nem negro doutor. Nioro era o primeiro negro professor doutor. Seria apenas um negro e nada mais nas Terras do Laranjal? Nioro sem escola, sem alunos, sem clientes, chorava sob as aroeiras. As árvores choravam juntas, gotejavam lágrimas do negro. Donga desesperou-se com o sofrimento do filho. Rezava para Iroko, pedindo que fizesse passar depressa aquele tempo maldito. Implorava-lhe a mudança do Odu de seu filho. Tomada pelo desalento, consultou Ifá e sugestionou-o a tornar melhores os dias de seu Nioro. Ifá, compadecido da negra Donga, determinou obrigação. Teria de encontrar junto com o filho um lugar nas Terras do Laranjal que fosse mais pródigo em natureza do que todos os outros lugares. Deveria ser um lugar verde e azul, ao mesmo tempo, campos e água, matas e areias divinas. Ao encontrar o lugar, Nioro ficaria ali deitado, aguardando chover. A obrigação estava marcada. Nioro adormeceu em terras divinas do Laranjal. Recebeu chuva miúda na cabeça. Eram lágrimas de Nanã, chegando ao Sul, mudando o destino do moço negro. Donga aguardava, ao lado do filho, tudo que fora prometido por Ifá. Quando Nioro despertou de cabeça lavada, tornou-se Míndolé-Miandombé (preto-branco). Donga não o reconheceu, e o filho não reconheceu a mãe, nem seu povo. Entende? Donga ficou tomada de desespero, mas Nioro foi ser professor, doutor, tudo que sonhara para o seu filho negro. Ifá havia sido muito cruel, retirando a negritude de um negro, em vez de ensinar-lhe a guerrear para vencer. Pobre Donga! Andava pelas Terras do Laranjal em total obsessão. Encontrou Omolu, que a convidou para seguir-lhe os passos até onde Nioro havia feito obrigação. Louca de saudade de seu filho, ao ver o local tão lindo, junto à praia em que ele estivera adormecido, jogou-se nas águas da lagoa e morreu. Omolu carregou-a para o céu de Orum para acabar de vez com seus sofrimentos. Contam que os pescadores encontraram o corpo de Donga às margens da praia, e que, ao tocá-lo, transformou-se em BARRO DURO, escuro e brilhante, espalhando-se pela orla. Gritaram assustados: BARRO DURO, TERRA DE NEGRO. Assim batizaram o lugar em que Donga virou barro de tanta saudade de seu filho negro-branco. O Barro Duro tornou-se um lugar mágico. Todos os negros são atraídos para lá, porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga. Por isso, o Barro Duro é uma irmandade de negros dos mais diferentes níveis socioeconômicos e culturais. Preservem o Barro Duro. Donga não pode ficar sozinha, sem carinho. Precisa de apoio como todas as mães pretas que acreditam mudar o destino de seus filhos para dias melhores. Precisa coragem. Cuidem bem das aroeiras, elas guardam as lágrimas de Nioro. Todos os negros devem saudá-las com bom-dia, se for noite; e com boa-noite, se estiver dia. É uma brincadeira dos Exus, fazendo com que recordem de Nioro que Ifá fez parecer o que não era. A maldição de Nioro é uma alergia que dá em qualquer negro que fica chorando sob as aroeiras da vida, em vez de ir à luta, acreditando nas possibilidades de inverter posições sociais, conservando a negritude.

Ao refletirmos sobre a Lenda de Nioro, podemos apreender algumas lições sobre o processo de branqueamento, superação de estereótipos e afirmação da negritude. O dilema de Nioro, ao retornar e não se identificar com o lugar onde nasceu e com os demais que fizeram parte de sua história de vida, é um dos exemplos mais marcantes do sentimento de não pertencimento e estrangeirismo sentido.

A busca de um sonho alimentado pelo desejo de uma mãe escrava, que se desdobrava em sacrifícios para que seu filho se tornasse Doutor e respeitado, simboliza a esperança

materna de quem vislumbra para seu filho um futuro que não lhe foi permitido conhecer. Foi assim a razão de viver de Donga, que não media esforços para ver seu Nioro se tornar Doutor.

Nioro fez sua parte e logo demonstrou que ser filho de uma escrava não foi empecilho para sua formação intelectual. Porém, o que talvez os dois não soubessem é que a influência das promessas do mundo branco, algum dia, iria fragmentar sua identidade. O processo da influência do branqueamento, talvez, tenha começado quando Donga, ao buscar um suporte financeiro para garantir o futuro de seu filho, se permitiu adorar santos e orixás. Mal sabia Donga que sua atitude inocente iria, de certa forma, influir no futuro de seu filho. Donga, assim como Nioro, foram conduzidos por um sonho de superação silenciada pela cor. Nioro, apesar de sua formação, se tornou invisível para os demais negros e, a partir dessa experiência cruel, ficou deprimido diante de um sentimento ainda desconhecido.

A grande lição que podemos extrair da Lenda de Nioro é o significado de suas lágrimas e das de Donga. Enfraquecidos pela negação de uma dor maior, desistiram de seus sonhos e interromperam sua luta. A Lenda de Nioro traz em si um sinal de alerta para que nenhum outro Nioro venha repousar tristemente embaixo das aroeiras da vida. Elas transmitem que existe algo maior que a indiferença sentida, o orgulho de ser negro.

A beleza dos versos da Lenda de Nioro vem carregada de simbologias que, longe de naturalizar o conformismo do preconceito vivido, convida e instiga cada negro e negra a reagir diante de situações que tentam abafar sua identidade e corroer seus sonhos. A lenda sugere que ser mãe é compreender que seu filho precisa de referências e que ter orgulho da raça e ser fiel à religiosidade africana são elementos que irão fortalecer seu caráter, fazendo com que tenha respeito por suas origens.

A lenda revela que chorar por não se identificar com os seus e com o lugar que um dia foi compartilhado faz parte da teia social que desmerece seus verdadeiros atores; que as adversidades sempre irão fazer parte de uma sociedade que continua amarrada na história escravista que se alimenta através de doses diárias de negação do negro e de sua contribuição cultural; que o esforço de Donga para que o filho se tornasse um respeitado Doutor sintetiza a esperança depositada na educação como única ferramenta capaz de propiciar um mínimo de dignidade e cidadania, seja esta aceita, recusada ou mal compreendida.

A busca sofrida da mãe trouxe como resultado não somente o filho Doutor, mas com ele as sequelas daquele que acaba sucumbindo à tristeza sem fim. Nioro representa aquele que superou as barreiras dos estereótipos preconceituosos, mas, por não ser reconhecido como negro e Doutor, toda sua bagagem cultural e intelectual cedeu lugar a um tipo de nostalgia

própria daqueles que, diante das inconstâncias da vida, não conseguem compreender o menosprezo a seus irmãos.

Refletir sobre a riqueza contida em cada verso da Lenda de Nioro nos faz perceber que em Pelotas, assim como em todas as regiões do nosso país, o preconceito pela cor faz sofrer diariamente muitas Dongas e Nioros. A cada dia que passa, deparamos com atitudes e situações que ratificam a insensatez do branco. A evolução da espécie humana não consegue amenizar as relações sociais no trato com os diferentes. Permanece, sob invólucros diferenciados, o mesmo conteúdo amargo da indiferença pelo diferente.

É tempo de acordar, de sair debaixo das aroeiras da vida e enfrentar as intempéries racistas que insistem em fazer chorar as infinitas Dongas de nosso país. É tempo de transformar o Barro Duro em obra de arte e, através de um novo olhar sobre a cidade, perceber que as histórias e os lugares falam por intermédio do silenciamento *do* outro e *sobre* o outro.

Compreender o processo de exclusão sentida pelos negros em nosso país e na cidade onde vivemos representa a complexidade de um discurso que não evoluiu com o passar dos séculos. Ao falarmos sobre esse discurso, somos motivados a fazer o famoso “teste do pescoço”, ou seja, basta que olhemos em volta para perceber onde estão os negros em Pelotas.

Ao fazer esse significativo exercício, perceberemos que eles não estão ocupando cargos de chefia, nem integrando o quadro médico de nossos hospitais; percebemos também que nas escolas e nas universidades a presença do negro como aluno ou docente é rara e, na maioria das vezes, condenada a invisibilidades. No comércio pelotense, nos restaurantes espalhados pela cidade, é raro encontrar negros e negras como atendentes e garçons. Nos consultórios médicos, a realidade não é diferente, pois, dificilmente encontramos mulheres ou homens negros secretariando o Doutor; nos órgãos públicos, a realidade se repete, dificilmente encontraremos um negro ou uma negra assumindo cargos de confiança e de gestão; nas escolas, ainda que por raríssimas exceções, iremos encontrar um diretor ou um reitor negro/a.

Segundo levantamento feito em 2011 pelo Dieese e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a inserção de negros no mercado de trabalho ocorre em maior escala em postos com menores exigências de qualificação profissional que oferecem salários mais baixos¹⁶.

¹⁶ Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/11/negros-ainda-tem-dificuldade-para-crescer-profissionalmente-no-pais>> Acesso em 08/07/2014.

Encontramos ainda, negros e negras em construções civis; guardando veículos; encarregados da manutenção de cargas nos grandes supermercados; em serviços terceirizados; em serviços de limpeza pública e em residências, especialmente as mulheres, como empregadas domésticas. Afinal, a sociedade pelotense preserva o grande deleite de apresentar para o seu ciclo de convivência a empregada, que precisa ser negra para fortalecer a diferença entre o senhor e o escravo, ou modernamente falando, entre o patrão e o empregado. Além disso, a maior parte de pedintes miseráveis nas ruas é negra. Enfim, tais exemplos resumem situações em que o negro é invisibilizado, ou melhor, negado constantemente.

Com isso queremos dizer que o discurso da harmonia racial não só é frágil, mentiroso e segregado, mas, acima de tudo, rótulo lapidado de uma discriminação racial pós-modernizada que tenta negatizar o que poderia ser transformado em riqueza cultural de uma cidade. Exemplo disso é o próprio balneário do Barro Duro, riquíssimo pela sua exuberante vegetação capaz de compor um dos mais belos cartões postais, pois a lagoa pode ser percebida pelo abraço intenso das frondosas árvores. No entanto, continua representante do balneário dos pobres e negros, vulgarmente chamado “planeta dos macacos”. O balneário serve, acima de tudo, para demonstrar o grau de importância que a cidade atribui à história que a constituiu. Essas contestações de desconsideração pelo negro em Pelotas irão servir para fundamentar o próximo capítulo desta pesquisa que, ao analisar o discurso do silenciamento da docência negra nas Instituições de Ensino da cidade de Pelotas, não pode desconsiderar a história composta por outras tantas histórias que serviram para o fortalecimento das desigualdades motivadas pela cor.

Por isso, quando nos dispusemos a falar sobre o papel do negro em nosso país ou cidade, estávamos conscientes de que somente o investigar mecânico pelas páginas que serviram para contar sua trajetória de vida seria um ato leviano e duplamente irresponsável.

Nossa proposta foi a de mergulhar nas entrelinhas, contextualizando os pensamentos engessados por ideologias que, ao priorizar o branqueamento como meta, depreciou o negro, submetendo-o ao mundo das privações e da marginalização social. Nas palavras de Franz Fanon (2013), no livro “Condenados da Terra”, essa visão negativa do outro poderia ser resumida pela seguinte expressão: “Vocês fazem de nós monstros, o seu humanismo nos afirma como universais e a suas práticas racistas nos particularizam” (FANON, 2013,p.24).

Refletir sobre as palavras de Franz Fanon é uma forma de adentrar na história despida dos pré-conceitos em relação ao outro; é questionar sobre o que está oculto ou vestido

por um racismo histórico que fez questão de abortar a possibilidade de uma convivência harmoniosa entre brancos e negros.

6.2 Depreciação da cor e os sentidos do silêncio

O problema da sociedade racializada não é tanto a presença ou não de 'diversidade' e seu reconhecimento formal como um dado social ou cultural, mas o reconhecimento positivo da diferença no sentido da aceitação do Outro Total, e das dinâmicas singulares que lhe são constitutivamente próprias. É por isso que, se não for ancorada num contexto de profundas mudanças estruturais visando ao desmantelamento das desigualdades sociorraciais, a promoção da 'diversidade pode, rapidamente, se revelar com uma nova tentativa de autoengano' (MOORE, 2012, p.233).

É muito interessante a sensação de angústia que sentimos quando nos confrontamos com os últimos capítulos de uma pesquisa. O apego pelo que já foi dito; as idas e vindas pela história que a cada reflexão se tornava mais próxima de nós; as contextualizações da dor do outro que, de modo muito especial, também fizeram seus casulos em nossas mentes e corações; as dimensões de certos dizeres que por mais aprofundados nos trouxeram um certo quê de incompletude; a frieza do ideal de soberania branca expresso tantas vezes e que nos fez perceber o quanto o homem permanece pequeno apesar da grandeza imensurável das ciências e das tecnologias; a naturalização das ausências de negros em todas as esferas de nossa sociedade alimentada por homens que sempre se julgaram no direito de segregar pessoas.

Permanece a impotência de nossa pesquisa que, apesar de todo comprometimento e respeito pela cultura negra, não foi capaz de aprofundar essa questão à altura de sua grandeza; a dor e o não pertencimento vividos pelo negro, o que não nos foi possível transpor para o papel com a mesma intensidade de suas lágrimas.

Constatar que tantos referenciais aqui utilizados não foram capazes de minimizar as visões ainda tão estreitas em relação ao valor da alteridade entre os homens, de certa forma, nos provoca um constante descontentamento. Ressaltamos que a nossa pesquisa só poderá seguir seu curso com o auxílio de outras mãos e novos olhares. Que outras pesquisas, imbuídas do mesmo ideal desta pesquisadora, possam refletir que a história do negro em nosso país requer um desafio constante. Afinal, para invadir silêncios e interpretar sutilezas, é necessário entrar nos densos muros das invisibilidades humanas.

Podemos dizer que a pesquisa seja como um filho que geramos, acompanhamos seu crescimento e depois devolvemos para o mundo para que possa ser ressignificado, mas também cuidado através de olhares cada vez mais atentos. Assim, a pesquisa tende a seguir outros itinerários, ganhando outras roupagens e navegando por mares calmos que não deixam de reconhecer as turbulências. A certeza da incompletude de uma pesquisa, principalmente na área das humanas, é a prova mais nítida de que jamais teremos condições de quantificar a dor e a rejeição de homens contra seus próprios irmãos.

Por isso, a maioria dos livros utilizados na pesquisa foram de escritores e pesquisadores negros que, de forma muito particular, nos proporcionaram uma outra visão da história colonialista. Livros escritos com narrativas singulares repletas de emoções, saudades, dores, ressentimentos e de situações capazes de provocar sensibilidades onde então habitava estranheza. A citação de Nietzsche, por Rubem Alves (2012, p. 9), no livro “Entre a Ciência e a Sapiência: o dilema da educação”, nos faz perceber as grandes diferenças entre os livros escritos por pesquisadores negros e não negros.

Livros escritos com sangue são aqueles em que as palavras são apenas a carne de ideias nascidas do corpo. A diferença entre os livros escritos com sangue e os outros escritos com conceitos é fácil de ser percebida. Os livros escritos com sangue mexem com o corpo e a alma. Os outros mexem só com a cabeça. O corpo fica do jeito como sempre foi.

Não devemos negar que discorrer sobre o silenciamento da docência negra, independente do país ou região, seja uma tarefa fácil, receptiva. Isso exige, como sinalizado anteriormente, um constante mergulhar em livros escritos com muito sangue e desencanto.

Caminhar sobre silêncios históricos perpetuados através da anulação do outro requer que aceitemos os desafios e as prováveis críticas que, mais velozes que o próprio refletir sobre o tema, possam em vão querer distorcer e contaminar nossa busca por uma sociedade mais justa.

Aceitamos o desafio porque entendemos que mais angustiante do que a própria crítica é a inércia. Ao tentarmos compreender o imenso abismo racial esculpido com os ferros quentes usados durante a escravidão no Brasil, somos movidos por sensações estranhas que se mesclam e se turvam num afã desenfreado de múltiplas incompreensões. Toda vez que lemos os referenciais que tratam e traduzem as formas cruéis da escravidão não podemos deixar de sentir que, a cada açoite desferido ao negro, nossa racionalidade, da mesma forma, foi também mutilada.

Por isso, quando propomos realizar uma análise do discurso do silenciamento da docência negra em Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS, partimos de outros trabalhos que, preocupados com a mesma temática e com o mesmo ideal de justiça, pudessem fortalecer nossa pesquisa. Citaremos os referenciais que foram os principais motivadores deste capítulo.

“Mulher Negra Professora Universitária: Trajetória, Conflitos e Identidade”, de Eliana de Oliveira (2006) é a primeira obra elencada. Através de sua pesquisa com professoras negras residentes nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, ela constatou que, independente da região e da instituição onde exercem a

docência, essas profissionais não estão imunes a manifestações de racismo e de discriminações motivadas pela cor da pele.

O livro “Professoras Negras: Trajetórias e Travessias”, de Patrícia Santana (2011), trouxe contribuições muito pertinentes para o desenvolvimento de nossa pesquisa, uma vez que seu trabalho, realizado a partir do depoimento oral de quatro professoras negras e um professor negro da rede pública de Belo Horizonte, teve como objetivo compreender os posicionamentos desses profissionais frente à questão das relações raciais e da influência dos contextos por eles vividos. Segundo a autora (2011, p. 139-140), “se esse trabalho fala de percursos de formação e transformação, devo admitir que a análise das biografias dos professores negros me levou a ver, com outros olhos, determinados tipos de posicionamentos que se distanciavam das minhas concepções”.

A Tese de Doutorado de Jacira Reis da Silva, sob o título “Mulheres caladas: trajetórias escolares de professores negras em Pelotas” (2000) foi outro referencial que nos tocou profundamente, não só pela empatia que de certa forma nos atrai pelo objetivo de nossa pesquisa, mas pelo fato de seu trabalho ter sido realizado na mesma cidade onde repousamos nosso olhar em busca de uma efetivação mais humanizada da educação e da trajetória dos docentes negros no exercício de sua profissão. Utilizando como recorte e sujeitos de sua pesquisa professoras negras formadas no Magistério entre os anos de 1960 a 1990, na cidade de Pelotas, pode demonstrar como as manifestações de racismo vão se naturalizando através de outras roupagens levando-as ao fortalecimento da identidade e da superação da própria indiferença.

A pesquisa de Silva (2000), apesar de decorridos quatorze anos, só vem comprovar que, independente da época, região e profissão, falar sobre os negros e suas trajetórias é um eterno reprisar de uma história marcada com epílogos fragmentados. Pesquisas como essas têm contribuído para o fortalecimento de políticas públicas de combate ao racismo e de conscientização das injustiças sofridas pelos negros em nosso país. Nas palavras de Adesky (2006, p. 52).

A ideia de um tratamento preferencial deve ser fundamentada em argumentos ético e sustentada por um saber empírico capaz de provar as razões históricas das desigualdades e demonstrar, ao mesmo tempo, as insuficiências das políticas igualitárias. A conjunção destas ordens de argumentos éticos e o acúmulo de dados empíricos é que permitirá à sociedade considerar admissível a instauração de uma discriminação positiva destinada a reduzir ou a compensar uma desigualdade básica. É, portanto, necessário que a sociedade tenha a clara percepção de que o princípio da igualdade de oportunidades para todos não foi respeitado ou não funciona em razão da situação de desvantagens daqueles que pertencem a uma minoria como grupo historicamente discriminado.

“A clara percepção da igualdade de oportunidades para todos” lembrada por Adesky (2006, p.52) nos leva a refletir sobre o imaginário de uma sociedade que se consolidou através da crença da soberania branca que só fez demarcar lugares e segregar pessoas. Por isso, a relevância de pesquisas que priorizem o olhar sobre os negros e negras em nosso país. Elas nos servem de base para discussões futuras acerca das complexas manifestações de racismo tão presentes em nossa sociedade.

O cenário das desigualdades raciais continua se fortalecendo através do velho e confortável mito que nos diz que a camada mais pobre do nosso país não é composta só por negros. E, se quisermos resolver o problema das desigualdades entre os homens, devemos pensar em desigualdades sociais que, de forma precipitada, desconsidera que a pobreza no Brasil tenha não só uma cor, mas também o silêncio de uma história. Nas palavras de Marçal (2012 p. 25-26),

[a] discussão sobre uma cultura racista tem como pano de fundo o debate histórico em torno da interface raça e classe. Se hoje é difícil encontrar algum estudioso que defenda a inexistência da desigualdade racial, encontramos muitos que defendem o caráter social desta desigualdade, ou seja, que os negros sejam discriminados por serem pobres e não por serem negros.

Voltamos ao velho discurso da democracia racial que alheia às sequelas das desigualdades privilegia certos espaços fortalecendo as diferenças. Essas diferenças são perceptíveis principalmente no direito e acesso à educação, onde a escola, que se diz para todos, invisibiliza a presença ainda tão frágil de alunos e professores negros/as.

Contextualizar as imbricações dos discursos conformistas da democracia racial é propiciar leituras mais críticas sobre o ideal de igualdade. Acreditamos que o principal compromisso de um pesquisador, principalmente, na área das humanas é ser um constante inconformado/a que não se deixa seduzir. Assumir essa posição de inconformidade não significa resistência sem sentido nem inflexibilidade de visão, apenas que precisamos, segundo Leites (2012, p.30),

ter cuidado para tornar redutoras nossas análises sobre a complexidade da cultura brasileira; é preciso estudar profundamente essas contradições, entendendo as várias práticas simbólicas que compõem sua malha cultural e que revelam o seu caráter híbrido. Assim, através do acontecimento discursivo, a cultura, como um sistema de símbolos e a sociedade, como sistema de relações sociais, mantêm um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.

Somos cômicos de que nossa pesquisa sobre o silenciamento da docência negra em Pelotas/RS seria muito frágil se não tivéssemos nos familiarizado com referenciais tão singulares. Referenciais que abraçam a luta contra o racismo e à indiferença, seja ela

individual ou coletiva. Livros esses que nos aproximaram da realidade vivida por negros e negras em nosso país e que nos alertaram sobre os perigos das fronteiras modernizadas construídas para distanciar os diferentes. Referenciais como o livro “A questão da raça e da diferença: um olhar sobre outros olhares”, de Leites (2012), com palavras carregadas de sentido, nos fez compreender que entre a cultura e a sociedade se “mantêm um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (grifo nosso).

A obra “Superando o racismo na escola”, de Kabengele Munanga (org.), antropólogo, professor e escritor, ou como ele mesmo costuma se apresentar “alguém que milita intelectualmente para que outros negros, índios e brancos pobres tenham as mesmas oportunidades que ele” (grifo nosso), vem contribuindo para uma visão de escola que seja capaz de cortar as amarras de determinados vícios históricos preservando e valorizando a contribuição cultural de cada povo. Munanga (2008, p.13), reafirma o papel atuante do professor, colocando em suas mãos a responsabilidade de um lutar coletivo que seja capaz de identificar e denunciar o preconceito racial e suas complexas manifestações.

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes e batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Quando Munanga (2008) reforça que a complexa luta contra “o racismo exige várias frentes e batalhas e que não tem dúvida que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima” (grifo nosso), nos faz refletir sobre o papel do professor negro que, compreendendo sua missão como agente transformador, precisa provocar mudanças no modo de olhar os processos históricos que se fortaleceram através da anulação de sua identidade e de seus ancestrais. A complexidade está justamente nessa dualidade na qual os agentes transformadores também são vítimas de uma história permeada por silêncios.

Se a negação da cor é sentida em vários espaços de nossa sociedade e vivida rotineiramente dentro da própria escola, compreendemos as significativas palavras de Munanga quando nos diz: “que a luta contra o racismo exige várias frentes e batalhas” (grifos nossos). As palavras carregadas de expectativas representam a nobreza de um homem que, mesmo reconhecendo o quanto é íngreme o caminho que conduz à igualdade, não se deixa desencantar. Suas palavras são como versos leves que, com a mesma intensidade que nos extasia, também nos desafia em nome de uma igualdade plural. Como bem sabemos, essa

caminhada é longa e não temos expectativas de uma grande revolução mental contra temas tão silenciados da nossa história, no entanto, precisamos crer que a brevidade da própria existência seja capaz de nos mostrar o quanto é urgente a valorização das relações pacíficas entre os homens.

No livro “Nem preto nem branco, muito pelo contrário”, Lilia Schwarz (2012, p.32) ilustra o que de certa forma contempla nossas incertezas.

Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica.

Quando Schwarz (2012) diz que o “racismo só se afirma na intimidade” e que persiste uma forma confortável de generalizá-lo, ela reacende a urgência de contextualizações sobre o mito da democracia racial que, sob um manto de invisibilidades, permanece imune e cada vez mais fortalecido. Como bem sinalizado por Franz Fanon, no livro “Os condenados da terra” (2005, p. 93), “O observador atento se dá conta da existência de uma espécie de descontentamento latente, como as brasas, que, depois da extinção de um incêndio, continuam ameaçando inflamar-se”.

Observamos que os dois autores afirmam a existência e a complexidade de identificação e enfrentamento do racismo, bem como sua interdependência com um contexto histórico duramente construído através da rejeição do outro e de sua cultura.

Não devemos considerar que a produção de silêncios citada por Mia Couto seja relegada ao fatalismo de impossibilidades interpretativas, porque, toda vez que o silêncio aprisiona uma voz, ela permanece em constante exercício de libertação. Esse silenciamento, com toda sua aspereza e artimanha, rompe seu casulo e, através de metamorfoses múltiplas, vai espalhando e contaminando as relações entre os homens. A sutileza desse silêncio é quase tão perfeita que muitas vezes se torna difícil nomear a autoria e descobrir o antídoto capaz de combater seu veneno. Por isso, decifrar silêncios requer muito mais do que atos levanos de vontade expressos em discursos carregados de utopias, exige, acima de tudo, que tenhamos atitude e responsabilidade. Dito de outra forma, vontade sem atitude, por mais nobre que seja sua intencionalidade, nunca será capaz de promover transformação e toda transformação exige, antes de tudo, uma tomada de consciência própria daquele que, compreendendo sua singularidade no universo, assume a responsabilidade e as consequências de seus atos. No

livro “Para uma filosofia do ato responsável” (2010, p. 96), Bakhtin traz uma afirmação que merece ser compartilhada devido à relevância dela para as nossas discussões:

[n]a base da unidade de uma consciência responsável não existe um princípio como ponto de partida, senão o fato de reconhecimento real da minha própria participação no existir como evento singular, coisa que não pode ser adequadamente expressa em termos teóricos, mas somente descrita e vivenciada com a participação; aqui está a origem do ato e de todas as categorias do dever concreto, singular e irrevogável.

É interessante quando “Bakhtin nos fala que na base da unidade de uma consciência responsável não existe um princípio como ponto de partida”, ou seja, a singularidade do nosso existir já pressupõe a própria responsabilidade que devemos assumir em relação ao outro.

Para Bakhtin, a singularidade do ser só encontra o sentido do seu existir através da interação com o outro. Não existe um eu solitário, mas um eu singular que se torna visível através do olhar do outro. Nessa cumplicidade com o outro, se fortalece o seu papel de sujeito responsável. A responsabilidade, nesse sentido, não se encontra submissa a princípios ou ideologias, e sim à preocupação e ao respeito com o outro.

6.3 Relações raciais: contextualizações sobre a escola como espaço de conflitos, dores e possibilidades.

Mudam as pessoas, a época, o estabelecimento de ensino, mas o fato é o mesmo. Alguém entra na escola, na faculdade onde trabalhamos, em busca de uma professora. Dirige-se a nós, respondemos: “Pois não”! E a pessoa insiste que quer falar com uma professora. Passamos então a pessoa a uma colega branca que se espanta e nos diz: “E por que tu não atendes?” (SILVA, 2011, p.38-39).

Compreender as trajetórias e os desafios da docência negra ultrapassa nossas visões ainda tão estreitas sobre o que representa ser negro num país permeado por negações em termos de raça, história e cultura. Quando a escritora Petronilha Silva (2011) diz que: “Mudam as pessoas, a época, o estabelecimento de ensino, mas o fato é o mesmo”, ela nos instiga a refletir sobre os conceitos internalizados que a escola continua fortalecendo sobre a reprodução da diferença. Justamente no espaço escolar, onde a riqueza da dimensão humana deveria ser socializada, deparamos com pensamentos ainda tão depreciativos em relação ao negro professor. Desse modo, devemos questionar o que de produtivo estamos fazendo nas escolas diante das dificuldades pedagógicas caladas em nome de sua própria alienação? Até que ponto essa alienação apreendida irá nos permitir continuar alienando nossos alunos?

Essas indagações, mesmo nos arrancando da nossa zona de conforto e do ostracismo do desconhecimento sobre a história do outro, nos impulsionam a pensar nas práticas pedagógicas para além dos muros da escola.

Sabemos, entretanto, que esses questionamentos precisam ser compartilhados não só com professores e alunos, mas com todos os envolvidos no processo, ou seja, gestores, técnicos administrativos, funcionários efetivos e terceirizados, etc. a fim de que as reflexões atinentes ao preconceito pela cor tornem-se diálogos diários sobre o papel da escola pela valorização da diversidade racial, exemplo de aproximação e não de distanciamento entre os homens. Se não estimularmos o olhar respeitoso sobre os diferentes, iremos praticar um dos erros mais crassos da docência: o de torná-la uma mera reprodutora de antigos e insistentes estereótipos, como afirma Pinto (1987, p. 19):

o negro é desvalorizado no Brasil tanto do ponto de vista físico, intelectual, cultural, como moral; a cor negra e os traços negroides são considerados antiestéticos; a cultura e os costumes africanos são reputados como primitivos; há uma depreciação da sua inteligência e uma descrença na sua capacidade; colocando-se em dúvida sua probidade moral e ética.

A responsabilidade do professor é fazer da escola um lugar de acolhimento e de reciprocidade respeitosa entre seus pares. Toda vez que a omissão ou a depreciação pelo outro for alimentada e desconsiderada nos espaços escolares estaremos transformando os saberes acadêmicos numa mera didática com lacunas profundas e fragmentadas. A escola que não compactua com a formação do indivíduo como sujeito social acaba perdendo seu referencial e transformando sua prática educativa num espaço de fortalecimento das desigualdades. Essa forma de conduzir o aprendizado, desconsiderando que somos permeados por infinitas histórias, é herança de uma democracia racial que ignora os conflitos percebidos, e as possibilidades de enfrentá-los.

Não queremos lançar um olhar acusativo sobre o fortalecimento das desigualdades raciais, afinal, somos sujeitos sociais e as relações humanas estão presentes em todos os espaços de nossa sociedade. No entanto, a educação tem seu lugar de destaque na sociedade, pois, depois do ambiente familiar, é nela que as primeiras relações humanas são vivenciadas.

Não estamos responsabilizando a escola nem exigindo fórmulas milagrosas de combate ao racismo, mas alertando que, muitas vezes, é necessário sair do conformismo curricular e compreendê-lo flexível e dinâmico.

Internalizar que temos autonomia para essa flexibilização curricular nos leva a refletir sobre o que transcende os conteúdos fechados a respeito da cultura africana e dos demais

povos. Ao aceitarmos o desafio de explorar as discussões das relações raciais, somos convocados a conhecer um outro lado, invisível, da história. Adentrar esse caminho tão cerceado por versões equivocadas do negro e sobre o negro nos faz perceber o nosso papel como professores que, mediante o recebimento de currículos já prontos, temos a obrigação de contextualizá-los.

Se pensarmos que essas possibilidades estão distantes de nossos educadores, a escola e todos seus pares, lamentavelmente, estarão atestando sua própria incompletude. A busca pela superação do racismo exige uma escola comprometida com a história e cabe ao professor promovê-la como tal. A escola precisa refletir e aprofundar os diálogos sobre a importância do pensamento coletivo da igualdade, impedindo a proliferação de atitudes preconceituosas tão presentes nos espaços escolares. Sabemos, no entanto, que esse desafio é colocado diante daqueles cuja coragem e ousadia são maiores que a passividade estática.

O professor/a que se dispuser a sair de sua zona de conforto compreenderá que sua responsabilidade é justamente juntar os pedaços de uma história que nunca protagonizou o negro e sua cultura. Contra essa visão estreita da história recorreremos às palavras de Martin Luther King (2009, p. 45) quando nos diz: “Quem tiver de saída, a convicção de que a estrada para a justiça racial tem somente uma via, criará inevitavelmente um congestionamento e tornará a viagem infinitamente mais longa”.

Podemos depreender do pensamento de Martin Luther King que trabalhar as relações raciais nas escolas representa processos de enfrentamento e de mudanças comportamentais nem sempre fáceis e capazes de arrancar aplausos. Percebemos que o caminho em busca da dignidade e da equidade entre os homens permanece símbolo de anseios humanos um tanto distanciados da vontade política de extinguir ou amenizar as desigualdades sociais. Portanto, para que os professores possam desconstruir determinados saberes sobre as relações raciais, é preciso levantar alguns questionamentos e, a partir daí, traçar planos pedagógicos viáveis.

No livro “Superando Racismo na Escola” (2008), encontramos o artigo da escritora Nilma Lino Gomes, intitulado “Educação e Relações Raciais” que aborda algumas estratégias de atuação que nos levam a refletir sobre que tipo de escola e de professor queremos ter para trabalhar os conflitos raciais tão presentes em todas as esferas da sociedade (2008, p. 142).

Como será que nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola? Que atitudes tomamos diante das situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula? Até quando esperaremos uma situação drástica de conflito racial ou enfrentamento para respondermos a essas perguntas? Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação do professorado brasileiro?

Os questionamentos de Gomes são pertinentes e deveriam fazer parte das discussões pedagógicas e dos planos de ações amplamente trabalhados nas Instituições de Ensino. Esses questionamentos traduzem preocupações que, positivamente transformadas em práticas educativas, iriam colaborar para a diminuição dos infundáveis constrangimentos sofridos por alunos e professores negros no âmbito escolar. Por isso, quando reforçamos a necessidade de que tais discussões sejam propiciadas dentro da escola, entendemos que ser professor e negro não pressupõe estar isento aos ataques depreciativos motivados pela cor de sua pele.

As formas pejorativas de se dirigir ao negro, os insultos múltiplos a ele endereçados, e o próprio silenciamento dos diferentes vêm reforçando uma imagem de escola onde alunos e professores negros precisam reconstituir sua identidade como forma de superação do racismo sentido. Esse não é o exemplo de escola que queremos ter como referencial, mas, para que os espaços educacionais não se naturalizem na contramão do seu propósito primeiro, temos de ficar atentos às nuances preconceituosas que neles se proliferam. Conforme Patrícia Santana (2011, p. 129),

se a escola apresenta-se em muitos casos como lugar no qual a discriminação racial se manifesta sob todas as formas, também poder ser o espaço privilegiado de ações que visam não só discutir as relações raciais como construir possibilidades para uma educação que promova a igualdade. Nesse sentido, não basta simplesmente proclamar que é preciso respeitar as diferenças; o elogio das diferenças não faz sucumbir o peso da desigualdade motivada pelo racismo. Portanto, reunir condições para a efetivação de propostas político-pedagógicas, requer empenho, compromissos que vão além das ações individuais e dos processos acadêmicos de formação de professores.

Quando Santana ressalva “que **não basta** simplesmente **proclamar que é preciso respeitar as diferenças**” (grifos nossos), em outras palavras, reforça que não basta batermos no peito e bradarmos que vivemos numa democracia racial se não conseguirmos efetivá-la principalmente através da própria educação. A conscientização referida por Santana reconhece a fragilidade das relações presentes na própria escola e, de certa forma, sua ambiguidade ideológica que, muitas vezes, se manifesta através de reproduções negativas do negro herdadas do período escravagista.

A impressão mais perceptível que podemos absorver dos entraves no enfrentamento do racismo é a de que ambos os autores, mesmo propondo um discurso de possibilidades outras, externam o quanto é complexo transformar o que ficou enraizado no inconsciente de cada um e na memória coletiva de uma sociedade.

O que nos preocupa diante dessa desesperança é a morosidade com que vêm sendo tratadas as manifestações e punições do racismo no Brasil. Por outro lado, não devemos nos

deixar contaminar pelo pessimismo da ineficácia jurídica, que tenta distorcer e transformar atitudes racistas em manifestações mais brandas de retratação e nada mais faz do que ratificar a desigualdade como regra e a igualdade como exceção. O velho e distorcido discurso que persiste em dizer que as coisas sempre foram assim apenas tem servido para alimentar o comodismo próprio daqueles que, ignorando o problema do outro, segue repetindo práticas vergonhosas extraídas do discurso passado.

O pensamento negativo sobre o outro, aliado a um tipo mesquinho de depreciação pela sua cor, tem gerado em todos os espaços sociais o fortalecimento do vírus das desigualdades entre os homens. De acordo com as palavras de Marçal (2012, p. 43),

Esta crença se faz presente não só em alguns discursos acadêmicos, mas, sobretudo, na fala de uma crença arraigada no senso comum que não fundamenta somente o discurso, mas o comportamento. Os negros realmente são os mais empobrecidos entre os empobrecidos, fato que pode ser verificado na maior presença deste segmento populacional nas favelas e bairros periférico das cidades, como também nas localidades rurais mais empobrecidas.

Quando Marçal diz que “Esta crença se faz presente não só em alguns discursos acadêmicos, mas, sobretudo, na fala de uma crença arraigada no senso comum que não fundamenta o discurso, mas o comportamento,” nos faz compreender o imenso e complexo caminho do negro em nossa sociedade permeado por lembranças e histórias de desamparos.

Se o senso comum demonstra **que os negros são os mais empobrecidos entre os empobrecidos** (grifos nossos), não podemos permitir que essa visão da soberania branca trazida pela própria academia acabe reforçando o desrespeito pela capacidade intelectual do negro.

A naturalização das desigualdades raciais em nosso país é tão alarmante a ponto de desconsiderar que ser negro e pobre sejam justificativas para a ausência deles nas Instituições de Ensino. O fatalismo histórico sobre o potencial do negro parece estar fadado a repetidos discursos que se agigantam desordenadamente. É justamente essa distorção a causa de tamanha falta de humanidade sentida e percebida pelo negro em todas as esferas sociais. No entanto, é na escola e, na própria academia, que o negro percebe o quanto é difícil às pessoas compreender o que significa a afirmação de sua negritude, pois continua sendo recorrente a ideia de que o pigmento de sua pele o incapacita intelectualmente. Nas palavras de Carlos Gadea (2013, p. 82),

[n]egritude, então, como aquilo próprio de um “passado ancestral”, que se assume na “comunidade”. Trata-se, conseqüentemente, de uma recuperação que apela a uma forma de sociabilidade e a um conjunto de valorações (étnicas, religiosas, estéticas)

que ressignificam a coletividade, o “estar junto”, a incorporação da população negra a um “grupo de pertença” que a liga de uma maneira clara ao “ser negro” (grifos do autor).

Precisamos de escolas que valorizem o sentimento de pertença inseridos através da negritude e do sentimento que engloba valorações tão caras para os negros e seus descendentes. Escolas que sejam capazes de derrubar as fronteiras das desigualdades raciais e os fardos que serviram para dignificar alguns em detrimento da miséria de tantos. O primeiro passo rumo às políticas afirmativas de reparação das injustiças sociais é admitir a discriminação racial e suas sequelas.

Num segundo momento, compreender que o mito da democracia racial foi ovacionado como forma de desobrigar determinados segmentos da sociedade a erradicar o preconceito pela cor. Quando deixamos de idolatrar o mito da democracia racial e passamos a questioná-lo, somos levados a fazer determinadas rupturas quanto ao modo de pensar as relações entre os homens. Quando nos permitimos mergulhar em temas que nos são tão caros, percebemos até que ponto chega o nosso grau de alienação e desconhecimento da história e, a partir desse instante, descobrimos “quantos gritos estão contidos no silêncio” que persiste em invisibilizar a contribuição do negro em nosso país.

Na educação, o olhar inclusivo necessita constantemente dessa imersão pelas páginas de nossa história. Enfatizar que vivemos num país onde a pluralidade cultural anda de mãos dadas com a democracia racial é ato leviano bem próprio daqueles que desconsideram os verdadeiros atores e lançam sobre eles julgamentos negativos e estereotipados.

Ao nos apropriarmos desses saberes abafados por outros discursos, teremos a dimensão da crueldade sofrida e ainda vivenciada pelos negros no Brasil. Por isso, toda vez que falamos do sentimento de pertencimento e de estranheza sentido pelo negro na sociedade brasileira e, mais especificamente na escola, não podemos desconsiderar as fragmentações que foram impostas a sua história. Conforme sugere Lopes (2001, p.188), é tempo de se repensar a educação num contexto mais abrangente. Nas palavras dele:

[a] educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, em outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

Paira, ainda que nos seja penoso admitir, que a visão do diferente seja ainda concebida como sinônimo de adversidade e estranheza, como se outro, independente de sua capacidade intelectual, precisa ser mantido afastado, alheio e indiferente. O idealismo que abraça a

harmonia multicolorida entre os povos se mantém à espreita de um renascer despido de vícios que, por séculos, vêm tornando cada vez mais frágeis as relações humanas.

Não podemos fechar nossos olhos e nem fingir que as expressões dos autores citados estejam em universos distantes da escola e da própria academia. Desconsiderar suas visões sobre os sentimentos de estranheza e dos complexos segmentos nos quais pairam as manifestações de racismo em nosso país é simplesmente ser conivente com as múltiplas formas de silenciamento voluntário. Essas percepções, quando aliadas à educação comprometida com as relações raciais, podem transformar saberes estreitos em conhecimentos coletivos; silêncios vigiados em expressões de liberdade; a história de um povo em história de muitos.

Quando, enfim, aprendermos que somos constituídos por diversas histórias, teremos condições de transformar nossos conhecimentos e nossas práticas pedagógicas em uma didática, de fato, mais humana. Trazer mais humanização para dentro da escola é uma atitude sensível por parte daquele que percebe que construir o respeito pelo diferente e pela diferença faz parte de uma transformação urgente e necessária. A maneira como se dará o acolhimento e a propagação da sensibilidade no trato com os diferentes é tarefa que precisa ser priorizada dentro das escolas e academias. O aluno negro, bem como o professor negro, não pode continuar sendo invisibilizado e açoiado pelo preconceito contemporâneo que, através de atitudes de permanente insensibilidade, demarca a escola como lugar de violências psicológicas e de difícil convivência. Se a educação realmente é direito de todos, como rege o Artigo 5º de nossa Constituição, precisamos colocar em prática seu objetivo maior através de políticas públicas comprometidas com a educação inclusiva que priorize a diversidade.

Sabemos, no entanto, que a fragilidade das legislações de amparo ao negro no Brasil são proporcionais às omissões de sua não efetividade. Precisamos sair do confortável discurso das relações raciais e questionar o que estamos fazendo como Instituições de Ensino para erradicar as barreiras preconceituosas em nossas escolas. Aceitar que a discriminação existe é a primeira forma de combatê-la. A partir daí, é preciso denunciar e punir atos de racismo diários que vêm causando tantos danos a negros/as em busca de ascensão profissional. Como bem sinalizado por Ferreira (2007, p. 72),

o processo de negação da importância dos elementos das cosmovisões de matriz-africana, nessa sociedade onde o ideal branco de ego determina aos afrodescendentes o desenvolvimento de autoimagem negativa acompanhada de autoestima rebaixada, contribui bastante para gerar condições subumanas de existência, que tendem a perpetuar-se, num processo de exclusão por complexo mecanismo social.

Temos que apostar no poder da educação como ferramenta capaz de transformar as relações entre brancos e negros em algo construtivo e sólido. Caso contrário, correremos o risco pensar que a história do outro seja apenas uma história que não precisamos conhecer.

Albuquerque Júnior (2007, p.15) nos faz perceber o quanto é importante perceber os percursos históricos e, acima de tudo, compreendê-los em seu dinamismo que, aberto, nos remete a constantes e pertinentes interpretações.

[...] é necessário aceitar as diferenças que nos separam, entendendo-as como produto de percursos distintos que os grupos humanos fizeram na história e que, ‘quando o historiador vai ao passado, é para entender o nosso próprio tempo’, ou seja, produzimos história para entender o presente e não apenas o passado, uma vez que o ‘passado não está lá atrás, fechado em sim mesmo, acabado’.

Quando o autor diz que só podemos entender o presente viajando ao passado e que esse passado reverbera dinamicamente outros dizeres, nos conduz a um olhar responsável sobre as histórias de nossos antepassados. Através dessa forma **de olhar o passado para entender o presente**, Albuquerque alerta sobre o perigo que corremos ao tentar sufocar ou ignorar a história do outro. (grifos nossos).

É interessante perceber o olhar preocupado do autor e em relação à interpretação do passado que, carregado de memórias e significados, nos fornece as bases reflexivas do presente. Para ele, o passado é um presente capaz de explicar o futuro porque tudo que compõe o imaginário coletivo é permeado ou fortalecido pela história primeira. Essa é a grande preocupação que os educadores devem ter ao trabalhar determinados conteúdos em suas aulas a fim de impedir a repetição de determinados vícios, contextualizando isso criticamente. Ressaltamos que esse cuidado deva ser priorizado principalmente quando discorreremos sobre as heranças escravistas que permanecem como raízes fortalecidas de um racismo desumano e cada vez mais frequente. Essas são discussões que precisam ser lapidadas tanto em nível de sala de aula como na própria sociedade, caso contrário, iremos perpetuar a cor como herança de um passado que só fez desconsiderar o negro e sua contribuição cultural.

Essa multiplicidade de olhares tem como objetivo tornar a escola um lugar onde se possa de fato ensinar através do exemplo e do respeito pelas diferenças; um lugar onde possamos compreender que a incompletude do ser humano só pode ser dimensionada a partir da percepção de que somos seres carentes do olhar do outro; em espaço que nos faça perceber que no silêncio de uma vida existe a interpretação de outras histórias. Em outras palavras, conquistar isso implica: “ser um afinador de silêncios” (Mia Couto, 2009). Imaginamos que ser “um afinador de silêncios” é desconstruir conceitos pretéritos que, por séculos, vêm

perdurando através do menosprezo pelos negros e seus descendentes. Compreender a urgência dessa desconstrução exige uma análise mais crítica da história e a reflexão de que, conforme Wlamyra Albuquerque.

A racialização foi, a um só tempo, o sinal mais evidente da decadência do escravismo e da arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, demarcando-se fronteiras e recompondo antigos territórios. (2009, p. 243)

A compreensão sobre as fronteiras que persistem em recompor antigos territórios talvez seja o primeiro passo rumo a uma interpretação mais próxima da realidade vivida em nossas escolas, pois são nesses espaços que as barreiras entre o eu e o outro ganham ares de sutilezas e estranheza. Perceber no outro a diferença, não consentindo a indiferença entre seus pares, exige uma dose generosa de alteridade bem própria de educadores que, com “olhos de lince”, conseguem externar um dos valores mais nobres da humanidade: a solidariedade. No livro “Para uma Filosofia do Ato Responsável”, de Mikhail Bakhtin (2010, p. 98-99), encontramos uma maneira muito singular de descrever o perfil desses educadores.

O simples fato de que eu, a partir do meu lugar único no existir, veja, conheça um outro, pense nele, não o esqueça, o fato de que também para mim ele existe – tudo isso é alguma coisa que somente eu, único, em todo o existir, em um dado momento, posso fazer por ele; um ato vivido real em mim que completa a sua existência, absolutamente profícuo e novo, e que encontra em mim somente a sua possibilidade. Este ato produtivo único é precisamente aquele no qual se constitui o momento do dever. O dever encontra a sua possibilidade originária lá onde existe o reconhecimento do fato da unicidade da existência de uma pessoa e tal reconhecimento vem do interior dela mesma, lá onde esse fato se torna o centro responsável, lá onde eu assumo a responsabilidade da minha própria unicidade, do meu próprio existir.

Se tornar um bom professor é reconhecer e respeitar as diferenças culturais e compreender que os conflitos raciais são representações disseminadas através de uma história de depreciações pelo outro e que seu papel é criar formas de combate, evitando, assim, novas manifestações. Julgamos pertinente a reprodução deste segmento:

Todos esses preconceitos mencionados podem e devem ser combatidos, sobretudo, dentro da escola, espaço privilegiado de circulação do saber e palco das diversidades étnicas e culturais, desde que os professores estejam fundamentados teoricamente sobre quais são os principais preconceitos disseminados dentro da sociedade para efetivar tal combate. Para além da fundamentação, é necessário o exercício da competência, da compreensão e do diálogo, e um esforço intenso e direcionado para debater tema com frequência dentro da sala de aula. O professor deve ter o cuidado para não assumir atitudes e posturas que reforcem o conjunto de opiniões aceito de modo acrítico como verdades pelos alunos. (SILVA, 2010, p.122)

As reflexões que provocamos durante o discorrer deste capítulo serviram para demonstrar que o racismo é um fato, um acontecimento pretérito-repetitivo disfarçado em

múltiplas formas; que não podemos negar a força da história e de seus discursos egocêntricos a fazer morada em nossa sociedade tão preocupada em preservar seus egos; que a escola permanece como espaço social onde alunos e professores negros sofrem as primeiras e mais cruéis formas de racismo e de estranheza; que, apesar de tantos avanços educacionais conquistados através de políticas reparatórias, a presença do aluno e do docente negro permanece ainda muito tímida em nossas escolas. Compreendemos também que, tanto o comprometimento quanto a própria resistência de alguns professores em trabalhar as relações raciais em salas de aula, são decorrentes de uma formação acadêmica frágil esculpida por interesses soberanamente brancos.

A urgência de trabalharmos o respeito pela história e cultura do outro deve fazer parte do anseio de cada educador. Não se pode mais admitir a intolerância como regra e a retratação como pena irônica que só faz multiplicar as atitudes racistas em nosso país. Não devemos incorrer no mesmo erro que durante séculos serviu para segregar pessoas e lugares. Se realmente a educação é direito de todos, cabe a cada professor abrir as portas da escola e aceitar o difícil e prazeroso desafio de mudar mentes tão acostumadas a rotular e distanciar os diferentes. Do contrário, estaremos contribuindo para uma didática meramente cognitiva que, preocupada com a transmissão e absorção de conhecimentos, desconsidera as relações sociais que identificam um viver realmente coletivo.

Por isso, quando Martin Luther King (2009, p.56), em forma de desabafo ou indignação, diz que: “Chega um dia em que as pessoas se cansam de ser pisoteadas pela opressão. Chega um momento em que as pessoas se cansam de ser atiradas no abismo da exploração e da injustiça exasperante”, nos faz refletir sobre nossas práticas educacionais. Em outras palavras, é como se Martin Luther King estivesse nos questionando sobre nossas posturas para minimizar o imenso abismo existente entre o universo intelectual e o humano.

Este capítulo trouxe questionamentos necessários que precisam ser priorizados, a fim de que tenhamos a certeza de que a história do outro jamais nos seja indiferente. Que temos o dever de discutir sobre certos estranhamentos e, ao fazê-lo, repudiar qualquer tipo de ação que venha transformar o respeito pelo outro em meras atitudes de tolerância. De certa forma, isso nos faz novamente recorrer às palavras de Martin Luther King (2009, p.26) quando nos diz: “Somos perpétuos devedores de homens e mulheres conhecidos e desconhecidos”.

7 SER NEGRO E PROFESSOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE PELOTAS/RS

O outro da educação foi sempre um outro que devia ser anulado, apagado. Mas as atuais reformas pedagógicas parecem já não supor o abandono, a distância, o descontrole. E se dirigem à captura maciça do outro para que a escola fique ainda mais satisfeita com a sua missão de possuir tudo dentro de seu próprio ventre (SKLIAR, 2003, p.27).

O trajeto percorrido através dos capítulos anteriores da pesquisa serviu para demonstrar que a história sobre o negro no Brasil foi construída através de insuportáveis discursos de negações do outro. Nesse sentido foi pertinente vasculhar os infindáveis referenciais e perceber que a imagem negativa do negro permanece como sombra refletida de um passado que se autocontempla soberano e irredutível. Curioso também perceber como essas narrativas de distanciamento da cor foram se reproduzindo através de discursos elegantes desprovidos do reconhecimento da alteridade.

A complexidade desses silêncios sobre o negro e sua história foi se naturalizando e celebrando um futuro incapaz de compreender que, enquanto permanecer sangrando as cicatrizes da rejeição, nenhuma mudança de fato vai poder ser capaz de transformar as relações entre os homens. Enquanto não houver o respeito pela individualidade do outro e a percepção de sua singularidade como algo positivo seremos meros contempladores de uma realidade subtraída de sentidos. Sobre essas formas de dizer e de silenciar recai o objetivo da nossa pesquisa, que imune a visões tão estreitas sobre o outro, consegue compreender que as ingenuidades e as não intencionalidades presentes nas relações raciais continuam sendo as formas mais cruéis de aprisionamento do outro. A mudez que petrifica e reduz oportunidades; a rejeição que delimita lugares fortalecendo a diferença como regra; a desconfiança que, aliada a pré-conceitos pela cor, vigia e pune cada negro em nossa sociedade.

Enfim, sobre esses não ditos repetidos e vivenciados no dia a dia que, empurrando os conflitos dessas relações para o abismo da indiferença, vem fortalecendo a prática de um racismo abasileirado. Se tivéssemos nos apropriado somente dos referenciais da pesquisa teríamos com certeza a possibilidade de uma reflexão séria sobre o imenso rosário das desigualdades raciais. No entanto, podemos dizer que muito dos escritores aqui citados também nos brindaram com suas falas, militância e ideal de igualdade. Em diversos eventos sobre a temática do negro no Brasil, tivemos o privilégio de escutá-los e compreender que a grandeza de suas obras fortalece suas falas, sonhos e objetivos. A interação e o dom da escuta nos aproximaram ainda mais desses referenciais porque de uma forma muito especial nos fizeram perceber que as verdadeiras obras nunca deixam solitários seus leitores.

Para muitos pode até parecer estranho essa familiaridade que conquistamos através dessas vivências e contato com esses escritores, no entanto o que podemos afirmar é que seus olhares contemporâneos nos ensinaram a interpretar ainda mais as entrelinhas do passado.

Citamos alguns exemplos, como Kabengele Munanga, Petronilha Gonçalves, Eliana de Oliveira, Patrícia Santana, Jurema de Oliveira, Jurema José de Oliveira, Ana Maria Gonçalves, Manuela Carneiro da Cunha, Wilma de Nazaré Baía Coelho, Paulino de Jesus Cardoso, Consuelo Dores Silva, Augusto Pônzio, Conceição Evaristo, Vera Duarte, Maria da Consolação André e tantos outros que com simplicidade e leveza de palavras compartilharam suas experiências e expectativas em busca da minimização do imenso abismo social e afetivo entre o eu e o outro.

Podemos afirmar que desde o primeiro capítulo dessa pesquisa fomos contaminados por um descontentamento positivo que, com a mesma intensidade que nos desinquietou também nos motivou a compreender cada vez mais as tramas silenciosas e perversas do racismo. A maneira que selecionamos para refletir sobre essas subjetividades construídas como forma de manter o distanciamento do negro em nossa cidade foi proporcionar espaços onde suas vozes pudessem ser acolhidas e respeitadas. Sabíamos, no entanto que, devido ao tempo e às condições da própria pesquisa, teríamos que delimitar seu universo e os próprios sujeitos.

Para tanto, selecionamos dezesseis professores negros/as da cidade de Pelotas que desempenham ou desempenharam sua docência em alguma(s) das diversas redes de ensino: estadual, federal, municipal e particular. A todos foi entregue um questionário composto por dez quesitos discriminados a seguir:

1) Nome
2) E-mail: Tel. para contato:
3) Instituição que exerce a docência: () estadual () municipal () federal () particular
4) Disciplina que ministra: () área das exatas () áreas das humanas () área das tecnologias e técnicas
5) Poderia explicar os motivos que o levou a tal escolha:
6) No exercício da sua docência você já se deparou com algum tipo de situação constrangedora, seja como vítima ou testemunha, motivada pelo preconceito da cor? Descreva-a.
7) Em caso afirmativo, explique qual foi sua atitude ou reação.
8) Como você descreveria o preconceito racial na cidade de Pelotas?

- 9) No nível institucional, percebe algum tratamento preconceituoso com relação a docentes negros?
- 10) Deseja fazer algum comentário?

A partir do recebimento e das análises das respostas aos questionários, pudemos compreender que a responsabilidade que nos move como pesquisadores se redobram quando temos em nossas mãos as palavras do outro. cremos que é justamente essa singularidade da pesquisa na área das humanas que estende nossas visões de mundo ainda tão carentes do olhar do outro e sobre o outro. Tudo que não podemos quantificar, mas que se torna mais tenso e intenso do que qualquer experiência laboratorial.

Palavras soltas, expressões carregadas de sentimento que ora se inflamam e ora se escondem. Um dizer com muitos dizeres e um simples não capaz de dizer tudo. São mistérios que se deixam relevar quando aprendemos que a forma de dizer pode contrariar a linguística e mesmo assim significar muito mais que suas normas. Que a tradução de um pequeno trecho ou um espesso livro não deva ser mais complexo e nem tão pouco mais divino que compreender o significado de uma exclamação ou de uma reticência.

Que transformar os dados da pesquisa em maçantes gráficos com percentuais sobre a opinião dos professores em relação ao racismo nas instituições de ensino e na cidade de Pelotas seria uma tarefa mais cômoda, mas incapaz de externar a intensidade da rejeição sentida. Por isso, resolvemos enveredar por um caminho mais dinâmico que pudesse ser capaz de fazer vibrar e significar cada enunciado preservando a narrativa de seus atores. Durante a transcrição dos questionários percebemos um tipo invisível de cordão umbilical que divinamente os ligavam mesmo que em locais e realidades diferentes. Suas narrativas, desabafos, amores e dissabores pareciam estar acolhidas em um único útero pronto para traduzir a própria ruptura com o silenciamento que os une e os mantém em processos de contínua exclusão. Como sinalizado por Carlos Skliar (2003, p. 84):

[t]rata-se, melhor dizendo, de uma pergunta sobre a pergunta, isto é, uma tentativa de revelar o porquê de uma pergunta sobre a exclusão, uma pergunta incômoda, insistente e pérfida que, em geral, não faz mais do que multiplicar a si mesma, do que se dissimular como uma peste que, mais rápida ou lentamente, acabará por contagiar a todos.

As multiplicações de um racismo tão regional foram percebidas através da voz de cada docente negro/a e isso de certa forma nos fez refletir sobre as banalidades das relações humanas que continuam reproduzindo sem remorsos os mesmos vícios de um passado com jeito de futuro. Acreditamos cegamente na importância de nossas análises porque elas irão refletir significativamente as vozes de seus atores. Não estaremos interferindo em seus

enunciados, mas deixando-os dialogar entre si. No livro de Beth Brait, *Bakhtin e o Círculo* (2009, p. 121) a autora ressalta um pensamento do escritor e filósofo russo que sintetiza nossos propósitos como pesquisadores na área das humanas:

[...] em todo o enunciado, contanto que examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor.

Quando Bakhtin diz que “em todo o enunciado, contanto que examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro, ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade”, nos faz perceber a especificidade e responsabilidade de nossa pesquisa, bem como, o zelo que precisamos manter diante das análises desses enunciados preservando suas singularidades. Sobral (2009, p.25) afirma que,

ao contrário de algumas filosofias da ação, ou do processo, a filosofia de Bakhtin pode ser considerada,(...)uma “filosofia humana do processo”, ou seja, uma filosofia do processo em que o agente do processo, e não apenas o processo ou o produto, tem sua importância reconhecida(grifos do autor).

As palavras de Sobral (2009), “a filosofia de Bakhtin pode ser considerada uma filosofia humana do processo”, reforçam ainda mais a escolha desse pensador durante o desenvolvimento de todos os capítulos da pesquisa.

Não obstante, para Bakhtin, citado em Brait (2009): “Todo enunciado é um elo na cadeia discursiva e, sendo assim, nenhum deles é uma entidade solitária e autônoma - um *enunciado nunca fala sozinho, ele é incapaz de monologar*” (BRAIT, 2009, p. 120) (grifos da autora).

A partir das significativas contribuições de Bakhtin quando nos diz que nenhum “*enunciado é uma entidade solitária e autônoma*”, bem quando reforça o nosso papel como sujeito responsável afirmando que “*na vida não temos alibi e, que somos seres constituídos pelo olhar do outro*”, compreendemos que as análises que se seguem serão permeadas por esse excedente de visão. Fazendo uma alusão à ideia de ‘Círculo de Bakhtin’, composto por amigos e colegas que discutiam sobre vários temas, como poesia, romance e principalmente, filosofia; da informalidade desses espaços onde esses diálogos eram compartilhados e das opiniões divergentes tão comuns para que eles que tinham a devida compreensão que somos permeados por infundáveis discursos sobrepostos, daremos prosseguimento a pesquisa através das falas dos docentes negros/as de instituições de ensino da cidade de Pelotas.

Nossa proposta, portanto, é imaginar que esses professores, embora de lugares e realidades diferentes estejam ao redor de uma mesa dialogando entre si e falando de um mesmo assunto, ou seja, do racismo e suas manifestações. A primeira pergunta a ser discutida por esses professores diz respeito a sua opção pela área das humanas, das exatas e/ou das tecnologias e técnicas, considerando seus vínculos nas redes de ensino (estadual, municipal, federal e particular). Preservando suas identidades e lisura da própria pesquisa esses professores serão identificados através de uma numeração (docente 1,2 e, assim, sucessivamente). Após as transcrições correspondentes a cada questionamento faremos nossas análises preservando suas falas, ou seja, nossa análise será a voz e o dito do próprio docente.

Compreendemos que dessa forma a análise do discurso proposto pela pesquisa em nenhum momento se afastará do dizer do outro, ou seja, pesquisador e pesquisado dialogam permanentemente em torno de um mesmo objetivo: compreender a sutileza do racismo em nossas instituições e sociedade, instigando reflexões sérias em prol do enfrentamento e sua erradicação.

Conforme Bauman (2012, p. 145):

[a] linguagem humana deve à dupla articulação sua riqueza e flexibilidade singulares, sua capacidade de produzir, quase sem limitações técnicas, sempre novos significados, e, assim, de introduzir sempre novas distinções sutis no universo referido nos atos de comunicação.

Compreender e interpretar o mistério que se esconde por detrás de toda a palavra e enunciado é uma forma de rompimento com o silenciado, com aquilo que de forma solta, mas carregado de sentimento, urge ser decodificado até chegar mais próximo daquilo que foi dito ou se tentou dizer. Abaixo segue as questões referentes às perguntas abertas e, conseqüentemente, suas análises. Ratificamos que são análises a partir de outras análises, de pontos de vistas que ora se divergem, mas também se assemelham; de vozes que gritam, mas, que por vezes calam falando bem mais alto. São singularidades, pertencimentos e enfrentamos coletivos, relatados a partir da vivência desses docentes que, ao transpor para o papel um pouco de suas experiências deixam aqui registrados a autoria de seus discursos.

1ª Pergunta: Em qual rede de ensino exerce sua docência, a disciplina que ministra (área das humanas, das exatas e /ou das tecnologias e técnicas) e quais os motivos que o levou a tal escolha?

Docente 1: *(área das humanas, pertencente à rede federal de ensino)*

Foram se entrelaçando as circunstâncias da vida com as poucas opções que se tem enquanto mulher de classe popular e negra. Da graduação em curso aparentemente tecnicista (Educação Física) tive um envolvimento político e intelectual com a área da educação, ou seja, a condição de docente se sobrepôs à condição de técnica em desporto.

É interessante quando o sujeito diz “*foram se entrelaçando as circunstâncias da vida*” porque o entrelaçando traz a ideia de laços que se enlaçam e se correlacionam e isso foi percebido quando complementa seu pensamento: “*com as poucas opções que se tem enquanto mulher de classe popular e negra*”. Outro dado que nos chamou a atenção foi a narrativa que explica de que forma ocorreu o contato com a área das humanas: “*Da graduação em curso aparentemente tecnicista (Educação Física) tive um envolvimento político e intelectual com a área da educação, ou seja, a condição de docente se sobrepôs à condição de técnica em desporto. Quando diz que “a condição docente se sobrepôs à condição de técnica em desporto” deixa claro sua identificação com área da educação, ou seja, o sobrepôs revela o seu grau de identificação com a área da humanas em detrimento “de um curso aparentemente tecnicista” (Educação Física). (grifos nossos)*

Docente 2: (*área das humanas, pertencente à rede municipal de ensino*)

O curso que realmente queria era Psicologia Clínica, porém, na época trabalhava num centro administrativo e não me foi liberado horário para meus intentos, então, optei por Letras, curso que poderia conciliar estudos e trabalhos.

Quando diz o “*curso que realmente queria era Psicologia Clínica*, percebemos que a opção pela área das humanas foi uma segunda alternativa, ou seja, o que se tornou viável, visto que *na época trabalhava num centro administrativo e não me foi liberado horário para meus intentos*”. Explica que os conflitos de horários somados à não liberação do trabalho não só a fez desistir da Psicologia Clínica bem como optar pelo curso de Letras onde então “*poderia conciliar estudos e trabalhos*”.(grifos nossos)

Docente 3:(*área das humanas- pertencente à rede estadual de ensino*)

Penso que por gostar de estar em contato com as pessoas, busquei a graduação em Pedagogia por ser um curso que me aproxima do que eu chamo de várias “gentes” e me faz respeitá-las nas suas diferenças.

Difícil analisar um enunciado ou tentar interpretar com dignidade o que poderia ser maior ou mais importante que o contato *de várias gentes. Os várias gentes, usados* pelo/a docente para ratificar sua identificação com a Pedagogia nos remete à ideia de afetividade e

de necessidade do outro. Como bem o define: “*um curso que me aproxima do que eu chamo de várias gentes e me faz respeitá-las nas suas diferenças*” (grifos nosso).

Docente 4:(*área das exatas e das tecnologias -pertencente à rede federal de ensino*)

Sempre gostei de matemática e também de desenhar. O gosto por ensinar descobri mais tarde. Depois de graduada em Arquitetura e Urbanismo, tendo dificuldade para me colocar no mercado de trabalho saturado em Pelotas fui em busca de um emprego estável e que garantisse uma boa qualidade de vida para minha família. Ao descobrir que a única forma de ter acesso a docência superior seria fazendo Concurso na área das ciências exatas e tecnologias (não dominada pela maioria das pessoas que buscavam ser professores universitários), passei a estudar e fazer concurso constantemente até alcançar meu objetivo.

Chama-nos a atenção quando diz “*Sempre gostei de matemática e também de desenhar...o gosto por ensinar descobri mais tarde*, pois reforça desde muito cedo sua identificação com a área das exatas. Descreve um pouco de sua trajetória profissional, bem como, os meios utilizados para superar determinadas barreiras que foram se desenhando ao longo do caminho: “*Depois de graduada em Arquitetura e Urbanismo, tendo dificuldade para me colocar no mercado de trabalho saturado em Pelotas fui em busca de um emprego estável*”. Podemos verificar, de forma mais detida, que nesse caso o eu profissional está estreitamente vinculado com a valorização da família, ou seja, um “*emprego estável e que garantisse uma boa qualidade de vida para minha família*” (grifos nosso).

Docente 5:(*assinalou área das humanas- pertencente à rede federal de ensino*)

Muito embora tenha sido uma aluna bem sucedida, apresentando um ótimo rendimento em todos os componentes curriculares e disciplinas durante a trajetória escolar, sempre me senti mais inclinada à área das Ciências Humanas. A opção pelo magistério foi, em parte, motivada pelo fato de meu pai ter sido professor da rede pública federal de ensino, exercendo suas atividades com visível dedicação e entusiasmo. Além disso, sempre tive gosto por estudar e ensinar sendo, ambos, prioridade em minha vida.

Quando afirma que sempre foi bem sucedida em todos os componentes curriculares durante sua trajetória escolar, mas que sempre se sentiu mais inclinada a área das Ciências Humanas e, que sua opção pelo *magistério foi, em parte, motivada pelo fato de meu pai ter sido professor*, acaba revelando um pouquinho de sua trajetória rumo à docência. Da mesma forma quando diz “*sempre tive gosto por estudar e ensinar*” ou quando recorda do pai *exercendo suas atividades com visível dedicação e entusiasmo*, não podemos desvincular sua opção pelo magistério do vínculo e incentivo cultivado no ambiente familiar (grifos nosso).

Docente 6: *(assinhou área das humanas – pertencente à rede federal de ensino).*

Compreender a trajetória do povo negro no Brasil e no mundo, assim como contribuir para novas pesquisas e enfoques na história do negro a partir da minha experiência pessoal e familiar.

É muito interessante quando justifica o porquê da sua escolha pela área das humanas: “Compreender a **trajetória do povo negro no Brasil e no mundo**, assim como contribuir para **novas pesquisas e enfoques na história do negro**” De imediato encontramos em sua narrativa o pronome possessivo *minha* denotando sua participação e inserção como sujeito desse processo: “**a partir da minha experiência pessoal e familiar**” (grifos nosso).

Docente 7: *(assinhou a área das tecnologias e técnicas – pertencente à rede particular de ensino)*

Paixão.

Para o filósofo e pensador russo Mikhail Bakhtin, tudo significa e é permeado por infinitos ditos, ou seja, somos reflexos das palavras do outro e, assim, sucessivamente, somos também o espelho onde as palavras do eu e do outro refletem a mesma imagem daquilo que somos ou gostaríamos que o outro assim nos definisse. Para Bakhtin não existe o silêncio puro que a tudo condena ou pune, pois para o autor, o silêncio fala, revela, descortina. Em sua filosofia e concepção de vida o silêncio representa uma das narrativas mais valiosas e dignas de interpretação. Por isso, quando deparamos com o substantivo feminino “**paixão**” como resposta fornecida pelo/a docente em relação aos motivos que o/a levaram a escolher a área das tecnologias e das técnicas, ficamos a pensar o que poderia estar contido nesse imenso vácuo de uma palavra aparentemente solta. Seguindo a filosofia de Bakhtin, percebemos o quanto esse vocábulo, aparentemente solitário, reverbera e nos faz pensar. Paixão não só pela escolha da área das tecnologias, mas pela docência, pela arte de ensinar e junto aprender. Uma paixão que por si só depende de um ou de muitos outros. Uma entrega apaixonada pela profissão e a certeza que nada pode ser maior que o amor que se deposita na vocação e na arte do ensinar (grifo nosso).

Docente 8: *(assinhou a área das humanas – pertencente à rede municipal de ensino).*

Eu era muito jovem, sabia que tinha talento para muitas coisas mas o magistério sempre chamou minha atenção uma vez que minhas três irmãs mais velhas eram professoras. Por outro lado naquela época 1983 era mais difícil passar no vestibular; Reprovei na 1ª tentativa com educação física e então optei pela história.

“Sabia que tinha talento para muitas coisas, mas o magistério sempre chamou **minha atenção**”. Percebemos que o magistério se destaca em meio a outras opções que poderia ter percorrido, bem como, o exemplo familiar que de certa forma a influenciaram: “o magistério sempre chamou minha atenção **uma vez que** minhas três irmãs mais velhas **eram professoras**”. Fala-nos que o seu desejo era ter cursado Educação Física, “porém, naquela época, 1983, era **mais difícil** passar no vestibular; Reprovei na 1ª tentativa com educação física e então optei **pela história**” (grifos nossos).

Docente 9: (assinhou a área das humanas - pertencente à rede federal de ensino)

O curso realizado, Licenciatura em Educação Física, levou ao concurso em um Instituto Federal e posteriormente o mestrado e doutorado na área da Educação a atuar nessa área dentro do mesmo.

Relata-nos que sua trajetória acadêmica e primeiro contato com a área das humanas foi decorrente, primeiramente de sua graduação, **Licenciatura em Educação Física**. Sua titulação lhe possibilitou prestar concurso público e ser aprovada numa rede federal de ensino e, “posteriormente, fazer **mestrado e doutorado** na área da **Educação** atuando **nessa área** dentro da mesma instituição. Uma sucessiva trajetória de sucesso e superações e, a educação, lá, num lugar especial representando a base de tudo que lhe fez chegar no topo mais alto da docência.

Docente 10: (assinhou a área das humanas e das tecnologias e técnicas – pertencente às redes estadual e municipal de ensino)

Desde jovem sempre gostei de auxiliar os outros e depois que me tornei adulta, senti que tinha feito a escolha certa, pois através do meu trabalho na educação poderia auxiliar o aluno a tornar-se um adulto capaz de operar conscientemente, mudanças para a formação de uma sociedade melhor, mais justa e democrática.

É instigante perceber os objetivos traçados por esse/a docente em sua travessia da juventude à fase adulta e, de poder contextualizar sobre o papel da educação em sua vida como ferramenta capaz de **auxiliar o aluno a tornar-se um adulto capaz de operar conscientemente**. A grandiosidade de seus objetivos ultrapassa o de ser simplesmente um professor/a, pois consegue estabelecer como meta de sua profissão despertar uma consciência coletiva em busca de um **mundo mais justo e democrático**. Podemos dizer que seu objetivo na docência está além do transmitir conhecimentos, pois quando se expressa que poderia **auxiliar** o aluno já estabelece uma ponte entre os dois.

Docente 11: *(assinhou a área das tecnologias e técnicas – pertencente à rede federal de ensino)*

Fiz minha formação profissional na área da saúde (odontologia) pelo desejo de atuar diretamente na solução dos problemas dos indivíduos; o contato com as pessoas e a possibilidade de ajudá-las sempre me atraiu desde criança. Depois de formado, o ingresso na docência foi um caminho quase natural.

O caminho percorrido entre a área da saúde e a docência manteve seu objetivo primeiro: o *de atuar diretamente na solução dos problemas dos indivíduos* e, isso demonstra por si só que sua vocação pela área técnica em nenhum momento se desvinculou das humanas o que acarretou, conseqüentemente que *depois de formado, o ingresso na docência foi um caminho quase natural* (grifo nosso).

Docente 12: *(assinhou a área das tecnologias e técnicas – pertencente à rede de particular de ensino)*

Formei-me em Design de Moda-habilitação em Estilismo pelo Centro Universitário SENAC-São Paulo e ao regressar à minha cidade natal, Rio Grande, não encontrei mercado de trabalho para a minha atuação como estilista; Ministrei então alguns cursos de ilustração de moda em 2005 a 2006 na Escola de Belas Artes Heitor de Lemos e logo em seguida um curso de extensão na FURG para os alunos de Artes Visuais. Esses primeiros contatos com a “arte de ensinar” me motivaram a abrir meu próprio atelier em 2006 e passar a ministrar cursos na área de moda; em 2007 tive conhecimento, informalmente, através de uma aluna que fazia um curso no meu atelier, que a UCPEL iria ofertar um curso de Tecnologia em Design de Moda e resolvi enviar o meu currículo para a universidade. Fui convidada a ministrar algumas disciplinas no curso de Tecnologia em Design de Moda, no qual continuo atuando como docente até hoje.

Travessias e desafios fizeram parte dessa longa caminhada narrada por esse/a docente formada em Design de Moda, habilitação em Estilismo pelo Centro Universitário SENAC - São Paulo. Ao regressar a sua cidade natal, Rio Grande, confessa: *“não encontrei mercado de trabalho para minha profissão de estilista”*. Diante dessas impossibilidades acabou ministrando *então alguns cursos de ilustração de moda em 2005 a 2006 na Escola de Belas Artes Heitor de Lemos e logo em seguida um curso de extensão na FURG para os alunos de Artes Visuais*. Revela-nos também que *‘esses primeiros contatos com a “arte de ensinar” me motivaram a abrir meu próprio atelier em 2006 e passar a ministrar cursos na área de moda*. Durante o percurso entre a técnica e o atelier surge a possibilidade de exercer sua docência quando *“em 2007 tive conhecimento, informalmente, através de uma aluna que fazia um curso no meu atelier, que a UCPEL iria ofertar um curso de Tecnologia em Design de Moda e resolvi enviar o meu currículo para a universidade”*. Encerra sua narrativa

relatando que seu currículo foi aprovado e que foi “*convidada para ministrar algumas disciplinas no curso de Tecnologia em Design de Moda, no qual continuo atuando como docente até hoje*” (grifos nossos).

Docente 13: (*área das exatas – pertencente à rede federal de ensino*)

Não podemos descrever os motivos que o/a levaram a escolher a área das exatas uma vez que apenas assinalou sua opção não externando o porquê nem o quê o motivou a tal escolha. Se tentássemos analisar em cima do que não nos foi dito incorreríamos em pré-julgamentos levianos impossíveis de se auto-sustentar.

Docente 14: (*área das exatas – pertencente à rede federal de ensino*)

A escolha pela área química é por haver vivido entre os cinco e treze anos de idade em uma Farmácia, na cidade de Canguçu - RS, local de trabalho de minha mãe, cidade e local, nos quais enquanto alfabetizava-me na língua portuguesa também recebi alfabetização científica porque me apoderava de alguns conceitos da área farmacêutica e de balconista ao ler prescrições médicas, encontrar remédios nas prateleiras para vendê-los aos clientes, como também as reposições dos mesmos através da conferência de medicamentos recebidos de laboratórios e disposição dos mesmos nos locais pré-determinados. Originalmente, minha intenção adolescente era de ser farmacêutico, mas por conflitos familiares, fui morar em Pelotas, trabalhei como estafeta em uma ferragem, como escriturário em uma Cooperativa de Trigo e Soja e no ano de 1983 ingressei no Curso Técnico de Química – ETP, trabalhei em indústrias e alguns anos após licenci-me em Química Tecnológica.

Não diferente dos demais depoimentos de docentes negros/as até então analisados nessa pesquisa, deparamos com mais uma trajetória pessoal e profissional muito rica em experiências de vida. Começa revelando o motivo que o levou a escolher a área das exatas, bem como, o papel de sua mãe como primeira professora: “*a escolha pela área química é por haver vivido entre os cinco e treze anos de idade em uma Farmácia, na cidade de Canguçu - RS, local de trabalho de minha mãe, cidade e local, nos quais enquanto alfabetizava-me na língua portuguesa também recebi alfabetização científica.*” Torna-se muito relevante quando o docente nos diz que recebeu também uma alfabetização científica através do trabalho de balconista que desempenhava junto a sua mãe na farmácia: “*porque me apoderava de alguns conceitos da área farmacêutica e de balconista ao ler prescrições médicas, encontrar remédios nas prateleiras para vendê-los aos clientes, como também as reposições dos mesmos através da conferência de medicamentos recebidos de laboratórios e disposição dos mesmos nos locais pré-determinados*”. Percebemos que ao longo de sua trajetória a docência nunca apareceu como opção primeira e, sim, como consequência, como bem explicado pelo docente: “*Originalmente, minha intenção adolescente era de ser farmacêutico, mas por*

conflitos familiares, fui morar em Pelotas, trabalhei como estafeta em uma ferragem, como escriturário em uma Cooperativa de Trigo e Soja e no ano de 1983 ingressei no Curso Técnico de Química – ETP, trabalhei em indústrias e alguns anos após licenci-me em Química Tecnológica” (grifos nosso).

Docente 15: *(Área das humanas e das tecnologias e técnicas – pertencente à rede federal de ensino)*

Desde a adolescência sempre me inspirei nos professores que tive, alguns excelentes profissionais, mas um fato que só há pouco tempo recordei e acho que pode ter relação com a minha escolha, é que minha primeira professora (JARDIM DE INFÂNCIA e 1ª série do ensino fundamental) eram negras.

Quando nos apropriamos de uma narrativa onde o/a docente que ministra disciplinas tanto na área das humanas, como, nas de tecnologias e técnicas, externa que sua inspiração pelo magistério foi devido *“aos professores que tive”*, percebemos o significado de sua docência. Outro detalhe que chamou nossa atenção diz respeito à influência que a/o docente diz ter sentido e, que só há pouco conseguiu recordar: *“mas um fato que só há pouco tempo recordei e acho que pode ter relação com a minha escolha, é que minha primeira professora (JARDIM DE INFÂNCIA e 1ª série do ensino fundamental) eram negras”* (grifos nossos).

Docente 16: *(área das humanas –pertencente à rede estadual de ensino)*

Falando um pouco de minha vida profissional, posso dizer que ser professora, foi por vocação. Apesar da pouca valorização que é dado ao magistério, orgulho-me e amo o que fiz e, hoje, embora aposentada, acompanho, na medida do possível o que é feito pelos colegas. Ainda menina, brincava de ser professora, e, com apenas 9 anos de idade, ensinei um coleguinha a escrever seu nome e resolver as quatro operações. Também, ensinei meu pai, que era analfabeto, a assinar seu nome, visto que no seu serviço estava sendo exigido a assinatura do nome e não mais o carimbo do dedo, isto para que passasse de contratado para efetivo.

Nesse pequeno texto encontramos valiosas contribuições sobre o que significa de fato ser professor/a no Brasil: *“Falando um pouco de minha vida profissional, posso dizer que ser professora, foi por vocação. Apesar da pouca valorização que é dado ao magistério, orgulho-me e amo o que fiz e, hoje, embora aposentada, acompanho, na medida do possível o que é feito pelos colegas.”* Identificamos também em seu texto outros valores que, elencados com muita simplicidade, serviu para edificar a verdadeira elegância de sua trajetória de vida: *“Ainda menina, brincava de ser professora, e, com apenas 9 anos de idade, ensinei um coleguinha a escrever seu nome e resolver as quatro operações. Também, ensinei meu pai, que era analfabeto, a assinar seu nome”*. Ensinar o pai que era analfabeto a assinar

seu nome nos fez refletir sobre os verdadeiros sentidos de família, gratidão e preocupação com o outro. Somente alguém que acredita no poder da educação é capaz de compreender o valor da alfabetização na vida de alguém e o quanto é constrangedor não saber assinar seu próprio nome: “*visto que no seu serviço estava sendo exigido a assinatura do nome e não mais o carimbo do dedo*”(grifos nossos).

As estatísticas abaixo foram utilizadas para facilitar os dados fornecidos pelos docentes em relação à opção pela área das Ciências Humanas, da Exata e/ou das Técnicas/Tecnologia, bem como, para identificar seu vínculo institucional (estadual, federal, municipal e/ou particular).

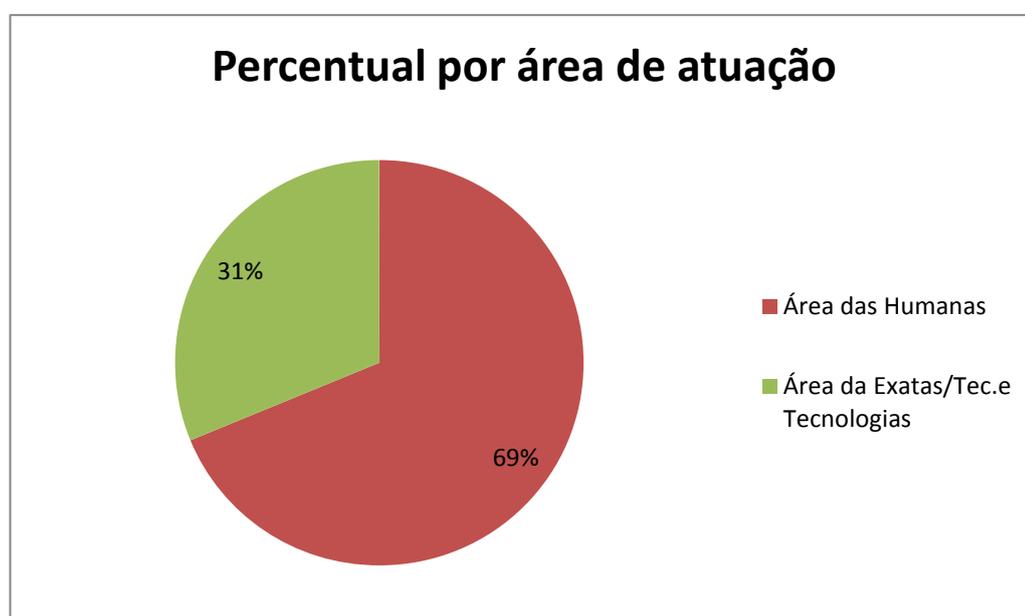


Figura3: Percentual por área de atuação.

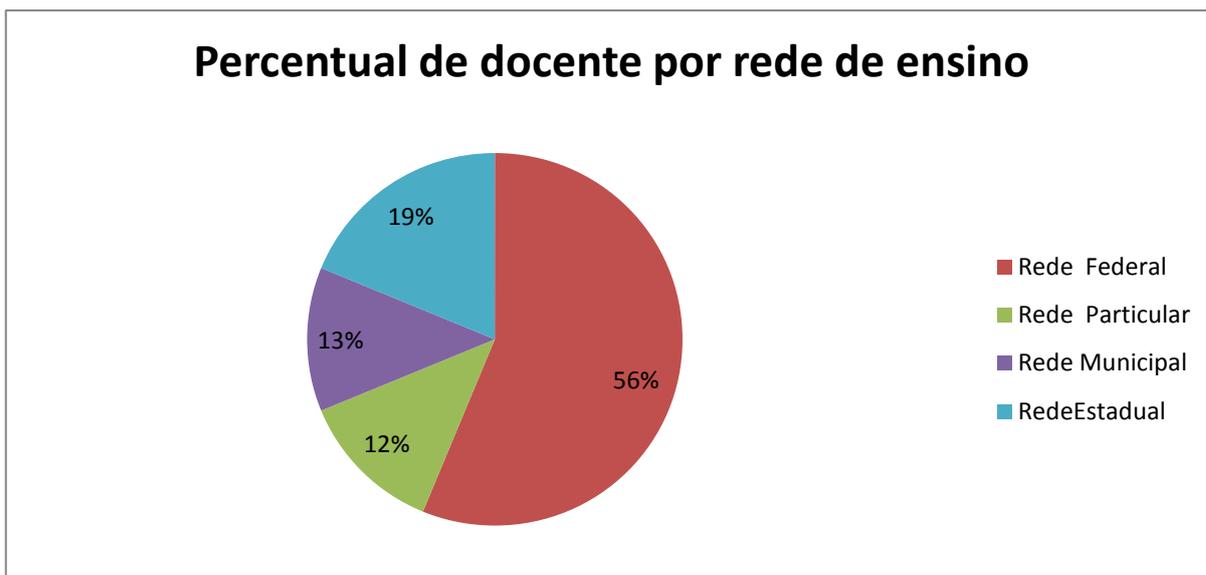


Figura 4: Percentual de docentes por rede de ensino (estadual, federal, municipal e particular) da cidade de Pelotas-RS.

7.1 Os enfrentamentos preconceituosos vividos pelos docentes negros

Passaremos às análises referentes à segunda pergunta do questionário entregue aos docentes negros, preservando as mesmas numerações estabelecidas na questão anterior. Destacamos que as respostas dadas por cada docente confirmam o racismo e a discriminação racial tão em evidência em nosso país. Como a maioria dos docentes negros responderam as perguntas 2 e 3 simultaneamente, elas foram aglutinadas. Essa tomada de decisão visa contribuir para um acompanhamento mais contextualizado das respostas elencadas por cada docente. Ressaltamos que o nosso objetivo é deixá-los falar sobre suas histórias e vivências nos espaços escolares e na sociedade pelotense. Mesmo que isso seja realizado através de um questionário, confiamos que as experiências relatadas serão referenciais basilares capazes de nos fazer compreender as demais bibliografias usadas durante o transcorrer da pesquisa. Esclarecemos que nosso objetivo é identificar o autor do discurso, sua história e o contexto que o identifica. Por isso, consideramos de suma importância as palavras de André (2008, p. 213):

As histórias de vida são as obras, grandes ou pequenas, construídas durante o ciclo vital. Como uma obra compõe-se de enredo, personagens, épocas, e são repletas de emoções, de afetos e desafetos, de facilidades e dificuldades e que, a cada momento, poderá ser refeita, de acordo com o que acontecer, tanto no âmbito particular quanto no coletivo. Como guardamos tudo? Como conseguimos reatar e relatar tudo ou quase tudo? São as memórias, as lembranças que, ao serem solicitadas, vão fornecendo o material a ser reconstruído e atualizado.

2ª e 3ª Perguntas: No exercício da sua docência você já se deparou com algum tipo de situação constrangedora, seja como vítima ou testemunha, motivada pelo preconceito da cor? Descreva-a. Em caso afirmativo, explique qual foi sua atitude ou reação.

Docente 1:

São inúmeras, mas muitas se repetem, por exemplo: o não reconhecimento de um/a profissional negra como docente da universidade, por isso, as perguntas se tu és discente, bolsista, técnica-administrativa. Ressalto que não considero estas profissões/funções depreciativas, apenas cito que a docência não aparece como lugar a ser ocupado. As reações são variadas, conforme o “assédio”. Geralmente costumo reidentificar-me profissionalmente e as reações das pessoas talvez, sejam um foco de estudo bastante interessante.

Quando o docente revela que por inúmeras vezes passou e/ou passa por situações constrangedoras motivadas pela cor, ficamos a imaginar até onde ponto a insensatez consegue invadir e contaminar a mente humana. Já não se trata apenas de ver reforçado um mito que de democrático não tem nada nem de querer priorizar o que até então foi nos ensinado a ignorar? O que ainda nos surpreende não é a ausência de nobreza humana, qualidade há muito esquecida e confundida com alma de poeta, mas a resistência em torná-la efetiva. Causa-nos uma surpreendente indignação perceber que pessoas “tão esclarecidas” repetem discursos passados dentro de espaços onde a reflexão deveria servir para contextualizar a história e não banalizá-la. Quando o docente reafirma que a universidade ainda aparece como lugar a não ser ocupado por negros, ficamos a imaginar sob que tipo de cenário o negro continua sendo concebido pelos brancos. Na mesma linha de pensamento, não podemos desconsiderar o quanto essas formas de depreciação se tornam maiores à medida que os negros vão se destacando e ascendendo profissionalmente.

O reidentificar-se profissionalmente aparece como forma de preservação da identidade e valorização do espaço conquistado. No entanto, isso não exime o docente de ser alvo constante desse tipo vergonhoso de destrato humano. Segundo o docente, o interessante a ser observado são as formas pelas quais as pessoas se manifestam em relação ao preconceito, pois, ao mesmo tempo em que usam de sutileza, não conseguem esconder o desconforto sentido.

Docente 2:

Como docente comecei a trabalhar em 1987, concursada na cidade de Rio Grande. Em 1992, após concurso aqui em Pelotas, iniciei atividades no Colégio Municipal Pelotense, não encontrei até a presente data nenhum preconceito de cor, se isso aconteceu foi de forma tão sucinta que não foi possível perceber.

Não deixa de ser interessante a forma como o docente se posiciona quando questionados e no exercício de sua docência já havia deparado com algum tipo de constrangimento motivado pela cor. Porque ao mesmo tempo em que afirma não ter deparado com tal situação também não nega sua existência nem a sutileza de que se reveste. Em se tratando do preconceito racial e de todo o contexto através do qual ele se deixa representar, é compreensível a confusão de sentidos que podemos constatar através de análises mais profundas de suas manifestações que, alegando haver convívios supostamente harmoniosos, deixam-se desmascarar por ferir pessoas e distorcer histórias. Em outras palavras, a alegada democracia racial provoca essa sensação de convívio harmonioso que sempre acaba ferindo o negro.

Docente 3:

Sim, como vítima, quando alguns pais no primeiro dia de aula, questionavam: Esta é professora de meu filho? Pois ficava explícita a desconfiança de que por eu ser negra não daria conta das minhas tarefas. Como testemunha, ouvi e continuo ouvindo em algumas situações muitas coisas, mas não me furto de fazer a intervenção necessária. Procuro sempre me mostrar para as pessoas que independente da cor da pele, da religião, da sexualidade...somos diferentes, e essas diferenças devem ser respeitadas, mais precisamente sobre a cor da pele, tento mostrar que historicamente os negros, mesmo após a liberdade, não tiveram a eles dadas condições dignas de sobrevivência, que à eles foram negados os direitos essenciais e que hoje, o que desejamos é a igualdade desses direitos.

O docente nos revela dois tipos de preconceitos pela cor: como vítima e como testemunha. Como vítima, nos fala de sua experiência no primeiro dia de aula quando os pais, com explícita desconfiança, questionaram se ela realmente seria a professora de seus filhos. O docente revela o subterfúgio usado pelos pais que, de forma análoga ao discurso pré e pós-abolição, utilizam a cor como fator capaz de medir sua intelectualidade. Como testemunha, o docente diz serem recorrentes situações desse gênero e que elas nunca se manifestam de forma isolada. Isso implica afirmar que o preconceito pela cor, nessa perspectiva, serve para enumerar infundáveis termos pejorativos em relação ao negro. O que nos chama a atenção é a forma como esses diálogos vão se proliferando através dos séculos e como os negros, com a mesma tenacidade de seus ancestrais, precisam se autoimunizar para combater as fronteiras das desigualdades sociais em busca da efetivação de seus direitos.

Docente 4:

Na sala de aula, não. Talvez pela minha autenticidade, ao falar claramente com os alunos sobre preconceito racial. A única coisa que percebi foi a “cara de surpresa” dos alunos no primeiro dia de aula ao entrar na sala e informá-los que sou professora de uma das disciplinas do curso. Porém, anteriormente, quando ainda era professora de nível médio, aí sim. Pelos alunos da escola saberem que trabalhava com o cumprimento da Lei 10639/03, com o respeito a diversidade e auto-estima dos alunos humildes, os mesmos me contavam sobre as situações de preconceito racial inclusive nos seus locais de trabalho. Sempre que podia interferia, os aconselhava ou ajudava no que podia.

A docente diz que na sala de aula nunca sentiu o preconceito pela cor e logo complementa: *talvez pela minha autenticidade, ao falar claramente com os alunos sobre o preconceito racial, ou seja, uma ação prévia se torna a justificativa e também a fundamentação necessária capaz de lutar e encarar tais atitudes com mais propriedade e discernimento.* Quando nos diz que a única coisa que percebeu foi a *cara de surpresa* dos alunos quando entrou em sala de aula, ele reforça o já dito pela **Docente 1**, ou seja, que a docência não aparece como lugar a ser ocupado por uma mulher negra. (grifos nossos)

Quando o sujeito relata a experiência que teve quando ainda ministrava aulas no Ensino Médio e cumpria a Lei nº 10.639/3, nos traz uma das mais belas experiências a que tivemos acesso relacionado aos objetivos e ao cumprimento de tal legislação: a relevância do envolvimento professor-aluno, através de laços de confiança e cumplicidade. Discutir a lei serviu como ponte para reduzir distâncias, mas, acima de tudo, como espaço onde a discriminação sentida pelos alunos também pôde ser discutida de modo a se buscar meios para combatê-la.

Docente 5:

Nunca me deparei com uma situação explicitamente constrangedora de tal natureza. Isso não significa, em absoluto, inexistência de preconceito. Ele está presente, porém, de forma velada.

O docente é bastante incisivo quando afirma nunca ter se deparado com nenhuma situação explicitamente preconceituosa. O interessante é perceber que quando alega isso não nega que o preconceito pode alimentar-se de uma sutileza que muitas vezes se confunde com um viver harmonioso entre brancos e negros. A forma de o docente se posicionar como sujeito através de sua fala nos faz lembrar Bakhtin (in Brait, 2010, p 79) que diz: “Uma imagem do discurso não deixa de ser a imagem de um homem que fala.”

Docente 6:

Não, acredito que a minha posição política bem definida e exteriorizada nos ambientes de trabalho que frequento e frequentei contribuíram para que não presenciasse situações do tipo.

Segundo o docente, não ter presenciado ou vivido situações preconceituosas é decorrente de sua posição política bem definida e isso, de certa forma, nos leva a refletir sobre o quanto deve ser complexo esse enfrentamento diário e a busca pelo fortalecimento de sua própria singularidade. Por outro lado, é instigante compreender o significado dos ambientes de trabalho como fontes capazes de minimizar ou tornar irrelevantes tais atitudes e perceber uma sequência de diálogos que se estabelecem entre sujeitos que dividem o mesmo espaço. Nesse sentido, refletir sobre essas ligações pressupõe também perceber a nossa responsabilidade como pesquisadores que, sedentos por analisar as vozes dos sujeitos, jamais devemos desconsiderar suas inter-relações compartilhadas em ambientes diversos. Como bem sinalizado por Sobral (BRAIT, 2010, p. 115).

Um trabalho que propõe encerrar o objeto na camisa-de-força da teoria, ou das limitações do pesquisador, ao mesmo tempo em que o empreendimento que se perde da especificidade, não incidindo seus esforços, sobre o que o fenômeno estudado tem de comum com outros fenômenos, não é propriamente pesquisa, mas prática relativista que só vê no espelho do outro aquilo que ele mesmo lá inseriu.

Docente 7:

Não.

A escolha por uma resposta tão breve sobre temas tão caros nos instiga a refletir sobre as valorações que podem estar aí presentes. Podemos compreender esse “não” como constatação de uma não vivência, portanto, uma afirmativa ou método de distanciamento que inibe qualquer possibilidade de aprofundamento sobre a questão. Sua expressão nos faz lembrar uma frase de Bakhtin (cit.in. 2010 p.100): “tudo o que é poderia também muito bem não ser.” (grifos nossos)

Docente 8:

Sim. Pessoalmente trabalhei em uma escola onde todos/as enxergavam o meu nariz “empinado”...eu costumava questionar as relações de poder assim como, toda a organização interna da escola. Eu era uma negra que tinha posição político-pedagógica e não me intimidava com cara feia. Penso que por isso o meu nariz aparecia. Outra situação foi com um estudante negro na mesma escola. Encontrei ele no corredor acompanhado de um colega que estava indo ao setor de orientação

educacional reclamar da professora de Biologia que o havia chamado de negro “porco e sujo” ao encontrá-lo desenhando na classe com um corretor. Fiquei indignada e disse que eu o acompanharia até lá, que isso era muito sério e caso de polícia. Ele disse que eu não precisava me incomodar e eu respondi que incomodada eu já estava e que aquela era a hora de fazer justiça. Ele era jovem e parecia estar chocado com a violência sofrida então orientei que ele ligasse pra família pedindo que o encontrassem na escola. Tomei a frente e ao chegar no SOE, solicitei uma reunião com toda a Equipe Diretiva. Solicitei ao estudante que relatasse os fatos diante de todas. Após pedi que ele aguardasse fora da sala de e me dirigi à Equipe dizendo: “Todos aqui sabem que racismo é crime inafiançável. Portanto, se não quiserem que eu chame a polícia e a mídia na Escola exijam da professora que ela se retrate publicamente no mesmo lugar onde cometeu a agressão, ou seja, na sala de aula. Acuada a equipe concordou com o encaminhamento e a professora se retratou. Quando a reunião terminou o pai do estudante nos aguardava. A diretora falou dos encaminhamentos da Escola e eu reiterei que independente da Escola ele poderia buscar seus direitos e tomar providências cabíveis. Emocionado o estudante chorou junto ao pai e eu disse a ele que entendia a dor e a exposição porque passava mas que era importante fazer o que fizemos para que os racistas soubessem que não poderiam sair por aí discriminando nosso povo.

O docente fala-nos de sua posição político-pedagógica e do quanto isso tem servido para exigir o respeito das pessoas, mesmo que para isso, “o nariz empinado” apareça como marca simbólica de sua personalidade. O “nariz empinado” aparece como forma de empoderamento, próprio daqueles que, cansados de tanta humilhação, precisam redobrar suas forças para não se deixar intimidar pelas “caras feias”. O docente conta-nos também o que teve de fazer para exigir que uma professora branca se retratasse por ter constrangido um aluno negro; fala sobre o sentimento de dor e humilhação compartilhados.

Infelizmente, as lutas contra o racismo e suas manifestações são como pedras no meio do caminho sempre prontas para fazer sangrar os que não tiveram a chance de serem previamente avisados. O sujeito fala – do poder da mídia que transforma em segundos o racismo privado em domínio coletivo e o quanto essa ferramenta tem servido para coagir pessoas que até então julgavam o peso de suas ações de modo particularizado e fadado ao esquecimento.

Seus encaminhamentos junto à direção da escola e ao Serviço de Orientação Educacional, aliado ao apoio incondicional dado ao aluno negro, surtiram efeitos, pois a professora acusada de racismo foi chamada e teve de se retratar perante os demais alunos da classe. Após a retratação, o docente encontrou-se com o aluno negro que, emocionado, chorava junto ao pai. Ele aproximou-se dos dois e disse “*que entendia a dor e a exposição porque passava mas que era importante fazer o que fizemos para que os racistas soubessem que não poderiam sair por aí discriminando nosso povo.*” Percebe-se, nesse exato momento, o sentimento de alteridade exalando pelos poros desses sujeitos, que, despindo-se das vestes aluno/professor, dão lugar a um só corpo desconfortado pela intensidade da mesma dor. (grifos nosso)

Docente 9

Por ser negra sempre chamou-me a atenção esse tipo de situação. Quando acontecia em sala de aula intervinha manifestando a minha posição. Porém, lembro de uma vez em que algumas alunas acharam minha manifestação sem propósito por criticar sua posição preconceituosa. Objetivamente pouco passei por isso, mas recordo de uma vez em que um colega de trabalho ao falar que tal situação era coisa de negro, cobriu os meus ouvidos. Uma atitude ridícula e absurda. Mesmo que não seja comigo, sempre me atinge. Eu, normalmente me posiciono. Uma vez uma colega, gorda(digo isso sem preconceito) fez um comentário discriminatório e eu disse a ela que os negros tem uma posição de desvantagem devido a escravidão. Imagina se fossem os gordos os escravos, como quem diz que aí serias tu em desvantagem.

O revelado em sua fala nos traz conteúdos muito significativos capazes de fomentar profundas e fervorosas discussões sobre o racismo e suas ramificações. Por outro lado, é interessante perceber aquilo que muitos escritores costumam chamar de “racismo amistoso”, ou seja, aquele que pela proximidade ou amizade entre brancos e negos tenta branquear o outro e isentá-lo das ofensas proferidas. Isso equivale a dizer: aquele que se encontra perto de mim deixa de ser sujeito da ação e passa a ser apenas mais um ouvinte presente no discurso.

Essa situação fica evidente quando o docente diz que uma colega tenta “tapar seus ouvidos” como se essa ação a tornasse menos negra ou isenta das ofensas proferidas em relação a sua etnia. No entanto, apesar das artimanhas utilizadas pelos brancos no trato com os diferentes, percebe-se uma tomada de posicionamento por parte dos negros e das negras que não mais se calam mesmo se a ofensa é direcionada a terceiros. (grifos nossos)

Docente 10

Sim, algumas vezes, embora em todos os locais que trabalhei sempre tive um ótimo relacionamento com todos. Certa vez, em uma instituição de ensino onde trabalhei, uma diretora fez o seguinte comentário sobre uma professora que estava querendo ser lotada na escola: “Chega de negros nesta escola”. A escola tinha pessoas negras em todos os segmentos, professores, funcionários e alunos. Esta mesma pessoa como diretora, tomou uma atitude errada em relação a orientadora educacional. Nesta época eu era supervisora escolar, como não gosto de injustiça fui em defesa da colega, como resultado, a diretora me destituiu da função. Em função das atitudes preconceituosas da diretora após minha destituição, tomei a seguinte atitude: - depois de ter sido comunicada do fato, relatei aos professores o ocorrido, como consequência houve uma articulação entre a maioria dos professores da escola. Após um período de crise, conseguimos sua destituição do cargo, num período em que o diretor era indicado pela CRE. Um diretor deve trabalhar em equipe, visando a excelência do processo educativo e do ambiente escolar, como uma pessoa com atitudes, explicitamente discriminatórias poderia realizar um trabalho de integração entre os diferentes segmentos da escola?

Começamos nossa análise a partir da expressão “chega de negros nesta escola”, porque por si só ela nos proporcionaria reflexões pertinentes. Novamente a escola se

apresenta como um não lugar a ser ocupado por negros. O mais lamentável e grave descrito por esse docente é que não se trata de um discurso do século passado. O fato narrado, analisado em suas entrelinhas, reproduz uma situação de constrangimento dentro de uma instituição de ensino em pleno século XXI. Seriam essas ações sinais de retrocesso da própria educação ou formas de perpetuação do menosprezo pelo outro?

Essas são reflexões que precisam ser aprofundadas principalmente nos espaços escolares. Se o direito à educação não tem servido para modificar pensamentos tão retrógrados em relação a nosso próximo; se ocupar uma cadeira em uma Instituição de Ensino não faz o docente perceber que as desigualdades sociais são frutos de uma história egocêntrica construída por mentes com os mesmo predicativos; temos de rever certos conceitos recorrentes nas relações com o outro.

Se todo o conhecimento promovido pela educação não está conseguindo lapidar nossa insensibilidade, é urgente repensarmos nosso papel como sujeito transformador diante de uma sociedade tão sobrecarregada pelas desigualdades. Pode até soar estranha nossa análise, mas entendemos que a urgência de se pensar a escola e a educação não pode ser encarada como algo poético fadado à teorização mas, como algo concreto que, visando à alteridade entre os homens, tem a obrigação de torná-las realmente efetivas.(grifos nossos)

Docente 11:

A única situação significativa durante o período em que atuei na instituição onde exercia minha atividade docente foi o fato de ter havido por parte de um colega professor um comentário questionando a possibilidade de eu vir a ser coordenador do curso em razão de eu ser negro, o que evidentemente não inviabilizou posteriormente a minha ascensão ao cargo. O fato resultou muito mais relevante para meus colegas do que propriamente para mim, pois sempre conduzi essa questão com a mais absoluta tranquilidade uma vez que, desde criança, sempre entendi que a pessoa é ou não qualificada por valores que nada tem a ver com cor da pele.

O descrito pelo docente nos faz perceber dois problemas enfrentados pelos negros ao longo da história: a cor que os exclui é a mesma que lança a dúvida sobre sua competência. A escola ainda é um lugar ocupado majoritariamente pelo branco. Os estereótipos sobre os negros permanecem como sombras de um passado que precisou utilizar o critério cor para legitimar o descumprimento dos direitos mais essenciais do homem: a educação e o trabalho.

Quando o docente diz: “*que a pessoa é ou não qualificada por valores que nada tem a ver com cor da pele*”, percebemos que sua afirmativa se deu como resposta à situação de constrangimento provocado por um outro colega que julgando sua cor como desculpa

primeira, automaticamente, desconsiderou sua capacidade intelectual para o cargo de coordenador. (*grifos nossos*)

Docente 12

Sim, inúmeras vezes, em sala de aula, por parte de alguns alunos, não explicitamente, mas expressado através de comentários. Fiquei um pouco triste com a situação, porque apesar de ser considerada por muitos alunos como uma excelente professora e ter consciência da minha qualificação (graduação na área, experiência profissional, pós-graduação em Moda Criatividade e Inovação e estar concluindo o mestrado em Design, Educação e Inovação) e de toda a minha dedicação, empenho e caminhada para estar na posição atual que ocupo como docente e também na que ocupei como coordenadora do curso no período de 2010-2012, ainda existam pessoas que nos julgam como inferiores a partir da cor da nossa pele.

Quando o docente não nega que presenciar essas reações e atitudes tenha lhe deixado um *“pouco triste”*, não podemos deixar de questionar sobre o que seria mais cruel do que uma pessoa desconsiderar a competência de alguém baseado no pigmento de uma pele. Faz-nos também pensar a quem foi dado o direito de excluir o outro desconsiderando toda sua história e a contribuição cultural trazida pelos seus ancestrais. (*grifos nossos*)

Docente 13

Sim, certa vez durante a aula uma aluna mencionou que nunca mais queria ter aulas com professores afrodescendentes, pois disse que eram muito exigentes. A situação ocorreu com uma aluna do 3º do ensino médio do CEFET. Expliquei que talvez a exigência ocorresse pelo motivo dos professores negros serem mais exigidos durante sua vida, sua faculdade e sua atividade profissional. Salientei que essa cobrança, principalmente em relação à profissão de professor, era evidente e que muitas vezes os alunos demonstravam certa desconfiança em relação aos professores negros. E normalmente eu dizia quem é cobrado também cobra mais.

Quando percebemos as desculpas utilizadas pela referida aluna para justificar a negação do professor negro e analisando a contrarresposta do docente ao dizer *“talvez a exigência ocorresse pelo motivo dos professores negros serem mais exigidos durante sua vida, faculdade e atividade profissional”*, julgamos poder dimensionar os conflitos presentes. Por outro lado, o que aqui observamos são pré-conceitos fortalecidos através da negação do outro como sujeito e autor de sua própria narrativa.

Reações como essas nos levam a refletir sobre o que seria verdadeiramente humano, o que estaria na contramão da insensatez. Se toda ação pressupõe uma reação (e ela aqui pode ser compreendida através da expressão: *“quem é cobrado também cobra mais”*), não podemos desconsiderar que a possibilidade de reversão dessa lamentável realidade engatinha. *“Isso, de certa forma, nos faz lembrar o que diz Bakhtin (in Brait, 2010, p.161) sobre a*

importância do diálogo e do respeito que devemos possuir pelas culturas diferentes e o quanto essa troca se torna positiva e enriquecedora para ambas as partes. “ *No encontro dialógico duas culturas não se fundem nem se mesclam mas cada uma conserva sua unidade e sua totalidade aberta, mas ambas se enriquecem mutuamente.*”(grifos nossos)

Docente 14

Antes de qualquer comentário, me vem a cabeça a pergunta: “Onde você guarda o seu racismo?” Uma segunda premissa que me vem a cabeça, é que no mundo Capitalista no qual vivemos “Racismo é expressado na falta de acesso aos bens de consumo”. Refletindo em todos os conflitos que vivi durante o exercício da profissão docente até hoje, não atribuo haverem sido por causas de preconceito da cor. Toda a minha militância e início de estudo de realidades racistas teve início pelo final dos anos 90, a partir do momento em que me perguntaram: Quantos colegas negros ou negras eu tive e concluíram os processos de ensino primário, secundário e terciário e se haviam colegas no meu grupo de docência de exatas na instituição onde trabalhava? Então, ao aceitar que vivi em uma Sociedade Racista, e para evitar reproduzir estas atitudes, comecei a participar de atividades dos movimentos populares e buscar “Como trabalhar o Ensino de Química a Comunidades Quilombolas, espaço histórico de origem de muitas realidades urgentes da cidade.

Percebemos que o docente não responde de imediato se presenciou ou foi vítima de alguma situação constrangedora motivada pela cor. Apenas uma interpelação dá início à sua narrativa: “*Onde você guarda o seu racismo*”? o que de certa forma também nos interroga durante a pesquisa. Isso é muito rico porque nos faz compreender que estamos também deixando nossa autoria que por outros será analisada. Na construção de uma pesquisa, precisamos refletir sobre o que estamos fazendo em nome de uma igualdade tão alardeada e necessária e acerca do que estamos deixando imerso através da omissão e deveria ser revisitado. Essas são reflexões que vão se agigantando toda vez que deparamos com a voz do outro, que, por sua vez, nunca deve ser concebida de forma solitária, abandonada à própria sorte. Esse outro sempre terá algo a dizer e, nós, no lugar de ouvintes também interrogados, sempre teremos algo capaz de complementar sua fala em busca do encadeamento de outros discursos.

O racismo, para o docente, é expresso por “*na falta de acesso aos bens de consumo*” e suas palavras nos proporcionam uma síntese bastante interessante do quadro das desigualdades raciais. Talvez, este seja o passo mais importante em busca de uma sociedade mais justa e com mais equidade social: admitir que vivemos em uma sociedade racista que ainda precisa estabelecer critérios diversos de exclusão justamente contra aqueles a quem o acolhimento deveria ser a primeira e única prioridade.(grifos nossos)

Docente 15

Sim, já fui confundida com aluna, secretária enfim... a última possibilidade foi cogitar que eu poderia ser docente. Outro fator é que temos que provar constantemente que somos capazes de realizar nossas atividades como qualquer outra pessoa que tenha a mesma formação, percebe-se na maioria das vezes uma certa dúvida sobre nossa competência. A atitude é de estado de choque, um certo constrangimento em um primeiro momento, depois a revolta, afinal porque não se pode ser professor? É um pré-julgamento baseado na aparência.

Ao frisar que a docência aparece como última possibilidade a ser ocupada por um negro ou uma negra *“já fui confundida com aluna, secretária enfim a última possibilidade foi cogitar que eu poderia ser docente”*, isso nos conduz a outras realidades por ela vivenciadas: *“temos que provar constantemente que somos capazes de realizar nossas atividades como qualquer outra pessoa que tenha a mesma formação, percebe-se na maioria das vezes uma certa dúvida sobre nossa competência”*.

O que percebemos, através de sua narrativa, é que ser docente e negro envolve conflitos. Ter de lidar com isso nem sempre se torna uma tarefa humanamente suportável. De forma sucinta e expressiva, o sujeito nos fala como se sente diante dessa experiência. *“A atitude é de estado de choque, um certo constrangimento em um primeiro momento, depois a revolta, **afinal porque não se pode ser professor?** (grifo nosso).O que poderíamos dizer além dos sentimentos sabiamente elencados pelo docente?*

Docente 16

Posso dizer que tanto nas escolas pelas quais passei, também na minha infância, adolescência como estudante, não senti tratamento de rejeição pelo fato de ser negra, creio que pelo fato de ser muito comunicativa, e de como pessoa, sentir-me igual e não melhor ou pior do que meus semelhantes isto contribuiu e continua contribuindo para que seja bem aceita e respeitada.

Novamente, percebemos um tipo de autoproteção usada pelo negro como forma de não se deixar enfraquecer diante da complexa teia social construída com o firme propósito de depreciar seus descendentes. Ao dizer *“sentir-me igual e não melhor ou pior do que meus semelhantes”*, o docente reafirma tal convicção e afasta a própria negação percebida no trato com os diferentes. (grifos nosso)

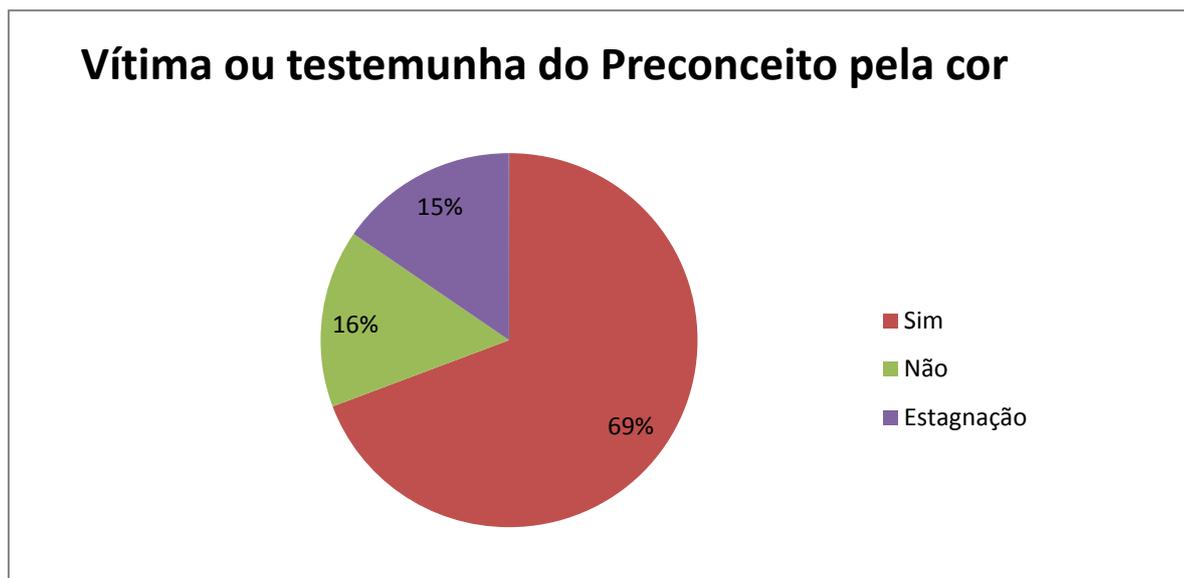


Figura 5: Percentual de situações preconceituosas vividas ou testemunhadas pelos docentes negros da cidade de Pelotas-RS.

7.2 O preconceito racial na cidade de Pelotas na voz dos docentes negros

Muito se tem falado sobre o preconceito racial que, através de manifestações silenciosas ou abertas, vem segregando pessoas e lugares. No entanto, muitas dessas formas de pensar ficam dispersas em levianas abstrações que supõem que a dor causada no outro possa ser minimizada com teorias pomposas de pouca relevância. O mais instigante nesse cenário é a permanência da cor como critério de menosprezo e exclusão. Independente do lugar ou região, o negro continua sendo alvo dos mais criativos e perversos deslocamentos sociais. No entanto, nos pesa admitir, o discurso sempre é o mesmo: “não nutrimos nenhum tipo de preconceito”, como se isso fosse uma verdade. Ao nos referirmos à cidade de Pelotas, historicamente tão marcada pelo menosprezo ao negro, defrontamo-nos com as filiais desse preconceito que em cada espaço e na voz dos sujeitos da pesquisa continua ferindo e fazendo sangrar os negros na sociedade pelotense. Comprendemos, sobremaneira, que jamais poderíamos falar em nome de uma cidade que se diz isenta de preconceito sem ouvir os sujeitos envolvidos. Dessa forma, reservamos o subitem deste capítulo para que os docentes negros possam verbalizar o modo como é percebido o preconceito racial na cidade de Pelotas.

4ª Pergunta: Como você descreveria o preconceito racial na cidade de Pelotas?

Docente 1

Se mostra como em todo lugar, ou seja, não existe espaço em que o mesmo não se manifeste. Tem a característica brasileira: um velado facilmente identificado.

O docente explica que o racismo na cidade de Pelotas não é diferente do restante do país, ou seja, se mostra “*como em todo lugar e não existe espaço em que o mesmo não se manifeste*”. Ele reforça a convicção quando diz que o racismo tem uma característica brasileira, ou seja, “*um velado facilmente identificado*”, fazendo alusão a locais onde o racismo mostrou sua face, deixando em armários, suspensas, suas máscaras e fantasias. O racismo à brasileira traz consigo esta particularidade: nega-se sua existência e finge-se que se vive harmoniosamente, aplaudindo a democracia racial. Sendo assim, o racismo deixa de ser algo distante e passa a acumular recorrentes constrangimentos. (grifos nossos).

Docente 2

Não tenho como descrever, pois nunca presenciei casos de preconceito aqui na cidade de Pelotas, acredito que haja, porém, o povo interage socialmente indiferentemente da classe social.

Este docente aponta para o fato de ser impossível descrever aquilo que nunca vivenciou, porém, reforça que isso não implica inexistência de preconceito. A expressão “*acredito que haja, porém, o povo interage socialmente indiferentemente da classe social*” nos transmite a ideia de uma possível harmonia racial ainda muito frágil e incapaz de superar a indiferença.

Docente 3

Pelotas continua sendo uma cidade muito preconceituosa em vários aspectos, se tratando da temática racial, pior ainda, os pelotenses, com raras exceções, não conseguem perceber quanto rica é a nossa história, quanto de saberes originários da África se faz presente aqui. Deste modo, temos um preconceito, velado, mas que interfere na vida dos negros que aqui residem.

O docente ressalta que Pelotas *continua sendo uma cidade muito preconceituosa em vários aspectos* e isso impede que seus moradores se apropriem dos saberes deixados pelo povo africano. É relevante o comparativo-consequência feito pelo docente em relação aos males advindos do preconceito que, além de afastar os homens de um viver em harmonia, também lhe rouba o privilégio de conhecer a filosofia de outras culturas. A não percepção e valorização desses saberes estabelecem segundo suas palavras, “**um preconceito, velado, mas que interfere na vida dos negros que aqui residem**”. Essa interferência, na nossa concepção, ainda tão incipiente sobre os reflexos das desigualdades raciais, soa como grito

silencioso de alguém pronto para se libertar da asfixia, pois não mais se permite permanecer ou morrer calado. (grifos nossos)

Docente 4:

Como no Brasil, ele é velado, discreto, quase que imperceptível por quem é branco e sem preconceito. Somente sente quem é negro. É barrado no acesso a bons empregos, a cargos de chefia, é seguido nas lojas como se fosse roubar. Quando pede para ver um produto de valor mais alto em determinado estabelecimento, o vendedor logo informa o preço ao invés de falar sobre as características do produto. E se for a um banco, coitado, tranca varas vezes na porta eletrônica. Em Pelotas, na grande maioria das vezes, se vale pelo que se veste e não pelo que se é (intelectualmente falando).

Ao ser questionado sobre a existência ou não do racismo na cidade de Pelotas, o docente nos diz que **assim como no restante do Brasil ele existe, mas de forma tão velada que para os brancos que não nutrem determinados preconceitos pela cor ele se torna quase imperceptível**. Em seguida, complementa: *“somente sente quem é negro”*. A partir de sua afirmativa podemos identificar algumas formas através das quais essa dor é percebida pelo negros e negras na cidade de Pelotas: *É barrado no acesso a bons empregos; a cargos de chefia; é seguido nas lojas como se fosse roubar. Quando pede para ver um produto de valor mais alto em determinado estabelecimento, o vendedor logo informa o preço ao invés de falar sobre as características do produto. E se for a um banco, coitado, tranca várias vezes na porta eletrônica*.

Por mais que possam parecer chocantes os exemplos, percebemos que esses constrangimentos não são exceções, o que exige reflexões. Sobre o racismo percebido na cidade de Pelotas, em tom de desabafo nos diz: *“Em Pelotas, na grande maioria das vezes, se vale pelo que se veste e não pelo que se é (intelectualmente falando)”*. O exemplo lamentável registrado pelo docente nos faz perceber o estágio frágil das relações humanas e o quanto estamos distantes de uma compreensão mais exata sobre a brevidade e a singularidade que nos constitui como seres irrepetíveis. (grifos nosso)

Docente 5

A taxa populacional negra/mestiça em Pelotas é uma das mais altas do Rio Grande do Sul. Mesmo que já estejamos no Século XXI, e tendo sido a escravidão abolida há anos, suas marcas estão presentes e têm influenciado as crenças e comportamentos das pessoas, ainda que, muitas vezes, não tenham consciências disso. Há que se ressaltar que a autoria fomento do preconceito não deve ser impingida apenas àqueles que se consideram “não-negros”. Muitos dos integrantes de comunidades negras nutrem sentimentos de inferioridade, de subserviência (muito provavelmente, sequelas do período escravagista vivenciado por seus/nossos

antepassados). Grande parte desses vive na linha de pobreza. Eis, também, um fator potencializador ou minimizador do preconceito, isto é, a situação socioeconômica (de menos privilegiadas a mais privilegiada). Observa-se, igualmente, que as pessoas com um nível educacional mais elevado tendem a ser menos preconceituosas (ou quem sabe?) mais políticas e habilidosas na camuflagem de quaisquer marcas de preconceito racial.

Independente do lugar ou região, falar sobre o racismo e/ou preconceito racial pressupõe compreendê-lo(s) além de suas acepções. Alguns dados trazidos pelo docente nos fazem refletir sobre as ramificações através das quais o racismo se manifesta, lento e persistente. Somos levados a compreender que o reflexo daquilo que não foi ou não pode ser erradicado nos faz lembrar que a história, sempre quando revisitada, irá nos proporcionar todas as respostas.

Eis alguns dados pontuados pelo docente: 1º) A taxa populacional negra/mestiça em Pelotas é uma das mais altas do Rio Grande do Sul; 2º) Embora estejamos em pleno Século XXI e o período escravocrata já tenha sido abolido há anos *“suas marcas estão presentes e têm influenciado as crenças e comportamentos das pessoas, ainda que, muitas vezes, não tenham consciências disso*

*O docente chama-nos a atenção para o fato de que a **autoria do preconceito** não deve ser impingida apenas àqueles que se consideram “não-negros”, porque compreende que muitos integrantes de comunidades negras, independente do preconceito sentido, **nutrem sentimentos de inferioridade, de subserviência (muito provavelmente, sequelas do período escravagista vivenciado por seus/nossos antepassados).**(grifos nossos)*

O depoimento do docente, talvez, nos faça compreender o lado mais perverso do preconceito: aquele que causa danos psicológicos, aquele que anula qualquer possibilidade de resgate de uma autoestima tão machucada pela depreciação recebida. Enfim, a sensação de inércia, de incapacidade que, assolando e devastando a possibilidade de reação e superação, cria uma nova coletividade composta das mesmas amarras que um dia impuseram através do regime escravocrata.

Outro tema relevante que este docente aborda é o racismo vinculado à situação socioeconômica dos indivíduos: *“Observa-se, igualmente, que as pessoas com um nível educacional mais elevado tendem a ser menos preconceituosas (ou quem sabe?) mais políticas e habilidosas **na camuflagem de quaisquer marcas de preconceito racial**. Não podemos negar a pertinência de sua reflexão nem desconsiderar que a sutileza do “racismo refinado” não abrandará os danos causados por um outro menos polido. A não aceitação do outro machuca independente do lugar e da posição socioeconômica ocupada pelos sujeitos.*

Eis o que nos é deixado como reflexão necessária: até que ponto o uso indevido da educação servirá para machucar o próximo através de uma sutileza rebuscada? (grifos nossos).

Docente 6

Descrever o preconceito na cidade de Pelotas é no mínimo complexo. É um preconceito com ramificações, é transversal. Alcança o social a, o espaço, as relações, etc. É um preconceito que se desenvolve até mesmo nas relações mais pessoais, onde esse pode ser minimizado por ser tangenciado por sentimentos, no entanto, ele é do tipo clássico, não se dirige aos seus próximos, tidos como exceções, mas com o “outro”. É um preconceito que invisibiliza os negros dos espaços de poder e os coloca nos espaços tidos como secundários e de menor valor econômico agregado, e no entanto, permanece velado, onde muitos dos próprios negros não se percebem enquanto discriminados socialmente pautados pela raça. É um preconceito que confere espaços bem determinados para as pessoas.

É instigante a forma como o docente descreve o preconceito na cidade de Pelotas, começando por conceituá-lo “no *mínimo complexo, com ramificações e transversal*. A transversalidade nos conduz a uma nova forma de olhar o racismo, bem como suas ramificações que, vistas pelo prisma das generalizações, preservam a mesma essência violenta. Fala, ainda, da intensidade do preconceito: “*Alcança o social, o espaço, as relações, etc*”. Com a mesma intensidade, anuncia um preconceito mais direcionado, pessoal e os conflitos de sentimentos que se mesclam, se confundem: “*onde esse pode ser minimizado por ser tangenciado por sentimentos, no entanto, ele é do tipo clássico, não se dirige aos seus próximos, tidos como exceções, mas com o “outro”*”. Temos de interromper tão grandiosa narrativa para refletir sobre esse racismo **tipo clássico**, tão cuidadosamente destacado pelo docente, porque nos faz refletir sobre quem e como seria esse **outro** concebido como distante.

Por último, o docente aborda um preconceito *que invisibiliza os negros dos espaços de poder e os coloca nos espaços tidos como secundários e de menor valor econômico agregado e, no entanto, permanece velado, onde muitos dos próprios negros não se percebem enquanto discriminados socialmente pautados pela raça*. O enraizamento do racismo, segundo o próprio docente, ocasiona a naturalidade da situação nem sempre percebida pelas pessoas que se encontram nesse contexto. A segregação modernizada confere *status* de evolução, mantendo sob seu jugo a mesma depreciação proferida aos negros em séculos passados (grifo nosso). Em outros termos, a segregação modernizada é uma forma sutil de dizer que a democracia racial continua segregando, ou seja, mantendo a depreciação como carro-chefe. (grifos nossos)

Docente 7:

A maioria das pessoas não quer ser preconceituosas. Acredito que o preconceito é inconsciente. Por ex. Alguém comunica que um “cara suspeito” está falando num celular numa área da escola. É um pai de aluno, “negro”. As pessoas não têm por hábito de olhar para si, como num espelho, e dizer: Não será isto preconceito? E se o cara fosse branco, seria suspeito?...Então continuam reproduzindo velhos conceitos...e apontando, sim, os erros alheios, julgando, classificando. Por isso, a humanidade avança, com passos de formiga e sem vontade” segundo Lulu Santos. Acho que também existe o preconceito consciente. Ainda existem pessoas querendo, se possível exterminar os negros da face da terra. Elas procuram se associar, por afinidade, à quem pensa da mesma forma. Atuam de forma covarde. Assim, vejo que ainda vai continuar existindo o preconceito ,em Pelotas e, acredito, em outros lugares.

Muito pertinente a colocação do docente quando diz “as pessoas não querem ser preconceituosas”, porque automaticamente nos leva a perguntar: então por que escolhem a segunda opção? Na sequência do seu pensamento, o preconceito é assim subdividido: *inconsciente e consciente*. Como forma de ilustrar suas reflexões, fornece dois exemplos: *“Alguém comunica que um “cara suspeito” está falando num celular numa área da escola. É um pai de aluno, “negro”. As pessoas não têm por hábito de olhar para si, como num espelho, e dizer: Não será isto preconceito? E se o cara fosse branco, seria suspeito?...Então continuam reproduzindo velhos conceitos...e apontando, sim, os erros alheios, julgando, classificando”*. A gravidade com a qual o racismo se deixa desmascarar é tão perversamente desumana que seria menos doloroso julgar que as ações que dele decorrem são frutos de um modo inconsciente que ainda não aprendeu que no mundo somos todos iguais, ainda que com vestes diferentes. (grifos nossos)

Docente 8

Penso que na América Latina, Brasil e em Pelotas o racismo está diretamente vinculado as relações colonialistas decorrentes do processo de conquista europeu. Pelotas como teve uma escravidão marcante carrega um grande preconceito diante da cultura e da comunidade negra.

O docente nos mostra que o preconceito *“está diretamente vinculado às relações colonialistas decorrentes do processo de conquista europeu”* e, especificamente, nos convida a conhecer o que representou o período charqueadense nesse município que explorou a mão escrava através do lento e doloroso aprisionamento pós-abolição. Sua reflexão parte do princípio de que nada se dá de forma gratuita ou como obra do acaso. A cidade se deixa revelar através da história e a história, por sua vez, tenta preservar tudo que lhe proporcionou destaque e poder. (grifos nossos)

Docente 9

É bastante grande, ainda que velado. Odeio a fala: mas tu não pareces negra. Ao que costumo responder, mas sou, não desejo esconder e diria que não dói. Não deixo de ser a pessoa que sou por isso.

Do ponto de vista deste docente o preconceito em Pelotas é bastante acentuado. O docente reforça que há certas atitudes ou falas que geram indignação, como por exemplo: “*mas tu não pareces negra*”, *o que a faz revidar, respondendo com muita altivez: “mas sou, não desejo esconder e diria **que não dói.**”* Muito poderíamos dizer sobre essas frases que, compondo seu discurso, nos fazem perceber o quanto ainda é recorrente o racismo na cidade de Pelotas. No entanto, o tempo seria escasso e as páginas desta pesquisa precisariam passar por outras adequações capazes de suportar toda uma contextualização em torno da seguinte expressão: “**mas sou, não desejo esconder e diria que não dói!**” **Podemos depreender que** ser negro/a passa a simbolizar orgulho da cor, da garra e da autenticidade assumida e defendida bravamente. O “não dói” ressurge como força adormecida, reidentificando a própria negritude, ou seja, o orgulho da melanina, tão incompreendido no pensamento eurocentrista, se transforma em bandeira de luta contra todo tipo de preconceito. (grifos nossos)

Docente 10

Atualmente existe de uma forma mais implícita.

Ao ratificar o preconceito em Pelotas, o docente usa uma única frase carregada de sentidos: “*Atualmente existe de uma forma mais implícita*”. Sobrevive o racismo, com rostos e vestes diversas, ou melhor, máscaras e sutilezas. (grifos nossos)

Docente 11

Ainda há um preconceito velado, como de resto em todo o país, ou seja, não é um preconceito explícito, porém, os fatos relacionados com o ingresso e o exercício das profissões, assim como, a interação nas relações pessoais comprovam que o indivíduo negro é quase sempre discriminado.

O docente assevera que o *preconceito velado* existe não só em Pelotas e o agravante de sua permanência é detectado através de infindáveis formas de negação e de oportunidades silenciadas que atingem, de forma majoritária, os negros e negras do nosso país. *Ele destaca*

que esse preconceito, por não ser explícito, se manifesta através de outros fatores relacionados *com o ingresso e o exercício das profissões*. Ele acrescenta também que o preconceito se manifesta na *interação das relações pessoais* servindo para *comprovar que o indivíduo negro é quase sempre discriminado*. Essas são constatações difíceis de admitir, pois são construídas a partir de uma lógica sem lógica. Afinal, se os sujeitos envolvidos, sejam eles brancos ou negros, não forem identificados como parte de um mesmo discurso, apenas iremos ratificar a releitura de um passado que se nega a usar os próprio erros como lições para uma reflexão mais séria e humanizada entre os homens. (grifos nossos)

Docente 12

Eu percebo que o racismo na cidade de Pelotas existe, mas age de forma mascarada. As pessoas que são racistas afirmam não ser, embora suas atitudes comprovem o contrário.

É muito significativa a expressão que o docente utiliza para confirmar a existência do preconceito na cidade de Pelotas: “*existe, mas de forma mascarada*”. Isso remete à ideia de falsidade, hipocrisia. Logo, o racismo é tão nocivo que se compactua inadvertidamente com suas artimanhas, o que faz que as pessoas ocultem constantemente de si mesmas o fato de que agem preconceituosamente. São máscaras de um viver covarde disponíveis no mercado da prepotência humana, que protege seus donos através da negação da fantasia escolhida. As máscaras, tão perfeitas em detalhes e em seus propósitos, devolvem aos racistas a certeza de um caminhar altivo que apenas tem servido para demonstrar que ainda somos amadores desfilando na passarela da impunidade. (grifos nossos).

Docente 13

Depende muito do meio em que a pessoa convive, então, detendo-me principalmente ao meio onde estou inserido considero ele velado, silencioso (às vezes), mas permanente e evidente.

Quando o docente diz que o preconceito *depende muito do meio em que a pessoa convive*, percebemos que ele se restringe a situar seu espaço de convivência. Portanto, apenas considera o preconceito *velado, silencioso (às vezes), mas permanente e evidente*.” O mais instigante percebido em sua fala foi o sentido que sublinhou através da expressão em parênteses (*às vezes*). Ela nos levou a compreender que o *velado e silencioso* nem sempre se mantêm sutis e que, talvez, mais perverso que a frieza da negação seja o próprio silêncio que a constitui.(grifos nossos).

Docente 14

Pelotas é uma cidade que há muito tempo atrás eu pensava conhecer tão bem quanto a palma de minha mão, hoje tenho certeza de que não conheço a Pelotas; Apenas reconheço algumas situações que me permitem circular por áreas urbanas e periurbanas em situação controlada; Neste reconhecimento, eu via a Pelotas bastante Racista, porque nos agrupamentos familiares haviam Clubes Sociais para Negros, divididos em poder aquisitivo e atividades profissionais, que determinavam todos os outros contextos. Do que tenho aprendido nestes últimos anos, hoje, vejo em Pelotas, situações que mais parecem imitações mal ensaiadas de atividades anti-racistas/preconceituosas e de gestão do negócio público, que não sei definir se é puro, puríssimo efeito de ocupação oportunistas das funções de líderes e gestores ou é a turbulência que reestabelecerá a uma nova ordem social.

A fala deste docente é carregada por um desencantamento sobre a cidade de Pelotas e isso se torna visível quando diz: *“é uma cidade que há muito tempo atrás eu pensava conhecer tão bem quanto a palma de minha mão, hoje tenho certeza de que não conheço a Pelotas”*. Logo em seguida, percebemos os porquês contidos em sua afirmativa: *“Apenas reconheço algumas situações que me permitem circular por áreas urbanas e periurbanas em situação controlada*. Na sequência, um tipo de desabafo acaba eclodindo: *“Neste reconhecimento, eu via a Pelotas bastante Racista”*. Identificamos, sobremaneira, algumas peculiaridades sobre a cidade de Pelotas que merecem ser transcritas: *“nos agrupamentos familiares havia Clubes Sociais para Negros, divididos em poder aquisitivo e atividades profissionais, que determinavam todos os outros contextos”*. A citação sobre os clubes negros nos remete ao capítulo da pesquisa onde sinalizamos algumas diferenças entre o Clube Fica Aí e o Chove não Molha.

No último parágrafo de sua narrativa, o docente assim se pronuncia: *“Do que tenho aprendido nestes últimos anos, hoje, vejo em Pelotas, situações que mais parecem imitações mal ensaiadas de atividades antirracistas/preconceituosas e de gestão do negócio público, que não sei definir se é puro, puríssimo efeito de ocupação oportunistas das funções de líderes e gestores ou é a turbulência que restabelecerá a uma nova ordem social*. Basta um olhar atento para perceber o desencantamento carregado de amargura e saudosismo.

Vale ressaltar que não se trata de um saudosismo positivo, mas de um tempo em que a percepção e identificação do racismo se mostravam livremente com rotulações e segregações diversas, mas isentas de hipocrisia. A saudade da cidade lembrada pelo docente remonta à ideia de um tempo no qual as pessoas não se escondiam através de seus pré-conceitos em relação ao outro; um tempo em que identificar quem era ou não racista não demandava uma percepção mais apurada. Enfim, um tempo que, diferente das **“imitações mal ensaiadas”** não

precisou usar da dissimulada finura para demonstrar seu menosprezo pelo diferente (grifos nossos).

Docente 15

Presente de forma velada mas acaba se mostrando quando o discurso não condiz com as atitudes de algumas pessoas.

A forma concisa de admitir a existência do preconceito pela cor em Pelotas é muito interessante e complexa. O docente diz que o preconceito está "*presente de forma velada, no entanto, esse velado acaba se desconstruindo, ou, como bem analisado por ele: se mostrando quando o discurso não condiz com as atitudes de algumas pessoas*". O não condizente só vem fortalecer o próprio mito da democracia racial que, ingerido como substâncias não gratas fingem uma digestão mentirosa carregada de hipocrisia. (grifo nosso).

Docente 16

Embora muitos queiram negar que não existe preconceito em nossa cidade é obvio que existe. Porém, desde criança sempre fui muito comunicativa, integrada aos grupos, não sentindo-me rejeitada e nem inferior pelo fato da cor da minha pele.

A docente não nega a existência do preconceito racial na cidade de Pelotas, muito pelo contrário, nos faz percebê-lo como tão óbvio que estranho seria pensá-lo como algo distante.

Percebemos em sua fala o poder do sentimento de pertencimento que, deforma muito pontual, tenha contribuído para que não se deparasse com cenas tão depreciativas motivadas pelo pigmento de sua pele. Também nos fala que desde sua infância sempre foi *muito comunicativa*, nos fazendo perceber que a apropriação da linguagem lhe trouxe um certo empoderamento e fortalecimento de sua própria negritude.(grifo nosso)

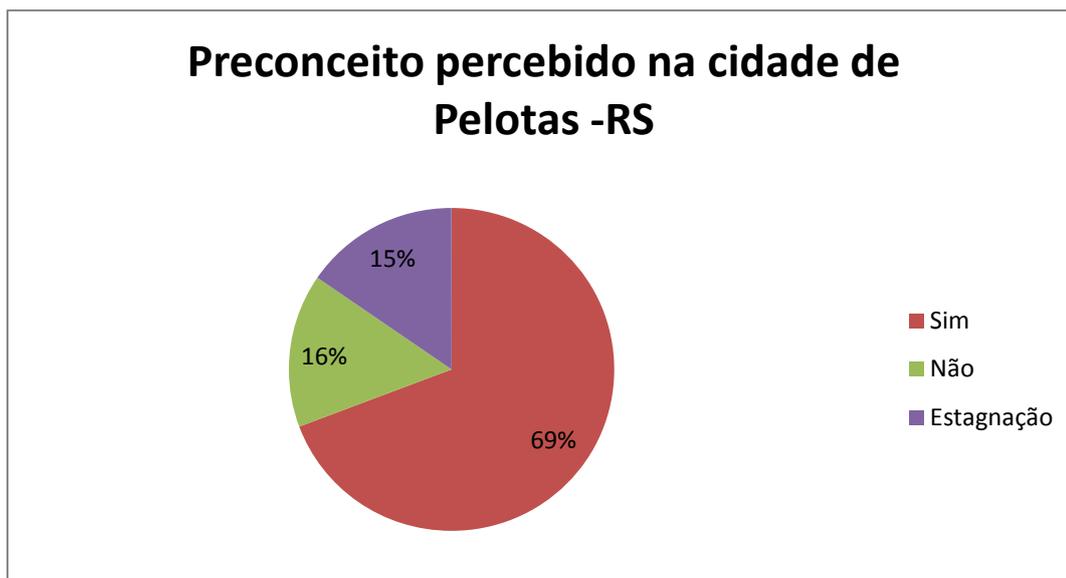


Figura 6: Preconceito racial percebido pelos docentes negros e negras na cidade de Pelotas-RS.

7.3 O preconceito institucionalizado traduzindo a depreciação da cor:

“O destino da palavra é o da sociedade que fala”
(Voloshinov, in Brait, 2009, p.117)

Não podemos desconsiderar a dívida histórica que o Brasil tem para com os negros desde o período pré-colonial nem fingir que a escola não tenha sido a primeira instituição que alimentou uma versão deturpada desses atores. Infelizmente, de lá para cá, pouca coisa mudou, pois a escola continua sendo o cenário onde a reprodução do menosprezo pela cor galopa desenfreadamente. Pode até parecer pessimismo exagerado ou crítica infundada revestida de descrença pela educação. No entanto, a escola continua, sim, sendo o espaço onde o negro percebe a primeira sensação de menosprezo e exclusão. Paira um sentimento de estranheza pelo diferente que, de maneira sutil ou exasperada, revela segregações pela cor. Confiamos que somente os atores da pesquisa, com suas experiências e vivências, serão capazes de ratificar as afirmações acima supracitadas.

5ª Pergunta: No nível institucional percebe algum tratamento preconceituoso com relação a docentes negros?

Docente 1

Sim, existe um racismo institucional quanto aos docentes com quanto às temáticas negras.

A indissociabilidade aqui confirmada entre o negro e sua história nos faz perceber o peso da indiferença nutrida pelos racistas, pois a negação do outro não se basta através da indiferença proferida. É preciso ignorar sua história para que ele consiga perceber o verdadeiro significado de uma dupla exclusão.

Docente 2

Na instituição onde desempenho minhas atividades não me deparo com tal preconceito.

O docente expõe, com certa especificidade, que na instituição onde trabalha nunca se deparou com esse tipo de constrangimento e, quando usa a expressão “*com tal preconceito*”, sugere que o preconceito é algo distante e ainda não vivido, (grifo nosso).

Docente 3

Sim, mas admito que isto está mudando, hoje já temos alguns negros(as), participando das equipes diretivas das escolas, ainda nos encontramos como minoria e na situação de gestores enfrentamos um “leão” por dia para nós negros e negras, tudo ainda é muito difícil, enfrentamos muitas barreiras.

O que nos chama a atenção é a concepção do docente sobre a existência do preconceito institucionalizado e, ao mesmo tempo, a constatação de uma pequena, mas significativa mudança: “*Sim, mas admito que isto está mudando*”. A mudança referida pelo docente está intimamente correlacionada à presença de negros ocupando determinados espaços outrora preenchidos somente por brancos: “*hoje já temos alguns negros (as), participando das equipes diretivas das escolas*”. No entanto, ele faz questão de frisar: “*ainda nos encontramos como minoria e na situação de gestores enfrentamos um “leão” por dia.* (grifos nossos).

Docente 4

Não, apenas se fica estacionado no mesmo patamar, o trabalho desenvolvido não é valorizado ou percebido. Em suma, a ascensão é bem mais difícil.

A resposta do docente é instigante, pois, ao afirmar não ter vivido a experiência do preconceito, acaba utilizando a palavra “**estacionado**” que denuncia, portanto, a existência do preconceito. O silêncio poderia, então, ser percebido através de um caminhar que nunca chega ao seu fim?, de um comprometer-se cada vez mais solitário e de uma desvalorização que não se esgota. Dessa forma, segundo o próprio docente, o preconceito não se mostra diretamente,

mas como resultado de um menosprezo que vai se petrificando através da desvalorização e dos obstáculos que vão minando sua ascensão profissional. (grifo nosso).

Docente 5

Não há um tratamento preconceituoso. Como já afirmado anteriormente, o preconceito é velado. (Bem, trata-se de uma instituição cujos membros, em grande parte, gozam de um nível educacional mais elevado, bem como de uma situação socioeconômica mais confortável em relação à realidade das instituições de ensino municipais e estaduais). Existem poucos docentes negros na instituição, dos quais a maioria se encontra nos níveis mais altos, com doutoramento concluído ou em andamento. Na minha percepção, nossa capacidade é reconhecida, não obstante os obstáculos que são colocados para dificultar nossa ascensão a postos/cargos mais elevados, mesmo que sejamos potencialmente mais aptos/qualificados do que muitos de detentores de tais posições. Muitos de nós somos efetivamente mais valorizados fora dos muros da instituição de origem. Particularmente e (lamentavelmente), não vislumbro uma mudança significativa desse quadro em um curto espaço geográfico-temporal.

Quando o docente nos diz “*que não há um tratamento preconceituoso e, sim, velado*”, somos levados a questionar sob qual dos dois conceitos a indiferença pela cor é mais ou menos sentida: se pelo preconceito escancarado, que geralmente se dá em meio a espectadores, ou pelo velado que, silenciosamente, vai espalhando a indiferença através de gestos simulados de harmoniosa convivência. Outro dado revelado em sua fala diz respeito ao reconhecimento da instituição pela capacidade intelectual dos docentes negros. No entanto, os obstáculos criados para dificultar sua ascensão profissional se tornam muito mais significativos e pontuais. Para finalizar, o docente diz: “*Muitos de nós somos efetivamente mais valorizados fora dos muros da instituição de origem*”, o que nos conduz a outras reflexões sobre o dito anteriormente. O “**efetivamente valorizado**” nos passa a ideia de que a situação ou posição valorativa ocupada pelo docente dentro da instituição tenha se dado de forma parcial, tímida. Se a instituição ainda aparece como muro a ser ultrapassado para a concretização e valorização da intelectualidade, é tempo de rever, com certa brevidade/urgência/frequência, o papel da escola para a formação de seus sujeitos. (grifos nossos)

Docente 6

“Felizmente até então não”.

Não podemos desconsiderar que o “**felizmente até então não**” é carregado de expectativas. A sinalização do tempo, demarcado em tão concisa expressão, não descarta tal experiência que, mesquinha e dolorosa, continua sendo alimentada pelo amargo veneno do

preconceito. O “**felizmente**” denota uma situação de privilegio que, resguardada e instável, escancara sua própria fragilidade. (grifos nosso)

Docente 7

Algumas vezes reparei no comportamento de professores negros, uma timidez, uma participação, digamos, acanhada, que caberia analisar. Observo também, que esse comportamento vai ao encontro da, digamos, “expectativa” do restante do quadro de trabalhadores. Como se nos afirmassem: - É isto aí, este é o espaço a ti concedido. Negro pode ser destaque em Escola de Samba, futebol, “bobo da corte”...Aquele negro que foge deste, digamos, “enquadramento” recebe, como prêmio, em certos comentários, alguns adjetivos do tipo: negro metido, negro saliente, negro bondoso, negro posudo etc. Não acredito que isto que sinto, que observo, seja apenas, mera impressão... Gostaria de também deixar aqui registrado, que penso, também, que preconceito é um problema de atraso de toda uma população e não restrito aos de etnia branca. Os negros também têm e reproduzem o preconceito contra negros. A luta deve ser de iluminação espiritual, de conhecimento, de superação da ignorância ainda vigente. De libertação do sofrimento (Grifos do autor).

Começamos por analisar a fala que não se cala nem se contenta em puramente confirmar a existência do preconceito. O docente compreende, por sua vez, que não há como restringi-lo *nem tampouco admiti-lo através de um simples balbuciar ou balancear de cabeça*. A narrativa que o docente usa para demarcaras formas através das quais vai percebendo o preconceito é tremendamente esclarecedora, pois não somente o descreve, mas avalia a intensidade e profundidade de seus danos.

Quando o docente expõe sua percepção em relação ao modo como o negro vem sendo destrutado, usando a seguinte expressão: “*É isto aí, este é o espaço a ti concedido. Negro pode ser destaque em Escola de Samba, futebol, bobo da corte, ele* nos faz perceber o quanto é persistente a sensação desse não lugar recriado e invertido. O docente encerra sua fala através de uma afirmativa que transmite o desejo de viver na alteridade e reconhece a pobreza da alma humana. “*A luta deve ser de iluminação espiritual... de libertação do sofrimento.*”? (grifos nossos).

Docente 8

Entre colegas sinto por vezes, um racismo velado e/ou um racismo transparente no sentido de que as pessoas tomam atitudes racistas sem sequer pensar que estão se manifestando de forma racista, simplesmente porque é assim, com segregação que percebem o mundo, foi assim que foram educados.

O docente, ao particularizar o preconceito institucional, demonstra não só o grau de sua percepção, da irracionalidade, mas do sentimento de rejeição nutrida pelos sujeitos: “*Entre colegas sinto por vezes, um racismo velado e/ou um racismo transparente no sentido de que as pessoas tomam atitudes racistas sem sequer pensar que estão se manifestando de*

forma racista”. Ele tende a justificar ou, quem sabe, tentar compreender o que tem levado os homens a destratar tanto seu próximo a partir de um invólucro que logo se perde e cedo se iguala: “*simplesmente porque é assim, com segregação que percebem o mundo, foi assim que foram educados*”. (grifos nossos)

Docente 9

Não tenho essa percepção, sobretudo porque na área da Ed. Física onde trabalhava, tivemos alguns professores substitutos e somente mais um professor negro além de mim, o que também me chama a atenção. Esporadicamente as pessoas, colegas, fazem alguns comentários preconceituosos, mostrando que essa postura está enraizada neles.

Quando o docente restringe sua resposta delimitando um lugar específico da instituição (na área da Educação Física) acaba nos brindando com outras informações interessantes: “*Não tenho essa percepção, sobretudo porque na área da Ed. Física onde trabalhava, tivemos alguns professores substitutos e somente mais um professor negro além de mim*”. A condição de professores substitutos, cujos contratos de permanência na instituição têm prazos pré-estabelecidos, parece ter contribuído para uma primeira percepção de não preconceito pela cor. No entanto, percebemos que essas primeiras afirmativas tendem a se diluir através de outras constatações: “*Esporadicamente as pessoas, colegas, fazem alguns comentários preconceituosos, mostrando que essa postura está enraizada neles*”. Não podemos dimensionar o que seria mais grave do que ter uma postura enraizada e negativa contra alguém ou sua cor e isso, de certa forma, nos privilegia como seres humanos. Enquanto estivermos inconformados com o preconceito e suas metástases e denunciando suas formas, estaremos contribuindo para sua urgente erradicação.(grifos nossos)

Docente 10

Atualmente não, até porque passei por poucas instituições de ensino e na última que fiquei lotada mais de vinte anos, existiam muitas pessoas negras nos diferentes segmentos da escola, sendo que muitas exerciam cargos de liderança.

Quando o docente diz que “*atualmente não* percebe nenhum tipo de preconceito pela cor a nível institucional, questionamos se sua assertiva foi motivada pelo fato de nunca ter se deparado com tal constrangimento efetivamente. Será que a considerável trajetória dentro da mesma instituição não contribuiu para uma visão mais romantizada do preconceito? Infinitas interrogações dispersas através desse significativo *relato* (grifos nossos).

Docente 11

Atualmente acredito que essa prática já não encontra mais guarida no meio acadêmico da instituição da qual fiz parte.

A resposta do docente, ao mesmo tempo em que nega a existência do preconceito institucionalizado pela cor, reitera um desejo bem próprio daquele que, já distante dos espaços de segregações diversas, anseia por determinadas mudanças: *“Atualmente acredito que essa prática já não encontra mais guarida no meio acadêmico da instituição da qual fiz parte”*. Não podemos deixar de registrar certa nostalgia em sua fala que, mesmo carregada por visões otimistas sobre práticas tão indesejáveis, também sinaliza sua posição já distanciada da instituição. (grifos nossos).

Docente 12

Não, na instituição na qual trabalho nunca sofri preconceito por parte da reitoria, direção, dos colegas professores e demais funcionários ate porque racismo é crime.

Não ter sofrido preconceito não denota ausência desse destratar desumano. Não é percebida a alteridade como reflexão capaz de produzir a inversão dessas formas horrendas de relação com os diferentes. O que de marca sua improvável manifestação é o fato de ter uma legislação que, inerte na sua própria frieza, precisa lembrar que desconsiderar a singularidade do outro deva aprisionar quem no passa do enclausurou a própria impunidade.

Docente 13

Tirando o episódio comentado acima não tive até o presente momento outras situações. Só considero ainda uma instituição com pouca participação dos negros como professores bem com em outras áreas como as administrativas.

O docente relata como explicitado em outra questão do questionário, que, na instituição na qual desenvolve sua docência, uma aluna disse que *“não queria mais ter aula com professores afrodescendentes porque eram muito exigentes. Isso não deixa de ser uma experiência muito desconfortável, uma vez que só vem fortalecer o papel da própria escola como disseminadora de tais pré-conceitos em relação aos docentes negros. Esses dados nos são muito preciosos, porque, ao dizer que a participação dos professores negros tanto na docência como na administração ainda é muito tímida, sugerem que o pensamento da aluna apenas expõe um olhar coletivo sobre o pré-conceito com relação aos docentes negros que precisa ser desconstruído.* (grifos nossos)

Docente 14

Sim e Não, são respostas impossíveis nesse momento!

Por razões que não nos cabe especular, a resposta do docente não deixa de ser um tanto complexa. O **impossível nesse momento** nos faz compreender que por um motivo ou outro o silêncio se torna a própria resposta. (grifos nossos).

Docente 15

Não, percebo pelas situações que já vivi que as atitudes partem na maioria das vezes dos nossos colegas e de alunos, mas chefias é raro.

Identificamos que houve uma preocupação em especificar que o preconceito se torna mais evidente a partir de colegas e alunos e raramente por parte das chefias. O que aguça nossa curiosidade talvez seja o fato de o docente ter usado o adjetivo “raro” em vez do advérbio “nunca”. Essa pode parecer uma observação pouco relevante. Porém, quem aceitou o desafio de investigar com delicadeza e maior atenção o pomposo discurso da democracia racial irá perceber que entre o “**raro**” sinalizado e a impossibilidade do “**nunca**” um intervalo clama por ser interpretado. (grifos nossos).

Docente 16

Mas, é claro que alguns fatos tornam-se evidentes e nos marcam. Não esqueço de quando era diretora, estávamos conversando eu e uma colega, quando chegou na escola uma pessoa muito influente na sociedade pelotense. O objetivo de tal visita era para comunicar que uma de nossas alunas havia tirado o primeiro lugar num concurso de redação e de que a mesma receberia como prêmio uma viagem e a escola um computador. Este senhor, quando chegou, dirigiu-se a minha colega, estendeu-lhe a mão, cumprimentando-a e perguntou-lhe se ela era a diretora. A colega, apontando para mim, respondeu-lhe: não senhor, a diretora é a professora... Ele ficou sem jeito e, percebi que a discriminação foi gritante, pois entre duas pessoas: uma branca e uma negra, ele logo imaginou que a negra não poderia ser a diretora, ou seja, ocupar o cargo mais alto da escola. Minha reação, talvez errada, mas chocada, foi a de não estender-lhe a mão quando ele procurou redimir-se, voltando-se para mim e desta vez, procurando apertar minha mão.

A opinião do docente sobre a percepção e o efeito do preconceito institucional vem carregada por um tipo de ressentimento e/ou mágoa sufocada percebido através de suas concisas palavras: “*alguns fatos tornam-se evidentes e nos marcam*”. Em seguida, ele descreve um episódio que marcou muito sua trajetória e que, por sua vez, serviu para exemplificar como ainda é difícil conceber um negro ou negra em cargo de gestão.

O docente fala de sua reação diante da cena narrada e reconhece que, talvez, não tenha sido a mais adequada, “*talvez errada, mas chocada, que foi a de não estender-lhe a mão quando ele procurou redimir-se*”. Admitir que sua postura não tenha sido a mais elegante não

deixa de ser uma análise muito interessante. É como se dissesse: é tão odioso perceber cenas dessa extirpe que trazer para si uma parcela desse desconforto é apenas uma estratégia para torná-la menos vergonhosa. Não se trata de suturar uma ferida através de um plural imaginário, mas de ter a devida compreensão de que enquanto a melanina for maior que a alteridade, o preconceito sempre irá buscar repouso nos fantasmas do inconsciente. (grifos nossos)

Percentual do preconceito percebido pelos docentes negros e negras nas Instituições de Ensino da cidade de Pelotas-RS.

O percentual busca elencar o preconceito através de suas várias acepções: escancarado, negado e/ou velado-estagnado. O interessante perceber este último como um preconceito que não se verbaliza, mas que, no entanto, impossibilita a ascensão profissional dos negros.

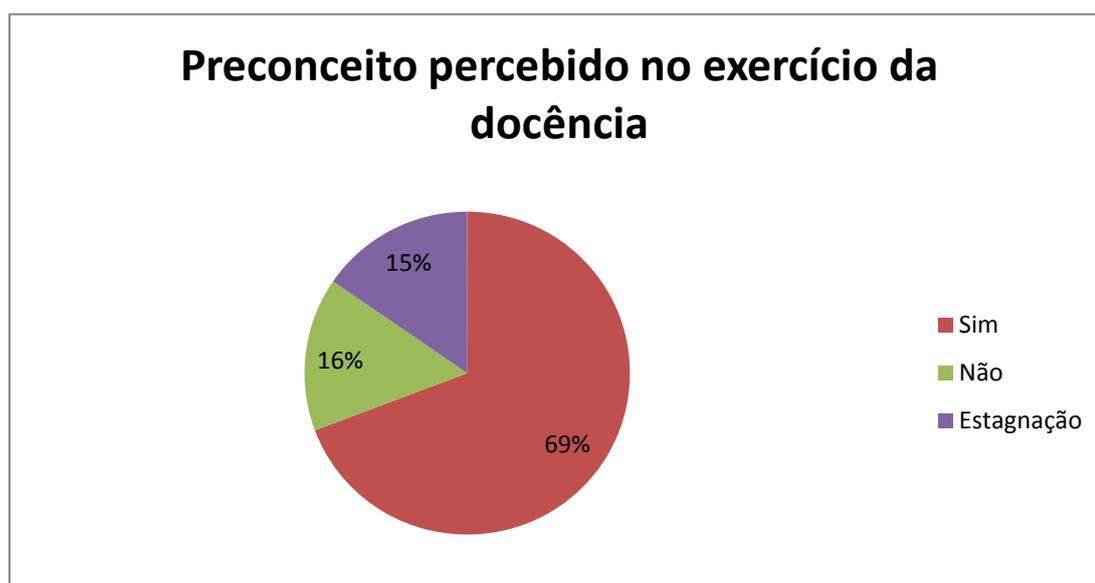


Figura 7: Preconceito percebido no exercício da docência.

7.4 Comentários e desabafos

Em relação à última pergunta constante no questionário: “Deseja fazer algum comentário?”, percebemos que muitos já haviam externado suas opiniões e vivências ao longo das narrativas anteriores. Diante disso, obedecendo à mesma ordem numérica correspondente a suas falas, transcrevemos os comentários dos docentes seguindo a ordem cronológica do questionário entregue eletronicamente. As sugestões deles são relevantes não só para a pesquisa em questão, mas para outros trabalhos que buscam compreender o complexo e sutil

discurso da desracialização, a qual tenta impor uma didática do silenciamento para a docência negra em nosso país.

Rumo às últimas análises constantes no questionário julgamos pertinente a afirmação de Bakhtin, pois ela contempla, com muita propriedade, cada palavra e sentido proferido pelos atores da pesquisa.

E tudo em mim – cada movimento, cada gesto, cada experiência vivida, cada pensamento, cada sentimento – deve ser um ato responsável; é somente sob esta condição que eu realmente vivo, não me separo das raízes ontológicas do existir real. Eu existo no mundo da realidade inelutável, não naquela da possibilidade fortuita. (Bakhtin, 2010, p.101)

A realidade se apresenta despida, fria e inelutável. O viver suporta, enfrenta, grita e silencia. Talvez sejam essas as características presentes nas trajetórias dos docentes negros que aqui deixaram um pouco de suas histórias, vidas e experiências. Eles também nos proporcionaram reflexões sobre as asperezas do preconceito e do quanto é desafiador a luta diária para a preservação de sua identidade; nos fizeram compreender que ser herói e sujeito responsável é um todo que tende a ser fortalecido toda vez que a injúria e a depreciação pela cor se tornam recorrentes e odiosos. Fizeram-nos também entender que o “ser professor e negro” é assumir o peso de uma história rubricada por não negros que sempre desconsideram o seu papel como sujeito, bem como, as dores causadas pelo apagamento de sua cultura. Esses heróis, aqui representados pelos docentes negros e negras da cidade de Pelotas, nos deixam a prova mais particular de que ser negro e professor ainda requer uma dose considerável de enfrentamentos tão comuns para uma sociedade despreparada para conviver com a valorização dos diferentes.

6ª Pergunta: Deseja fazer algum comentário?

Docente 1

Acredito que tais questões caberiam para uma entrevista, talvez...são complexas e requereriam muito tempo para melhor desenvolvê-las e explicá-las coisa que nem sempre a escrita/resposta de um questionário se adéqua. No mais, boa sorte!

As considerações do docente são relevantes porque somos conscientes de que falar sobre o silenciamento e o preconceito racial percebido por docentes negros *tanto na cidade de Pelotas como nas Instituições de Ensino, demandaria um trabalho mais complexo. A complexidade referida pelo docente se justifica por que nos faz compreender que o questionário, embora técnica amplamente utilizada nas pesquisas na área das humanas, nem*

sempre é capaz de reproduzir aquilo que uma entrevista, o contato, o encontro de olhares poderia proporcionar. (grifos nossos).

Docente 2

Alguns preconceitos onde nós negros deparamos são cometidos pelos próprios negros que de certa forma dão oportunidade para outras raças se manifestarem de modo preconceituoso.

Entendemos que a pesquisa objetivou analisar o discurso do silenciamento da docência negra, bem como compreender como negros e negras percebem o preconceito pela cor nas Instituições de Ensino e na sociedade pelotense. No entanto, conforme o docente, muitas destas manifestações preconceituosas são recorrentes porque o próprio negro não se posiciona, dando margem para o fortalecimento desse destratar motivado pela cor da pele. No contexto exposto pelo docente, o que não podemos desconsiderar é que, muitas vezes, o preconceito sentido é desenvolvido pelo próprio negro entre seus pares, levando-nos a questionar quais seriam os pontos de convergência e divergência aí implicados.

Docente 3

Hoje estou atuando como parte da gestão da educação estadual, com um desafio grande, consolidar a LDB, alterada por uma lei que está a dez anos na nossa pauta, algo que tem haver com minha história pessoal, de mulher, educadora e negra. Mas percebo que as mudanças começam a aparecer, isto, fruto dos trabalhos realizados nas escolas, ainda muito tímidos mas que já apresentam resultados quando muitas escolas conseguem trabalhar a lei dialogando através das áreas do conhecimento, com os níveis e modalidades de ensino. Ainda temos muito a fazer, mas tenho a certeza que estamos trilhando o caminho certo e superando barreiras.

Temos consciência de que a luta contra o preconceito racial caminha a passos lentos, mas não podemos desconsiderar os avanços conquistados até então. Por isso, quando ouvimos um docente negro dizer: *“Mas percebo que as mudanças começam a aparecer, isto, fruto dos trabalhos realizados nas escolas, ainda muito tímidos*, somos motivados a perseverar em busca desses mesmos ideais. Como bem sinalizado pelo docente: *“temos muito a fazer, mas tenho a certeza que estamos trilhando o caminho certo e superando barreiras”* (grifos nossos).

Docente 4

Queria afirmar que teu trabalho será uma grande contribuição para o estudo das relações étnico-raciais de forma científica e que espero que tenha resultados positivos no que se refere a mudança de postura das pessoas. No sentido de que

atentem ao tema cercando-se de pessoas, no seu local de trabalho, definidas para desempenhar atividades profissionais conforme suas habilidades e conhecimento, e não por sua cor e/ou sobrenome.

O comentário do docente é muito motivador e reforça o valor e respeito pela pesquisa quando diz “será uma **grande contribuição** para o estudo das **relações étnico-raciais de forma científica** e que espera trazer resultados positivos no que se refere a mudança de postura das pessoas. Ele reforça, por sua vez, que a pesquisa, ao instigar reflexões importantes relacionadas ao comportamento entre as pessoas, seja um caminho “no sentido de que **atentem ao tema cercando-se de pessoas, no seu local de trabalho, definidas para desempenhar atividades profissionais conforme suas habilidades e conhecimento, e não por sua cor e/ou sobrenome** (grifos nossos).

Docente 10

Acho importante a discussão sobre um tema que há muitos anos atrás, era pouco discutido. A miscigenação do povo brasileiro fazia com que a questão preconceito fosse mascarada em nosso país. Atualmente, surgem cada vez mais grupos de docentes negros, não só refletindo sobre o tema, mas com uma ação mais efetiva correspondente a este discurso.

O docente destaca que a pesquisa possibilita uma *“importante discussão sobre um tema que há/a muitos anos atrás, era pouco discutido”*. Ele alerta também sobre o mito da democracia racial: A *miscigenação do povo brasileiro ainda faz com que a questão preconceito seja mascarada em nosso país*. Reconhece que *“atualmente cada vez mais grupos de docentes negros, estão não só refletindo sobre o tema... mas com uma ação mais efetiva correspondente a este discurso”*. Isso, de certa forma, insere um ingrediente a mais em nossa pesquisa, ou seja, a importância da própria narrativa sendo analisada sob o viés dos impactos causados nas relações sociais. (grifos nossos).

Docente 11

No meu entendimento muitas mudanças vêm ocorrendo na sociedade de hoje, tal ponto que o preconceito em relação à cor da pele deixam de ser relevantes por existirem questões bem mais proeminentes que precisam ser tratadas com mais ênfase e urgência, como por exemplo, o acesso à educação, ao trabalho, à alimentação, enfim condições mínimas para uma sobrevivência digna das pessoas. Assim, entendo que a sociedade de hoje caminha para um horizonte mais fraterno, pois ela só se fortalecerá se buscar a união dos indivíduos que dela fazem parte com aceitação das suas diferenças (físicas, intelectuais, religiosas), sob pena de sofrer um processo de degradação com transformações imprevisíveis.

Do ponto de vista do docente, existem outras preocupações mais urgentes do que as relacionadas ao preconceito pela cor, justamente por *“existirem questões bem mais proeminentes que precisam ser tratadas com mais ênfase e urgência, como por exemplo, o acesso à educação, ao trabalho, à alimentação, enfim condições mínimas para uma sobrevivência digna das pessoas”*. Ele nos deixa também uma mensagem de otimismo, próprio daqueles que acreditam no valor da alteridade: *Assim, entendo que a sociedade de hoje caminha para um horizonte mais fraterno, pois ela só se fortalecerá se buscar a união dos indivíduos que dela fazem parte com aceitação das suas diferenças (físicas, intelectuais, religiosas)*. Caso esse horizonte fraterno não seja cultivado com o devido respeito pelo outro e suas diferenças, o próprio docente registra aqui seu olhar exotópico sobre a questão e suas consequências: *“sob pena de sofrer um processo de degradação com transformações imprevisíveis”*. (grifos nossos)

Docente 12

Achei muito relevante a sua pesquisa. Porque existem poucos professores negros no ensino superior, da mesma forma que percebo que existem ainda pouco alunos negros cursando cursos superiores em nosso país. Na época em que estudei em São Paulo eu era a única aluna negra, no curso de Especialização que fiz em Porto Alegre tinha só eu e mais uma aluna e no mestrado que curso atualmente só tem eu e mais uma aluna. Atualmente no curso que leciono como professora só temos duas alunas negras. Das quatro turmas que se formaram no curso, apenas duas alunas eram negras.

O docente, quando diz que a pesquisa foi muito relevante, justifica sua afirmativa: *“Porque existem poucos professores negros no ensino superior, da mesma forma que percebo que existem ainda pouco alunos negros cursando cursos superiores em nosso país”*. Percebemos em sua fala a preocupação não somente com o discurso do silenciamento da docência negra, mas com o número ínfimo desses sujeitos tanto na condição de docentes como de discentes. Exemplifica isso com uma experiência pessoal que retrata perfeitamente sua angústia e ansiedade: *“Na época em que estudei em São Paulo eu era a única aluna negra, no curso de Especialização que fiz em Porto Alegre tinha só eu e mais uma aluna e no mestrado que curso atualmente só tem eu e mais uma aluna. Atualmente no curso que leciono como professora só temos duas alunas negras. Das quatro turmas que se formaram no curso, apenas duas alunas eram negras”* (grifos nossos).

Docente 13

Meu comentário é parabenizar a autora sobre a relevância do tema proposto e agradecer pela oportunidade de debater sobre um assunto que é muitas vezes negligenciado.

Sentimo-nos orgulhosos quando parabenizados pelo docente, porque podemos perceber que, apesar da brevidade de uma pesquisa, conquistamos um espaço de reflexões muito significativo. Da mesma forma, não podemos deixar de registrar a humildade e elegância contidas em: *“Meu comentário é parabenizar a autora sobre a relevância do tema proposto e agradecer pela oportunidade de debater sobre um assunto que é muitas vezes negligenciado”* (grifos nossos).

Docente 14

Poderia haver percebido se durante estes anos de servidor docente eu houvesse participado de outras atividades diferentes da regência de classe, onde se tem uma visão de fora o espaço de ensino-aprendizagens (triangulação: professor-aluno-material didático). Tenho ciência de orientações e campanhas de Movimentos Populares, de orientação da Secretaria da Presidência da República, do Programa

Fome Zero, CNE, MEC, Setores Governamentais do RS, Secretarias de outros Estados da Federação de Municípios da Metade Sul, ONGS Nacionais e Internacionais e de Órgão como ONU e UNESCO, contra o Racismo Institucional, tenho feito a minha parte para mitigar esta realidade denunciada, mas não tenho vivência e nem registro destas ocorrências.

Novamente o olhar exotópico e o sujeito responsável tão referendados por Bakhtin se fazem presentes na fala desse docente negro: ***“Poderia haver percebido se durante estes anos de servidor docente eu houvesse participado de outras atividades diferentes da regência de classe, onde se tem uma visão de fora o espaço de ensino-aprendizagens (triangulação: professor-aluno-material didático).*** Com a mesma intensidade, podemos constatar seu empenho e desencanto diante de situações que, no seu entendimento, continuam carentes de ações mais efetivas: ***“tenho feito a minha parte para mitigar esta realidade denunciada, mas não tenho vivência e nem registro destas ocorrências (grifos nossos).***

Docente 15

Sim, acredito que esta pesquisa será de grande importância para se “mexer na ferida”, e expor a opinião de pessoas que às vezes tem como única opção se calar e tentar o seu trabalho sem maiores transtornos. Reconhecer uma agressão racial é bem difícil... mexe com a nossa autoestima, magoa, causa uma grande descrença na sociedade em que vivemos e estamos criando nossos filhos, e uma grande revolta. Por isso, entendo porque muitas vezes as pessoas não levam os fatos adiante, pois quem causa a agressão se cerca das justificativas mais absurdas e nunca “teve a intenção”. Enfim, é necessário discutir... (grifos do autor).

Nunca desconsideramos a relevância de nossa pesquisa e nem o quanto seria delicado fazer análises de um discurso sobre temas tão silenciados em nossa sociedade. No entanto, quando escutamos as vozes desses sujeitos a nos dizer que esta pesquisa será de grande importância para se ***“mexer na ferida”, e expor a opinião de pessoas que às vezes tem como única opção se calar e tentar o seu trabalho sem maiores transtornos, percebemos que atingimos nosso objetivo como um todo.*** Discorrer sobre as sensações de não pertencimento vivido por negros e negras em nosso país, sem que haja a mínima possibilidade de ouvi-los, de deixá-los falar, é como narrara beleza do mar para quem sempre viveu no deserto. Essas sensações e estranhamentos criam corpo quando experimentadas pelos sujeitos: ***“Reconhecer uma agressão racial é bem difícil...mexe com a nossa autoestima, magoa, causa uma grande descrença na sociedade em que vivemos e estamos criando nossos filhos, e uma grande revolta.*** Por isso, toda vez que contrariamos as sequelas do racismo, temos de, primeiramente, saber ouvir e refletir sobre o que dizem suas vítimas: ***“Por isso, entendo porque muitas vezes as pessoas não levam os fatos adiante, pois quem causa a agressão se cerca das justificativas mais absurdas e nunca “teve a intenção”.***(grifos nossos)

Docente 16

Apesar da pouca valorização que é dado ao magistério, orgulho-me e amo o que fiz e, hoje, embora aposentada, acompanho, na medida do possível, o que é feito pelos colegas.

A cada comentário de um docente negro ou negra enriquecemos nossa pesquisa e, de certa forma, outros valores vão sendo agregados espontaneamente. Ouvimos falar sobre as sensações de estranheza, de discriminação sutil e também escancarada, de preconceito entre sujeitos. Porém, algo peculiar nessas falas: o amor pela profissão professor. Nada melhor para encerrar o último depoimento do questionário do que ouvir o autor e seu próprio discurso: “Apesar da **pouca valorização** que é dado **ao magistério**, **orgulho-me e amo o que fiz e, hoje, embora aposentada**, acompanho, na medida do possível, o que é feito pelos **colegas**.” (grifos nossos).

8 ATORES E AUTORES: UMA RELAÇÃO SOBREMODOLOGICA

Mesmo que a voz do autor criador seja a voz do escritor como pessoa, ela só será esteticamente criativa se houver deslocamento, isso é, se o escritor for capaz de trabalhar em sua linguagem permanecendo fora dela. (FARACO, 2009, p. 92).

Torna-se difícil analisar discursos repletos de afetividades, de superações e de lutas travadas na intimidade de um ser que, enfrentando as asperezas da vida, mesmo assim escolheu ser professor. No entanto, seria ato leviano e irresponsável ter em mãos tão significativos conteúdos e não compartilhá-los, não compreendê-los como palavras coletivas que em suas essências estão em busca de um mesmo objetivo: respeito pela sua cor, sua história e cultura.

Se, para muitos, o respeito pela cor é luta vencida pela própria democracia racial que fingimos ter em nosso país, para os negros, os grandes atores dessa segregação recebida, a igualdade permanece como palavra solta que urge ser reinterpretada. O mundo em que vivemos não considera determinados valores como relevantes nem tampouco a dor do outro é percebida como grito de alerta daqueles que já não suportam mais viver na clandestinidade da história.

Os valores essenciais do homem, como trabalho, família, saúde e ciclo de amizades foram substituídos por outras formas de convivência que, desconsiderando o essencial, priorizam o supérfluo, ferindo sujeitos. Nesse imenso cenário das relações humanas, os homens vão se distanciando uns dos outros, uma distância insana que clama pelo retorno de sua essência primeira. Para Bauman (2010, p. 264), certas reflexões se tornam prioritárias, porque evitaria o abandono da razão, fonte de transformações significativas no trato humano.

Esperança para o mundo, mas não a esperança no mundo; com o mundo corrompido além da possibilidade de reparação, com a própria racionalidade transformada numa técnica de opressão, não há mais lugar pra a Razão. O espírito crítico dos intelectuais é seu último refúgio.

Quando Bauman diz que *o espírito crítico dos intelectuais é seu último refúgio*, nos transportamos para o significado da educação revelado pelo **docente 3** quando questionado sobre sua opção pela área das humanas: ***“Compreender a trajetória do povo negro no Brasil e no mundo, assim como contribuir para novas pesquisas e enfoques na história do negro a partir da minha experiência pessoal e familiar”***. Assim, o compreender a trajetória do povo negro, soa como apelo, como algo que precisa ser aprofundado a fim de trazer certo conforto diante da rejeição sentida. (grifos nossos)

O complexo entender tende a amenizar o conflito individual, uma maneira de encontrar justificativas capazes de superar o menosprezo que infligiram a seu povo. Essas

vozes, a polifonia defendida por Bakhtin nos fez descobrir, ao longo das análises, a grandiosidade envolta em cada palavra mencionada pelos docentes negros. Elas são evidências que perpassam o discurso puramente da docência, revelando outros sentidos do racismo historicamente construído. Essas percepções vão desenhando um discurso singular, próprio daqueles que, conhecendo seu papel como educadores, utilizam a própria disciplina como oportunidade de aproximação e interação com outros sujeitos. A preocupação pelo outro se torna visível nas palavras do Docente 3 quando diz: *“Penso que por gostar de estar em contato com as pessoas, busquei a graduação em Pedagogia por ser um curso que me aproxima do que eu chamo de várias “gentes” e me faz respeitá-las nas suas diferenças.”* (grifos nossos) Stuart Hall (2000, p. 109) nos faz perceber como essas identidades se mesclam através de outras vozes presentes no mesmo discurso:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas.

Com efeito, as relações e o grau de importância do outro são elementos presentes nas falas dos docentes pesquisados que, caracterizando a docência como possibilidade de aproximação com seus pares, conferem um caráter social à educação de suma relevância. A educação passa a representar um espaço de possibilidades, de crescimento mútuo para professor e aluno, um espaço de mudanças e de conscientização coletiva, conforme externado pelo Docente 10:

Desde jovem sempre gostei de auxiliar os outros e depois que me tornei adulta, senti que tinha feito a escolha certa, pois através do meu trabalho na educação poderia auxiliar o aluno a tornar-se um adulto capaz de operar conscientemente, mudanças para a formação de uma sociedade melhor, mais justa e democrática.

Analisar o discurso da docência negra é compreender as relações que se fizeram presentes no período pré e pós-abolicionista para, então, refletir sobre o valor da expressão “para a formação de uma sociedade melhor, mais justa e democrática”. Para Carlos Moore (2012, p. 233):

[n]ão se trata de uma visão pessimista, mas de uma visão ancorada na observação de um fenômeno que ninguém conseguiu até agora encapsular uma explicação suficientemente coerente ou consistente com a observação dos fatos históricos desde a Antiguidade até os nossos dias.

A visão de Moore(2012) nos remete à herança escravagista que persiste em manter sobre si o domínio de um discurso de depreciação do outro. Nessa trajetória de lutas e embates, o negro continua caminhando a passos ainda muito lentos à procura do resgate de

sua identidade. O lento caminhar não tem aqui o sentido de desmotivação, muito pelo contrário, significa que, para continuar caminhando, o negro precisa ser mais forte do que os abundantes obstáculos tão friamente colocados diante dele. Nas palavras do Docente 1, podemos ter a dimensão dessa caminhada: “Foram se entrelaçando as circunstâncias da vida com as poucas opções que se tem enquanto mulher/homem de classe popular e negra/o.”

Como não nos inquietar quando o docente diz: “*com as poucas opções que se tem enquanto mulher/homem de classe popular e negra/o*” De que maneira podemos conceituar um racismo plural que, além do fator da cor, acaba punindo o negro por tantos outros motivos? A condição de negra/o, pobre e mulher acaba se transformando em desculpas para o fortalecimento de uma ideia equivocada do outro. (grifos nossos)

No entanto, como bem enfatizado por Fanon (2008, p. 124), o pré-conceito pelo outro ignora a força que vem da rejeição percebida:

Mas esqueceram a constância do meu amor. Eu me defino como tensão absoluta de abertura. Tomo essa negritude e, com lágrimas nos olhos, reconstituo seu mecanismo. Aquilo que me foi despedaçado é, pelas minhas mãos, lianas intuitivas, reconstruído, edificado.

A familiaridade com o discurso do outro nos faz compreender que somos um todo nesse imenso quebra-cabeça que envolve as relações sociais e raciais. As falas dos docentes representam ecos silenciosos de um mesmo discurso e cabe a nós compreendê-las como parte de ações de igualdade que devem ser promovidas não só pelos negros, mas principalmente pelos não negros.

O pesquisador precisa estabelecer um contato dialógico com o corpus selecionado, um *continuum* cujo acabamento, mesmo que visível, é sempre inconcluso, carente do que está ausente ou engessado pelo próprio tempo. É perceber que em cada enunciado uma história de vida se dissipa entre palavras ou reticências e, que nem sempre o verbo, autoritário e disperso, é capaz de desnudar o complexo discurso do outro.

Brait (2002) diz que o papel do pesquisador é manter vínculos dialógicos com o *corpus* e que esse jamais deve ser concebido como resultado conclusivo e acabado. Em outras palavras, ela nos faz perceber que não será possível afirmar que sobre ele foi dito tudo. É justamente essa particularidade que torna dinamicamente complexa e fascinante as relações humanas. Para Bakhtin (2011, p. 373):

[t]udo o que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe, etc.), e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente através dos outros.

As palavras de Bakhtin dialogam com as do Docente 15 quando este relata que:

Desde a adolescência sempre me inspirei nos professores que tive, alguns excelentes profissionais, mas um fato que só há pouco tempo recordei e acho que pode ter relação com a minha escolha, é que minha primeira professora(JARDIM DE INFANCIA e 1ª série do ensino fundamental) eram negras.

Podemos aferir que a inspiração primeira pela docência foi decorrente da inspiração motivada pelos professores que teve ou do *tom emotivo* dos valores deles, como dito por Bakhtin. O segundo motivo foi pelo sentimento de pertencimento, visto que *suas primeiras professoras eram negras também*. Percebemos, então, a aproximação de dois valores que se complementam e esclarecem ainda que, inconscientemente, sua opção pela docência: *mas um fato que só há pouco tempo recordei e acho que pode ter relação com a minha escolha.*(grifos nossos)

A busca pela identificação com o igual é o reflexo do pensamento da ideologia do branqueamento que, segregando pessoas pela raça, desconsidera que somos todos humanos apenas com rótulos ou vestes diferenciadas. Para Munanga (2008, p. 14),

[q]uantas vezes ouvimos pronunciar, até por pessoas supostamente sensatas, a frase segundo a qual as atitudes preconceituosas só existem na cabeça das pessoas ignorantes, como se bastasse frequentar a universidade para ser completamente curado dessa doença que só afeta os ignorantes [...] Essa maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade.

Não queremos advogar em prol de uma só causa, nem deixar de reconhecer que na sociedade brasileira as oportunidades entre brancos e negros e a própria educação nunca foram temas priorizados nas agendas de nossos governantes. Não podemos desconsiderar: ainda é muito árduo conciliar educação e cor em nosso país. É preciso uma dose imensurável de amor e vocação, pois como nos diz o **Docente 16**: [...] *posso dizer que ser professora, foi por vocação. Apesar da pouca valorização que é dado ao magistério, orgulho-me e amo o que fiz e, hoje, embora aposentada, acompanho, na medida do possível o que é feito pelos colegas.* (grifos nossos)

O docente revela outra realidade ainda não erradicada no Brasil: o descaso com o analfabetismo tão recorrente em famílias com poder aquisitivo mais baixo que precisam trabalhar abandonando as escolas. São milhares de pessoas que convivem com o constrangimento de não saber assinar seu próprio nome. *“Ainda menina, brincava de ser professora, e, com apenas 9 anos de idade, ensinei um coleguinha a escrever seu nome e resolver as quatro operações. Também, ensinei meu pai, que era analfabeto, a assinar seu*

nome, visto que no seu serviço estava sendo exigido a assinatura do nome e não mais o carimbo do dedo, isto para que passasse de contratado para efetivo (grifos nossos).

A representação de toda narrativa dos docentes negros, sujeitos de nossa pesquisa, vem carregada por sentidos valiosos de afetividade, vocação, compartilhamento, alteridade, reação e superação. Os depoimentos falam de lutas travadas no interior de uma instituição, na intimidade de algumas relações, na cidade, mas que por vezes se tornam mais visíveis nos diversos sentidos do preconceito silencioso. Os discursos falam, revelam e revidam. Porém, há aqueles que calam, que negam e, através da própria negação, se tornam “bocas escancaradas” que exalam outras formas de percepção do mesmo racismo:

Por essas razões, é necessário proceder a um novo enfoque histórico do racismo como fenômeno simbólico de racialização de conflitos longínquos, hoje esquecidos, surgidos em torno da posse de recursos e de territórios, e voltado para o exercício de um poder total. Ou seja, o racismo paira acima do mundo racional-consciente, na forma de uma meta consciência envolvente, altamente plástica e mutante, e sempre estruturadora das relações. Isso explicaria a sua sobrevivência tenaz e o seu desenvolvimento com êxito através dos milênios durante os quais a visão raciológica se sofisticou cada vez mais. Moore (2012, p. 201)

Compreender as ramificações do racismo se torna um exercício de muita paciência e ousadia. Paciência, no sentido de que nem sempre é fácil detectá-lo devido às tramas aparentemente amistosas entre ofensor e ofendido. Ousadia, porque identificar o ofensor representa se colocar à prova dos mais instigantes questionamentos. Diante desse quadro de racismo, a primeira ação defensiva dos ofensores é tentar transformar o ato racista em ato mais brando, casual, e, com isso, fazer o ato deixar de ser crime e passar a ser ofensa sem intenção de ofender.

Dessa forma, na maioria dos casos de racismo, o ofensor acaba recebendo como punição a pena de retratação que, varrendo para debaixo do tapete a intenção primeira, absolve o agressor deixando para o ofendido a certeza da impunidade. Não há como fugir das manifestações do racismo motivado pela cor, sempre haverá algum sujeito que, desconsiderando o essencial entre os homens, escolhe a cor como mecanismo de exclusão.

Conforme relato do Docente 1, *esse racismo se mostra como em todo lugar, ou seja, não existe espaço em que o mesmo não se manifeste. Tem a característica brasileira: um velado facilmente identificado.* (grifos nossos)

Mesmo que o docente esteja fazendo referência ao racismo na cidade de Pelotas, percebemos que a característica por ele citada traz uma visão abrasileirada desse mal que vem se alastrando desordenadamente. Por outro lado, de forma mais regionalizada, o **Docente 4** pormenoriza como esse racismo se faz presente na sociedade pelotense:

Como no Brasil, ele é velado, discreto, quase que imperceptível por quem é branco e sem preconceito. Somente sente quem é negro. É barrado no acesso a bons empregos, a cargos de chefia, é seguido nas lojas como se fosse roubar. Quando pede para ver um produto de valor mais alto em determinado estabelecimento, o vendedor logo informa o preço ao invés de falar sobre as características do produto. E se for a um banco, coitado, tranca varas vezes na porta eletrônica. Em Pelotas, na grande maioria das vezes, se vale pelo que se veste e não pelo que se é (intelectualmente falando) (grifos nossos).

As palavras refletem a imagem de uma sociedade que pune e discrimina pela superficialidade de um “achismo” que constrange o negro através de atitudes inaceitáveis e repetidas. “Achismo” significa julgar de antemão que ser negro é ser pobre, burro, miserável etc., generalizando a condição dos negros e tomando a cor como critério válido de exclusão: o viver vigiado e o trancar de portas tornam-se enfrentamentos diários daqueles que, como sinalizado pelo **docente 4**, conseguem perceber que, “*se vale pelo que se veste e não pelo que se é intelectualmente falando*”. Essa percepção arrasta para um canto qualquer a emergente discussão sobre os preconceitos raciais na sociedade pelotense. Toda a manifestação racista se apoia na ideia de uma não intencionalidade, ou seja, permanece a desculpa de que nada tem relação com a cor da pele. No entanto, a cor continua reaparecendo como critério de estranheza e desconfiança. Bakhtin, em Brait (2009, p.31), nos faz refletir de forma mais crítica sobre esses dizeres novos que tendem a camuflar o discurso primeiro:

[...] reconhecer o caráter fundamentalmente fortuito de toda a história da cultura em relação ao mundo de conhecimento objetivamente válido que ela criou [...]. É pouco provável que alguém mantenha até a sua consequência última a afirmação de que o mundo do sentido efetivamente realizado seja em seu princípio o resultado do acaso.

Desconsiderar que o racismo seja herança não grata de um passado que assolou e depreciou o negro e seus descendentes é fechar os olhos e piamente acreditar que entre os homens a hierarquia da intelectualidade sempre irá priorizar os não negros. O não discernimento da assombrosa e distorcida visão de superioridade de um homem a respeito de seu próximo só faz acirrar as desigualdades sociais. A distorção em relação ao outro começa a ser naturalizada e em cada canto da cidade o negro vai juntado os pedaços dos preconceitos vividos. A cidade, em sua particularidade, representa o próprio cenário dessas diferenças motivadas pela cor. Nas palavras do **Docente 3**, podemos perceber o significado dessas representações:

Pelotas continua sendo uma cidade muito preconceituosa em vários aspectos, se tratando da temática racial, pior ainda, os pelotenses, com raras exceções, não conseguem perceber quanto rica é a nossa história, quanto de saberes originários da África se faz presente aqui. Deste modo, temos um preconceito, velado, mas que interfere na vida dos negros que aqui residem. (grifos nosso).

O **docente 5**, por sua vez, nos traz dados importantes sobre a cidade e nos faz lembrar que esse mesmo preconceito se manifesta em diversos ângulos:

A taxa populacional negra/mestiça em Pelotas é uma das mais altas do Rio Grande do Sul. Mesmo que já estejamos no Século XXI, e tendo sido a escravidão abolida há anos, suas marcas estão presentes e têm influenciado as crenças e comportamentos das pessoas, ainda que, muitas vezes, não tenham consciências disso. Há que se ressaltar que a autoria fomento do preconceito não deve ser impingida apenas àqueles que se consideram “não-negros”. Muitos dos integrantes de comunidades negras nutrem sentimentos de inferioridade, de subserviência (muito provavelmente, sequelas do período escravagista vivenciado por seus/nossos antepassados). Grande parte desses vive na linha de pobreza [...] Observa-se, igualmente, que as pessoas com um nível educacional mais elevado tendem a ser menos preconceituosas (ou quem sabe?) mais políticas e habilidosas na camuflagem de quaisquer marcas de preconceito racial (grifos nosso).

Significativa a expressão usada pelo docente quando se refere ao preconceito na visão dos mais intelectualizados: “tendem a ser menos preconceituosas (**ou quem sabe?) mais políticas e habilidosas na camuflagem de quaisquer marcas de preconceito racial**. (grifos nossos). Para Carlos Moore (2012, p. 192) trata-se:

[...] de formas de consciência determinadas historicamente e, conseqüentemente, desprovidas de sua própria memória. Desse modo, têm a capacidade de subjugar, individual ou coletivamente, o próprio sujeito que as criou.

O racismo e o pré-conceito na cidade de Pelotas têm esse quê de consciência historicamente determinada, porque, na tentativa de negar o próprio racismo, outras formas de discriminação se constroem. As novas formas de exteriorização do racismo passam a ser representadas através de sutilezas, de demarcação de lugares condicionados à ideia de que a intelectualidade não combina com sua cor. Por isso, conforme o **Docente 1**, determinadas abordagens são frequentes:

[...] por exemplo: o não reconhecimento de um/a profissional negra como docente da universidade, por isso, as perguntas se tu és discente, bolsista, técnica-administrativa. Ressalto que não considero estas profissões/funções depreciativas, apenas cito que a docência não aparece como lugar a ser ocupado. As reações são variadas, conforme o “assédio”. Geralmente costumo a reidentificar-me profissionalmente e as reações das pessoas talvez, sejam um foco de estudo bastante interessante (grifos nosso).

Nesse sentido, percebemos o racismo na sociedade pelotense que se manifesta na intimidade de uma instituição e/ou nos espaços sociais sempre com o firme propósito de negação do negro, de sua intelectualidade e capacidade profissional. São vozes presentes que clamam pela superação de uma distorcida história que nunca admitiu o protagonismo do negro e que acaba reproduzindo situações como as pontuadas pela docente. Diante desse

cenário, ainda tão preconceituosamente herdado, os negros são obrigados a se impor diária e constantemente.

Na visão do **Docente 7**:

[...] Então continuam reproduzindo velhos conceitos [...]e apontando, sim, os erros alheios, julgando, classificando. “Por isso, a humanidade avança, com passos de formiga e sem vontade” segundo Lulu Santos. Acho que também existe o preconceito consciente. Ainda existem pessoas querendo, se possível exterminar os negros da face da terra. Elas procuram se associar, por afinidade, à quem pensa da mesma forma. Atuam de forma covarde. Assim, vejo que ainda vai continuar existindo o preconceito, em Pelotas e, acredito, em outros lugares (grifos nosso).

Essas são manifestações que se encontram além do imaginário coletivo e tendem a penalizar o negro não só através de gestos ou palavras negativas, mas através da efetivação da diferença como regra e da exclusão como critério. Compreender esse quebra-cabeça, que persiste em se completar com peças idênticas, exige uma superação maior que o próprio existir.

Nas constatações elencadas pelo Docente 16 em relação ao racismo nas Instituições de Ensino de Pelotas, podemos perceber a dimensão dessas sequelas:

Mas, é claro que alguns fatos tornam-se evidentes e nos marcam. Não esqueço de quando era diretora, estávamos conversando eu e uma colega, quando chegou na escola uma pessoa muito influente na sociedade pelotense, O objetivo de tal visita era para comunicar que uma de nossas alunas havia tirado o primeiro lugar num concurso de redação e de que a mesma receberia como prêmio uma viagem e a escola um computador. Este senhor, quando chegou, dirigiu-se a minha colega, estendeu-lhe a mão, cumprimentando-a e perguntou-lhe se ela era a diretora. A colega, apontando para mim, respondeu-lhe: não senhor, a diretora é a professora[...] Ele ficou sem jeito e, percebi que a discriminação foi gritante, pois entre duas pessoas: uma branca e uma negra, ele logo imaginou que a negra não poderia ser a diretora, ou seja, ocupar o cargo mais alto da escola. Minha reação, talvez errada, mas chocada, foi a de não estender-lhe a mão quando ele procurou redimir-se, voltando-se para mim e desta vez, procurando apertar minha mão (grifos nossos).

Apesar das vozes de alguns docentes afirmarem que nunca sofreram ou depararam com algum tipo de racismo, para a maioria o inverso foi verdadeiro, como é aqui pormenorizado:

“Descrever o preconceito na cidade de Pelotas é no mínimo complexo. É um preconceito com ramificações, é transversal. Alcança o social, o espaço, as relações, etc. É um preconceito que se desenvolve até mesmo nas relações mais pessoais, onde esse pode ser minimizado por ser tangenciado por sentimentos, no entanto, ele é do tipo clássico, não se dirige aos seus próximos, tidos como exceções, mas com o “outro”. É um preconceito que invisibiliza os negros dos espaços de poder e os coloca como secundários e de menor valor econômico agregado, e no entanto, permanece velado, onde nos espaços tidos muitos dos próprios negros não se percebem enquanto discriminados socialmente pautados pela raça. É um preconceito que confere espaços bem determinados para as pessoas.”(Docente 6 – grifos nossos).

Infelizmente, o percebido pelos negros na cidade e nos espaços escolares é a permanência de um mito que não conseguiu se autossustentar. A falsa democracia racial, ovacionada como cura capaz de erradicar o desprezo pela cor, prolifera a passos largos, fazendo sangrar àqueles cuja ferida aberta não conheceu um processo de cicatrização. Os embates resultantes dessa ideia errônea de um homem em relação a seu próximo só têm servido para multiplicar a fragmentação de uma identidade que deveria ser somente brasileira.

A fragmentação da identidade passa a ser decorrente da alimentação do mito da democracia racial que, na contramão de seus propósitos primeiros, insere uma possibilidade de harmonia que não contempla a efetivação do respeito pela diferença e os diferentes,

Nas palavras de Munanga (2005, p.56), “todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue, o é nas ideias.” O não admitir a mestiçagem favorece as mentes empobrecidas que, ignorando o valor da alteridade, acreditam que a cor seja mais forte que a solidariedade entre os homens. O trajeto entre o ser e a representação recebida atinge sua particularidade na intimidade da negação do outro e, conseqüentemente, o resto vira apenas o reflexo daquilo que não quis ser compreendido. O verificado se torna motivo de estranheza que logo se naturaliza com outros atores sob a base frágil de um mesmo cenário. O **docente 14** consegue retratar a complexidade social de uma cidade historicamente marcada por constantes processos de exclusão:

Pelotas é uma cidade que a muito tempo atrás eu pensava conhecer tão bem quanto a palma de minha mão, hoje tenho certeza de que não conheço a Pelotas; Apenas reconheço algumas situações que me permitem circular por áreas urbanas e periurbanas em situação controlada; Neste reconhecimento, eu via a Pelotas bastante Racista, porque nos agrupamentos familiares haviam Clubes Sociais para Negros, divididos em poder aquisitivo e atividades profissionais, que determinavam todos os outros contextos. Do que tenho aprendido nestes últimos anos, hoje, vejo em Pelotas, situações que mais parecem imitações mal ensaiadas de atividades antirracistas/preconceituosas e de gestão do negócio público, que não sei definir se é puro, puríssimo efeito de ocupação oportunistas das funções de líderes e gestores ou é a turbulência que restabelecerá a uma nova ordem social (grifos nossos).

Infelizmente, a visão do docente em relação ao racismo local não se distancia do pensamento dos demais colegas e isso fica muito claro quando o **Docente 8** diz: “*simplesmente porque é assim, com segregação que percebem o mundo, foi assim que foram educados*” (grifo nosso). A segregação ensinada referida pelo docente nos faz refletir sobre as sábias palavras de Bauman (2005, p. 38):

[e]m nosso mundo de “individualização” em excesso, as identidades são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro. Na maior parte do tempo, essas duas modalidades líquido – modernas de identidade coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência.

A busca pela reidentificação salientada pelo **Docente1** nos faz pensar sobre as bênçãos ambíguas da identidade citadas por Bauman (2005) e suas oscilações entre o sonho e o pesadelo, porque nos faz refletir sobre o preço dessa “individualização em excesso” quando analisada sobre a ótica das relações raciais. Ao fazermos uma retrospectiva sobre o período pré e pós-abolicionista, iremos descobrir que o negro e, todos que vieram depois dele, conheceram e ainda convivem *com o* peso dessas ambiguidades. Essas são constatações pessimistas, mas não tendenciosas infladas pelos próprios atores que, compreendendo a imparcialidade e ética de nossa pesquisa, se deixaram aqui revelar:

Algumas vezes reparei no comportamento de professores negros, uma timidez, uma participação, digamos, acanhada, que caberia analisar. Observo também, que esse comportamento vai ao encontro da, digamos, “expectativa” do restante do quadro de trabalhadores. Como se nos afirmassem: - É isto aí, este é o espaço a ti concedido. Negro pode ser destaque em Escola de Samba, futebol, “bobo da corte”...Aquele negro que foge deste, digamos, “enquadramento” recebe, como prêmio, em certos comentários, alguns adjetivos do tipo: negro metido, negro saliente, negro bondoso, negro posudo etc. Não acredito que isto que sinto, que observo, seja apenas, mera impressão... Gostaria de também deixar aqui registrado, que penso, também, que preconceito é um problema de atraso de toda uma população e não restrito aos de etnia branca. Os negros também têm e reproduzem o preconceito contra negros. A luta deve ser de iluminação espiritual, de conhecimento, de superação da ignorância ainda vigente. De libertação do sofrimento (Docente 7, Grifos nossos).

A compreensão exata do que poderia ser maior que “*a libertação do sofrimento*” não encontra a guarida merecida em nossas frágeis análises. Por mais que tentemos aprofundar a dimensão desse sofrimento, a dor causada em cada negro em busca da libertação, a humildade nos faz perceber, tal como lembrado por Martin Luther King (2009, p.26), “*que somos eternos devedores de homens e mulheres*”. Essa impossibilidade não significa despreparo ou desconhecimento da história nem a ausência de palavras que, abundantemente poderiam ser distribuídas em parágrafos, decorando o cenário da pesquisa.

Não podemos, nem tampouco é nosso objetivo, buscar quantificar a dor, o sentimento de rejeição e do quanto ainda é árdua a busca da equidade e da justiça idealizada pelos negros. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário conhecer a história dos negros narrada pelos próprios atores e, a partir de suas palavras, compreender que existe um discurso silencioso que urge reinterpretar. Para Ponzio (2012, p. 78):

o calar é escuta, escuta respondente, responsiva, a responsável sem limites e condições. É disponibilidade ao diálogo com o outro. Começando pelo outro de si. [...] o si mesmo de cada um, inextricavelmente envolvido com os outros e em excesso em relação à estreita visão da identidade e não coincidente com nenhuma das imagens a qual se recorre para construir-se e perdurar. [...] A realidade não é aquela que o realismo apresenta.

A afirmativa do autor “o calar é escuta responsável sem limites e condições” nos remete à análise da fala do **Docente 14** quando questionado se já havia sentido ou percebido o racismo na Instituição de Ensino onde desenvolve suas atividades: “Sim e Não, são respostas **impossíveis** nesse momento! (grifo nosso).

Analizando sua resposta, algo nos chama a atenção: o que estaria presente nesse estreito discurso entre um sim e um não e, mais ainda, o porquê dessa “impossibilidade”, que, atravessada por palavras antônimas, nos transmite a ideia de mágoas, de algo que o docente, consciente ou inconscientemente, não quer relembrar. Interpretar as palavras do outro, mantendo a distância do objeto pesquisado, nos faz compreender que os espaços presentes entre essas palavras são carregadas por uma história de depreciações constantes do negro e seus descendentes.

A pesquisa na área das humanas traz esta singularidade: entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador sempre haverá um momento em que o silenciar nunca será neutralidade interpretativa e, sim, uma maneira singular de ver no outro aquilo que ele não pôde ou não quis revelar.

Perceber o que se encontra por trás do silêncio representa respeitar a história e a dor do outro. Quando esse respeito de fato acontece, a compreensão das lutas do negro e a busca pela reafirmação de sua identidade como sujeito/cidadão deixam de ser um “eu” transformando-se em um “nós” de reflexões outrora tão individualizadas. Portanto, quando o **Docente 4**, por exemplo, diz não ter percebido o racismo institucional usando a seguinte expressão: “*Não, apenas se fica estacionado no mesmo patamar, o trabalho desenvolvido não é valorizado ou percebido. Em suma, a ascensão é bem mais difícil*” (grifos nossos), recorremos a Carlos Moore (2012, p. 233) :

cada vez que o racismo recua, ele o faz somente diante de uma ferrenha oposição. E cada vez que essa oposição enfraquece, ele começa novamente a ganhar novos espaços, continuando a evoluir – da mesma forma que evolui o tempo – conforme o seu sentido inicial. O racismo nunca recua de forma permanente.

No quinto capítulo da pesquisa, discorreremos sobre as diversas faces do racismo que, sob a bandeira da falsa inclusão, reinventa segregações alternativas. É interessante observar as formas veladas da perpetuação da indiferença em relação ao próximo, porque a tentativa de ofuscar a presença do outro é ação tão vergonhosa que dificilmente o agressor irá utilizar o verbo na primeira pessoa. Dessa forma, mesmo que a ofensa não seja direcionada a um determinado negro, o fato é sentido como ofensa coletiva, atingindo todos os negros. Em outras palavras podemos dizer: quem ofende um negro, usando o critério cor como desculpa,

automaticamente estará ofendendo a todos seus descendentes e ascendentes. Por isso, o constante reposicionar-se advém do fato de o grau de amizade com os não-negros longe de sinalizar harmonia racial nunca deixa de externar preconceitos enraizados contra sua cor e capacidade intelectual. A fala do Docente 9 sintetiza a fragilidade das relações entre negros e não-negros:

porém, lembro de uma vez em que algumas alunas acharam minha manifestação sem propósito por criticar sua posição preconceituosa. Objetivamente pouco passei por isso, mas recorro de uma vez em que um colega de trabalho ao falar que tal situação era coisa de negro, cobriu os meus ouvidos. Uma atitude ridícula e absurda. Mesmo que não seja comigo, sempre me atinge (grifos nossos).

A ação de cobrir os ouvidos demonstra o grau de insensibilidade dessas relações. Uma pessoa ignora a dor causada no outro e julga que um simples ato seja capaz de individualizar a dor de um negro em relação a outros negros, esquecendo-se de que no momento em que um negro é menosprezado, conseqüentemente, todos o são. Na mesma linha de pensamento, o Docente 9 assim se posiciona: [...] *Odeio a fala: mas tu não pareces negra. Ao que costumo responder, mas sou, não desejo esconder e diria que não dói. Não deixo de ser a pessoa que sou por isso* (grifos nossos).

O preconceito racial sentido e percebido nas Instituições de Ensino e na sociedade pelotense vem aprimorando seus métodos ainda tão arraigados na história primeira.

Observamos alguns avanços frágeis no trato entre negros e não-negros que, na tentativa de **democrabrinçar**¹⁷ com a questão racial acabam retardando medidas efetivas e afetivas de formação e sensibilização da diferença positiva. Por isso, quando o **Docente 3** admite que “isto está mudando, hoje já **temos alguns** negros(as), participando das equipes diretivas das escolas, ainda nos encontramos **como minoria** e na situação de gestores **enfrentamos um “leão” por dia**, para nós negros e negras, tudo ainda é muito difícil, enfrentamos muitas barreiras” (grifos nossos), não podemos deixar de questionar o que seria mais cruel e danoso do que ter de “matar um leão por dia” como forma de resgate e valorização de uma identidade. Somos conscientes de nossas limitações como pesquisadores. No entanto, não podemos desconsiderar a voz de cada docente que, através de depoimentos tão peculiares, nos mostraram uma cidade diferente da imaginada ou pretendida.

Ao apropriarmos-nos da fala do **Docente 8**: “Penso que na América Latina, Brasil e **em Pelotas o racismo está diretamente vinculado as relações colonialistas** decorrentes do

¹⁷ Palavra criada pela pesquisadora como forma de criticar o descaso como vem sendo tratada a democracia racial em nosso país.

processo de conquista europeu. **Pelotas** como teve uma **escravidão marcante** carrega um grande preconceito diante da cultura e da comunidade negra (grifos nossos), somos motivados a refletir sobre determinados embaraços que vão se regionalizando através de punições e repulsas injustas. A naturalização do racismo regionalizado nos faz recorrer àquilo que Sobral (2009, p.51) chama de continuidade da consciência.

A continuidade da consciência implica certa permanência de características de cada sujeito, do mesmo modo como as marcas sociais e históricas também apresentam certa continuidade, pois nem o sujeito nem a sociedade se alteram de maneira imediata e, para ser considerados um sujeito x e uma sociedade x, têm de ter alguma continuidade, por mais relativa que seja.

Remetemos a reflexões de Sobral (2009) à temática do racismo e do preconceito racial motivado pela cor. Elas reforçam o pensamento de Munanga (2008, p. 15) quanto à abertura das discussões acerca dos fundamentos ideológicos do conteúdo simbólico e político da mestiçagem.

É como se estivéssemos atribuindo novos papéis aos velhos conhecidos e velhos papéis aos novos conhecidos! [...] No lugar de uma sociedade totalmente branca, ideologicamente projetada, nasceu uma nova sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual.

O colorido atual do Brasil referido por Munanga (2008) deveria servir para uma maior aproximação e respeito pelas etnias que compõem o arco-íris humano, no entanto, o desconhecimento da história africana acaba gerando inversões na sociedade. No livro “A África que incomoda”, o escritor Carlos Moore (2010, p. 98-99) traz uma reflexão pertinente pela afinidade com o pensamento dos autores supracitados:

[o] conjunto de elementos que compõem a subjetividade é, de fato, o que determina a “interpretação” ou “tradição” da realidade do outro. No campo da análise histórica, sob o peso das subjetividades, encontra-se um lugar privilegiado para a produção e proliferação da mais perigosa aberração produzida pela mente humana - o racismo, com seus múltiplos derivados ideológicos (religiosos ou laicos).

Mesmo que possa parecer forte a expressão “a mais perigosa aberração produzida pela mente humana”, não cabe em nossas reflexões nenhum ponto de discordância quanto a essa concepção. Afinal, basta um simples e atento olhar pelas páginas da história sobre o papel do negro no período pré e pós-colonial para identificar a permanência de uma só realidade: o descaso pela sua cor e intelectualidade. No livro de Clóvis Moura (1994, p. 149-150) “Dialética radical do Brasil negro”, o autor já tecia duras críticas ao que se convencionou chamar de democracia racial e miscigenação.

A miscigenação, fato biológico, ficou subordinado aos diversos valores étno-sociais decorrentes dessa filosofia de ordenação social via qualificação por ela estabelecida, criando desigualdades decorrentes não da capacidade ou incapacidade de cada um, mas da sua cor e da sua origem de nascimento. Com isso, a miscigenação que muitos sociólogos e antropólogos ainda teimam em apresentar como um processo que democratizou a sociedade brasileira, pelo contrário, hierarquizou (via discriminação étnica) os estratos não-brancos nas suas diversas gradações.

O respeito pelo negro e, a busca por uma reflexão mais séria sobre o sentido da igualdade racial em nossa sociedade e nas repartições de ensino da cidade de Pelotas, foi o que nos motivou a empreender o percurso da pesquisa. Como bem reforçado por Hall (2006, p.63),

a raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

O caminho repetidamente por nós percorrido foi em direção à compreensão desse discurso, que, usando frágeis marcas simbólicas, desenha em nossa sociedade uma segregação globalizada. Perceber os mecanismos psicológicos que se escondem por detrás dessas simbologias requer que saíamos da confortável ideia sobre a qual tentam, há séculos, nos convencer: a de que a cor da pele nunca foi motivo de segregação. Por isso, quando o **Docente 13** relata que uma *aluna não queria ter mais aula com professores afrodescendentes porque eram muito exigentes*, temos a oportunidade de compreender como se propagam negativamente essas simbologias.

Salientei que essa cobrança, principalmente em relação à profissão de professor, era evidente e que muitas vezes os alunos demonstravam certa desconfiança em relação aos professores negros. E normalmente eu dizia quem é cobrado também cobra mais.(grifos nosso)

Confiamos que o diálogo entre os atores e autores desenvolvido através deste capítulo tenha contribuído para uma visão mais aproximada da realidade vivida pelos negros e negras em nosso país e região. Reconhecer determinadas peculiaridades sobre o que significa ser negro e professor numa sociedade historicamente marcada pelo período charqueadense, é, antes de tudo, nos inserirmos nesse panorama social; é, através das vozes aqui aconchegadas, perceber que ninguém jamais pode ser considerado superior ou inferior pela cor de sua pele.

Não existem raças, mas grupos de seres humanos que, não compartilhando os mesmos anseios de justiça e igualdade, ainda se julgam no direito de segregar lugares, humilhando pessoas. Sobre mentalidades ainda não revestidas de valorização do outro,

deixamos nossa parcela de contribuição. A alteridade presente em cada relato dos docentes negros de Pelotas demonstra que não há segregação maior nem mais profunda que a indiferença do homem em relação a seu próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o racismo veste máscaras diversas e, nos bailes da vida, aqui representados pelos espaços sociais, identificar o dono ou autor da fantasia nem sempre se torna uma tarefa fácil. Disfarçado, perambulando sutilmente em meio à multidão, o menosprezo pelo outro e pela sua história de vida vai deixando seus rastros como pegadas históricas que insistem em criar novos atalhos.

Assim é percebido e sentido o preconceito racial, que ora se externa, ora, não menos grave, se manifesta velado ou com exclamações de espanto que só fazem demarcar que o lugar do negro jamais pode estar acima de uma posição ocupada por um branco. A sutileza faz parte da indumentária racista e, muitas vezes, se torna difícil encontrar palavras para descrevê-lo e identificar seus algozes pós-modernos cada vez mais camuflados em suas fantasias.

Não querer admitir que o preconceito exista representa apenas uma forma de evitar o conflito entre o dizível e o lacônico. É uma análise muito interessante que recobre o universo das palavras, pois, ao mesmo tempo em que se joga a percepção do preconceito e do racismo para um patamar distanciado de uma determinada realidade, não desconsidera que, em algum momento, isso tenha de fato acontecido. Esse não admitir, muitas vezes, é um mecanismo de autodefesa daqueles que, sentindo a sutileza do menosprezo pela cor, acabam usando a negação como forma de não alimentação da dor causada pelo conflito que ainda permeia as relações raciais.

Quando deparamos com alguns tipos de depoimento em que o/a docente relata que sua intelectualidade, em pleno Século XXI, foi posta em dúvida, não podemos nos furtar das reflexões históricas que se perpetuaram sobre o negro através da imagem de um ser constituído de músculos e desprovido de intelectualidade. São esses conceitos sobre o outro que vão se embrutecendo através dos séculos com o firme propósito de demarcar posições hierárquicas a partir da cor.

O mais lamentável é perceber isso nos espaços escolares onde as crueldades históricas deveriam ser revisitadas com mais criticidade. Aliás, não podemos deixar de frisar que foi através da escola e ,da própria academia, que as primeiras noções de soberania branca criaram o terreno fértil para a proliferação da superioridade de uns em detrimento da escravidão de outros.

Quando um docente diz: *mas não me furto de fazer a intervenção necessária*, ele deixa claro que defender sua cor e sua história exige uma luta diária frente a batalhas repetidas que, na maioria das vezes, não escondem pré-julgamentos em relação ao outro.

Nesse cenário, que tem como palco a própria educação, o discurso escravagista ganha novas vestes, conservando sobre si o protagonismo de antes.

Quando analisamos o fato de o docente 4 dizer ou deixar subentendido que não sofreu nenhum tipo de preconceito pela cor nos espaços escolares, e a seguir complementar “*Talvez pela minha autenticidade, ao falar claramente com os alunos sobre preconceito racial*” ou coisa desse gênero”. Isso revela que preexiste uma ação defensiva e autoafirmativa de sua negritude, isto é, existe um escudo de proteção e de preservação de sua identidade, uma espécie de visão longitudinal que, precavida, tende a dissipar o racismo e sua nocividade.

Infelizmente, foi necessário que se estipulasse uma Lei (10.639/3) para que os currículos escolares, pela primeira vez, contemplassem conteúdos significativos sobre o negro, sua cultura e religião. Entretanto, não podemos afirmar que a referida Lei esteja sendo cumprida em sua integralidade, pois basta revisitar o histórico das legislações de amparo ao negro para perceber que nem mesmo a Lei Áurea foi cumprida com a devida seriedade.

O grande problema com que deparamos ao falar sobre o racismo é perceber a resistência das pessoas em torno da questão; esta, na tentativa de ratificar a democracia racial como justificativa de uma harmonia entre negros e não negros, acaba fortalecendo mesmo que, inconsciente, um certo distanciamento entre os seres humanos em geral. Ele é tão forte e causa tantas sequelas que dificilmente encontraremos quem assuma sua autoria. Permanecem nuvens de silenciamento em expressões do tipo: “não foi minha intenção”, “não foi isso que quis dizer”, ou “não quis chamar você de negro/negra”, como se isso fosse ofensa. Expressões essas carregadas de sentidos pejorativos que, pouco a pouco, invadem espaços, ganham as mídias. Assim o velado se revela diariamente e o racismo, razão primeira do ato, se transforma em retratações irrelevantes. O crime de racismo, inafiançável perante a Lei, passa a figurar como danos morais que logo se escoam, produzindo outras formas de dizer o preconceito com mais intensidade e com os mesmos propósitos.

A resistência e a posição política reaparecem como ferramentas de combate ao racismo, ou seja, não existe propriamente a negação do racismo, mas uma maneira de mantê-lo sufocado em seu próprio veneno. Assim, o convívio, aparentemente sem vícios e pacífico, tem servido para guardar o segredo de múltiplas vozes e as dores de muitos sujeitos. Uma condição defensiva e um estar *sempre alerta* se interpõem nas relações entre brancos e negros como fórmulas supostamente capazes de dissolver o próprio racismo em manifestações mais

brandas. Sua percepção fica, então, encoberta e, dificilmente, sua intencionalidade se manifesta de forma imediata.

São exatamente as dores adormecidas que renascem através de um mito de democracia racial, da incapacidade de promover com dignidade uma mudança comportamental e mais humanizada entre as pessoas. Dessa forma, o despercebido permanece em áreas suspensas como ferida aberta pronta para sangrar toda vez que a cor se torna motivo de humilhação e desprezo.

Invadir e decifrar silêncios implica driblar as palavras e perceber que onde o ponto encerrou a frase foi justamente o momento em que o discurso mais se deixou revelar. Quando um docente, ao ser questionado se já havia sofrido algum tipo de preconceito motivado pela cor, apenas nos responde “não” muitas análises se tornam inquietantes: um “não” que nega, confirma, afasta, enfim, um “não” que pode adquirir vários sentidos. Talvez uma das mais encantadoras possibilidades proporcionadas pela linguagem seja justamente esse desvelar de mistérios que perambulam em torno de “palavras solitárias” carregadas de encantos e ousadias.

Torna-se eterno questionar de quem seria a autoria desse “não” que, fechado em si, urge ser reinterpretado? O que levaria um docente negro/a se expressar dessa forma quando questionado se alguma vez no exercício da sua docência já havia se deparado com algum tipo de situação constrangedora, seja como vítima ou testemunha, motivada pelo preconceito da cor? Seria pelo simples fato de nunca ter sentido ou presenciado uma situação preconceituosa? Seria um modo particular de protestar?

Nesse sentido, qualquer análise dita definitiva seria precipitada e evasiva, porque entre o dito e o não dito somente seu autor poderia dizê-lo de outra forma, e nem mesmo ele o poderia em todas as situações. Das análises feitas sobre o constante reinterpretar de silêncios da docência negra em Pelotas, selecionamos algumas constatações que merecem atenção e precisam ser refletidas com muita seriedade tanto no âmbito institucional de ensino, como, na própria sociedade pelotense ainda tão arraigada à herança escravista e charqueadense:

- a) o negro, independente de ser ou não professor, permanece enfrentando as mais diversas formas de racismo na cidade de Pelotas;
- b) a escola ainda simboliza o espaço onde as manifestações de menosprezo à cor e à intelectualidade do negro se reverberam a todo instante;
- c) a educação continua representando o mecanismo utilizado por negros e negras para a preservação de sua identidade e cidadania;
- d) a cidade de Pelotas ainda presta um tratamento diferenciado a negros e negras;

- e) no imaginário coletivo de algumas Instituições de Ensino da cidade de Pelotas, ainda é resistente a imagem de um negro ou de uma negra ocupando algum cargo de gestão;
- f) a dúvida sobre a intelectualidade dos docentes negros ainda é muito recorrente nos espaços escolares;
- g) a docência negra continua em luta diária contra a frágil dicotomia que persiste em vincular o negro apenas à força física, como se fosse desprovido de intelecto;
- h) embora haja alguns avanços em relação à luta contra o preconceito e o racismo, a erradicação está distante de um viver isento de sequelas.

Esperamos que a pesquisa tenha trazido contribuições importantes sobre o modo como os negros esperam ser tratados em todas as esferas de nossa sociedade, bem como sobre o nosso agir como sujeitos singulares e responsáveis na construção de um mundo com mais igualdade e respeito mútuo; que as asperezas das relações, muitas vezes travadas entre brancos e negros, ceda lugar a um mundo onde a democracia racial efetivamente exista.

Que o caminho entre o eu e o outro seja cada vez menor e menos embrutecido; que por mais complexa a trajetória estabelecida entre os homens, a alteridade sempre encontre um jeito de tornar-se possível para todos;

Que a cor da pele deixe de ser o imenso abismo de negação do outro; que compreendamos que, por trás da melanina a revestir o corpo, existe apenas uma verdade que nos identifica: somos iguais;

Que a liberdade que hoje partilhamos nos faça valorizar a história de vida daqueles que, de forma solitária e decisiva, recusaram-se a viver na escravidão e subserviência; que possamos compreender que os direitos, incansavelmente buscados pelos negros em nossa sociedade, são frutos de caminhadas árduas privadas de apoios efetivos de nossos governantes; que possamos, a partir desse olhar sobre a trajetória do outro, perceber que somos parte desse imenso universo que, mesmo não sendo nosso, temos o dever de compartilhar respeitando suas diferenças;

Que a história vergonhosa da escravidão de negros em nosso país seja retratada através de legislações sérias e não mais através de discursos eloquentes que só fazem ignorar a dor de seus semelhantes; que o poder da educação não permita que todos os avanços das ciências e das tecnologias sejam maiores que os propósitos de solidariedade entre os povos;

Que o respeito pela história, cultura e religião do outro nunca faça desaparecer o que nos une como irmãos de uma mesma caminhada; que a covardia que se esconde por trás da máscara da indiferença e do racismo seja substituída pela justiça que, não mais cega, mas

atenta, possa aferir a culpabilidade independente da posição socioeconômica vivida pelo infrator; se a escola, instituição primeira do contato social, ainda persiste em se mostrar como muros na formação de seus sujeitos, urge fazer reflexões mais sérias sobre o papel da própria educação.

Diante de todas as análises da pesquisa em que a história encontrou e dialogou com seus atores, fica a certeza de um dever cumprido. A consciência de termos contribuído para uma visão mais humanizada das relações com os diferentes, um modo especial de olhar para os avanços científicos, reconhecendo suas limitações, controvérsias. Infelizmente, o racismo ainda é percebido como discurso fadado, aprisionado em seu próprio egoísmo. Em suma, o que nos leva a uma permanente reflexão sobre o estranhamento por ele causado encontra eco quando questionamos: até quando seremos propensos a tornar ocasional o respeito permanente pelo outro? Até quando esse constante reinterpretar de silêncios deixará de ser um discurso de palavras aprisionadas que não mais se permitem calar nem morrer sufocadas? Até quando teremos que discutir sobre a propagação do racismo que não se cansa e continua deixando rastros de sua perversidade?

Os relatos aqui deixados pelos docentes negros e negras das Instituições de Ensino da cidade de Pelotas, nos leva a compreender que por trás de suas lutas silenciosas em busca de igualdade e justiça, existe uma longa caminhada do povo negro ainda desconhecida pelos não-negros. E que essa caminhada, por sua vez, longe de sinalizar a efetivação de seus direitos como cidadãos, mostra-se ainda cerceada por entraves que persistem em criar atalhos ao invés de pontes de aproximação com o outro. As análises realizadas durante o percurso da pesquisa nos fizeram compreender que, “saber ouvir a história do outro” é o exercício mais nobre e próximo da alteridade e cabe, a cada um de nós, a responsabilidade de efetivá-la.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICIZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

ADESKY, Jacques d'. **Anti-racismo**: Liberdade e Reconhecimento. Cidade: Editora Daudt, 2006, p. 21-25.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. (Preconceitos; v.3).

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação**: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de/ Walter Fraga Filho. **Um história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALEXANDRE, Marcos Antônio; DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.). **Falas do outro** - literatura, gênero e etnicidade. Belo Horizonte: Nandyaka; NEIA, 2010.

ALMADA, Sandra. Abdias Nascimento/ Sandra Almada. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2009 – Vera Lúcia Benetido (coord.).

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ALVES, Rubem. **Ostra feliz não faz pérola**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

AMARAL, Rita. Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras. In: **Os urbanistas Antropologia Urbana**. 2001. Disponível em: <www.aguaforte.com/antropologia/educarparaque.html> Acesso em: 18 de fev. de 2014.

AMORIM, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria T.; JOBIM e SOUZA, S.; ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, JulioGroppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5 ed. São Paulo/SP: Summus, 1998.

_____. **O Pesquisador e Seu Outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Editora Musa, 2001.

_____. **Para uma filosofia do ato**: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, Beth. (org.) Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser Negro**: A construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008, p. 268.

ARAÚJO, Luiz Carlos. Editorial de Estudos Bíblicos. **O Negro e a Bíblia**: Um clamor de Justiça. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 7-8.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Histórias de Negro**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 155.

_____. **Dialogismo e Polifonia**. São Paulo/SP: Contexto, 2009, p 154-159.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2006.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (1920-1924). **Para uma filosofia do ato**. São Paulo. Trad. de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, inédito, 1993.

BARBOSA, J. C. T. **O que é Justiça**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 29.

BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro, 1993, p. 61.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BONAVIDES, Paulo & VIEIRA, R. A. Amaral. **Textos políticos da história do Brasil**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Bakhtin Dialogismo e Polifonia**. São Paulo/SP: Contexto, 2009, p 154.

_____. Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-SILVA, M. C. e FAÏTA, D. (orgs.). **Linguagem e trabalho**. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002, p. 31-44.

BAUMANN, Zygmunt. **Legisladores e Intérpretes**: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução: Renato Aguiar.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos (orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 400.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na Universidade Pública Brasileira**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005, p. 5,17,18.

CAMPOS, Rogério Cunha; EITERER, Carmem Lucia (orgs.). **Sujeitos Sociais, Processos Educativos e Enfrentamentos da Exclusão**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia: Estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915 -1931)**. Itajaí: NEABI; Casa Aberta Editora, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CATANI, et al. 1993. **Docência, Memória e Gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores**. São Paulo: Revista de Psicologia da USP, n. 4, 1993, p. 299-318.

CÉSAIRE, Aimé. Apud DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia Negra no Modernismo Brasileiro**. Campinas/SP: Pontes Editora, 2001, p. 122.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da liberdade: uma das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos (orgs.). **Educação para a diversidade: Olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p. 304.

COSTA, Emilia Viotti. **A Abolição**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda. 1982, p. 15.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 3. ed. 1996, p. 213.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1988, p. 266.

COUTO, Mateus de Oliveira. **Uma análise sobre a demografia de crianças escravas em Pelotas e o tráfico interprovincial** (monografia). Pelotas: UFPEL, 2004.

COUTO, MIA. **Cada homem é uma raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. 2. ed., revisitada, ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

DARONCO, Leandro Jorge. **À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do RS: segundo os processos criminais. 1840-1888**. Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

DECANENE, Philippe. *O pan-africanismo* (tradução de Octavio Mendes Cajado). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

DERRIDA, Jacques. **Fueza de ley: El pensamiento místico da autoridade**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com> Acesso em: 04 de jul. de 2012.

DIJK, Teun A. Van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 371

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. IN: MOKHTAR, G. (Org). **História Geral da África: A África antiga**. São Paulo: Ática/ UNESCO, 1983. Cap. I, 39-70.

DOMINICÉ, Pierre. **L'histoire de vie commeprocessus de formation**. Paris: EditionL'Harmattan, 1990. [Links]

_____. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988a, p. 51.

_____. O que a vida lhes ensinou. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988b, p.131-153. [Links].

DUARTE, Evandro C. Piza e outros. **Cotas Raciais no Ensino Superior**. Curitiba: Editora Juruá, 2009, p. 153.

DUARTE, Vera. **Construindo a Utopia**. Tipografia Santos, Ltda. Praia, outubro 2007.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos séculos XIX e XX**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de JANEIRO: Jorge Zahar, 1997.

ESTERCI, Neide; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. “Efeitos legais e institucionais das lutas contra as formas de escravidão no Brasil in Direito Federal”. **Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**. Ano 20, nº. 66, janeiro a março de 2001, p. 201.

ESTÊVÃO, Carlos V. **Educação, Justiça e Democracia: Um estudo sobre as geografias da justiça em educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011 (Coleção Vozes da Diáspora Negra, v. 7), p. 120.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães – Juiz de Fora: UFJE, 2005, p. 374 (Coleção Cultura, v. 2).

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo: As Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989, p. 111 (Coleção polêmicas do nosso tempo, 33).

FERRAROTTI, Franco. **Time, memory and society**. New York: Greenwood Press, 1990. [Links].

_____. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, FINGER, Antonio & Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34. [Links].

FERREIRA, Mara Salonilde; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; RIBEIRO, Márcia Gurgel (orgs.). **Pesquisa em educação: múltiplos olhares**. Brasília: Liber Livro, 2007, p. 142.

FERREIRA, M., CERQUEIRA, F., RIETH, F. **O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação**. Métis: história & cultura, América do Norte, 7, abr. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/696/502>. Acesso em: 20 Jul. 2014.

FERREIRA, R, F. **Construtivismo na psicologia: a busca de um novo paradigma**. Cadernos de Estudos e Pesquisas UNIP, Ano 3, nº. 1-2, p. 1-20, 1997.

FILHO, J. M. G. **A invisibilidade pública**. Prefácio do Livro homens invisíveis: relatos de uma humilhação social (p. 27). São Paulo: Editora Globo, 2004.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocídio do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**, Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Coleção obras de Michel Foucault).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Ternura, 1992.

FREUND, Julien. **Sociologie du Conflit**. Paris: PUF, 1983, p. 98.

FROSI, Sueli Gehlen. **Compaixão**. Passo Fundo: IFIBE, 2013.

GADEA, Carlos A. **Negritude e Pós-Africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas**. Porto Alegre: Sulinas, 2013, p. 134.

GARCIA, Flávio. **Discursos Fantásticos de Mia Couto: Mergulhos em Narrativas Curtas e de Média Extensão em que se Manifesta o Insólito Ficcional**. Rio de Janeiro: Publicações Dialogarts, 2013.

GBOWEE, Leymah. Com Carol Mithers. **Guerreiras da Paz: Como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.; Organizadores. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOMES, Nilma Lino. **Tempos de Lutas: As ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

_____. **Cultura negra escravidão**. Rev. Bras. Educ.nº. 23. Rio de Janeiro May/Aug. 2003- ISSN 1413-2478.

_____. **Trajatória Escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, UFMG, 1994.

GOMES, Patricia; FERNANDES, Gleciane; MWEWA, Muleka (orgs.). **Sociedades desiguais: gênero, cidadania e identidade**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Educação e Identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro**. Tese (Dissertação). Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1987.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Prática do racismo e formação dos professores**. In: DAYREL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p.168-178.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 111.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980, p. 224.

GRINBERG, Keila. **Senhores sem escravos: a propósito das ações da escravidão no Brasil Imperial**. Almanack Braziliense, nº. 6, nov. de 2007, p. 4.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Preconceito, v. 6).

GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, charqueadas & olarias**. Pelotas – UFPEL, 2011.

_____. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)**. Pelotas: UFPEL, 2004, p. 426.

_____. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFMG, IUPERJ, 2005, p. 237-238.

HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.) **Vidas de professores**. Lisboa: Porto Editora, 1992. p. 31-61. [[Links](#)]

IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 507.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004, p. 25.

INACIO, Angelo {Espírito}. **Tambores de Angola**: romance mediúnico/pelo espírito Angelo Inácio – psicografado por Robson Pinheiro. 2.ed. rev.e ampl. – Contagem/MG: Casa dos Espíritos, 2006.

KING, Coretta Scott (org.). **As palavras de Martin Luther King**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KOSHIBA, Luiz; MANZINI, Denise F. Pereira. **Atual História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: 2008, p. 34.

KRAMER, S. (orgs.) **Ciências Humanas e pesquisa**: Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo, Cortez, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Eincendi**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LEITE, Maria Angela (org.). **Milton Santos - Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azouque, 2007.

LEITES, Marlene Hernandez. **A questão da raça e da diferença**: um olhar sobre outros olhares. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (orgs.). **Racismo em Mente**. São Paulo: Madras Editora Ltda., 2005.

LONER, Beatriz Ana. **Pelotas se diverte**: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*. Pelotas, n. 8, p. 37-68, dez. 2002

LONER, Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: Munanga, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura Negra e ideologia do recalque**. 3. ed. Salvador: EDUFBA: Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior!** Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

_____. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1984; 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: UFRGS, 1993. P. 38.

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo: arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho.** Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

_____. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho.** Porto Alegre: EST/ UCS, 1984. Pp. 51-53

MAGALHÃES, Mário Osório. **Doces de Pelotas – Tradição e História.** Armazém Literário, Pelotas, 2001.

_____. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: EduFPel: edição Livraria Mundial, 1993, p. 312.

MAGGIE, Yvone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos (org.). **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1995, p. 225.

MARÇAL, José Antonio. **A formação de intelectuais negros(as): políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras.** Belo Horizonte, Nandyala, 2012, p. 43.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a Ordem: Astúcias, Resistências e Liberdades Possíveis; Salvador-BA 1850-1888).** Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008, 206 p.

MAXWELL, William. **The Château.** New York: Knopf, 1961.

MENDES, Miriam Garcia. **O negro e o teatro brasileiro (1889 e 1892).** São Paulo: Hucitec, 1993, p. 51.

MERCER, K. “Welcome to the jungle”. In: RUTHERFORD, J. (org). **Identity.** Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

MOORE, Carlos. **Fela: Esta Vida Puta: biografia autorizada.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro.** 2. ed. Ampliada. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas pra entender o racismo.** 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012, p. 233.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **História do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ática S.A., 1992, p. 79

_____. **Rebeliões da Senzala.** 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 304 (Novas Perspectivas, 23).

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **Análise das políticas públicas.** Pelotas: EDUCAT, 2002.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. “Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. In OLIVEIRA, Iolanda (org.) **Relações Raciais e Educação – novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A (Coleção Políticas da Cor), 2003.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, São Paulo. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142004000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de abr. de 2010.

_____. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: fundamentos antropológicos. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf>> Acesso em: 09 de jul. de 2013.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. (org). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

_____. Algumas Considerações sobre “Raças”. Ação Afirmativa e Identidade Negra no Brasil: Fundamentos Antropológicos, In: **Revista USP**, nº 68, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, dezembro/fevereiro de 2005/2006, p. 56.

_____. (org). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2001.

_____. **Apresentação in Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p. 9.

_____. **Afinal, o que é a África?** Coluna, In: Revista Brio, São Paulo, (1), 1995.

NASCIMENTO, Abdias do. (2004). Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Revista de Estudos Avançados/USP**, n. 50.

_____. **Retratos do Brasil Negro**. (org) Sandra Almada. São Paulo: Selo Negro, 2009 (Coordenada por Benedito).

NEQUETE, Lenine. **O Escravo na Jurisprudência Brasileira**: magistratura e ideologia no Segundo Reinado. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 1988, p. 134.

NOGUERÓL, L. P. N. Mercado regional de escravos: Padrões de preço em Porto Alegre e Sabará- elementos de nossa formação econômica e social. In: **Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002**, Porto Alegre. Anais: 2002.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. **Mulheres negras e educadoras**: de amas-de-leite a professoras. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher Negra Professora Universitária**: Trajetórias, Conflitos e Identidade. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda (coord.). **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes**. Niterói, Intertexto, 1999.

OLIVEIRA, Jurema José de. **No limite entre a memória e a história: a poesia**. Espírito Santo. Editora EDUFES, 2011, p. 21.

_____. **Violência e Violação: uma leitura triangular do autoritarismo em três narrativas contemporâneas luso-afro-brasileiras**. Luanda, 2007.

OLIVEIRA, Waldete Tristão. **Trajétoria de mulheres negras na educação de crianças pequenas no distrito de Jaraguá em São Paulo: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. 3. ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 199.

PEREIRA, Almicar Araújo. **O mundo negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PERELMAN, Chaim. **Ética e Direito**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PINTO, Regina Pahin. Educação do negro: uma revisão da bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 62, p. 3-34, ago.1987

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf> .Acesso em: 10 de dez. de 2011.

PISKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 1981 (História Popular, 4).

PONZIO, Augusto. **Dialogando sobre diálogo na perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 204.

PRUDENTE, Wilson. **Crime da Escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2006, p. 46.

QUEIROZ, Delcele M. ‘... um dia eu vou abrir a porta da frente’: mulheres negras, educação e mercado de trabalho. In: **Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas**. Salvador: A Cor da Bahia/ FFCH/UFBA/ Ford Foundation, 1997, p. 47-84.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação? In **Educar em revista** nº 18 Curitiba: Editora UFPR, 2001, p.14.

RASCHE, Karla Leandro. **Festas, Procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

- REVISTA, **Aventuras na História**. Editora Abril, Edição 70, 2009, p. 30-32-33.
- RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**. São Paulo: Martins, 1941, v. 2, t. 3, p. 34.
- ROSA, MÁRIO. **Geografia de Pelotas**: Pelotas: Universidade Federal de Pelotas.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).
- _____. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).
- SALES Jr. Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2.pdf>
- QUIJANO, Aníbal. Colony of Power, Eurocentrism and Latin America.2000.Disponível em: <http://www.unc.edu/~aescobar/wan/wanquijano.pdf>
- SANTANA, Patrícia. **Professoras Negras**: Trajetórias e Travessias. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação- repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- SANTOS, José Antônio dos. **Raioua Alvorada**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. Universitária, 2003.
- SANTOS, José Augusto Sales dos. Ação Afirmativa e mérito individual. In: **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobato (orgs). DP& A editora. Rio de Janeiro, 2003, p. 87.
- SANTOS, J. V. T. dos. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, n. 5, p. 114-46, 2001.
- SANTOS, Milton. **Encontros**. (org.) MariaAngela P. Leite. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- _____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 39.
- _____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**.1.ed. São Paulo: Claro Enigma,2012.

SCISPINIO, Alaôr Eduardo. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997.

SEGATO, Rita Laura. **Você é a favor da cota para negro? Sim. As ações afirmativas são uma reivindicação de longa data.** Correio Brasiliense, 18/04/2004. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/artigos_jornais/ritasegato.htm Acesso em: agosto de 2009.

SEMEDO, Odete Costa. **No fundo do canto**. Belo Horizonte: Nandyala, 2007 (Coleção para ler África, v. 1, p. 200).

SILVA FILHO, José Barbosa. **Ser Negro na História e na Sociedade Brasileira: o dito, o não dito e o por dizer**. Curitiba: Appris, 2012.

SILVA, Consuelo Dores. Negro, qual é o seu nome? Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995, p. 53, 2. ed., 2004.

SILVA, Jacira dos Reis. **Mulheres Caladas: trajetórias escolares de professoras negras em Pelotas**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, UFRGS, 2000.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afrodescendentes: algumas considerações sociojurídicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 72-73995, p. 53.

SILVA, Petronilha Beatriz e. **Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

_____. **O pensamento Negro em Educação no Brasil**. São Carlos; Edufscar, 1997.

SILVEIRA, M. H. V. **Odara: fantasia e realidade**. Porto Alegre: Texto digitado, 1993, p. 15.

_____. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p.151.

SIMÃO, Ana Regina. **Você é a favor da cota para negros? SIM- As ações afirmativas são uma reivindicação de longa data.** Disponível em: ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/artigos_jornais/rita_segato.htm. Acesso em agosto de 2011.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. **Discurso repetido a propósito da escravidão africana**. Revista Philologus, Rio de Janeiro, v. 3, p. 12-18, 1995.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiro, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas**. Niterói/RJ: Quartet, PENESB, 2003, p. 191.

SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância. Duas faces, dentre os milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. In: GALLO, Silvio & SOUZA, Regina Maria (orgs). **Educação do preconceito: ensaios sobre o poder e resistência**. Campinas/SP: Alínea, 2004.

_____. **Pedagogia (Improvável) da diferença:** e se o outro não estivesse aí? Tradução, Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

SOARES, E. G. **Do Quilombo à Escola:** os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas. Dissertação Apresentada no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2008.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. (org.) **Bakhtin:** Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento de Bakhtin. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009. Série Ideias sobre Linguagem.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais.** Afinal do que se trata? Editora UFMG, 1999.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **A Construção da Solidariedade e a Educação do Sentimento na Escola.** Campinas/SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2003 (Coleção Educação e Psicologia em Debate).

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje.** São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1987, p. 11-15.

VECCHIA, Agostinho Dalla. **Memórias do cativo e transição Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 1-2, p. 331, 1990.

VENTURA, Adão. **A cor da pele.** Belo Horizonte, ed. do autor, 1980.

VIDAL, Ademar. **Mundo Livre.** Estudos sobre o Continente Americano e Outros Estudos. Rio de Janeiro, 1940, p. 37.

VIEIRA, Antônio, S. J. **Sermão XXVII,** em Sermões, v. IX Ed. das Américas 1958, p. 64.

WERTHEIN, Jorge. **Negros nas universidades.** Jornal do Comércio, 17/09/2004. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/artigos_jornais/jorge_wethein.htm. Acesso em: jan. de 2012.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

XAVIER, Paulo. **Um cearense iniciador de nossas charqueadas?** Diário Popular. Pelotas, 21 jan. 1973.

ZAHAR, Jorge. **As palavras de Martin Luther King.** Rio de Janeiro: 2009. Coretta Scott King (org). Tradução Maria Luiza X. de A. Borges.

ZANETTI, Valéria. **Calabouço urbano:** escravos e libertos em Porto Alegre (1840 – 1860). Passo Fundo: UPF, 2002.

ZATTAR, Neuza. **Os Sentidos de liberdade do escravo na constituição do sujeito de enunciação.** Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.